

Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos

Media and Information Literacy (MIL) Cities:
Indicators, metrics and cases

ORGANIZADORES:

Felipe Chibás Ortiz

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro



DOI: 10.11606/9788575064405

FELIPE CHIBÁS ORTIZ

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

(ORGANIZADORES)

CIDADES MIL: INDICADORES, MÉTRICAS E CASOS

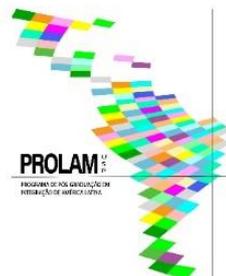
**Media and Information
Literacy (MIL) Cities:
Indicators, metrics and cases**

UNESCO

FFLCH-USP

PROLAM-USP

2022



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFMS)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

COMISSÃO CIENTÍFICA AVALIADORA

Prof. Dr. Ubaldo Cuesta Cambra, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Prof. Dr. Qingwen Dong, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade do Pacífico, Estados Unidos de América

Prof. Dr. Suleiman M. Yar Adua, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Bayero, Nigéria

Prof. Dr. Alice Y. L. Lee, Diretora do Departamento de Jornalismo, na Universidade Batista de Hong Kong, China

Prof. Dr. Luis Alberto de Farias, Chefe Departamento CRP da Universidade de São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Dinesh Babu, Chefe do Departamento de Mídia Visual e Comunicação, da Escola Amrita de Artes e Ciências, Kochi, Índia

Prof. Dra. Agnese Pastorino, Consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF e ONU, Itália

Profa. MsC.. Sherri Hope Culver, Univesidade Temple, Estados Unidos da América.

Profa. Dra. Hellen Amunga, Universidade de Nairobi, Nigéria

Prof. Dr. Joey Alagran, Universidade de Filipinas Diliman, Filipinas

Prof. Diego Leandro Marin Ossa, Unversidade de Pereira, Colômbia

Prof. Dr. Carlos Viltre Calderón , Universidade de Holguin, Cuba

Prof. Dra. Viviana Margarita Monterroza Montes, Universidad de Sucre, Colombia

Profa. Dra. Emérita Victoria Vázquez Tolentino, Universidade de San Pedro, Peru

C568 A Cidades MIL [recurso eletrônico] : indicadores, métricas e casos = Media and information literacy (MIL): indicators, metrics and cases / Organizadores: Felipe Chibás Ortiz, Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro. -- São Paulo : Unesco, FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022.
8962 Kb ; PDF.

Textos em português, inglês e espanhol.
Vários autores.

ISBN 978-85-7506-440-5
DOI 10.11606/9788575064405

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Cidades. 3. Alfabetização mediática. I. Unesco. II. Chibás Ortiz, Felipe. III. Suzuki, Júlio César. IV. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de.

CDD 980



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Capa: arte de autoria de Dorinho Bastos

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

As facetas da pesquisa multidisciplinar sobre as cidades em seus aspectos de alfabetização midiática e informacional 11

Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos 11

Felipe Chibás Ortiz

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Parte I - Bases das cidades MIL

Participação da Universidade de São Paulo no Plano de Atividades da UNESCO MIL Alliance América Latina e Caribe 21

Ronilda Iyakemi Ribeiro

Felipe Chibás Ortiz

Rede de Cidades MIL na América Latina e Caribe. Desafios e Oportunidades..... 41

Júlio César Suzuki

Felipe Chibás Ortiz

Ana Paula Dias

Jesús Enrique García Rivero

Human development Considerations that predict Effective. MIL Cities in the 21st Century 59

Linda S. Pagani

Barreras culturales a la comunicación para el uso adecuado de la Inteligencia Artificial en la alfabetización informacional y en medios 104

Miguel Ángel Pérez Álvarez

Impacto de las TIC en la actualización de la Mass Communication Research y su vinculación con Ciudades MIL..... 123

Almudena Barrientos-Báez

David Caldevilla-Domínguez

Integration development of transmedia literacy in the corporate sector: MIL CITY's ASPECT..... 146

Veronika Yarnykh

MIL University Cities Expansion Strategies in Africa: Future Africa at the University of Pretoria as Inspiration 168

Rachel Fischer

Felipe Chibás Ortiz

MIL Cities Indicators: Education - The Right Path to Youth Media Literacy 193

Violeta R. Kecman

Desafíos de la Alfabetización Mediática e Informativa en América Latina: Digitalización de la cultura, desigualdad y las ciudades MIL como oportunidad 210

Sebastián Novomisky

Nicolás Bernardo

Building MILCities in Africa, Latin America, and Canada: from concept to action: the case of Canada and Africa. 229

Emmanuel Komi Kounakou

European Institutions and Policies for strengthening the role of cities: Towards Media and Information Literacy? 248

Despoina Anagnostopoulou

Dionysia Tsolaki

Anastasia Psallida

Barreiras Culturais à Comunicação na transformação dos campi da Universidade Autônoma de Barcelona e da Universidade de São Paulo em Cidades Universitárias MIL..... 297

Felipe Chibás Ortiz

Santiago Tejedor

Karin Milani Zottis

Cidades MIL, educomunicação e a necessidade dos indicadores objetivos de impacto social..... 344

Marciel Corsani

UNESCO MIL City Indicators and Innovation: ISO 56002 standard, GRC approach and main ISO Management Systems 358

Andrea Leonardi

Puebla, territorio de MIL posibilidades..... 377

Daniela Calderón Porter

Os cartoons das Cidades MIL 403

Dorinho Bastos

Parte II - Pensando na prática das cidades MIL

Uma perspectiva comparada sobre tecnologia e inteligência artificial como meios de governança .. 418

Leila Bijos

Yhasmin M. Oliveira

Anna Terra Lima

Métricas de Espiritualidade e Religião e sua influência na Saúde na perspectiva das Cidades MIL 440

Paz Rodríguez

Claudia Ayres

Luciane Midori Kadomoto Bezerra

Djane Borba

**Educação e Cultura nas cidades de Guarulhos (Brasil),
Braga (Portugal) e Cidade do México (México) à luz do
Paradigma Cidades MIL da UNESCO 464**

Eli Ferreira

Guido Marco Brem

Valesca C. Bender

Cidades Universitárias MIL 481

Métricas, Indicadores e Perspectivas 481

Jesús Enrique García Rivero

Wagner Giovanni Silva

**Comparativo de três cidades à luz de cinco
paradigmas de cidades contemporâneas 497**

Karin Milani Zottis

**O enfoque das cidades mil aplicado em cidades
pequeñas 518**

Felipe Chibás Ortiz

Marcio da Costa Pereira

Júlio César Suzuki

SOBRE OS ORGANIZADORES 545

SOBRE OS AUTORES 551

As facetas da pesquisa multidisciplinar sobre as cidades em seus aspectos de alfabetização midiática e informacional

Cidades MIL: Indicadores, Métricas e Casos

Felipe Chibás Ortiz ¹

Júlio César Suzuki ²

Rita de Cássia Marques Lima de Castro ³

Desde a antiguidade, sempre foi um grande desafio escrever sobre cidades. Elas têm tantos aspectos, dimensões e possibilidades que uma análise das cidades não pode prescindir de uma perspectiva multidisciplinar; ademais, esse é um desafio inevitável: mais da metade da população mundial vive em cidades, e estima-se que esse percentual chegue a 70% em 2050 (ONU, 2018).

Este paradigma de MIL Cities (Media and Information Literacy) ou Ciudades AMI (Ciudades com Alfabetización Mediática e Informacional) está ligado de alguma forma com o filme "Metropolis", o filme de ficção científica mais influente da

1 Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

2 Professor livre docente na Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina. Professor no Prolam-USP e no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) jcsuzuki@usp.br

3 Professora no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP). ritalimadecastro@usp.br ritalimadecastro@gmail.com

história do cinema. "Metropolis" é uma das obras mais brilhantes e importantes da história do cinema. A trama foi escrita por Thea Gabriele von Harbou e dirigida por seu marido, Fritz Lang, o maior cineasta do expressionismo alemão. Feito a quatro mãos, em casa, o longa, produzido em 1927, tem roteiro, efeitos visuais e edição de deixar os fãs de cinema boquiabertos, imaginando como Lang conseguiu fazer tudo isso antes da década de 1930.

O enredo do filme se desenrola da seguinte forma: Metrópole é um lugar lindo, uma espécie de Olimpo onde os ricos vivem em paz, como em um paraíso na terra. Mas à medida que o filme avança, somos apresentados ao mundo dos de abaixo, um subterrâneo onde trabalhadores pobres trabalham incontáveis horas por dia operando máquinas que sustentam a estrutura da cidade alta (Metropolis, 2027).

As cidades não devem ser construídas fundamentalmente como espaços consumistas, tecnológicos y patológicos, esquecendo as pessoas com um padrão de vida inferior. As novas tecnologias devem estar ao serviço de todos.

Este livro dedicado ao tema Cidades MIL mostra, por meio de seus capítulos, diversos escorços e ângulos para analisar o mesmo ponto ou parâmetro da cidade; mil maneiras de viver nele; mil maneiras de vê-la, dependendo se você é um representante do governo, professor, gerente, governador, artista ou simples cidadão; cento de formas de pensar, repensar e construir novos espaços urbanos, integrando a cidade física e digital, o antigo e o novo; a cidade dos edifícios e das ruas e a das palavras e dos meios de comunicação; a cidade atual e a

memorizada; a cidade física e a imaginária e criativa; as cidades visíveis e invisíveis; as cidades desconectadas, conectadas e reconectadas em rede, as cidades tecnológicas e as mais humanizadas; a cidade cognitiva e a cidade afetiva. Trata-se, portanto, da perspectiva multidisciplinar necessária a 'pensar' e 'compreender' a cidade.

A visão mais atual da UNESCO e da Agenda 2030 da ONU, conhecida como MIL City, foi tomada como eixo principal dessas reflexões, revisitada por autores de diversos continentes com ênfase no olhar multidisciplinar que destaca a ética, a transparência e a clara vontade de tentar transcender barreiras culturais à comunicação geradas por diferenças de gênero, idade, etnia e raça, religião, classe social, origem rural ou urbana, origem nacional e continental, se é nativo ou imigrante, se há diversidade funcional ou alguma deficiência etc.

Devemos buscar soluções para viver coletivamente nas cidades de forma educada e culta, pois segundo autores como Raymond Kurzweil (2005), no ano de 2030, também chamado por ele como o momento da singularidade, a inteligência humana se unirá irreversivelmente ao artificial. Vemos isso e, paralelamente, também identificamos graves problemas de falta de ética e transparência em empresas de base tecnológica com um novo formato, como Facebook e Google (UNESCO, 2018) e junto com isso, países em que a maioria de sua população não consegue nem sequer usar a Internet.

A proposta de UNESCO das Cidades MIL, se define como espaços urbanos que podem ou não usar Inteligência Artificial,

Machine Learning, robótica, Internet das coisas, nanotecnologia e outras novas tecnologias, mas com ética, respeito à diversidade, empoderamento orgânico de todos os cidadãos, educando o pensamento crítico e criativo, valorizando a ecologia de forma sustentável, a nova afetividade, estabelecendo o combate à infodemia que pode se manifestar como fake news, deep fakes, pós-verdades e discurso de ódio (UNESCO, 2018). Para ser uma cidade MIL não é necessário ser uma cidade altamente tecnológica; trata-se de usar os recursos que ela possui, da maneira descrita anteriormente.

Este livro é fruto de uma matéria transdisciplinar que ministramos na Universidade de São Paulo em nível *stricto sensu*, para mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos de todas as áreas do conhecimento, intitulada Diversidades Poshumanas, Ética e Cidades MIL de UNESCO, e que agora lecionamos no PROLAM (Programa de Integração Latino-Americana).

Possui duas partes, a primeira intitulada Bases das Cidades MIL, que conta com capítulos elaborados pelos professores da disciplina e pelos professores convidados que mostram as bases teóricas da Competência em Mídia e Informação aplicadas à melhoria das cidades, ou seja, a abordagem da Cidades, MIL (*Media and Information Literacy*), bem como algumas de suas extensões e experiências práticas.

A segunda parte, intitulada Pensando na prática das Cidades MIL com capítulos elaborados pelos alunos da disciplina em equipe e que mostram a teoria de forma mais prática, fazendo uma comparação de três cidades: uma brasileira, uma latino-

americana sem ser de Brasil e uma de outro continente, utilizando para isso os indicadores e métricas das MIL Cities propostos por Chibás Ortiz y um grupo de experts no livro. A Rede de Cidades MIL da UNESCO e a Agenda 2030: Métricas Sustentáveis, Educação, Comunicação e Saúde, que possui capítulos escritos por autores de todos os continentes.

Alguns dos autores dos capítulos deste livro participaram do VI, VII e VIII Encontro Internacional de CULTURA, COMUNICAÇÃO, MARKETING E COMUNIDADE em 2019, 2020, 2021 e 2022, cujo tema principal foi Comunicação e inovação nas cidades MI e que reuniu pesquisadores, ativistas e especialistas dos quatro pontos cardeais da Terra para discutir o novo paradigma da UNESCO das MIL Cities, que também considera a Agenda 2030 da ONU como um de seus focos principais.

Este livro também tem seu antecedente em outros eventos organizados em conjunto com o professor Mitsuru Yanaze, intitulados COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MARKETING, nas Cidades MIL (2019) e DAS CIDADES INTELIGENTES ÀS CIDADES MIL, métricas inspiradas na visão da UNESCO (2020), publicadas pela Universidade de São Paulo com o apoio da UNESCO MIL ALLIANCE.

Os textos aqui compilados provocam, ora implicitamente, ora explicitamente, uma discussão sobre cidades pós-modernas ou pós-humanas, tentando vislumbrar como serão os espaços urbanos de um futuro próximo, que vai além do vírus COVID 19 e todas as pandemias e crises que posamos imaginar.

Entendemos as Cidades MIL a partir de uma perspectiva transdisciplinar e complexa, segundo Edgard Morin (1992), ou seja, como uma espécie de grande rede, cujos fios finos se entrelaçam e relacionam seus componentes. Os fios podem ser e, de fato, são: acontecimentos, ações, interações, retroalimentações, determinações, possibilidades que compõem a sociedade e que são diferentes em cada cidade.

Outra das ênfases das cidades MIL é educar no combate às *fake news*, *deep fakes*, pós-verdades (só existe a "minha verdade" e não quero ouvir a dos outros, mesmo que tenham argumentos sólidos), discurso de ódio, informação de baixa qualidade ou desinformação. A UNESCO chama todos esses fenômenos de infodemia e que, de acordo com a realidade atual, podem matar tanto quanto uma pandemia (UNESCO, 2020; OMS, 2020). Por exemplo, se alguém acredita em uma notícia falsa que diz que um remédio pode curá-lo e isso é mentira, essa informação pode levar milhões de pessoas a tomarem decisões erradas e até morrer por causa disso. O desafio é conscientizar todas as pessoas e atores sociais para que reconheçam as *fake news* e não as espalhem.

Muitas vezes as *fake news* que vemos no mundo digital ou físico são produto de barreiras culturais na comunicação, como bullying, visão distorcida da ética, entre outras que surgiram no mundo físico, por falta de educação ou presença de uma educação com valores éticos inadequados.

Para construir uma cidade MIL, não bastam novas tecnologias; é preciso construir uma nova cultura na sociedade

favorável ao uso inovador, ético e respeitando as diversidades que provocam essas novas tecnologias. Essa cultura passa pela educação da cidade nesses valores. É preciso educar os cidadãos (Grizzle, 2020).

Por isso propomos, como passo preliminar para a elaboração do plano diretor e a transformação da cidade em Cidade MIL, um diagnóstico e mapeamento das barreiras culturais na Comunicação das diferentes regiões, bairros e comunidades da cidade. Isso para propor pontes ou estratégias para contornar ou reduzir essas barreiras.

A proposta das Cidades MIL da UNESCO é educar uma cidade inteira e seus bairros com a participação de seus diferentes atores ou atores sociais, ou seja, convocando os cinco agentes de inovação social (representantes do governo, professores, pesquisadores e estudantes, gestores e empresários, artistas e cidadãos), o que não é uma tarefa fácil.

Dentro dessa abordagem já inovadora, temos outras propostas inovadoras como a MIL University Cities ou Cidades Universitárias MIL, que visa fazer com que os *campi* universitários sigam os 13 Indicadores e métricas das cidades MIL (Chibás Ortiz, 2020). Esses indicadores também podem ser aplicados a outros pequenos espaços urbanos, como universidade corporativa, bairro ou comunidade.

Enfim, este livro reúne textos de autores que trabalharam em profunda integração em equipe, na abordagem de suas principais questões. Temas essenciais, disruptivos e até futuristas são mostrados neste trabalho, como os indicadores e métricas para

avaliar as cidades seguindo esse paradigma, os diversos modelos de cidade mais estudados e difundidos por organizações internacionais como UNESCO, ONU, OMS; Objetivos e Metas da Comunicação Integrada para Cidades Sabias MIL, Cidades Universitárias MIL, Conscientização da cidadania midiática, o papel do cidadão nos diferentes paradigmas da cidade, desenvolvimento integral da Alfabetização Midiática no setor corporativo e veicular de comunicação transmidiática; e novas formas de se trabalhar nas Cidades MIL, educação digital como ferramenta contra a desinformação, Ética na educação; a filosofia pós-humana que está por trás de todo esse arcabouço da UNESCO e a metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação (BCC) e cinco dimensões da Criatividade (recomendada pela UNESCO), mostrando casos interessantes de como utilizá-la para o diagnóstico das dificuldades que grupos vulneráveis enfrentam.

Na verdade, este é um livro sem fim, assim como as cidades que conhecemos mais ou menos, como começam, mas nunca vemos como terminam ou como será seu futuro. Seus temas são provocativos e criativos. Não pretendemos esgotá-los.

Aqui estão seus capítulos. Desfrute-os!

Prof. Dr. Felipe Chibás Ortiz

Prof. Dr. Júlio Suzuki

Profa. Dra. Rita de Cassia Marques Lima de Castro

Referências:

Calvino, I. (1971) *Las ciudades invisibles*, Einaudi, Roma, Italia.

Chibás Ortiz, F. (2020) Preliminary Note, *In: From Smart Cities to MIL Cities*, Metrics inspired by UNESCO, ECA-USP, São Paulo, p. 430, ISBN 978-85-7205-265-1.

Grizzle, A. (2020). *MIL Citizens: Informed, committed, empowered*. Gothenburg: UNESCO.

Kurzweil, R (2005) *The Singularity Is Near: When Humans Transcend Biology*, Viking Penguin, New York

Metropolis (1927) Melhor Filme de ciência ficção sobre cidades. <https://iconografiadahistoria.com.br/2021/02/14/metropolis-o-filme-de-ficcao-cientifica-mais-influente-da-historia-do-cinema/?fbclid=IwAR3zZkXRLgnhsLgruV1Y0KRQLSesxKGS-lr1j5hT3Hg2RmZBNO2nqAOho34>

Morin, E. (1992). From the concept of system to the paradigm of complexity. *Journal of Social and Evolutionary Systems*. 15 (4): 371-385

UN- United Nations (2018). *Revisão de 2018 das perspectivas de urbanização mundial*. <https://www.un.org/development/desa/publications/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html> acesso em 18/09/2020

UNESCO, *MIL Cities, Global Media and Information Literacy Week 2018*, Kaunas, 2018. <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>, Acessado : 01/12/2018

UNESCO, (2020 a.), *Creation of the World Network of MIL Cities* <https://www.facebook.com/MILCLICKS/videos/813454742788740>

UNESCO, (2020), *Seoul Declaration on Media and Information Literacy for Everyone and by Everyone*, <https://en.unesco.org/news/seoul-declaration-media-and-information-literacy-everyone-and-everyone-0>

WHO -World Health Organization et al. (1995) *Vente pasos para formular un proyecto de ciudades sanas*.

Parte I

Bases das cidades MIL

Participação da Universidade de São Paulo no Plano de Atividades da UNESCO MIL Alliance América Latina e Caribe

Ronilda Iyakemi Ribeiro ⁴

Felipe Chibás Ortiz ⁵

O terceiro desafio que enfrentamos em nosso tempo é garantir que as sociedades em que vivemos sejam pacíficas e justas. Este objetivo assenta na transversalidade e na conjugação de forças da educação, da ciência, da cultura e da informação. Devemos trabalhar, é claro, para prevenir as crises, mas também para responder a elas e reparar os danos.

Audrey Azoulay, Diretora Geral da UNESCO, 2021

É fato reconhecido que o desenvolvimento de competências em letramento mediático e informacional garante aos cidadãos maiores possibilidades de exercício pleno de cidadania. Dotados de tais conhecimentos e habilidades e estimulados a desenvolver pensamento crítico e criativo, conquistarão melhores condições de expressão pessoal e melhor qualidade de vida. Ampliado o acesso à informação, surgem novas oportunidades – econômicas, sociais e culturais; se ampliam os espaços de diálogo interpessoal, intercultural, inter-religioso; os espaços

⁴ Docente-pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (USP) iyakemi@usp.br

⁵ Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

de diálogo entre ciência e religião, entre ciência e saberes tradicionais e populares, entre saúde e espiritualidade etc. (Carlsson, 2019).

A expansão de oportunidades de diálogo entre diferentes trará concretude à noção de que diferenças não devem implicar em subalternidade e que a diversidade, seja de que tipo for – étnico-racial, religiosa, de gênero, de orientação sexual, de idade, de classe social – deve ser apreciada e não apenas tolerada. O diálogo permite reconhecer em todas as pessoas sua humanidade e a presença do Sagrado.

No centro disso tudo se coloca o paradigma da UNESCO da Alfabetização Mediática e Informacional, entendido como uma nova possibilidade de compreender a realidade física e digital, possibilidade essa, que enfatiza a importância do pensamento crítico e criativo e do combate às *fake news*, aos discursos de ódio e a tantas outras manifestações da infodemia. A ênfase recai sobre a criação de ecossistemas físicos e digitais, que integrados em leituras abertas e novas da realidade, colocam o *locus* de controle no indivíduo, produtor da informação e não apenas como mero receptor. Este enfoque prioriza a educação da comunicação como elemento essencial para entender, desconstruir e construir realidades físicas e digitais (Muratova; Grizzle; Mirzakhmedova, 2021).

Esta abordagem destaca a necessidade de priorizar o empoderamento de grupos vulneráveis em vez de priorizar o protecionismo e promove a diversidade cultural e linguística e o equilíbrio de ações conjuntas e específicas em cada país ou região

(UNESCO, 2020; Carlsson, 2019, Tornero, 2021). Tudo isso requer, necessariamente, a formulação de políticas públicas. Por isso, o tema Alfabetização Mediática e Informacional, tradicionalmente debatido em espaços ocupados por educadores e comunicadores, passou a ser debatido também em âmbitos governamentais, na UNESCO (2018, 2019, 2020, 2021b) e até mesmo nas Nações Unidas (UN, 2021). Atualmente, o debate desse tema se expandiu, agora relacionado também à liberdade de imprensa, ao papel dos *influencers*, *bloggers* e *youtubers* (UNESCO, 2021a).

Estabelecendo como principais objetivos o estímulo à conexão entre cidades do mundo e o desenvolvimento de competências individuais e coletivas em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), a UNESCO propôs em 2018 uma inovação nesta perspectiva conhecida como o paradigma Cidades MIL - *Media and Information Literacy*, que reúne em si outros paradigmas de cidade anteriormente desenhados, entre os quais os de Cidades do Conhecimento, Cidades Criativas e Inovadoras, Cidades Empreendedoras, Cidades Saudáveis, Cidades Educadoras, Cidades Sustentáveis, Cidades Resilientes, Cidades Inteligentes.

Um estudo mais acurado desses paradigmas evidencia que embora haja semelhanças entre eles, e não são poucas, relativamente, por exemplo, às metas e objetivos a serem atingidos e aos métodos a serem utilizados, há também especificidades próprias de cada paradigma, por exemplo, quanto ao foco de ação pretendida, pois algumas privilegiam o fator econômico; outras, o tecnológico; outras, o

socioambiental; outras, a saúde; outras, o educacional; outras, o cultural e assim por diante. Pois bem. Grande é o desafio de integrar em Cidades MIL os paradigmas de cidade precedentes. Daí a necessidade de uma ação social articulada e bem conduzida. Esse desafio se faz acompanhar de outro: o de realização da Grande Obra, a de criação do homem por si mesmo, com atualização plena de suas potencialidades para poder dar conta das tarefas que lhe compete realizar durante seu tempo de existência. Grandes revoluções sociais dependem de esforços individuais, cada qual realizando em si a Grande Obra enquanto opera em favor do social.

Hoje esta obra envolve o que vem sendo chamado *os 5 principais agentes da inovação*: 1. Governos, 2. Empresas, agronegócio e Startups, 3. Academia, 4. Artistas e 5. Cidadãos comuns (Chibás Ortiz, 2021). Esta é uma das razões pelas quais em nossa disciplina convidamos palestrantes e experts que representam esses cinco setores ou agentes da inovação, sem os quais, segundo a UNESCO, não se consegue modificar as cidades.

Cidades MIL, projeto de realização planetária ainda em processo de implantação, vem coexistindo desde 2020 com a pandemia trazida pelo Corona Vírus, que chegou para não deixar dúvidas quanto ao fato de haver uma única raça: a humana. A esse grande grupo pertencemos todos nós, hóspedes do planeta Terra. Além de incentivar a participação cidadã, o projeto Cidades MIL incentiva a formação de alianças entre empresas privadas, startups, prefeituras, universidades e centros de pesquisa, entre outros (Chibás Ortiz, 2020).

Scherer-Warren (2006), em *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*, se refere ao fato de termos conseguido nos organizar em coletivos de níveis e âmbitos gradativamente mais abrangentes. Atenta às formas de ação coletiva da sociedade civil organizada, discorre sobre a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento por meio de articulações em rede e a participação política das organizações em rede.

Essa autora assinala que a globalização e a informatização da sociedade estão contribuindo para diversificar e aumentar a complexidade dos movimentos sociais de muitos países, o que exige revisão e/ou atualização das explicações paradigmáticas, hegemônicas, proporcionadas por estudos da segunda metade do século XX. Considerando que estamos diante da emergência de novos cenários políticos e novos sujeitos sociais, identifica níveis de organização nos movimentos sociais.

No primeiro nível de organização indivíduos interagem no interior de grupos de pequeno, médio e grande porte. No segundo nível ocorre associativismo local no interior de organizações não governamentais (ONGs), movimentos comunitários e outras associações civis de expressão local e/ou comunitária. No terceiro nível ocorrem articulações inter-organizacionais - fóruns da sociedade civil; associações nacionais de ONGs; redes que agregam organizações e/ou movimentos de associativismo local para mediar a interlocução e a formação de parcerias institucionalizadas entre Sociedade Civil e Estado. No quarto

nível de organização há ampla mobilização promotora de grandes manifestações em praça pública, de modo a articular atores de movimentos sociais localizados, ONGs, fóruns e redes de redes de organizações e de movimentos sociais.

A transversalidade das lutas sociais por direitos ocorre em redes de organizações e de movimentos que, como os demais coletivos, lidam com questões relativas ao empoderamento e à escolha de lideranças. Certamente uma liderança de Rede de Organizações e de Movimentos Sociais somente pode ser confiada a indivíduos com experiência de liderança já acumulada em coletivos de níveis inferiores, mais capacitados, pois, para liderarem grupos de médio e grande porte. O progresso das conquistas tecnológicas, da inteligência artificial e dos recursos de informática conduziram esses grupos de todos os portes para o ecossistema web.

O estudo de Scherer-Warren traz elementos para melhor análise das Cidades MIL, paradigma de cidade que enfatiza a importância da ética no uso de tecnologias em todas as áreas, entre as quais, a Educação, a Saúde e a Comunicação, privilegiados sempre os valores universais e estimulando sempre a solidariedade. Mas, obstáculos, pedras no caminho, são inevitáveis e demandam estratégias e táticas de superação. Entre esses obstáculos se inclui a intolerância à diversidade, à qual se associam barreiras pessoais e culturais à comunicação.

Estudos de Chibás Ortiz (2016) sobre barreiras culturais impostas à comunicação, possibilitaram identificar tendências, que podem se manifestar em grau baixo, médio ou alto: Etnocentrismo, valorização

extrema da própria origem geográfica; Individualismo, valorização extrema do bem-estar individual; Distância hierárquica, valorização excessiva dos cargos e da hierarquia organizacional; Controle de incertezas, tendência a planejar e controlar fatos e fenômenos; Sexismo, tendência a supervalorizar o fator masculinidade ou feminilidade; Sensualismo, explícita ou implícita valorização de um belo corpo como fator de sucesso; Religiocentrismo, tendência a considerar somente a própria religião como detentora da verdade; Internalidade, tendência a atribuir a causa do sucesso ou do fracasso a fatores pessoais; Cidade de Origem, tendência a considerar que a origem urbana é superior à origem rural ou vice versa; Postura ética, tendência a respeitar rigidamente as regras ou a desrespeitá-las; Importância atribuída à idade, tendência a considerar que é melhor ter mais idade ou ser mais jovem; Estilo de liderança, tendência a valorizar a liderança autoritária ou o laissez faire; Imediatismo, tendência a querer resultados imediatos; Respeito ecológico, tendência a fazer uso responsável dos recursos naturais; Aceitação de pessoas com descapacitação física, tendência a aceitar (ou rejeitar) pessoas descapacitadas; Postura jurídica, tendência a respeitar (ou desrespeitar) a regulamentação jurídica.

Certamente esse conjunto de barreiras constitui um sistema aberto, sujeito a novas inclusões por haver grande número de fatores de intolerância e de recusa do diferente, muitas vezes considerado inferior. Num país como o Brasil, por exemplo, onde o racismo resultante do prolongado período de escravidão (350 anos em 520 anos de sua história), associado a outros fatores, promoveu a constituição de um

imaginário coletivo repleto de estereótipos negativos de tudo o que diz respeito à África e aos africanos, fortes barreiras à comunicação incluem necessariamente a tendência a menosprezar o(a)s negro(a)s e as culturas e religiões africanas e afrodiáspóricas.

Estreitamente relacionadas às barreiras culturais são as barreiras pessoais impostas à comunicação. Sua superação depende da ressignificação de estereótipos negativos presentes no inconsciente e no imaginário coletivos. E a ressignificação, por sua vez, depende fundamentalmente da ação da mídia e da educação e da disposição e condições pessoais para dialogar com o diferente.

Estas considerações nos levam a constatar que, apesar de muitos pesares, avançamos bastante na direção de construirmos cidades ideais e de darmos passos rumo à sociedade planetária desejada por muitos. A construção de Cidades MIL, tarefa simultaneamente desafiadora e apaixonante, faz com que a esperança recobre fôlego ao som de chamados advindos do Futuro ainda em construção.

No contexto de iniciativas para a sensibilização, formação e aprimoramento de pessoas que venham a participar do Projeto Cidades MIL da UNESCO, Felipe Chibás Ortiz, Representante para a América Latina e Caribe de UNESCO MIL Alliance (Cidades MIL de UNESCO) e autor de muitas obras científicas e literárias e Ronilda Iyakemi Ribeiro (2021), integrante do Capítulo UNESCO MIL Alliance Brasil, propuseram ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade (PSA), a realização da disciplina

intitulada *Diversidades pós-humanas e Ética do Cuidado no Paradigma Cidades MIL da UNESCO*. Aprovada em instâncias universitárias superiores e ativada em 28 de abril de 2021, a disciplina PSA-5995, foi ministrada a partir de 29 de julho de 2021.

À Universidade de São Paulo ficou reservada a honra de ser a primeira universidade do mundo a abrigar uma disciplina - de pós-graduação - cujo objeto são os Paradigmas MIL e Cidades MIL da UNESCO. Embora haja diversos cursos MIL em todos os continentes, por primeira vez esse tema integrou um Programa de Pós-Graduação.

Para essa disciplina foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Proporcionar aos alunos uma visão dos diversos paradigmas de cidade propostos por organismos internacionais e seu impacto sobre a constituição de identidades individuais e coletivas e sobre a concepção de cidadania, privilegiando o Paradigma Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) da UNESCO; constituir um espaço de estudos, pesquisas e debates sobre os principais conceitos relativos à Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), à fusão da inteligência humana com a artificial, às diversidades pós-humanas, às barreiras culturais à comunicação e à Ética do Cuidado, entre outros.

As justificativas para sua realização foram assim formuladas: estamos às vésperas de um novo tempo, cujos sinais são evidentes - rápidas mudanças no ecossistema de comunicações digitais, que vêm afetando a saúde física, mental e social dos indivíduos, com implicações diretas sobre o desenvolvimento sustentável presente e futuro e sobre os direitos humanos. Para destacar a importância da informação nesse novo

ecossistema é preciso refletir sobre questões relativas à viabilidade dos meios de comunicação e transparência das plataformas, à alfabetização mediática e informacional (AMI), às diversidades pós-humanas, às barreiras à comunicação, às implicações psicológicas dessa metamorfose e à sua dimensão epistemológica, filosófica e ética.

Abordando de um ponto de vista transdisciplinar o paradigma das Cidades MIL proposto pela UNESCO em 2018, essa disciplina privilegiou os seguintes temas:

- Dez principais paradigmas de cidades propostos por organismos internacionais e a condição “pós-humana” de seus cidadãos.
- Paradigma MIL - Media and Information Literacy (AMI - Alfabetização Mediática e Informacional), seus indicadores e métricas e seus fundamentos epistemológicos, filosóficos e éticos, com ênfase na Ética do Cuidado (Leonardo Boff) e na Psicologia da Libertação (Ignácio Martin-Baró).
- Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade, proposta por Felipe Chibás Ortiz e indicada pela UNESCO para diagnóstico e resolução de conflitos culturais.
- Indicadores Tecnologia, Comunicação e Mídias, papel dos líderes e influencers e os indicadores Cultura, Educação, Espiritualidade e Saúde.
- Pensamento crítico no combate às *fake news*, *deep fakes*, pós-verdades e discursos de ódio.
- Gestão Participativa e Governo Eletrônico (e-gov) de Prefeituras.

- Cidades contemporâneas já integrantes da rede mundial de Cidades MIL.
- Desafios impostos à Psicologia diante do processo de integração da cidadania MIL nos ecossistemas físico e digital.

O paradigma das Cidades MIL, diferentemente de outros paradigmas de cidade, como os de Cidade Inteligente, Resiliente e do Conhecimento, se caracteriza por destacar o papel do cidadão como centro das atenções comuns (Grizzle, 2020, Chibás Ortiz, 2021). Utiliza um sistema de 13 indicadores: 1. Bibliotecas, 2. Vias, prédios, meios de transporte e mobilidade, 3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania, 4. Saúde Integral, 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer, 6. Educação, 7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais, 8. Mídias e comunicação, 9. Inteligência artificial, startups e canais digitais, 10. Segurança cidadã, 11. Meio ambiente e sustentabilidade, 12. Jovens, idosos, mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas, emigrantes, deficientes e outros grupos vulneráveis e 13. Métricas de Integração e 262 métricas (CHIBÁS ORTIZ, 2021).

Participaram cinco alunos regularmente matriculados e vinte e dois alunos ouvintes, em sua maioria brasileiros. Também participaram alunos de Argentina, Espanha, México, Portugal e Suécia, alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além dos docentes responsáveis pela disciplina, contamos com a presença de palestrantes especialistas na temática MIL, presença essa facilitada pelo fato de a disciplina haver sido ministrada online. No Quadro 1, apresentado a seguir, reunimos informações sobre os temas abordados em cada encontro pelos

docentes responsáveis pela disciplina, por alunos organizados em grupos de Seminário e por palestrantes nacionais e internacionais convidados. Tivemos ao todo 22 professores do mais alto nível que participaram como convidados.

Quadro 1 - Temas abordados pelos docentes responsáveis pela disciplina, por palestrantes nacionais e internacionais convidados e por alunos organizados em grupos de Seminário

Aula	Temas abordados pelos Docentes	Temas abordados nos Seminários dos alunos	Palestrantes Convidados	Instituição de Origem
1 29.07	O enfoque MIL (<i>Media and Information Literacy</i>) / AMI (Alfabetização Mediática e Informacional): pensamento crítico e demais competências exigidas para desenvolvimento do paradigma MIL		Profa. MsC. Paz Rodriguez del Rincón (Espanha)	Universidade Nacional de Educação a Distância. Espanha
2 05.08	Os 10 principais paradigmas de cidades propostos por organismos internacionais		Prof. Dr. Sebastian Novominsky (Argentina)	Defensoría del Público. Argentina
			Prof. Dr. Julio Suzuki (Brasil)	Coordenador do PROLAM-USP
3 12.08	Particularizando o Paradigma das Cidades MIL, seus indicadores e métricas. Comparando Cidades Inteligentes com Cidades MIL. As Cidades Universitárias MIL	Equipe 1 Comparando Cidades Inteligentes com Cidades MIL	Profa. Dra. Veronica Yarnikh (Rússia)	Coordenadora do Depto. de Comunicação da Universidade Estatal de Humanidades da Federação Russa
			Prof. Dr. Mitsuru Yanaze (São Paulo, Brasil)	Prof. Titular e Coordenador do CEACOM/ ECA-USP
4 19.08	Filosofia pós-humana: base do paradigma das Cidades MIL. Pensamento Decolonial. Afrofuturismo	Equipe 2 Os 10 principais paradigmas de cidades propostos por organismos internacionais	Prof. Dr. Emmanuel Komi Kounakou (Togo/ Canadá)	Diretor da PAFEME, ONG atuante em Togo, África e no Canadá
			Profa. Dra. Agnes Pastorino (Itália)	Universidade de Sorbonne e UNICEF
5	Ética no ecossistema web.	Equipe 3 Particularizando o	Profa. Dra. Alice Lee (China)	Universidade de Hong Kong

26.08	Ética do Cuidado na ótica de Leonardo Boff. Teologia da Libertação e Psicologia da Libertação	Paradigma das Cidades MIL, seus indicadores e métricas. Cidades Universitárias MIL. Comparando Cidades Inteligentes com Cidades MIL	Padre Arilson Lima (Pará, Brasil)	Paróquia de Santo Antonio Santarém, Pará, Brasil
6 02.09	A Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade indicada pela UNESCO para diagnóstico e resolução de conflitos culturais. Relações ente BCC e Ética	Equipe 4 Os princípios da Filosofia Pós-humana, base do paradigma das Cidades MIL. Ética nas cidades MIL. Pensamento Decolonial. Afrofuturismo. Exs. de cidades	Profa. MsC. Anna Kozłowska (Estados Unidos da América)	Universidade de Illinois
			Profa. Dra. Marilene Proença (São Paulo, Brasil)	Vice-coordenadora do PROLAM/ Docente do Instituto de Psicologia da USP
7 16.09	Os indicadores Tecnologia, Inteligência Artificial, Comunicação e Mídia na perspectiva das Cidades MIL: papel dos líderes e influencers. MIL e pensamento crítico no combate à infodemia - fake news, deep fakes, pós-verdades, discursos de ódio etc.	Equipe 5 A Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade (BCC): indicada pela UNESCO para diagnóstico e solução de conflitos culturais. Relações ente BCC e Ética. Exs. de cidades.	Prof. Dr. Santiago Tejedor (Espanha)	Diretor do Gabinete de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona
8 23.09	Os indicadores e métricas de Cultura e Educação na perspectiva das Cidades MIL	Equipe 6 Os indicadores Tecnologia, Inteligência Artificial, Comunicação e Mídia na perspectiva das Cidades MIL: papel dos líderes e influencers. Pensamento crítico no combate à infodemia - fake news, deep fakes, pós-verdades, discursos de ódio etc. Exemplos de	Profa. Dra. Daniela Calderón Porter (México)	Diretora de Cultura da cidade de Puebla
			Sr. Ibrahim Kushchu (Turquia/ Reino Unido)	Expert de UNESCO

		idades.		
9 30.09	Os indicadores e métricas de Espiritualidade e Saúde na perspectiva das Cidades MIL	Equipe 7 Os indicadores E-government e gestão participativa das prefeituras na perspectiva das Cidades MIL: suas métricas e exemplos de cidades.	Prof. Dra. Linda S. Pagani (Canadá)	Prof. Titular do Depto. de Psicologia da Universidade de Montreal
			Prof. Dra. Marta Helena de Freitas (Brasília D.F., Brasil)	Docente da Universidade Católica de Brasília
10 07.10	O indicador e as métricas de Gestão Participativa e <i>E-government</i> de Prefeituras em conformidade com o paradigma das Cidades MIL	Equipe 8 Os indicadores Cultura e Educação na perspectiva das Cidades MIL: suas métricas e exemplos de cidades.	Prof. Dra. Despoina Anagnostopoulou (Grécia)	Chefa da Cátedra UNESCO da Universidade de Macedônia. Atenas
10 07.10	O indicador e as métricas de Gestão Participativa e <i>E-government</i> de Prefeituras em conformidade com o paradigma das Cidades MIL	Equipe 8 Os indicadores Cultura e Educação na perspectiva das Cidades MIL: suas métricas e exemplos de cidades.	Prof. Dr. Miguel Angel Perez Alvarez (México)	Docente da Universidade Autônoma de México
11 14.10	A rede mundial das Cidades MIL da UNESCO: exemplos de cidades contemporâneas	Equipe 9 Os indicadores Espiritualidade e Saúde na perspectiva das Cidades MIL: suas métricas. Tipologia de cidadãos de acordo com o paradigma de cidade adotado. Exemplos de cidades contemporâneas. Rede mundial das Cidades MIL da UNESCO.	Prof. Dr. Qingwen Dong (Estados Unidos da América)	Diretor do Programa de Graduação da Universidade do Pacífico
11	A rede mundial das Cidades	Equipe 9 Os indicadores	Prof. Dra. Violeta Kecman,	Professora Livre Docente da Escola

14.10	MIL da UNESCO: exemplos de cidades contemporâneas	Espiritualidade e Saúde na perspectiva das Cidades MIL: suas métricas. Tipologia de cidadãos de acordo com o paradigma de cidade adotado. Exemplos de cidades contemporâneas. Rede mundial das Cidades MIL da UNESCO.	(Sérvia)	de Altos Estudos de Comunicação de Belgrado e expert de UNESCO
12 21.10	Paradigmas de cidade e tipologia dos cidadãos que esses paradigmas contribuem para desenvolver; perfis psicológicos dos cidadãos. Integração da cidadania MIL no Sistema <i>Blended</i> (físico e digital)	Apresentação da súmula dos papers individuais. Avaliação da disciplina pelos alunos.	Sra. Jessica Brown (Estados Unidos da América)	Expert de UNESCO
			Profa. Dra. Anna-Emilia Hitetaten (Finlândia)	Expert de UNESCO

Fonte: Arquivo dos autores

Durante a primeira hora de cada aula os professores responsáveis pela disciplina abordaram temas do Programa.

Durante a segunda hora os alunos, organizados em equipes compostas de três a cinco integrantes, apresentaram Seminários, após terem respondido ao desafio de comparar três cidades de sua escolha, cidades comparáveis em termos de tamanho, importância geopolítica para o país em questão e número de habitantes. Utilizando procedimentos quali-quantitativos sugeridos por Caballero (2016), autor que propõe se utilize recursos da filosofia comparativa; Yin (2014), autor responsável por proporcionar recursos de uma metodologia comparativa; e Chibás Ortiz (2021), autor proponente do método dos 13 Indicadores, de algumas métricas das Cidades MIL e da metodologia das

20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões de Criatividade. Além da apresentação de um Seminário, os alunos foram solicitados a entregar um trabalho escrito embasado em algum dos 12 temas das aulas. Entre as cidades escolhidas para análise, uma devia ser brasileira, outra, latino-americana ou caribenha e a terceira, de outro continente (África, Ásia, Europa, Norte-américa ou Oceania). De qualquer maneira os alunos podiam quebrar este padrão desde que tivessem uma boa argumentação para comparar as três cidades escolhidas.

Cada aluno também foi solicitado a entregar um paper individual com o relato de um caso de estudo de cidades realizado por meio do mesmo procedimento já utilizado por ocasião do preparo do seminário

Durante a terceira hora de aula, palestrantes convidados realizaram uma minipalestra sobre os temas das aulas, remarcando aspectos próprios de seus países de origem.

Para facilitar o desenvolvimento desse processo coletivo foram criados grupos nas redes sociais, entre as quais o Whats app. Os docentes responsáveis pela disciplina permaneceram em plantão constante de atendimento a alunos fora do horário das aulas, respondendo a dúvidas que naturalmente surgem durante o processo de buscas individuais e coletivas. Alguns dos trabalhos coletivos e papers elaborados pelos alunos e colegas já foram apresentados em eventos internacionais e serão objeto de publicações em revistas científicas e livros.

O material das apresentações em power point e os trabalhos escritos foram doados para a disciplina, o que possibilitou a criação de

uma importante base de dados e de conhecimentos inéditos sobre o assunto.

Durante o processo de avaliação da disciplina os alunos se mostraram bastante satisfeitos e apresentaram sugestões de aprimoramento. Os colegas experts nacionais e internacionais que participaram como palestrantes convidados avaliaram como muito positivos os conteúdos e dinâmica da disciplina. Igualmente positiva foi a participação da própria UNESCO, ao permitir que a experiência fosse apresentada no *Global MIL Week* de 2022, evento mundial anual da UNESCO para tratar do tema *Alfabetização Mediática e Organizacional* (UNESCO, 2021 b).

Esta foi, de fato, uma experiência bem-sucedida!

Considerações Finais

Pela presença de alunos e professores convidados de vários países esta foi, sem dúvida, uma disciplina multicultural, que reuniu diversos aspectos e visões de Cidades com Alfabetização Mediática Informacional ou Cidades MIL. Esta disciplina que abordou temas complexos referentes à transformação de cidades preexistentes ou novas em Cidades MIL, seguindo o paradigma de UNESCO, é considerada pioneira, tanto em âmbitos acadêmicos como profissionais. Também pode ser reconhecida como disciplina que favoreceu o ativismo ao proporcionar um leque de novas possibilidades de interação,

intercâmbio e desenvolvimento conjunto de colegas das mais diversas profissões e com os mais diversos pontos de vista.

Os esforços empreendidos na avaliação e quantificação de fenômenos de difícil metrificação são justificáveis diante do fato de que os gestores de cidades demandam tais informações para poderem tomar a decisão de implementar, ou não, mudanças em conformidade com essa nova visão de cidade. O esforço pela elaboração de indicadores e métricas que possibilitem realizar uma avaliação quantitativa das cidades também é uma preocupação da UNESCO (2019).

Alguns dos participantes como alunos da disciplina já publicaram seus trabalhos, realizados individualmente ou em equipe. Outros apresentaram seus papers individuais em eventos e aguardam publicação em revistas e livros. Muitos deles também estão integrando equipes empenhadas na transformação de suas cidades ou de outras, próximas às suas, em cidades MIL.

As contribuições de todos foram muito bem-vindas. Este é o primeiro passo de muitos outros no caminho de aprofundar o estudo dos indicadores e métricas no conjunto de métodos eficazes e de articular experiências, disciplinas e saberes teórico-práticos, como a Inteligência Artificial, as grandes bases de dados, a Nanotecnologia e disciplinas entre as quais Geografia, Arquitetura, Sociologia, Psicologia e Filosofia. Para aprofundarmos no conhecimento se mostrou muito relevante a participação de professores convidados que comprovaram serem muitas as formas de existir e reafirmaram a importância da

Internet das coisas, sem perda do foco no ser humano, princípio e fim de tudo o que realizamos. Parte-se agora para implementar na prática, em prefeituras do Brasil e de outros países, muitas dessas ideias o que, sem dúvida, demandará novas reflexões e novas mudanças na teoria e na prática da implementação desta factível utopia.

Referências

Carlsson, U. (Org.) (2019). *Understanding Media and Information Literacy, (MIL) in the Digital Age, a question of Democracy*, University of Gothenburg, Gothenburg.

Caballero, A. et al. (2016). Investigación en Educación Comparada: Pistas para investigadores noveles. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, 39, pp 39-56, Año 7, N° 9.

Chibás Ortiz, F. et al (2021). *La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: educación, comunicación y salud sostenible*. La Habana: Pueblo y Educación. Disponível em: <https://bit.ly/3Egi8gJ>.

Chibás Ortiz, F. (2016). Ética e barreiras culturais à comunicação: fronteiras líquidas da organização na era digital. *Revista ENIAC*, 5 (2), p. 257-277. Disponível em: <http://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/353>. Acesso em: 16 out. 2020.

Chibás Ortiz, F. (2020). Preliminar Note. In: Yanaze, Mitsuru H.; Chibás Ortiz, Felipe (Eds.). *From Smart Cities to MIL Cities: Metrics inspired by UNESCO vision*. São Paulo: ECAUSP, Acesso em: https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO

Grizzle, L. (2020). *Ciudadanos AMI: Informados, comprometidos, empoderados*. Gotemburgo, UNESCO.

Muratova, N, Grizzle, A, Mirzakhmedova, D. (2021) *Alfabetización mediática e informacional en el periodismo: Manual para periodistas y docentes de periodismo*, UNESCO

Ribeiro, R. I. (2021) Cidades MIL: anúncio de um novo tempo. Reflexões. In: *Palavra y Ciencia*. Revista Científica Internacional. Moscow, Number 1 (2) / March 2021, p. 128-136. /Disponível em: <http://wiscience.ru>. Acesso em: 10 de out. 2021.

Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Scielo Brasil, Dossiê: Movimentos Sociais Soc. Estado*. vol. 21, n. 1, Brasília jan./apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 23 de set. 2021.

UN (2021). *Seventy-fifth session Agenda item 56 Questions relating to information, /Resolution adopted by the General Assembly on 25 March 2021*, Acesso em: <https://undocs.org/en/A/RES/75/267>

UNESCO (2018). *MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media and Information Literacy in Cities*. <https://en.unesco.org/milcities>

UNESCO (2019). *Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)*https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf

UNESCO (2020). *Seoul Declaration on Media and Information Literacy for Everyvay and by Everyone*, Acess: <https://en.unesco.org/news/seoul-declaration-media-and-information-literacy-everyone-and-everyone-0>

UNESCO (2021a) *Windhoek Declaration + 30*, Acess: https://en.unesco.org/sites/default/files/windhoek30declaration_wpfd_2021.pdf

UNESCO (2021b) *Global MIL Week*, Access: <https://en.unesco.org/commemorations/globalmilweek/2021/featureconference>

YIN, R. K. (2014). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman.

Rede de Cidades MIL na América Latina e Caribe. Desafios e Oportunidades

Júlio César Suzuki ⁶

Felipe Chibás Ortiz ⁷

Ana Paula Dias ⁸

Jesús Enrique García Rivero ⁹

O futuro da vida urbana tem sido alvo de discussão entre diversos setores da sociedade. Não à toa, a agenda das organizações internacionais passou a englobar a temática das cidades conforme o objetivo 11 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas [ONU], (2021), firmada durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

O estudo das cidades torna-se especialmente importante em regiões como a América Latina, segunda região mais urbanizada do

⁶ Professor livre docente na Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina. Professor no Prolam-USP e no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) jcsuzuki@usp.br

⁷ Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

⁸ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e membro do Comitê Jovem UNESCO MIL Alliance anapauldias665@gmail.com

⁹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e membro do grupo de pesquisa Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing jegrivero@me.com

mundo, em que 81% da população vive em centros urbanos, conforme apontam Suzuki et al. (2022, p. 421).

No cenário atual, com as transformações tecnológicas em curso somadas à disputa pela hegemonia econômica e cultural sob as quais a região está submetida, faz-se necessária a reflexão sobre novos caminhos para o planejamento urbano e as estratégias de desenvolvimento a serem adotadas pelos países latino-americanos - que na última década têm visto derrubados os seus desejos de integração econômica e política - a fim de se posicionarem no jogo econômico global.

Nesse sentido, apresentamos como proposta o conceito de Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) ou AMI (Alfabetização Midiática e Informacional), defendido pela UNESCO (2018) como alternativa para as demandas das sociedades na Era da Informação, que propõe o uso das novas tecnologias em função do desenvolvimento humano sustentável de todas as capas sociais que a integram de forma ética, inclusiva, participativa e cidadã, para além do crescimento financeiro e tecnológico.

O conceito MIL (*Media and Information Literacy*) tem como foco o cidadão e o fomento de um conjunto de competências para pesquisar, avaliar criticamente, usar e contribuir com informações e conteúdo de mídia com sabedoria; conhecimento dos direitos online; entender como combater o discurso de ódio online e o cyberbullying; compreensão das questões éticas que envolvem o acesso e uso de informações; e se envolver com a mídia e as TICs para promover igualdade, liberdade de

expressão, diálogo intercultural e inter-religioso, temas cujos efeitos impactam diretamente a vida nas cidades.

Assim, o conceito de Cidades MIL oferece recursos para o desenvolvimento econômico e social. Nosso objetivo no presente capítulo é indicar a contribuição da implementação de uma rede de cidades MIL na América Latina e Caribe em um cenário econômico e político de guerras comerciais e de disputa pela hegemonia. Para tanto, refletimos sobre os principais desafios e oportunidades no contexto latino-americano e, posteriormente, discutimos o conceito de cidades MIL.

América Latina e Caribe: Desafios Contemporâneos

A América Latina e Caribe é um território marcado em sua formação histórica pela mestiçagem de povos e ideias que se encontram por vezes de forma discordante. E se a cidade é, pela sua natureza, um ambiente propício para o desenvolvimento de novas tecnologias (Ramírez e Pradilla, 2014), elas só não resolvem o acúmulo de desigualdades tão comuns nas urbes latino-americanas.

Além disso, com a crescente revolução digital nas cidades e os avanços alcançados em diversos setores, surgem novas possibilidades econômicas, sociais e culturais. No entanto, esses novos arranjos trazem consigo situações novas para a sociedade. Levy (2010, p. 201) indica que:

Habitamos todos os meios com os quais interagimos. Habitamos (ou habitaremos), portanto, o ciberespaço da mesma forma que a cidade

geográfica e como uma parte fundamental do nosso ambiente global de vida. A organização do ciberespaço procede de uma forma particular de urbanismo ou de arquitetura, não física, cuja importância só irá crescer. Contudo, a arquitetura suprema procede do político: ela diz respeito à articulação e ao papel respectivo dos diferentes espaços. Colocar a inteligência coletiva no posto de comando é escolher de novo a democracia, reatualizá-la por meio da exploração das potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação.

Conforme defende o autor, a inteligência coletiva e o pensamento crítico são elementos importantes para determinar os rumos do desenvolvimento tecnológico. Voltando o olhar para um dos desafios urgentes da Era da Informação, a desinformação e suas consequências na esfera pública, Aguaded e Romero-Rodríguez (2015) explicam que os efeitos das transformações tecnológicas não se restringem ao âmbito político e social, e alcançam também o âmbito econômico.

Nesse sentido, de acordo com Manuel Castells (1996), a globalização e a revolução tecnológica estão se combinando para formar uma sociedade em rede, cujos poderes de transformação são colossais na medida em que a economia global emergente da produção e competição baseada em informações é caracterizada por sua interdependência e a crescente diversificação dentro de cada região. Assim, a dinâmica dos fluxos, interações e as estratégias dos atores coletivos estão gerando a remodelagem da sociedade em escala global e, em particular, ligando vários sistemas urbanos uns aos outros. (Castells, 1996, citado em Romero-Rodríguez, 2015).

Como efeito da crescente mudança no tecido social ocasionada pela globalização e inovação tecnológica, faz-se necessário pensar o

espaço público como forma de ressignificar a vida urbana, tomando as cidades como *locus* da satisfação das necessidades da sociedade (Suzuki et al.,2022, p. 442).

Nesse cenário, a abordagem proposta pela UNESCO de construção de uma cidade cujo modelo está baseado na alfabetização midiática e informacional, envolvendo diferentes atores como a sociedade civil, o setor público e privado, as universidades, políticos, ONG, grupos originários, dentre outros, mostra-se como alternativa promissora para o desenvolvimento das cidades no contexto latino-americano.

Para subsistir e poder olhar para o futuro, os países da América Latina e Caribe precisam, além de realizar a gestão dos seus recursos de uma maneira eficaz, promover a integração do universo das diferenças de todos os elementos que os compõem, de forma que se viabilizem as mudanças em matéria de inovação econômica, política, urbanística; na sociedade e no pensamento.

Dessa forma, na medida em que se privilegia a perspectiva educacional, é possível ponderar o papel da tecnologia, dos saberes tradicionais e da superação das barreiras culturais na busca do desenvolvimento sociocultural da região. E, uma vez que a criação de cidades MIL implica a produção de conhecimento e, em consequência, de atividade econômica, a integração comercial poderia se ver também facilitada.

O contexto econômico e geopolítico latino-americano

Considerando o desenvolvimento econômico da região, desde o período colonial até a revolução industrial, passando pela crise de 29 e a intensificação da industrialização no continente nos anos 60, é possível compreender alguns dos problemas relacionados com a vida nas cidades nos dias atuais.

Segundo Agopyan (2019, p.460-461), as experiências urbanas latino-americanas, de forma geral, têm características semelhantes entre si, em razão do contexto de “capitalismo periférico” em que se inserem junto a outras cidades do mundo.

Na obra *A Economia Latino-Americana*, Celso Furtado (2007) contribui para o entendimento do contexto ao destacar questões evidenciadas logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, três aspectos são norteadores para o entendimento das dificuldades econômicas enfrentadas: a questão do financiamento externo, o acesso à tecnologia moderna e o grau de controle externo da indústria latino-americana. Em relação ao financiamento externo, é evidente a dependência da América Latina, que fica à mercê dos capitais estrangeiros.

Com relação ao acesso à tecnologia moderna é algo que pode ser medido como conceito de justiça e/ou injustiça e processo impositivo de hegemonia, pois depende de condições financeiras e estruturais favoráveis para se ter acesso.

A questão da tecnologia é abordada como um fenômeno global que envolve mudanças estruturais. As coletividades humanas concernidas por

tal processo devem participar e estar preparadas para as necessárias mudanças de estrutura. É racional ao nível da empresa e irracional ao nível da coletividade. As tecnologias são falsamente modernas para um país subdesenvolvido, na medida em que economizam mão de obra e são dispendiosas em capital. (FURTADO, 2007, p.116)

Outro aspecto notável retratado pelo autor é o controle externo que muitas vezes acontece sobre aquilo que é originalmente produzido pela América Latina. Por exemplo, na exportação de produtos agrícolas a países dominantes que, em seguida, são vendidos de volta na forma de produtos industrializados para quem originalmente os produziu.

Ademais, a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020 agravou a crise econômica que a região vinha enfrentando na última década. O quinquênio 2014-2019 foi o período de menor crescimento econômico para a região dos últimos cinquenta anos. (ONU e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], 2020, p. 8)

De acordo com Barros, Gonçalves e Samurio (2020), “no decorrer do primeiro semestre de 2020, a América do Sul tornou-se uma das regiões mais afetadas do mundo, tanto em relação ao número de casos e de mortes quanto em relação à queda do comércio intrarregional” (p. 129).

Os autores observam também decisões unilaterais e falta de articulação e posições comuns em fóruns políticos nos países sul-americanos. Nesse sentido, os efeitos da pandemia têm maior impacto no comércio intrarregional da América do Sul que no comércio da região com o resto do mundo e a recuperação pós-pandemia poderá ser mais lenta que a média global, devido à falta de coordenação

econômica e de medidas para incentivar o comércio entre os países sul-americanos.

Dessa forma, o entorno econômico global está marcado ainda, para além dos efeitos da pandemia de COVID-19 que afeta de forma desigual os distintos países, pela guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, bem como pelo conflito na Ucrânia porque envolve direta ou indiretamente as maiores economias e as maiores potências militares do globo.

No primeiro caso, para os países da América Latina a recuperação tem sido condicionada pelo ressurgimento de novos casos e pela aparição de variantes diferentes como a Ômicron, Delta ou Deltacron, somado ao fato da vacinação lenta e desigual.

Brasil e México, os dois países da região com mais mortes pela doença, são também os que têm maior número de doses aplicadas, porém são Chile, Cuba e Uruguai os que estão à cabeça da imunização completa, sendo o Chile o líder também no rubro das doses de reforço. Em contrapartida, países como Jamaica, Guatemala, Paraguai, Honduras e Bolívia apresentam níveis mais baixos de vacinação. Destaca-se negativamente o Haiti com menos de uma de cada cem pessoas vacinadas até 27 de março de 2022. (STATISTA, 2022)

Este panorama tem impactado as condições de vida, apesar da recuperação econômica de 2021. Os índices de pobreza extrema teriam aumentado de 13,1% da população em 2020 para 13,8% em 2021, um retrocesso de 27 anos, enquanto estima-se que a taxa geral de pobreza teria diminuído ligeiramente, de 33,0% para 32,1% da população.

O anterior significa que o número de pessoas em extrema pobreza passaria de 81 para 86 milhões, e o número total de pessoas em situação de pobreza cairia ligeiramente de 204 para 201 milhões: “não foi suficiente para mitigar os profundos efeitos sociais e do trabalho da pandemia, estreitamente vinculados à desigualdade de renda e gênero, à pobreza, à informalidade e à vulnerabilidade em que vive a população”, segundo Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL (BÁRBACENA, 2022b).

Nesse sentido, a América Latina precisaria de modelos econômicos e de respostas à crise que priorizem o bem-estar humano e não só o lucro. O que se propõe é avançar para uma sociedade do cuidado mediante uma mudança de paradigma, colocando no centro as pessoas e o planeta (ONU e CEPAL 2022). Isto é importante porque o enfoque MIL considera esses dois, dentre outros elementos, como essenciais no seu *framework* e aplicação.

Além disso, a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos e a guerra entre Rússia e Ucrânia atingem também a região latino-americana.

O aparente deslocamento do centro do poder para a China tem motivado os Estados Unidos a desenvolver uma política de sanções contra diversos países, entre eles vários de América Latina como México, Venezuela ou Cuba; mas também China e Rússia, inclusive antes da guerra na Ucrânia, como parte da sua estratégia geopolítica.

Hoje os estadunidenses devem competir por reter as suas esferas de influência. Isto é relevante porque, do ponto de vista prático, a

reorganização dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos, derivada da forte presença chinesa no continente, “encontra nos tratados bilaterais de livre comércio um dos seus principais instrumentos para enfraquecer os projetos de integração regional” (BRUCKMAN, 2011, p.197).

Nesse sentido, a disputa em torno à tecnologia 5G e sobretudo a grande necessidade de matérias primas e recursos minerais para o funcionamento das indústrias, tanto da China como dos Estados Unidos, têm evidenciado a sua dependência dos países periféricos. Os Estados Unidos apresentam, de fato, uma situação de vulnerabilidade ainda maior, razão pela qual a América Latina passa a ser uma peça estratégica na sua disputa pela hegemonia.

Destaca-se o lítio, útil na fabricação de baterias para carro, celulares, marca-passos e computadores. Este elemento presente em grandes quantidades na Argentina, Bolívia e Chile, mas também no México, é estratégico para os países centrais (STOK, 2021). Os dados mostram também outros minerais em relação aos quais os Estados Unidos dependem em maior proporção da América Latina: estrôncio (93%), lítio (66%), fluorita (61%), prata (59%), rênio (56%), estanho (54%) e platina (44%).

Essa informação indicaria também que a América Latina poderia ter ampla capacidade de negociação para melhorar as condições de troca e comercialização destes recursos, porém essa capacidade “não está sendo utilizada para avançar uma política de industrialização destes, dirigida a agregar valor às suas exportações” (BRUCKMAN, 2011, p.215)

Na atualidade, a China é o primeiro parceiro comercial para a maioria dos países da América do Sul, por exemplo do Brasil; e os Estados Unidos são o primeiro parceiro para a maioria da América Central e para o México que em 2017 “exportou 79% de seus produtos para os Estados Unidos e importou 46%” (FRANZONI; DRUMOND, 2019).

No que diz respeito à guerra entre Rússia e Ucrânia, na qual, segundo George Friedman (2022), a Rússia iniciou por motivos geoestratégicos e com o objetivo de recuperar Ucrânia como um *buffer state* ou estado barreira que protege Moscou de uma possível invasão desde Europa ocidental, tem impactado de igual modo a região latino-americana.

Os efeitos da guerra refletem-se diretamente nos preços internacionais das principais commodities exportadas desde América Latina, na quebra da cadeia produtiva, principalmente as originárias da Rússia e Ucrânia, bem como na interrupção abrupta dos principais produtos que a região exporta para Eurásia (CEPAL, 2022a). Isto repercute no incremento de preços dos alimentos e da energia utilizada na indústria.

Outro possível cenário, considerando a orientação produtiva da Rússia e Ucrânia como exportadores de commodities, é o benefício que para América Latina pode representar substituir a um preço maior os produtos que esses dois países não podem mais oferecer nos mercados internacionais, pelo menos até o fim do conflito. Em todo caso, a recomendação para os governos e os empresários, segundo Andrés

Aleja Rosales da Consultoria Olympus, é avaliar a qualidade da informação diante de um conflito que está acontecendo de forma rápida e que obriga a tomar decisões rápidas (Negócios TV, 2022).

Tal análise dos ambientes macroeconômico e geopolítico faz-se necessária para entender o contexto socioeconômico sob o qual vivem as sociedades no território latino-americano e oferecer subsídios para pensar estratégias de desenvolvimento da região que considerem o cenário global atual e seus impactos sobre a região, de maneira que seja possível construir caminhos que integrem as estratégias nacionais de desenvolvimento também aos governos locais, tendo nas cidades seu ponto de partida.

A Rede de Cidades MIL

O conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), ou *Media and Information Literacy* (MIL), em inglês, criado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) busca educar os indivíduos para se questionarem “sobre as informações divulgadas, de forma a identificar os preconceitos, preparar o discernimento e estabelecer próprios julgamentos sólidos para depois modificar a realidade de forma criativa ética e sustentável”. (GRIZZLE, 2018, citado em CHIBÁS ORTIZ; YANAZE, 2020, p.25)

De acordo com Chibás e Yanaze (2020, p.25) “nesse cenário, o grande desafio das cidades é formar seus cidadãos para uma atuação capaz de influenciar os rumos dos seus municípios, fornecendo as

ferramentas necessárias para os cidadãos enfrentarem os desafios e as oportunidades do cotidiano”.

Levando em consideração que as cidades devem ser capazes de fornecer boa infraestrutura, como água, saneamento; serviços públicos confiáveis; assistência médica; processos transparentes que facilitam o andamento das atividades comerciais; processos simples e on-line para obter aprovações e vários serviços centrados no cidadão, além de atrair investimentos, propõe-se que, a partir da perspectiva de uma cidade *MIL* cujo objetivo é o empoderamento dos cidadãos, a vida urbana considere como princípio fundamental o bem estar social.

Nesse sentido, o *framework* de Cidades MIL, defendido pela UNESCO (2018) e a Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy (GAPMIL), propõe um modelo de cidades no qual as principais diretrizes são desenvolver o pensamento crítico e criativo de seus cidadãos, além de promover o uso ético da comunicação com e sem as novas tecnologias.

Para a construção de uma cidade *MIL* são propostos 13 indicadores de análise (CHIBÁS; YANAZE, 2020, p.33) inspirado na estrutura da UNESCO. São eles:

1. Bibliotecas.
2. Planejamento urbano e mobilidade.
3. Câmara municipal, órgãos administrativos e cidadãos.
4. Saúde pública.
5. Cultura, patrimônio, arte, esporte e lazer.
6. Educação.

7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais.

8. Canais de mídia e informação.

9. Inteligência artificial, startups e canais digitais.

10. Segurança.

11. Meio ambiente e sustentabilidade.

12. Jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQ + e outros grupos minoritários.

13. Métricas de integração geral (implicam medidas com métricas com dois ou mais dos indicadores anteriores).

Em suma, as Cidades MIL são cidades que utilizam as novas tecnologias, mas em função do desenvolvimento humano sustentável de todas as camadas sociais que a integram de forma ética, inclusiva, participativa e cidadã.

Posto o contexto das cidades latino-americanas no atual cenário global, entende-se ser preciso arquitetar para além dos processos de urbanização, considerando também a transformação do capitalismo e as mudanças tecnológicas para uma escala global de produção, aspectos para os quais o modelo de Cidade MIL aponta direções para o desenvolvimento de conexões internacionais, e do capital humano e econômico.

Considerações finais

A discussão proposta neste espaço tem o intuito de demonstrar de forma geral os desafios para o desenvolvimento socioeconômico desde

o nível macro até o nível micro, se estendendo, portanto, aos governos locais, pois é nas cidades que “nos aglomeramos, produzimos, trabalhamos, criamos cultura e nos organizamos como sociedade” (SUZUKI et al., 2022, p. 421).

Dessa forma, encarando como ponto de partida o desafio que vivem os governos locais de pensar regionalmente e também globalmente, além da necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social de maneira abrangente, apresentamos como alternativa para modelagem das cidades nos países latino-americanos o *framework* das Cidades MIL, uma vez que este modelo considera em sua configuração a complexidade do contexto social e econômico atual, envolvendo atores chave como governos e autoridades públicas dos setores de mobilidade e transporte, saúde, educação, cultura, meio ambiente e sustentabilidade, novas tecnologias, mídias e canais de informação, segurança e, sobretudo, toda a diversidade da sociedade civil, tendo como foco o cidadão.

No final, assinalar que a multiplicação exponencial dos estudos na aplicação do *framework* das Cidades MIL é uma tendência desejável na América Latina como opção para reduzir as distâncias no desenvolvimento humano entre nossos países e outros considerados mais prósperos.

Referências

Agopyan, K. K. (2019). *O fortalecimento da democracia pelo local: o direito à cidade em Chinchilla, L.* (Organizador). *Democracia, Liderança e Cidadania na América Latina*. Edusp.

Aguaded, I. e Romero-Rodríguez, L. M. (2015). Mediamorfosis y desinformación en la infoesfera: Alfabetización mediática, digital e informacional ante los cambios de hábitos de consumo informativo. *Education in the Knowledge Society*, vol. 16, núm. 1, 44-57. Universidad de Salamanca. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/5355/535554757004.pdf>

Barros Silva, P., De Souza Borba, J. e Samurio, S. (2020). *Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19*. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi27art8>

Bruckman, M. (2011) Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana em Rego, A, Barros Silva, P., Bojikian, A. (Organizadores). *Governança global e integração da América do Sul*. Livraria do Ipea.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL]. (28 de marzo de

2022a). *Webinario: Mesa Redonda. Impacto de la guerra en Ucrania en la economía Post-COVID de América Latina y el Caribe*. <https://www.cepal.org/es/eventos/webinario-mesa-redonda-impacto-la-guerra-ucrania-la-economia-post-covid-america-latina>

Comissão Econômica para a América Latina [CEPAL]. (25 de janeiro de 2022b).

Pobreza extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da COVID-19. [Comunicado de imprensa] <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-extrema-regiao-sobe-86-milhoes-2021-como-consequencia-aprofundamento-crise>

Chibás Ortiz, F. e Yanaze, M. (Organizadores). (2020). *Das cidades inteligentes às cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. ECA-USP.

Franzoni, M., Drumond, L. (2019) É possível para o México romper relações com os Estados Unidos? em Dessotti, R., Barbosa, F.L., Franzoni, M., (Organizadores). *México e os desafios do progressismo tardio*. Elefante Editora.

Furtado, C (2007). *A Economia Latino-Americana*. 4ª Edição. Companhia das Letras.

Grizzle, A. (2018). *Assessing Citizens' Responses to Media and Information Literacy*.

Competencies through an online course: An Empirical Study and Critical Comparative Analysis of Experts' Views. Doctoral Dissertation. ISBN: 9788449084775: <http://hdl.handle.net/10803/666860>. Tesis Doctorals en Xarxa (TDX). Autonomous University of Barcelona, Spain.

Levy, P. (2010). *Cibercultura*. Ed. 34.

Negocios TV. *¿Cuál es el impacto económico del conflicto entre Rusia y Ucrania en México y Latinoamérica?* [Arquivo de vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=BWNlUoE2Bco&t=508s>

Organización de las Naciones Unidas (ONU) y Comisión Económica para América

Latina y el Caribe [CEPAL]. (2020). *Informe sobre el impacto económico en América Latina y el Caribe de la enfermedad por coronavirus (COVID-19)*. CEPAL. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45602-informe-impacto-economico-america-latina-caribe-la-enfermedad-coronavirus-covid>

Organización de las Naciones Unidas (ONU) y Comisión Económica para América

Latina y el Caribe [CEPAL]. (28 de febrero de 2022). *Claves de la CEPAL para el desarrollo N° 11: Panorama Social de América Latina 2021*. URI: <https://hdl.handle.net/11362/47752>

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2019) *Nova Agenda Urbana*. Recuperado de: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

Ramírez, B. e Pradilla, E. (2014). *Teorías sobre la ciudad en América Latina*. eBook. Universidad Autónoma Metropolitana.

Statista. (17 de abril de 2022). *Porcentaje de vacunados y dosis administradas contra el coronavirus (COVID-19) en América Latina y el Caribe a 27 de marzo de 2022, por país*. <https://es.statista.com/estadisticas/1258801/porcentaje-y-numero-vacunados-contra-covid-19-en-latinoamerica-por-pais/>

Suzuki, J. C., Chibás Ortiz, F. e Dias, A. P. (2022). Cidades MIL: Perspectivas para o

Planejamento Urbano na América Latina em Suzuki, J. C., Cintra, M. M. e Cerqueira de Araújo, G.C. (Organizadores). *A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), v. 1, 421-445.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (06 de setembro de 2019) *Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)*. Recuperado de: https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (17 de abril de 2022) *Media and Information Literacy Cities*. Recuperado de: <https://www.unesco.org/en/communication-information/media-information-literacy>

Human development Considerations that predict Effective. MIL Cities in the 21st Century

Linda S. Pagani ¹⁰

Few people and nations would disagree that, despite advances in technology, children remain our most important natural resource. In social collectives, such as urban and rural communities, the best predictors of a population's success are its cognitive and non cognitive human capital resources (Duckworth et al., 2019). Consequently, both private and public investments, made for every child born, expect to generate individual returns throughout the lifespan as citizens (Heckman, 2006).

Although parental investment is key, this ideal also drives decision-makers in policy, clinical practice, and education toward the success of a nation (Sodirjonov, 2020). The idea is that if children grow up healthy mentally and physically, they will become motivated to monetize their skills and become autonomous citizens (Byskov, 2018). Autonomy and empowerment allow them to repay their debt to society in civic and economic terms (Rea & Burton, 2020; 2021). They become parents themselves, creating an iterative process in intergenerational population-based investments that ensure a thriving, functional, and self-replenishing economy (Heckman, 2006).

¹⁰ School of Psycho-Education, Université de Montréal, Canada. Sainte-Justine's Pediatric Hospital Research Center, Université de Montréal, Canada. School Environment Research Group, Université de Montréal, Canada. linda.s.pagani@umontreal.ca

Behind this iteration of multidisciplinary ideas are theories of human development. In this chapter, we first address three established theories that explain cognitive, moral, and psycho-social development. We then discuss important mechanisms behind the ecology of human development, explaining environmental influence theories. We elaborate upon positive notions of what defines human flourishing and its connection with different psychological ecosystems using a strength-based approach. Finally, we consider how living in the digital age applies to the integration of theories in human development for the 21st century. Each selected theory is offered as relevant to the 21st century UNESCO city mission of establishing ethical harmony between technology and traditional interpersonal communication worldwide (Unesco, 2019; Chibás Ortiz et al., 2020). We end with concrete applications that consider the sustainable metrics offered by UNESCO's MIL mission.

Technology has pushed us into the "post-truth era," People socialize, construct, share their own ideas in a convincing tone and every fact easily becomes the object of quasi-intellectual debate, as though facts can be reduced to myths (Marmot, 2017). This is dangerous because it makes the distinction between true and false difficult for a significant part of any population. In the context of this collective work, living in the digital age requires media and information literacy (MIL, Unesco, 2019). This refers to knowledge, competence, and attitudes that bootstrap critical thought in relation to online content. There is special concern for social media because it is characterized by free expression of thought and images. As such, it is easy to manipulate, influence, and

elusively engage in different degrees of deception by exaggeration and fabrication. By virtue of self-selected membership and affiliations, social media generates echo chambers that make individuals feel as though a large percentage of the majority agree with them. The objective of MIL is to help individuals capitalize on technology in a creative ethical and sustainable way, respecting diversity, and independent thinking. Such skills represent the cohabitation of traditional lifestyles with advances in technology, where strengths for one compensate for weaknesses in the other, vice versa. Thus, aiming for a MIL city represents a preventive protective factor to human existence, as it aims for the use of technologies in cities, empowering citizens, and providing them with requisite skills for navigation that is compatible with bio-psycho-social human flourishing.

In the context of this chapter, stage theories are based on the idea that **measurable or observable characteristics move through a pattern of distinct stages over time**. Such stages can be described based on distinguishing characteristics during *typical* development. Nature and nurture work in tandem. All these processes are accounted for by genetically wired and preprogrammed brain growth and maturation, mostly in response to environmental stimulation (Cantor et al., 2019). Some overlap between stages is normative from one stage to the next, as development represents a work in progress (Lerner, 2018).

The theories of human development covered in this chapter are historically important because they offer cross-cultural groundwork for

current research and clinical approaches related to citizenry and societal expectations about individuals and families. To be considered valid, a theory should be descriptive and empirically verifiable through replication (Campbell & Stanley, 2015). Theories are judged on six characteristics: significance (comprehensiveness and scope), internal consistency (precision), parsimony (level of simplicity), testability (empirical validity), empirical adequacy (**heuristic potential**), and pragmatic adequacy (applied potential) (Kuhn, 1970). The selected theories have met these requirements.

Human Development: The Lifespan Perspective

Cognitive Development

Going from simple to complex, Swiss psychobiologist Jean Piaget generated a theory of intelligence between the 1930s and 1950s (Piaget, 2020; 1948). He facilitated our understanding of how very young children's thinking gradually develops into full fledged adult thought processes. Babies initiate with reflexes and instinctive behavior. They then begin to discover their world as sensory and motor skills collaborate. As their brains and bodies grow, children's thought processes progress from concrete to more abstract thinking, culminating in individual intellectual potential. For Piaget, development was a continuous growth curve of brain maturation that could be characterized by four sequential stages of intellectual growth and expansion. His ideas and observations form the rudiments of what is now known from cognitive neuroscience, behavioral genetics, and epigenetics (Babakr et

al., 2019). In tandem with growth and development, human mental capacity evolves through a series of four qualitatively different Piagetian stages (Piaget, 2020).

1. Sensorimotor Stage. From the neonatal period, babies are only aware of what is right in front of them. Through trial and error, they focus on what they can see and do and their physical interactions with the environment. Infants shake, pull, and throw things to see what happens. They constantly experiment and gain an understanding of how things and people react. They put things in their mouth to learn about the world. Observations of interactions and events with a desired outcome eventually bring on goal-oriented action. This behavior represents the seeds of human motivation. In the second half of the first year, infants begin to realize that an object exists even though they can no longer see it, known as object permanence. This lays the groundwork for human memory. Infant mobility creates the basis for human autonomy and free will when youngsters start crawling, standing, toddling, walking, and then running. Toward the end of the second year, youngsters reach another important milestone, early language development. This shows evidence that they are developing the foundations of human imagination, symbolism, and receptive and expressive verbal abilities by the age of two.

2. Preoperational Stage. From the beginning of the third year, young children increasingly think about things symbolically. Their language use significantly matures by about age seven. Their memory and imagination elaborate, which allows them to understand distinctions

between the past and future, and reality and fantasy. Their thought processes still rely on intuition and are not yet completely logical. Early childhood paves the way for complex concepts such as causality, time, and comparison that will eventually consolidate in middle and later childhood.

3. Concrete Operational Stage. In middle childhood, youngsters show logical and concrete reasoning, which are honed during primary school. Their thought processes become less focused on themselves and become increasingly aware of external events. They perceive their thoughts and feelings as uniquely their own. The foundations of human perspective-taking are developing as they begin to realize that their personal thoughts and feelings may not be shared by others or may not even be part of reality. This explains why social media requires age 14. Although the Children's Online Privacy Protection Act (COPPA, 1998) restricts websites from tracking data on children under 13, this age represents the minimum social and emotional skills to cope with the demands of social media of the average child. During this stage, most children cannot yet fully perceive abstractly or even think hypothetically.

4. Formal Operational Stage. In later childhood, adolescent imagination symbolic skills related to abstract concepts. This is helpful for perspective-taking, analytical thought, and algebra and science. Adolescents use systematic reasoning, generate theories, and consider alternate explanations and perspectives. They are consolidating their abstraction skills to better understand higher level concepts such as justice, ethics, and morality. Abstract reasoning helps their

understanding of relationships between events as either causal or noncausal or correlational occurrences. The refinements of fluid intelligence lay the foundation for lifelong intellectual growth and the buildup of a crystalized knowledge base.

General intelligence across the world is fairly distributed on a Gaussian curve (Conway & Kovacs, 2018). That is, 70% of all people have an IQ from 85 to 115. The average IQ being 100, which is having the same mental and chronological age. A small amount of people are either below (15%) or above (15%) this average, In the general population, there are a minute number of people that are either very gifted (2.5%) or mentally retarded (2.5%). For Piaget (2020), achieving formal operational thought ultimately involves different levels of abstraction, which lie along a continuum: hypothetical (processing how things could change if there is a modification to an equation or state), deduction (general principles to specific hypotheses) and induction (specific principles to general hypotheses), interpropositional logic (judging whether propositions are logically connected to one another), and finally, reflective thinking (evaluating or testing one's own reasoning). The use of these different levels of abstraction varies according to levels of intelligence (Babakr et al., 2019).

Thought processes develop according to brain maturation (Babakr et al., 2019; Armstrong-Carter et al., 2021). Piaget's theory offers several core concepts that help us understand how human cognitive abilities develop over time. There is a constant struggle for equilibrium in our understanding of the world (Piaget 1948). Information gets built up using

schematic representations, otherwise known as schemas. Disequilibrium from new information provokes a conflict between the known and unknown in these schemas. This conflict, requiring schematic revisions, forms the basis for new learning. For example, using their innate sucking reflex, babies intuitively know how to eat. As the first year of life progresses, babies need to adapt to the idea of consuming solid foods for the first time. Using their innate senses, they intuitively know how to establish shared eye contact with others and where to look for sources of sound. A new sound, such as a phone notification creates conflict and curiosity. Such representations become the foundations for concrete thought that eventually leads to abstraction. Assimilation refers to how youngsters use their existing schemas to interpret a new situation or object. For example, a child seeing a rodent for the first time might call it a baby cat because all they have encountered so far are felines. Accommodation occurs when the child revises an existing schema, thus creating a new one that fits the new information they learn. The child is accommodating information that just because a rodent is furry does not mean it is a cat. Assimilation and accommodation lead to the state of equilibrium that is the basis for knowledge that is gleaned from interactions with people and objects in the environment. All these processes explain how learning occurs and is accounted for by maturation and positive brain plasticity in neuroscience (Cantor et al., 2019).

Scientific advancement is based on critical thinking, especially weighing the advantages and disadvantages of theoretical positions and

predictions. The first major criticism of Piaget's theory stems from the very idea of developmental stages (Babakr et al., 2019). Piaget was originally a zoologist who became a psychologist. He saw links between physical and mental maturation. He concluded that children's thinking is quite different at different points in their maturational development. He also felt that humans vary in physical and psychological development as they mature. This accounts for overlap during stage transition. The second criticism is Piaget's lack of consideration regarding environmental influences on children's development. Piaget derived his conclusions with children in a Swiss early twentieth century context. His assumption was that children in other situations and cultures likely experience the same progression. His contemporary, Russian Lev Vygotsky offered conceptualization of how environment is explicitly or implicitly considered as a crucial mechanism in cognitive development (Yasnitsky, 2018). Vygotsky is considered a complement to Piagetian cognitive development stages. Although Piagetian stage theory does not attend to environmental sources of enrichment or deprivation, it has stimulated research in human development like no other and has heavily influenced research on children's learning.

Achieving MIL requires knowledge about how people learn and their typical cognitive abilities across the lifespan, especially if the objective is to harness a generation of MIL sensitive parents, teachers, and children. Children figure out that nature has rules and things happen in relation to events, situations, and actions. This makes them ready to learn and eager to discover. Through curiosity and experience, children

master a level of information before they can integrate the next level of information. Children of all ages discover by concretely doing things rather than abstractly hearing about them or discussing them. Thus, youngsters benefit from interaction during engaged play with peers, parents, and teachers.

Founding the field of moral psychology, American Lawrence Kohlberg (1973) extended Jean Piaget's previous work to explain how children develop moral reasoning. Kohlberg believed that moral logic is primarily driven by seeking and maintaining justice. Today, we realize that other factors such as compassion, caring, and other interpersonal feelings may also play an important part in moral thinking. His historical research tested a series of moral dilemmas with participants of different ages. He then examined the reasoning behind their judgments in each moral dilemma. His conclusions gave insight into how both children and adults make moral choices and how moral thinking may influence decisions and behaviors. Moral development is a continuous stage-like process that relies upon cognitive development. Nevertheless, much like Piaget, Kohlberg believed that not all people reach the highest levels of cognitive and moral development. His work generated a six-stage theory that describes how moral reasoning emerges and typically develops across the lifespan. Although stages one to four are typically universal in populations throughout the world, the fifth and sixth stages remain rare because they depend upon higher order levels of abstraction and cognitive processes.

Preconventional morality. This is the first level of moral development that lasts from infancy to approximately age 9 years. In early and middle childhood, decisions by youngsters are primarily motivated by adult expectations and consequences of rule breaking. Given the Gaussian curve of intellect in the population, some adults remain at this level of reasoning. There are two substages of preconventional morality.

Stage 1 (Obedience and Punishment). Starting in early childhood, rules are fixed and absolute. We do not really need to know why rules are formulated in certain ways. Individuals just obey the rules to avoid punishment.

Stage 2 (Individualism and Exchange). Starting in middle childhood, although taking the perspective of others is possible, actions are motivated by self-interest. Reciprocity is an option but only if it serves one's own interests and needs.

Conventional morality. This the second level of moral development. It starts in later childhood and can last until emerging adulthood. Given the average IQ being 100 (+/- 15), many people hit a ceiling and remain at this level, which achieves its pinnacle by the end of adolescence. This level marked by acceptance of authority and the adoption of social rules and customs regarding what is good and moral. Being sensitive about peer acceptance, a common attitude is to conform with group norms. At this time, young people adopt the moral standards they have learned from role models (influencers) and from society. There are two substages of conventional morality.

Stage 3 (Developing Good Interpersonal Relationships).

Conformity is further valued. This drives the desire to meet societal expectations and roles. There is strong consideration of how choices influence relationships and perception of one's individual identity. Conformity is for societal expectations and roles.

Stage 4 (Maintaining Social Order). People are concerned that social order is maintained. They consider societal well-being when making judgments. The motivation is to maintain law and order by following the rules, doing one's duty, and respecting authority. Conformity is for social order.

Postconventional Morality. This is the third level of moral development. Only about 10 or 15% of the population achieve this level because it requires a higher than statistically normative level of abstraction and other cognitive skills. There are two substages of postconventional morality.

Stage 5 (Social Contract and Individual Rights). People to account for the differing values, opinions, and beliefs of other people. Rule of law is important for societal order. People at this stage think that society should agree upon rules and standards for all.

Stage 6 (Universal Principles). This final level of universal ethical principles in moral development requires and an exceptional level of abstract thinking. After carefully processed and fact-based thought, people follow their internalized principles of justice, even if they conflict with laws and rules.

Understanding these stages offers helpful insights into the ways that moral thinking may influence decisions and behaviors in both youth and adults. However, moral reasoning may not lead to moral behavior (Kohlberg, 1973). Human behavior and decision-making are based on genetics, environmental experiences, and situational context. Factors such as compassion, caring, and other interpersonal feelings may influence moral reasoning and moral behavior (Sanchez-Roige et al., 2018). There is a difference between knowing what one ought to do versus one's actual actions. Kohlberg made his observations in Western culture, which emphasizes personal rights and individualism. Eastern, collectivist cultures may have different moral perceptions of the relative importance of social groups and larger communities. Lastly, given biological and gendered expectations, there may be differences between males and females in the pace or process of moral development. Kohlberg concluded that women were more drawn toward the third level of moral development because they value social relationships and the welfare of others, compared to men. More recent views of his theory include less-gendered ethical concepts of caring and concern for others (Murphy & Gilligan, 1980).

The sustainability of a MIL City is highly dependent upon its inhabitants. Chibás Ortiz and colleagues (2020) remark that we are now in an era of individualism, characterized by more concerns with self investment than with social investment, and thus less concern for moral concepts (James et al., 2017). This risks more self-oriented behavior. Mathes (2021) tested the idea that that moral development and social

evolution (from hunting and gathering to democratic societies) tend to progress together. College age participants were asked about the resources in which they intended to invest as targets over their lifetimes: self, biological children, mate, biological parents, biological siblings, friends (but not relatives), American strangers, and non-American strangers. Supporting the hypothesis, moral development was correlated with their intended level of future social investment over a lifetime.

In two experiments, Carmicheal et al. (2019) found that concern be taught or accelerated in younger, school age youth. By using digital resources to foster active/experiential learning an engaging classroom activity on morality, students showed improvement on scores on moral concepts related to Kohlberg's theory. With adults, Barida et al. (2019) concluded that group counseling model combined with self-management in college students raised moral intelligence in relation to themselves and others.

Personality and Psycho-Social Development

Danish-German Erik Erickson and Canadian Joan Erikson expanded psychoanalytic theory to include cultural and social context of psycho-social development (Erikson, 1963). From their longitudinal observations, Erikson concluded that personality develops in eight sequential stages of development, from infancy to adulthood. To move from one stage to another, a person experiences a *psycho-social* crisis. In each crisis, the individual faces a conflict between the individual's psychological needs and the needs of the larger social context. This could have a positive or

negative outcome for personality development. Accomplishment at each stage forecasts a healthy personality, characterized by basic human virtues that serve as strengths to resolve the psycho-social dilemmas of the subsequent phase. Failure to successfully accomplish a stage risks a reduced ability to progress to subsequent stages. This causes in internal conflict and results in unhealthy behavioral dispositions. These dispositions, however, can eventually be resolved toward higher levels of personal growth. Each psycho-social crisis results basic virtue that forms the personality. There are eight stages (Erikson, 1968).

(1) Trust versus Mistrust. In infancy, the child learns healthy optimistic dependence on significant others (or not). The resulting virtue is hope, by toddlerhood.

(2) Autonomy versus Shame and Doubt. From about age 2, children learn to become counter dependent in practicing self-restraint and autonomy with basic needs like walking, eating, and going to the bathroom. The resulting virtue is will, by preschool age.

(3) Initiative versus Guilt. From age about 3, children learn independence and purposeful direction by practicing initiative and pursuing goal directed activity. The resulting virtue is purpose, by formal school entry age.

(4) Industry versus Inferiority. From about age 6, children learn interdependence by learning to cooperate and adopting a growth mindset about honing their cognitive, socio-emotional, and physical skills (or not). The resulting virtue is competency, by emerging adolescence.

(5) Identity vs. Role Confusion. Adolescents try different images and roles of themselves and search for identity and meaning in their lives. The resulting virtue is fidelity and an integrated identity, by the end of their twenties).

(6) Intimacy vs. Isolation. Young adults learn how to find love, experiment with commitment in intimate relationships and to work without losing one's identity. The resulting virtue is love, in their mid-thirties.

(7) Generativity vs. Stagnation. In the fourth decade of life, people experiment with productivity, learn more about due diligence, and aim to contribute oneself to a community through family and work. The resulting virtue is care by late adulthood).

(8) Ego Integrity vs. Despair. From about retirement age onward, older adults learn the concept of fulfillment and satisfaction with the contribution they have made during their lifespan so far and aim to regenerate and enjoy the twilight years. The resulting virtue is wisdom in the golden years.

Erickson's (1968) lifespan-based personality development theory is strong because it takes into consideration the psycho-social context and societal expectations to frame typical psychological crises at different periods in human development. It is, however, occidental, and thus might accelerate in other cultures and social strata where childhood and adolescence accelerated as a means of survival (Maree, 2021). Apart from genetics, there are multiple influences on life that interact with and affect a person as they develop (Sanchez-Roige et al., 2018).

Erickson's lifespan approach helps us understand where digitalization and information systems does have potential consequences and rewards for people. For example, school age youth can get a tutorial on *youtube* or a tutor on *zoom* to help with homework or understanding a school lesson. Adolescents can branch out and socialize with friends during busy periods at school without leaving their homes and taxing study time. Young adults can pursue the answers to their emerging adulthood crisis while using online dating applications to meet potential mates both effectively and efficiently. The psycho-social challenges of middle adulthood regarding productivity are potentially facilitated from filing taxes to social networking with co-workers or former school mates. In essence, digitalization has facilitated the developmental tasks set forth by this theory. Thus, although it helps shape our perceptions of different rights of passage in development, the theory does not comment wider social environmental influences that affect opportunity structures during the lifespan.

Environmental Influences on Human Development

Ecological Systems Theory

Simultaneously taking a narrow and broad perspective of confluent influences on development, Russian-American Urie Bronfenbrenner (1979) recognized there are multiple overlapping environments that interact with the individual during the lifespan. His environmental influence extended the sociocultural ideas of Russian Lev Vygotsky, in

which the environment is explicitly or implicitly considered as a crucial mechanism in cognitive development (Yasnitsky, 2018).

In his Ecological Systems Theory, Bronfenbrenner (1992) acknowledges the dynamic interactions between five different environments as a nested arrangement of structures. Each environment is contained within the next and influencing human experiences by influencing each other. These inter-related contexts are systematically nested by how much of an impact they have on child development. Because such systems are interrelated, their influence on one another affects risk and protective factors experienced by the developing person. Thus, Bronfenbrenner (1992) contemplated on five levels of environmental influence.

At the first level, we have the microsystem. It includes the child's immediate environment such as parents, siblings, teachers, and peers. meaning that thoughts and behaviors of the child can be influenced by significant others and that the child can also influence thoughts and behaviors of significant others. Although he characterized these as bidirectional influences, today micro and mesosystemic relationships are viewed as transactional (Sameroff, 2020). The interactions within microsystems are critical for fostering and supporting child development. For example, a strong nurturing relationship characterized by equal parts of warmth and control from parents is likely to have a positive effect on the child (Sameroff, 2020).

At the second level, we have the mesosystem. It encompasses the interactions between the child's microsystems. This typically includes

interactions between children and parents/siblings, teachers, and classmates. The mesosystem is where individual microsystems do not function independently. Rather, they are interconnected and influence each other. For example, if parents communicate with teachers, positive interactions are expected to affect child development in a positive way, and vice-versa. Thus, a mesosystem is a relationship between microsystems.

At the third level, we have the exosystem. It incorporates other formal and informal social contexts, which do not themselves contain the child, but indirectly influence them as they affect one of the microsystems. Good examples of this are the neighborhood, the school board, friends of the family, parental occupations. Mass media also represent exosystemic environments in which the child is not directly involved but remain external influences on child and family experiences. Children are affected by their school environment. Parents are affected by their work environment. Then, parents and children interact in their microsystem, ultimately affecting human development.

At the fourth level, we have the macrosystem. It focuses cultural elements that affect human development. These are typically factors which influences access and control over wealth and family traditions, such as family finances, parental education, intergenerational wealth, geographic location, and ethnicity/culture. These influence opportunity structures that affect beliefs and perceptions about events that transpire in life. Living in a developing country offers different experiences than living in a developed country.

At the fifth and final level, we have the chronosystem. It consists of environmental changes that occur over a lifetime and influence development. These include major life transitions, timed events, laws and policies, and historical events that generate transitions. These can include normal life transitions such as starting kindergarten, high school, college, and legal drinking age and being able to drive or vote. This level can also include non-normative life transitions being affected by parental death or divorce or wartime.

Ecological Systems theory provides an inclusive and systemic and environmental approach to human development (Bronfenbrenner, 1992). It provides a useful framework for psychologists, sociologists, and teachers to frame youth development. Much of the research at the time needed to frame risk and protective factors in development. Because of its acknowledgement at different levels of environmental influence, the theory has implications for educational practices related to MIL. To enhance MIL, we must look not only at the child and the immediate environment, but also at the interaction of the social, geographic, and political context as well.

Positive Youth Development Theory

Influenced by Bronfenbrenner's (1992) concerns regarding multilevel ecological systems and the recent paradigm shift toward positive psychology, Richard and Jacqueline Lerner generated and promoted the Positive Youth Development theoretical framework (Lerner et al., 2018). Youth are resources to be developed (positive, healthy, and thus

promoting well-being) rather than problems to be managed (based on a negative, disease and thus preventing disease). The former looks at the child as potentially strong and able to develop intentional self-regulation and the latter looks at youth as at-risk and potentially weak. Thus, rather than grounding its developmental approach in the presence of adversity, risk or challenge, this environmental approach harvests children's characteristics as resources to develop toward flourishing (Bethell et al., 2019).

Through a process of positive confluence between the individual and environment, toward intentional self-regulation (Lerner, 2018). Young people construct a disposition toward *aspiring* to contribute to oneself and the community. This process helps develop respect and prosocial attitudes, academic socio-emotional and cognitive skills, self-efficacy, and self-worth.

To achieve healthy, productive, and engaged youth, environments must work with youth to improve their assets, agency, contribution, and enablement (Lerner et al., 2018). Assets refer to the resources and skills to achieve their potential. Agency refers to the perception of self-efficacy in using their assets and aspirations in decision-making toward personal goals. Contribution refers to engagement as a source of fuel toward positive outcomes for both the individual and the community. In an enabling social/structural/instrumental environment, youth are supported in developing their assets, agency, access to opportunities in ecological developmental systems that encourages them to flourish.

They outline a process that promotes youth flourishing. Youth develop feelings of competence, confidence, connection, character, and caring from positive environments (Lerner et al., 2018). They are viewed as individuals who actively engage in developing five positive qualities through self-regulation, where:

Competence refers to psycho-social and cognitive skills and actions that help face challenges, tasks, and stresses in life.

Confidence is characterized by an internal and global sense of positive self-worth and self-efficacy.

Connection refers to positive attachments with people and institutions. These are reflected in transactional relations between the youth and peers, family, school, and community that characterize youth engagement.

Character represents respect for socio-cultural norms and having standards for correct behaviors, right and wrong, and integrity.

Caring refers to a sense of compassion for others.

And, a sixth characteristic, *contribution*, translates the confluence of the above five competences into a desire for active participation across a variety of contexts. As youth are empowered and involved in their communities and social groups, they improve in self-efficacy, self-determination, and confidence in their future (Catalano et al., 2004). Ultimately, the *confident* and *competent* youth *cares* to *connect* with *characteristics* that define responsible leadership by uniquely *contributing to others*.

This approach considers potential and capacity of each individual child (Lerner, 2018). For young children, the family and school represent the main vehicles of socialization and institutions which provide warmth and structure. Young people and their families have strengths that can be built upon to create preparedness and engagement. By experiencing mutually beneficial social relations with significant others and institutions, youth are more likely to chart a trajectory toward positive engagement to themselves, their families, and their communities. From this theoretical vantage point, children and adolescents actualise their own potential through opportunities to develop life skills and supportive relationships with prosocial peers and adults. Through a process of confluence, these characteristics generate a disposition toward wanting to contribute to oneself and society.

In this theoretical context, youth participation is vital to a healthy population. Accurate, effective, and positive use of digitally available information likely affect the outcomes of positive youth development (competence, confidence, connection, caring, and character). These represent a desirable outcome of MIL for urban settings. For successful implementation of MIL, online environments must work with youth to improve their assets, agency, contribution, and enablement. Online communities of all sorts can provide the ongoing, developmentally appropriate support young people need over the first 20 years of their lives. Digital communities can be intentionally designed to help young people build knowledge and strengths, values, and connections they need for life and work. In such contexts, youth are given a voice and

treated as valued partners who have meaningful, decision-making contributions to be made in programs and communities on the internet. Online communities can support and engage youth from all walks of life, without borders and showing accommodation when a young person expresses interest for involvement. Online communities can acknowledge the need to identify and respond to specific challenges faced by some youth. For example, the pandemic has created opportunities for online education as never before, so parents of young children can engage in job training or school completion requirements, regardless of distance. Positive youth development model encourages organizational change and collaboration for community change toward a more humane society. The online community can become a great place to grow up for some youth who have little access and control of financial resources. This theory demands a reach beyond programs, as it promotes a collaboration for community and organizational change. For example, online internships can be offered to youth who live far from financial or industrial sectors of urban centers. In fact, all sectors have a potential role to play in making the community a great place to grow up.

Flourishment of Measurable Developmental Assets in Youth

A healthy and connected lifestyle represents flourishing, the gold standard for defining well-being across development. According to flourishing theory, an optimal life is pleasant, engaged, meaningful, achieving, and connected with others (Seligman, 2011). This state is cultivated by valuing one's strengths and talents as resources. Ultimately,

to flourish represents a state of positive emotions, engagement, relationships, finding meaning, and a sense of accomplishment.

Effective interactions between the youth and environment culminate in nurturing the beliefs, behaviors and skills that characterize healthy and optimal development in emerging adulthood (SHEK *et al.*, 2019). The positive transaction from building on the part of the youth and nurturing on the part of the environment, forms a scaffolding that supports the emergence of developmental strengths that form a foundation of resilience. Resilience refers to the ability to productively respond to challenging situations and risk factors (Lerner, 2018).

To enable productive and engaged young people, online environments must consider their personal and contextual assets. Peter Benson and the Search Institute (2007) elaborated a 40 Developmental Asset Model (see Table 1). This growth mind-set suggests that assets serve as tools and protective factors development, and that youth move toward thriving behaviors as they acquire more assets (Benson *et al.*, 2011; Syvertsen *et al.*, 2021). Its philosophy emphasizes the need for people to treat and perceive each other positively, equally, and non-judgmentally. It urges communities to support youth rather than shame them when they err and the need for adults to acknowledge the importance of young people as a sustainable resource. It can potentially generate stronger community bonds and disintegrate the generational divide between age groups and digital natives versus immigrants. This model predates our digital generation MIL-sensitive approach.

An essential additional developmental asset for the 21st century is media literacy as citizens living in media- and information-rich societies. Table 2 documents a 21st century MIL-sensitive approach to human development in the context of the 13 metrics inspired by the vision of UNESCO (Chibás Ortiz et al., 2020). All 13 metrics affect children as they grow in their microsystems, which affect or are affected by all 13 indicators.

For people, young and old, a MIL-sensitive approach to human development means core competence in digital and media concepts that influence playing, learning, and working. Both require critical thinking skills that are originate in early childhood and develop as youth develop skills of abstraction. Media literacy refers to being critically engaged as *consumers* of media. Digital literacy refers to *participating* in digital media in an intelligent, secure, and ethical manner. It goes beyond technological knowledge includes reflections that are embedded in individual lifestyles, work, learning, and leisure. Digital literacy builds on media literacy. One cannot appreciate the intent behind online services wanting to collect personal information without critical thought about the commercial aspects of such services. This represents a traditional concern of media literacy. For example, an understanding of the use of algorithms by Google's search or Facebook's News Feed requires an abstract understanding about their intent, biases, and assumptions.

The International Society for Technology in Education offers six global standards for digital literacy in eight languages (www.ISTE.org): creativity and innovation; communication and collaboration; research

and information fluency; critical thinking, problem solving and decision making; digital citizenship; and technology operations and concepts. Such standards provide a comprehensive evidence-based roadmap of the effective use of technology worldwide for school-based learning, teaching, and leadership in the digital age. In compliance with [UNESCO's Sustainable Development Goals](#), these ensure that using technology for learning can create high-impact, sustainable, scalable, and equitable learning experiences for all learners.

Canada is considered a world leader in the developmental approach to MIL. Formerly known as Media Awareness Network, MediaSmarts is Canadian not-for-profit charitable organization that has been developing award-winning digital and media literacy resources and programs and resources for youth, families, educational settings, and communities since 1996 (www.mediasmarts.ca). Because the classroom is the universal for most of its school age children, Canada is in the process of integrating MIL in the classroom throughout the country (Fraillon et al., 2020; www.mediasmarts.ca). However, like most countries, classroom quality and practices of MIL education are unevenly represented throughout its cities and provinces (Fraillon et al., 2020). Media and information literacy objectives begin at the elementary school level and are typically buried somewhere in the mandated Language Arts curriculum.

MediaSmarts produce ISTE-inspired and ISTE-compliant information, tools, and applications (www.mediasmarts.ca). The goal, for parents and teachers, is to foster youth critical thinking skills that are

essential for interacting with online media. They also offer a media education curriculum that aims to teach key concepts. Their program provides an interesting vehicle for examining mass media, often within popular cultural themes. Teachers do not require media expertise to incorporate media education in their lesson plans. They can use Socratic methods to teach MIL, by using evocative questions and not factual declarations. This technique models an inquiring mind by continually probing the subject with sequential questions, akin to discovery learning. School age youth become, in turn, able to critically understand the nature, techniques and impacts of media messages and productions. Teaching MIL can spark youth attention by acknowledging and building on shared popular culture and its positive, creative, and pleasurable dimensions. As suggested by Piagetian theory, educating by discovery learning incorporates production and critical thinking about media to create awareness of increasingly complex information platforms. Such a platform is represented not only traditional and digital information, but also influential themes that are culturally relevant to school age youth.

To help teachers introduce these to elementary students, MediaSmarts has developed a series of videos on each of the key concepts (www.mediasmarts.ca). Each video is accompanied by a lesson plan that helps consolidate the main video ideas and helps students extrapolate what they have learned. These teach students digital literacy skills such as authenticating information, managing privacy, addressing cyberbullying, and being safe online in Canadian classrooms. Consequently, they have developed and provided grade-appropriate

resources that can support teachers in implementing digital literacy in the classroom and digital literacy lessons and activities that meet student needs. They also offer a 3-hour *digital literacy training* workshop designed for *Canadian Educators*, but that can be applicable to many contexts. The workshop is divided into three sections: (1) fundamentals of digital literacy skills and key concepts of media and digital literacy; (2) digital experiences of Canadian youth; and (3) resources and tools that are available through their digital literacy framework.

MediaSmarts also offers a classroom teacher guide that provides essential practical tools to help primary and secondary students learn five key concepts of digital literacy. It also addresses essential specific *skills* for students in secondary education: *ethics and empathy, privacy and security, community engagement, digital health, consumer awareness, finding and verifying* and *making and remixing*. The guide describes limitations of available technology, classroom management concerns, and provides links to relevant resources.

Clearly, teachers and parents are eager to produce MIL children, expected to act as “specialists” in MIL, and are open to new ideas, skills and strategies that will facilitate this process (Fraillon et al., 2020). Given the digital wireless landscape, there is an urgent need to increase professional development opportunities to integrate the disciplines of new technologies, media analysis, and media production in modern education systems. The school librarian and the school nurse have disappeared and can respectively be replaced with the media educator and family life educator in each school of the 21st century to ensure

optimal development. As a next innovation, theories of human development suggest that MIL metrics must address the very early stages of learning such as day care centers and nursery schools.

Conclusion

MIL represents the cohabitation of traditional lifestyles with advances in technology, where strengths for one compensate for weaknesses in the other, vice versa (Fraillon et al., 2020). The objective is to capitalize on technology in a creative ethical and sustainable way, respecting diversity, and independent thinking, as documented in Table 2 (Chibás Ortiz et al., 2020). Although human development is programmed genetically such that humans are born with a “plug and play” brain format, we cannot deny the significant influence of proximal and distal environmental experiences (Lerner, 2018). Thus, to achieve MIL, a protective factor to human existence, we need to have a good understanding of human development in the most ideal contexts. Figure 1 documents a 21st century MIL-sensitive considerations regarding human development.

Cognitive development fosters other abilities and human wellbeing across the lifespan. Piaget’s theory continues to have an impact on our conceptualization of children’s thinking and how they process information and acquire intelligence, perception, and language abilities (Babakr et al., 2019). They use their reasoning, intelligence, language, and memory. If we consider Piagetian concepts to its definition, optimal MIL requires abstract thinking and exceptional MIL requires critical skills in abstract thought. E-health is an excellent example. Vaccine hesitancy

and gullibility about fake science go hand in hand (Betsch et al., 2012; Callender, 2016). Skills at abstraction are normally distributed in a population, making people vulnerable to the compelling and emotional appeals of social media and post-truth opinions (Marmot, 2017).

Kohlberg's (1973) described the progressive understanding of wrong and right ethics, values, social attitudes, and behaviours from infancy to adulthood. Although Eurocentric, Kohlberg described how people move through three stages in a fixed order, and that moral understanding is highly dependent upon cognitive development. A child needs to have developed stable cognitive skills to establish an equal level in moral and ethical thought. Most adults remain at the level of conventional morality, marked by acceptance of authority (to conform to societal expectations, stage 3) and the desire to adopt social rules and customs regarding what is good and moral (social order, stage 4). This predicts behavioral intentions associated with e-health and vaccination. For example, Lee et al. analyzed college student perceptions of gain-framed versus loss-framed messages on social media about HPV vaccination. They found that the loss-framed messages created a higher level of behavioral intention and a higher perceived severity of the disease. Is it a loss of meeting social expectations or is it a loss of social order that concerns such emerging adults? It depends on what stage of morality they have achieved.

Erikson (1963) believed that personality development occurs in stages and is based on the social interactions between the individual and the social environment, and that this progressed with the resolution of

distinct crisis within a particular age range. As individuals try to resolve a problem in one stage, they will not be able to solve a new crisis in the next stage until they have resolved the current one (Erikson, 1968).

The latter part of the 20th century brought upon us ideas of environmental influence. Bronfenbrenner's (1992) systemic approach tells us that even the most intimate interpersonal relationships are not without socio-cultural influence. Instead, they are embedded in the larger social structures of community, society, economics, and policy. Online platforms represent an abstract ecosystem. From government policies to parents, online platforms seem to link all the different parts of the ecosystemic approach into a holistic context. Online environments have thus shaped the information-seeking and social behaviors and interactions of individuals at all ages (Chibás Ortiz et al., 2020).

The past fifty years have witnessed a paradigm shift in theorizing about human development environments from preventing problems to promoting positive outcomes toward citizenship (Syvertsen et al., 2021). An important outcome of Positive Youth Development theory is clarification of what defines optimal development (in the production of character, competence, and confidence in caring and connected individuals) and how it influences contribution as a civic ideal of human flourishing (Lerner et al., 2018). We described forty developmental assets as influential "nutrients" consisting of internal values, self-perceptions, and skills, and external relationships and opportunities that ultimately lead to human flourishing (Benson et al., 2011). We

proposed MIL as an additional essential asset for flourishing of *connected* individuals.

Digital technologies and media have implications for learning and well-being, and social participation in everyday life throughout the lifespan. The increasing knowledge about brain plasticity from infancy to old age, and the current emphasis on lifelong learning call for creative and playful forms of competencies of accessing, analyzing, evaluating, and producing media messages across a variety of multimodal contexts as well as abilities to judge content, reflect on communication behavior, participate in online society (Fraillon et al., 2020).

To establish and support MIL requires an understanding of human development and the distribution of adult critical thinking skills across the population. We need to adapt MIL education to the strengths and limits of that frequency distribution. Developing MIL education for all ages also requires meeting the needs of individuals of various ages, across the 13 metrics that define the quality of a MIL city, as reported in Table 2 (Chibás Ortiz et al., 2020).

Given different cognitive abilities and psycho-social characteristics at different stages, needs and interests change over the lifecourse. Online platforms bring the abstraction to another level where young children are unaware of friends and foes and emerging adults have less opportunities to hone their face-to-face courtship behaviors. MIL must be designed to meet the needs of individuals of different ages by understanding the typical roles and goals individuals have across the lifespan. Different pedagogical strategies are required to effectively

address MIL competencies of young children, teens, adults, parents, and even grandparents.

Potter (2016) proposes an integrated developmental stage approach to MIL that considers cognitive abilities and psychosocial characteristics in human context. There are eight stages: (1) Acquiring Fundamentals (year one of life); (2) Language Acquisition (years two to three); (3) Narrative Acquisition (years three to five); (4) Developing Skepticism (years five to nine); (5) Intensive Development; (6) Experiential Exploring; (7) Critical Appreciation; (8) Social Responsibility. Potter argues that many people achieve and remain in stage 5 and that the sixth through eighth stages can be regarded as advanced. This matches the idea that MIL skills can be shaped by the education system for preschool and school age youth, and by work and social systems in adulthood (Cannon et al., 2018; Oldham & Da Silva, 2015). In the elderly, more subtle platforms of MIL education may support cognitive functioning and social relationships and help people critically assess health-related information and access government services (Ofcom, 2019a; 2019b). Currently, these platforms are mostly social, but institutional and government structures are beginning to acknowledge partnership approaches in the community (Davis, 2018). Nevertheless, given that necessity is the mother of invention, many governments have begun to appreciate the benefits of offering citizen-friendly informational and technical support to individuals in need. This promises a more effective and efficient MIL population at all ages and socioeconomic strands in the population (Cannon et al., 2018).

References

Armstrong-Carter, E., Wertz, J., & Domingue, B. W. (2021). Genetics and child development: Recent advances and their implications for developmental research. *Child Development Perspectives*, 15(1), 57-64.

Babakr, Zana H., Mohamedamin, Pakistan, and Kakamad, Karwan. (2019), Piaget's cognitive developmental theory: Critical review. *Education Quarterly Reviews*, 2(3), 517-524.

Barida, M., Prasetiawan, H., & MUARIFAH, A. (2019). The Development of self-management technique for improving student moral intelligence. *International Journal of Educational Research Review*, 4(4), 660-669.

Benson, P. L. (2007). Developmental assets: An overview of theory, research, and practice. In R.K. Silbereisen & R.M. Lerner (Eds.). *Approaches to positive youth development* (pp. 894-941). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Benson, P. L., Scales, P. C., & Syvertsen, A. K. (2011). The contribution of the developmental assets framework to positive youth development theory and practice. In R. M. Lerner, J. V. Lerner, & J. B. Benson (Eds.), *Advances in child development and behavior: Positive youth development - Research and applications for promoting thriving in adolescence* (pp. 197-230). San Francisco, CA: Elsevier.

Betsch, C., Brewer, N. T., Brocard, P., Davies, P., Gaissmaier, W., Haase, N., ... & Stryk, M. (2012). Opportunities and challenges of Web 2.0 for vaccination decisions. *Vaccine*, 30(25), 3727-3733Bethell CD, Gombojav N, Whitaker RC. (2019). Family resilience and connection promote flourishing among US Children, even amid adversity. *Health Affairs*, 38(5), 729-737.

Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. *American psychologist*, 34(10), 844.

Bronfenbrenner, U. (1992). *Ecological systems theory*. NY: Jessica Kingsley Publishers.

Byskov, M. F. (2018). *The capability approach in practice: A new ethics for setting development Agendas*. NY: Routledge.

Callender, D. (2016). Vaccine hesitancy: more than a movement. *Human Vaccines & Immunotherapeutics*, 12(9), 2464-2468.

Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (2015). *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Ravenio books.

Cannon, M., Potter, J., & Burn, A. (2018). Dynamic, playful, and productive literacies. *Changing English. Studies in Culture and Education*, 25(2), 180-197.

Cantor, P., Osher, D., Berg, J., Steyer, L., & Rose, T. (2019). Malleability, plasticity, and individuality: How children learn and develop in context. *Applied Developmental Science*, 23(4), 307-337.

Carmichael, C. L., Schwartz, A. M., Coyle, M. A., & Goldberg, M. H. (2019). A classroom activity for teaching Kohlberg's theory of moral development. *Teaching of Psychology*, 46(1), 80-86.

Catalano, R. F., Berglund, M. L., Ryan, J. A., Lonczak, H. S., & Hawkins, J. D. (2004). Positive youth development in the United States: Research findings on evaluations of positive youth development programs. *The Annals of the American academy of Political and Social Science*, 591(1), 98-124.

Chibás Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O. (2020), Metrics of MIL cities, cultural barriers and artificial intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. In: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F. (Org.). *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO*, ECA-USP, São Paulo.

Conway, A. R., & Kovacs, K. (2018). The nature of the general factor of intelligence.

David, N. (2018). Democratizing government: What we know about e-government and civic engagement. In *International E-Government Development*. (p. 73-96). NY: Palgrave Macmillan

Duckworth, A. L., Quirk, A., Gallop, R., Hoyle, R. H., Kelly, D. R., & Matthews, M. D. (2019). Cognitive and noncognitive predictors of success. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, *116*(47), 23499-23504.

Erikson, E. (1963). *Childhood and society*. New York: Norton.

Erikson, E. H. (1968). *Identify: Youth and crisis*. New York: Norton.

Fraillon, J., Ainley, J., Schulz, W., Friedman, T., & Duckworth, D. (2020). *Preparing for life in a digital world: IEA international computer and information literacy study 2018 international report* (p. 297). Springer Nature.

Heckman, J. J. (2006). Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. *Science*, *312*(5782), 1900-1902.

Kohlberg, L. (1973). Continuities in childhood and adult moral development revisited. In *Life-span developmental psychology* (pp. 179-204). NY: Academic Press.

Kuhn, T. S. (1962). Historical Structure of Scientific Discovery: To the historian discovery is seldom a unit event attributable to some particular man, time, and place. *Science*, *136*(3518), 760-764.

Kuhn, T. S. (1970). *The structure of scientific revolutions* (Vol. 111). University of Chicago Press: Chicago.

Marmot, M. Post-truth and science. *Lancet* (2017) 389:497-8.

Murphy, J. M., & Gilligan, C. (1980). Moral development in late adolescence and adulthood: A critique and reconstruction of Kohlberg's theory. *Human development*, *23*(2), 77-104.

Lee, M. J., & Cho, J. (2017). Promoting HPV vaccination online: message design and media choice. *Health Promotion Practice*, *18*(5), 645-653.

Lenihan, H., McGuirk, H., & Murphy, K. R. (2019). Driving innovation: Public policy and human capital. *Research Policy*, *48*(9), 103791.

Lerner, R. M. (2018). *Concepts and theories of human development*. Routledge.

Lerner, R. M., Lerner, J. V., Geldhof, G. J., Gestsdóttir, S., King, P. E., Sim, A. T., & Dowling, E. (2018). Studying positive youth development. *Handbook of adolescent development research and its impact on global policy* (pp. 68-82).

Jacobus G. M. (2021). The psychosocial development theory of Erik Erikson: Critical overview. *Early Child Development and Care*, 191(7-8), 1107-1121.

Ofcom. (2019a). Adults' media use and attitudes report 2019. London: Ofcom. Retrieved from https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0021/149124/adultsmedia-use-and-attitudes-report.pdf

Ofcom. (2019b). Adults' media lives. A report for Ofcom. London: Knowledge Agency. Retrieved from https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0022/149251/adultsmedia-lives-report.pdf

Oldham, G., & Da Silva N. (2015). The impact of digital technology on the generation and implementation of creative ideas in the workplace. *Computers in Human Behavior*, 42(1), 5-11

Patton, George C., Sawyer, Susan M., Santelli, John S., et al. (2016). Our future: a Lancet commission on adolescent health and wellbeing. *The Lancet*, 387, (10036), 2423-2478.

Piaget, J. (2020). *La psychologie de l'intelligence*. Dunod.

Piaget, J. (1948). *Le langage et la pensée chez l'enfant: Études sur la logique de l'enfant*. Dunod.

Piaget, J. (2020). *La psychologie de l'intelligence*. Dunod.

Rea, D., & Burton, T. (2021). Clarifying the nature of the Heckman Curve. *Journal of Economic Surveys*, 35(4), 1257-1258.

Potter, W. J. (2016). *Media literacy* (8th ed.). USA: SAGE

Rea, D., & Burton, T. (2020). New evidence on the Heckman curve. *Journal of Economic Surveys*, 34(2), 241-262.

Sameroff, A. J. (2020). It's more complicated. *Annual Review of Developmental Psychology*, 2, 1-26.

Sanchez-Roige, S., Gray, J. C., MacKillop, J., Chen, C. H., & Palmer, A. A. (2018). The genetics of human personality. *Genes, Brain and Behavior*, 17(3), e12439.

Seligman MEP. *Flourish: A Visionary New Understanding of Happiness and Well-Being*. Free Press; 2011.

Saracho, O. N. & Evans, R. (2021) Theorists and their developmental theories. *Early Child Development and Care*, 191(7-8), 993-1001.

Shek, D. T. L., DOU, Diya, ZHU, Xiaoqin, et al. (2019). Positive youth development: Current perspectives. *Adolescent health, Medicine and Therapeutics*, 2019, 10, 131.

Sodirjonov, M. M. (2020). Education as the most important factor of human capital development. *Theoretical & Applied Science*, (4), 901-905.

Syvertsen, A. K., Scales, P. C., & Toomey, R. B. (2021). Developmental assets framework revisited: Confirmatory analysis and invariance testing to create a new generation of assets measures for applied research. *Applied Developmental Science*, 25(4), 291-306.

UNESCO (2019) Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities). https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf

Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Vygotsky, L. S. (1986). *Thought and language* (A. Kozulin, Trans. & Ed.). Cambridge MA: MIT Press

Yasnitsky, A. (2018). *Vygotsky: An intellectual biography*. Routledge.

Appendices

Table 1. Specifications of developmental assets framework within Positive Youth Development Theory. Building these across all ages will likely translate in overall well-being of all, young and old. A 21st century MIL-sensitive approach requires consideration of MIL as an additional essential psycho-social asset.

1. Family emotional support from at least one psychological parent and/or one psychological sibling.
2. Family communication that is positive.
3. Supportive relationships with other adults.
4. Perceptions of a caring neighborhood.
5. Perceptions of a caring and encouraging school environment.
6. Parental involvement in the young person's schooling.
7. Perceptions that the community values individuals.
8. Individuals are given useful roles in the community.
9. Young person serves the community one hour or more per week.
10. Perceptions of safety at home, school, and in the neighborhood.
11. Family boundaries with rules (and consequences) and supervision of whereabouts.
12. School Boundaries with clear rules (and consequences).
13. Neighbors take responsibility for monitoring neighborhoods.
14. Adults model positive, responsible behavior.
15. Peers and friends model responsible behavior.
16. Reasonably high expectations from parents and teachers.
17. Individual spends three or more hours per week in creative activity.
18. Individual spends three or more hours per week in sporting activity.
19. Individual spends one or more hours per week in spiritual activity.
20. Individual spends time at home is out two or fewer nights per week with friends.
21. Individual motivated to achieve well in school.
22. Individual is actively engaged in class and at school.
23. Individual invests at least one hour of homework every school day.
24. Individual cares about the school and its environment.
25. Individual reads for pleasure three or more hours per week.
26. Individual places high value on helping others.

27. Individual places high value on promoting equality and social justice.
28. Individual values integrity and acts on convictions and stands up for her or his beliefs.
29. Individual values honesty as part of integrity.
30. Individual accepts and takes personal responsibility.
31. Individual values responsible sexually activity and devalues use of alcohol or other drugs.
32. Individual knows how to plan and make decisions ahead of events.
33. Individual has skilled in empathy, sensitivity, and friendship.
34. Individual has knowledge of and comfort with people of different cultural/racial/ethnic backgrounds.
35. Individual can resist negative peer pressure and dangerous situations.
36. Individual values nonviolent conflict resolution.
37. Individual perceives personal power and feels empowered over own destiny.
38. Individual has good self-esteem.
39. Individual perceives a life purpose.
40. Individual has an optimistic of personal future.
41. Individual has ongoing and continuous MIL.

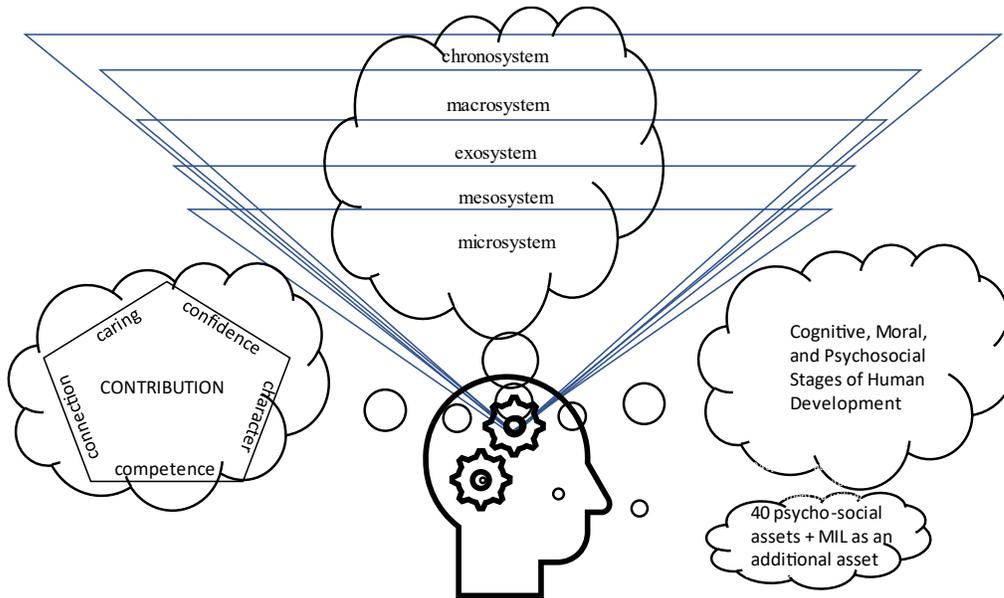
Table 2. A 21st century MIL-sensitive approach requires consideration of theories of human development in the context of the 13 metrics inspired by the vision of UNESCO (Chibás Ortiz et al., 2020).

<p>1. Libraires</p>	<p>Libraries are a supportive resource in urban settings. They offer developmentally appropriate literature and unify people on a huge range of topics. They are thus important for all topics related to literacy that is positive family- and intergenerationally-friendly and developmentally appropriate. This is a primary target for developmentally appropriate activities related to the objective of media and information literacy.</p>
<p>2. Mobility and the built environment.</p>	<p>Thanks to technology, people of all ages can access positive family- and intergenerationally-friendly and developmentally appropriate information about transportation and location of targets of interest. This should be available to all. Much like traffic information, there should be information about safe street crossing and neighborhood safety to encourage developmentally appropriate youth awareness about security issues. Most bus stops should have easy scheduling.</p>
<p>3. Public institutions and citizenship.</p>	<p>Urban settings should offer basic internet safety software (virus/spyware intervention software) and wifi to its citizens of all ages. They should also have a help line for problem solving to prevent social and intellectual isolation. The approach should be positively presented family- and intergenerationally-friendly and developmentally appropriate.</p>
<p>4. Health</p>	<p>Health care in urban settings can use communication systems to provide positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-</p>

	friendly information. They can tell people waiting for emergency or scheduled appointments when they are next in line for service. Digitally disadvantaged elderly and individuals with special needs need consideration as do low-income groups.
5. Cultural and leisure	By offering positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information, urban settings can generate awareness and community interaction about cultural and leisure activities using current technological means.
6. Education	Schools should become a community for parents and children to be able to connect to their larger urban setting. Teachers should be recognized as experts in the transmission of positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information.
7. Collectives (associations and media)	Collectives reunite people who have intergenerational relationships. These are important assets in connecting to urban settings and transmitting positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information and venues.
8. Media Technology	Social media for adolescents and adult has potential of helping the transmission of positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information to people about benefits and activities for individuals and families.
9. Technology.	Urban settings should be a click or call away for positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information to people about benefits and activities for individuals and families.
10. Security	Much like traffic information, there should be positively presented, developmentally

	appropriate, and intergenerationally-friendly information to people about safe street crossing and neighborhood safety to encourage developmentally appropriate youth awareness about security issues.
11.Environment and ecology	Multi-technological access to positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information to people should be readily available (e.g., environmental alerts, weather forecasts, reduced access to places)
12.Vulnerable populations	Urban policies should offer an open help policy to provide positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information to people of all ages who are disadvantaged on some attribute or characteristic. For example, deaf or blind; sole parents; very young children; low-income; gender-creative youth; newcomers; and those with mental or physical handicaps.
13.Municipal Integration Metrics	Urban municipalities should have people from all walks of life on committees to enhance easy outreach and concerns. There should be a no appointment walk-in policy at least once per month for innovative suggestions regarding positively presented, developmentally appropriate, and intergenerationally-friendly information access for citizens of all ages.

Figure 1. A 21st century MIL-sensitive approach requires consideration of cognitive, moral and psycho-social development in terms of positive outcomes and psycho-social assets from youth environments across the five influential ecosystems of development.



Barreras culturales a la comunicación para el uso adecuado de la Inteligencia Artificial en la alfabetización informacional y en medios

Miguel Ángel Pérez Álvarez ¹¹

Superar barreras culturales. Retos de la educación ética en el uso de los medios sociales.

Un estudio de Rubén Baler del NIDA de los Estados Unidos ha demostrado que cuando un niño o joven estudia como funciona el cerebro mediante analogías y metáforas, es más renuente a experimentar con drogas y a caer en adicciones. El conocimiento puede ser la mejor manera de evitar conductas nocivas. ¿por qué no explorar la maravillosa diversidad que existe entre los seres humanos desde una perspectiva tal que permita a los más jóvenes a comprender la importancia que tiene la información disponible en los medios y cómo puede afectar nuestra percepción de otras personas.

Una educación multicultural que nos ayude a respetar y aprovechar nuestras diferencias en lugar de acendrar el rencor, el odio, el asco y todas las manifestaciones irracionales que una visión sesgada e ignorante puede difundir de manera muy amplia merced a la burbuja

¹¹ Profesor en la UNAM. maperez323@gmail.com; mapa@unam.mx

informativa con que nos rodeamos inadvertidamente por efecto del uso de sistemas autónomos y algoritmos en los medios sociales.

La educación debe partir del estudio de naturaleza metacognitiva y crítico (entendida como un estudio profundo y basado en la razón) sobre la supuesta "esencia" humana que se arguye como base para el establecimiento de la diferencia como una barrera insuperable entre los que son diferentes. La comprensión sobre la diferencia como un tema accidental en el establecimiento de relaciones de todo tipo entre seres humanos, nos permite vernos como semejantes y por tanto nos ayuda a vivir de manera más armoniosa.

Establecer y destacar la diferencia, son unas de las herramientas del poder que se quiere enquistar. Sea cuales sean las características que se quieran destacar, al estudiar las características de los que somos diferentes entendemos que el ser del otro y el nuestro están llenos de semejanzas y que podemos vivir en condiciones de armonía. Es pues una tarea ineludible del educador el dotar a los estudiantes de las habilidades que les permita superar las barreras culturales que impiden la convivencia humana en paz y armonía.

La alfabetización de todo tipo es pues parte de una estrategia cultural que permite superar las barreras que afectan, dañan, destruyen nuestra convivencia. Es tarea fundamental de todas las sociedades. Y de manera muy importante es una tarea del educador. En el caso de la alfabetización informacional, esta consitutuye a su vez un elemento de la estrategia de superación de esas barreras, esas que nacen de transferir nuestro miedo y rechazo a lo ajeno también al mundo de las relaciones

mediadas por tecnología. La falta de una reflexión intercultural de naturaleza ética nos impide pensar en las diferentes visiones de temas como, por ejemplo, la privacidad. Una educación que se base en el desarrollo del criterio ético y de la comprensión de la diversidad cultural aporta a una sociedad más armónica y capaz de superar las barreras culturales que surgen de la ignorancia y los prejuicios cognitivos.

Inteligencia artificial. La tontería sistémica

Según ha establecido Bernard Stiegler en su conferencia “Estado de choque. Tontería y saber”:

Un ser humano sin técnica no es viable, no puede sobrevivir y vive en una situación que llamamos desde hace un siglo "neotécnica". Es un ser expulsado prematuramente y tiene que continuar su organización, completar su organismo con órganos artificiales.¹²

La técnica acompaña la condición farmacológica del hombre: “La tontería es una dimensión de lo que yo llamo la condición farmacológica. Lo que entiendo por condición farmacológica es el hecho de que dependemos de las técnicas que son a la vez remedios y venenos.”¹³ Es decir, requerimos de la técnica pues somos seres incompletos, inviables.

¹² B. Stiegler, *La Tontería*. Conferencia dictada dentro del ciclo “Encuentros y debates Autrement” a propósito de la publicación de su libro *Estados de choque. Tontería y saber en el s. XXI*, Sala Jean Dame, París, Miércoles 25 de enero de 2012. Véase <https://youtu.be/FCf-S8mQSZk> (consultado diciembre 2017)

¹³ *ibíd.*

Nuestra incompletud nos obliga a invertir parte de nuestra existencia a desarrollar técnicas en el mejor de los casos y en el peor a dominar dispositivos y artefactos.

Esta condición farmacológica, como la llama Stiegler, conlleva a la necesidad de la educación, entendida como el medio para dominar el arte del “pez volador”¹⁴. Nos elevamos en busca de remontar nuestra condición, vislumbramos otra dimensión de la realidad, para volver a caer.

La búsqueda de ser quién eres es la búsqueda incesante de individuación, ésta habla de una lucha para alejarnos de la condición de dependencia. Esta lucha que nos pone en el camino de la educación y la cultura nos obliga a una reflexión sobre la relación farmacológica con la técnica. Necesitamos afrontar críticamente lo que Stiegler denomina “tontería sistémica” pues:

La tontería nos llega a todos y permanentemente podemos observarla muy concretamente cuando nos subimos al coche. Cuando nos ponemos al volante y arrancamos y circulamos por una calle de París nos transformamos en tontos, a veces locos, y ni siquiera nos damos cuenta. En realidad, estamos pillados en dispositivos como los llamaba Foucault o Deleuze que modifican nuestro comportamiento y no caemos en la cuenta de ello.¹⁵

La AI se basa en algoritmos y el avance de la tecnología nos permite crear sistemas autónomos que pueden mejorar su desempeño

¹⁴ *ibíd*

¹⁵ *Ibíd.*

gracias a la repetición ciertas pautas de conducta humana que son transferidas a los algoritmos. Infortunadamente también transferimos nuestros prejuicios o bias cognitivos y culturales. El miedo irracional a lo diverso, que se convirtió con el tiempo en expresiones como el odio racial, la sumisión de las diversas expresiones del género (de manera muy especial hacia las mujeres) es uno de los efectos dañinos y venenosos de la condición farmacológica. Si bien tenemos medios mediados por sistemas autónomos que nos acercan a diversas manifestaciones globales, la visión que nos ofrecen están salpicadas de prejuicios cognitivos y culturales que dependen de algoritmos programados con una intención política o ideológica.

La supuesta superioridad que justifica el odio y el rechazo a los que son distintos de “nosotros” se basa en una actitud ignorante y en supuestos falsos. Esa base de la segregación o la imposición de formas de vida a esos otros que son impelidos a la exclusión o a la sumisión por medio del uso de la fuerza en diversas estructuras de la sociedad.

De manera tal que los algoritmos transminan en su diseño los miedos, prejuicios, y estereotipos respecto a lo que nos es ajeno.

Si consideramos que hoy la tecnología y la AI es presentada por algunos como “medicina universal”, la consecuencia no podría ser más nociva.

Gracias a la proliferación casi universal (más de 3 mil millones de personas son usuarias de redes sociales alrededor del mundo) de las redes sociales que se median con tecnologías digitales, estamos hoy en día más notificados que comunicados. Nuestra dependencia de la

aceptación ajena¹⁶ nos lleva a fingir una identidad que no tenemos para tratar de agradar y obtener el deseado “like”: más que comunicarnos, hoy en día construimos nuestra identidad con base en la hipernotificación de la aceptación ajena, en nuestra dependencia de la aceptación y aprobación de los otros.

Es una perpetuación de la búsqueda adolescente de la propia identidad y de la incorporación al grupo. Y esa perpetuación de un rasgo común de la adolescencia se ha convertido en actitud común en diversos grupos etarios. Una dependencia de la aprobación que es aprovechada y utilizada por algunos diseñadores de sistemas autónomos y de los algoritmos que controlan la operación de las redes sociales y construyen la burbuja informativa en la que vivimos.

Estamos encerrados en una burbuja informativa que alimentan y consolidan los sistemas autónomos y los algoritmos con que funcionan¹⁷.

Ciudades universitarias MIL

La alfabetización informacional es sin duda una de las herramientas más importantes para superar las barreras culturales que hoy en día

16 Marturano, Antonio (2015), “Internet y comunicación intercultural: aspectos éticos y políticos”, p. 28. En

Pérez Álvarez, Miguel Ángel, *Ética multicultural y sociedad en red*, Fundación Telefónica-Ed. Ariel.

17 Desde hace algunos años y como parte del Comité de Ética Clásica del IEEE hemos señalado la necesidad de la enseñanza de la ética en los estudios de ingeniería. Es esencial que quienes programan algoritmos y sistemas autónomos tengan una formación que analice los prejuicios detrás de la programación de algoritmos y de la enseñanza de los sistemas autónomos o aprendizaje automático supervisado. Véase: https://standards.ieee.org/wp-content/uploads/import/documents/other/ead1e_classical_ethics.pdf

impiden la convivencia armónica en las sociedades humanas. La falta de una cultura de uso de medios deriva en un uso que perpetúa las asimetrías en las relaciones entre los seres humanos. La lucha histórica por la igualdad y la equidad debe ahora incluir la educación en medios.

La vertiginosa transformación de las redes sociales en medios de comunicación, alteró la relación unidireccional de los medios tradicionales. La segunda era de la interacción entre medios y público se vio trastocada cuando las tecnologías permitieron a los ciudadanos convertirse en emisores de mensajes.

La viralización de insertos en redes sociales deviene en auténticos movimientos sociales y puede generar a través de los *call to action* (o campañas que llaman a la acción) en nuevos medios.

Como hemos dicho en otros espacios, la alfabetización informacional es una forma de superar las formas de manejo y sujeción que se dan a través de la proliferación de noticias falsas.

Las fake news han encontrado campo fértil en la sociedad humana conectada a través de redes sociales por la creación de la burbuja o esfera informativa. Los algoritmos determinan cuáles son nuestros intereses y generan una cascata de notificaciones sobre publicaciones que se alinean con nuestros intereses e infortunadamente con nuestros propios prejuicios.

Esta forma de retroalimentación de nuestras visiones del mundo genera la ratificación de nuestras creencias falsas pues los mensajes que recibimos alimentan nuestros temores o deseos y más que darnos elementos de juicio alimentan creencias que no hemos sometido a juicio

crítico. Es un círculo vicioso que en espiral nos hace vivir con el convencimiento falaz que nuestras creencias, si son compartidas por muchos, son verdaderas.

Ciudades Universitarias MIL

Las ciudades universitarias son espacios para la actividad académica que se resume en la docencia, la investigación y la difusión de la cultura. En ese contexto los universitarios tienen como parte de su vida cotidiana adquirir una alfabetización informacional que les permita desarrollar su trayecto formativo de manera cabal.

En los documentos que UNESCO ha hecho públicos hay un cuadro que es relevante para ubicar la experiencia que se aborda en este texto: “MIL cities embraces the Five Laws of Media and Information Literacy as a basis for innovating MIL actions”¹⁸.

¹⁸ Las Ciudades MIL adoptan las Cinco Leyes de Alfabetización en Medios de Información como base para acciones innovadoras MIL. Véase: https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf



Con base en estas leyes, hemos decidido desarrollar un proyecto que contribuya a que los estudiantes universitarios desarrollen habilidades técnicas para el dominio de tecnologías digitales en el campo de la alfabetización en medios de información.

De esta manera hemos incluido en el curso Tecnologías en la Educación en la UNAM unidades temáticas para reflexionar y usar éticamente el coding y el machine learning. Estudiantes de Pedagogía desarrollan habilidades sobre el uso de:

Aprendizaje basado en retos

Retar es la herramienta más valiosa del docente en el aula. Permite al maestro movilizar los conocimientos previos para que sean sometidos a reflexión, a crítica, también permite que el estudiante ponga en juego sus habilidades intelectuales. Con estrategias pedagógicas adecuadas el maestro puede generar condiciones educativas que ayuden a los estudiantes a fundar en la reflexión crítica sus ideas y conocimientos, a evitar estrategias de adoctrinamiento que fundados en prejuicios ideológicos de toda clase impulse las actitudes acríticas en las que se funda la manipulación masiva de los medios sociales. La metacognición sobre la forma en la que funcionan los medios sociales, la naturaleza prejuiciada de algunos algoritmos, es resultado de un análisis detallado sobre las implicaciones éticas de la programación de los algoritmos.

Esta exploración sobre la naturaleza de la información que se distribuye en los medios sociales y como nos encierra en nuestra burbuja informativa exige la posición ética del docente, la conciencia de la manipulación que se basa en prejuicios ideológicos de todo tipo (género, raza, edad, condición económica, etc.) y su papel como agente de cambio para un uso racional, crítico de la información en los medios sociales. Pero ello exige la práctica de algunas herramientas tecnológicas para entender el mecanismo mediante el cual la programación de algoritmos puede transformar tu percepción de la realidad y de hecho alterar la manera en la que actúas.

La actitud ética del docente debe someter a crítica la postura de busto parlante o de poseedor de la verdad que ha asumido durante siglos. Debe mostrar una posición analítica, que cuestiona, pregunta, inquiere y deja al joven la responsabilidad de actuar, pensar, crear. Ver en el error del menos experimentado la posibilidad de razonar y fundamentar racionalmente.

Comprender la naturaleza de los sistemas autónomos exige en resumen el estudio de los algoritmos mediante experiencias de construcción de algoritmos.

En este apartado revisaremos cómo hemos articulado el enfoque hasta ahora señalado en nuestras aulas.

El proyecto "uso de machine learning en el desarrollo de habilidades metacognitivas en educación"

Desde hace 31 años conducimos en la Universidad Nacional Autónoma de México y en otras instituciones educativas experiencias para que los alumnos desarrollen habilidades metacognitivas en el aula. Para ello nos hemos valido del uso del pensamiento computacional y en particular del coding, la robótica y el estudio del machine learning.

En los años recientes en nuestro curso revisamos la ética implícita en el desarrollo de sistemas autónomos y de la ética implícita en el diseño de algoritmos.

Los estudiantes experimentan con el coding y la robótica mediante el cumplimiento de retos que utilizan algoritmos desarrollados en clase. Se parte de retos muy sencillos que los alumnos resuelven integrando procedimientos con un lenguaje de programación de bloques. Se

analiza en cada sesión cuáles son las habilidades metacognitivas que están poniendo en juego al resolver cada reto.

Los alumnos descubren que el pensamiento algorítmico está vinculado con ciertas destrezas técnicas y analizan su relación con temas como la autocorrección de los errores derivado del *debugging* de los procesos que diseñan.

Dado que la experiencia se dirige a estudiantes de licenciatura en Pedagogía, todo el enfoque del curso está orientado a pensar en su aplicación en la educación.

Una vez que esta fase es comprendida de manera cabal por los estudiantes se pasa a aplicar el aprendizaje basado en retos a otro tipo de programación. Aplicamos el pensamiento computacional a resolver retos con robots muy sencillos. Se reta a los y las estudiantes a programar a robots mediante un lenguaje de bloques para que realicen tareas sencillas. Entre otras a recorrer distancias en línea recta para determinar la medida de una fracción de recta y aplicar la noción de fracción común como parte de un todo. Este tipo de retos ayuda a los estudiantes a analizar cómo puede aprovecharse la programación en la construcción de nociones matemáticas. Y como es obvio ayuda a descubrir el papel de la programación en la movilización de conocimientos previos y el desarrollo de habilidades intelectuales señalado antes.

Estudiantes de pedagogía como agentes para explorar el uso del enfoque

Nuestro trabajo actual en el campo de la educación informacional para superar las barreras culturales se orienta hoy en día en dar a los estudiantes de Pedagogía elementos para entender el papel de la Inteligencia artificial en educación. En particular trabajamos en el uso ético del aprendizaje automático o machine learning en el desarrollo de habilidades metacognitivas.

En el taller buscamos que los estudiantes de esta licenciatura en Pedagogía comprendan el papel de la AI en la vida cotidiana y les dotamos de un juego que puedan aplicar a niños, adolescentes y maestros para identificar el papel que la AI, el ML y los algoritmos juegan en nuestra vida cotidiana. Es juego puede ser empleado para que el diseño de actividades de aprendizaje permita a los niños y adolescentes desarrollar una conciencia clara de los prejuicios culturales que permean en los sistemas autónomos que usamos cotidianamente.

Así el taller tiene una segunda fase en la que los estudiantes de pedagogía aprenden a diseñar retos de alta demanda cognitiva para niños y adolescentes desarrollen habilidades metacognitivas mediante el entrenamiento de sistemas autónomos.

Utilizamos dos aplicaciones para entrenamiento de máquinas o machine learning de manera que los niños y adolescentes logren que el sistema autónomo sea capaz de distinguir entre imágenes y sonidos. Así pueden revisar cómo se filtran los prejuicios o bias culturales cuando se crea un algoritmo, pues una vez entrenada la máquina se exporta el modelo o algoritmo a un lenguaje de programación por bloques.

La tercera fase consistirá en impartir talleres a docentes para que puedan emplear este enfoque en sus clases de diversas materias. Existe un proyecto de investigación en la UNAM del que formamos parte que está articulando con este enfoque ético y pedagógico una propuesta de talleres a estudiantes y profesores de bachillerato. Los resultados aun son incipientes y por esa razón no los analizamos aquí.

Los sistemas que nos permiten cuantificar la eficacia de nuestro modelo de intervención tecnológica.

Lo fundamental para que nuestro trabajo adquiriera relevancia es contar con elementos para evaluar el impacto. Tenemos como misión establecer los indicadores que nos permitan evaluar el éxito de este enfoque de alfabetización digital en el uso ético del pensamiento computacional, en especial el uso de los algoritmos, para superar las barreras culturales que impiden una convivencia armónica entre los que son distintos.

Consideramos que las evidencias a observar en materia de desarrollo de habilidades metacognitivas que surjan como indicadores del éxito de este enfoque es la calidad de los algoritmos que los niños y adolescente generen, que detectemos si contienen prejuicios o bias cognitivos en torno a temas como género, raza, edad, etcétera.

Otro indicador de éxito es el número de estudiantes de pedagogía que egresan con elementos formativos en el uso ético y educativo del aprendizaje automático. Por ejemplo en el tipo de retos pertinentes que diseñan para los niños y adolescentes. Su capacidad para crear retos que

movilicen las habilidades y conocimientos previos es fundamental para este enfoque.

Algunas conclusiones. Superar barreras culturales

1) Género, religión, edad, con discapacidades, indígenas, raza y otros grupos vulnerables son las principales víctimas de los prejuicios cognitivos en el desarrollo de sistemas autónomos.

2) Es necesario combatir las barreras culturales con sistemas educativos que claramente revelen los prejuicios cognitivos y que mediante el entrenamiento y empoderamiento de los ciudadanos les permitan crear redes y hacer uso ético, crítico y creativo de las tecnologías

3) Se debe procurar el uso de la tecnología en educación con centro en los usuarios y no en la tecnología misma

4) La "Tontería sistémica" (B. Stiegler) es obstáculo para la inclusión. Para contrarestarla debemos cobrar conciencia que el que exista una tecnología emergente no implica que deba usarse y mucho menos sin someter su uso a una reflexión sobre las implicaciones éticas de su uso.

5) Debemos educar en para que como ciudadanos educados cuidemos el efecto farmacológico en la introducción acrítica de la tecnología en nuestra vida.

6) Debemos despejar las ideas kitsch (impuestas desde el poder de las transnacionales y los Estados) de los medios sociales sobre la IA, en particular ser conscientes de la burbuja informativa en la que pueden

encerrarnos los algoritmos que se programan desde prejuicios cognitivos y culturales

7) Hagamos un uso ético de la Inteligencia artificial (AI) en educación. Dispongamos los medios para que los estudiantes identifiquen el papel que juega su capacidad para programar algoritmos de manera tal que sean capaces de identificar los que son construidos desde prejuicios cognitivos y culturales. La metacognición inherente a comprender los mecanismos que encierra la programación de la inteligencia artificial y el aprendizaje automático (machine learning) dota a los ciudadanos de la alfabetización mediática (media information literacy) que es indispensable en nuestro tiempo

8) La tesis de la metacognición como uno de los objetivos en el aprendizaje escolar: "mejorar el desempeño basado en la experiencia", debe extenderse al uso crítico y ético de las tecnologías. En especial debe favorecerse en la comprensión de la inteligencia artificial y su uso en la construcción de las estructuras informativas que constituyen nuestra percepción de la realidad

9) Una tarea sustantiva en las universidades es la alfabetización informacional y en medios (MIL) es crear un enfoque pedagógico pertinente para comprender el papel de las tecnologías en la construcción de nuestra percepción de la realidad, los prejuicios cognitivos y culturales con que puede construirse y el papel de la ética en la reflexión sobre su poder en nuestras vidas

10) El aprendizaje mediante retos de alta demanda cognitiva es la mejor manera de superar las visiones tradicionales y pasivas del acto

educativo. La educación debe favorecer el uso de la tecnología para desarrollar habilidades metacognitivas. El dominio de la técnica empodera a los ciudadanos para poner un freno a la manipulación que pueden ejercer los medios al ayudarnos a comprender el papel que juegan los sistemas autónomos y los algoritmos

11) El diseño de retos como tarea esencial de los docentes y las universidades pues posibilita el desarrollo de competencias y habilidades para manejar la técnica, comprender sus reglas de construcción y operación y desarrollar alternativas de medios sociales éticos

12) Es necesario el abandono del modelo “busto parlante” en las universidades. La pasividad de los estudiantes los vuelve víctimas ideales de la manipulación de los medios sociales ante su desconocimiento de su operación y de los prejuicios cognitivos y culturales con que se construyen

13) Debemos favorecer el análisis crítico de los mensajes y discursos en medios sociales como práctica habitual del análisis de los sistemas autónomos, pero también de los mecanismos de su construcción y operación.

14) Los indicadores de éxito en materia de desarrollo de habilidades metacognitivas: autoevaluación del desempeño en materia de análisis de la lógica algorítmica en la gestación de mensajes en los medios sociales

15) Los indicadores de superación de barreras: acceso de mayor número de actores a la identificación de los algoritmos y su diseño en los

medios sociales. Gestión de medios sociales desarrollando algoritmos con perspectiva de inclusión y diversidad cultural

16) Los indicadores de formación de pedagogos con habilidades en el uso educativo y ético de ML: el mayor efecto en el mayor número de docentes y estudiantes.

Referencias bibliográficas y en línea

Stiegler, B.(2012). *La Tontería*. Conferencia dictada dentro del ciclo "Encuentros y debates Autrement" a propósito de la publicación de su libro *Estados de choque. Tontería y saber en el s. XXI*, Sala Jean Dame, París, Miércoles 25 de enero de 2012. Véase <https://youtu.be/FCf-S8mQSZk> (consultado diciembre 2017)

Classical Ethics Comitee (2017), *Classical Ethics in A/IS*, Institute of Electrical and Electronic Engineering. Véase: https://standards.ieee.org/wp-content/uploads/import/documents/other/ead1e_classical_ethics.pdf

Chibás Ortiz, F, et al (2021). La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030:, educación, comunicación y salud sostenible La Habana: Pueblo y Educación, Acceda en: <https://bit.ly/3Egi8gJ>

Chibás Ortiz, F., Grizzle,, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O.(2020), Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. En: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F.(Org.). From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO, ECA-USP, São Paulo, P. Acceso en: https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO

Grizzle, L. (2020). Ciudadanos AML: Informados, comprometidos, empoderados. Gotemburgo, UNESCO.

Chibás Ortiz, Felipe; Aguaded, Ignacio; Civila, Sabina; Dias, Paula A. (2021); Ciudades MIL, smart campus y e-salud: Prevención

epidemiológica; Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación, No. 145, p. 89-106. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4370>

Marturano Antonio (2015), "Internet y comunicación intercultural: aspectos éticos y políticos", p. 28. En Pérez Álvarez, Miguel Ángel (2015): Ética multicultural y sociedad en red, Fundación Telefónica-Ed. Ariel.

UNESCO (2018 b) MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media and Information Literacy in Cities, <https://en.unesco.org/milcities> [Acceso en: 16/12/2020]

UNESCO (2019 a) Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities) https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf

UNESCO (2019 b) 40 C / Resolution 56 - 193 Countries Proclaimed Global Media and Information Literacy Week: It is now official!, Acceso en: <https://en.unesco.org/news/193-countries-proclaimed-global-media-and-information-literacy-week-it-now-official>

UNESCO (2019 c), From Media and Information Literate (MIL) Cities to MIL Citizens. <https://en.unesco.org/news/media-and-information-literate-mil-cities-mil-citizens>

UNESCO, (2020), Seoul Declaration on Media and Information Literacy for Everybody and by Everyone, Acceso en: <https://en.unesco.org/news/seoul-declaration-media-and-information-literacy-everyone-and-everyone-0>

Impacto de las TIC en la actualización de la Mass Communication Research y su vinculación con Ciudades MIL

Almudena Barrientos-Báez ¹⁹

David Caldevilla-Domínguez ²⁰

Este capítulo forma parte de las actividades del proyecto “Medios audiovisuales públicos ante el ecosistema de las plataformas: modelos de gestión y evaluación del valor público de referencia para España” (PID2021-122386OB-I00), financiado por el MCIN, AEI y FEDER, UE.

De la misma manera, forma parte del marco de un proyecto Concilium (931.791) de la Universidad Complutense de Madrid, “Validación de modelos de comunicación, empresa, redes sociales y género”.

Introducción

La *Mass Communication Research* norteamericana (Lasswell, 1927) tiene su origen en la necesidad de estudiar los efectos sociales de las que, entonces, eran las nuevas tecnologías de la información: la radio, el cine, la televisión y, desde hacía ya varias décadas, la prensa de masas que empresarios como Randolph Hearst y Pullitzer llevaban tiempo practicando: un modelo basado en la masificación de ejemplares

¹⁹ Universidad Complutense, España . alambarri@ucm.es

²⁰ Universidad Complutense, España. davidcaldevilla@ccinf.ucm.es

extremadamente baratos, la búsqueda de la noticia de impacto y, llegado el caso, la manipulación y el sensacionalismo. Por aquel entonces, fenómenos como la campaña pro-belicista de Hearst que terminó con la declaración de guerra a España por EEUU en 1898 (Campbell, 2003) justificaban semejante campo de estudio desde hacía mucho antes, y en Alemania, Max Webber ya había iniciado los estudios en torno al modo en que el periodismo afectaba a la opinión popular y los acontecimientos políticos en 1910.

Hoy por hoy, las equivalencias de hechos se pueden encontrar en que los nuevos medios de comunicación son una creciente variedad de tipos y subtipos: internet, los teléfonos inteligentes, las redes sociales, los programas de mensajería instantánea y las cámaras portátiles de altísima definición son los nuevos medios que vehiculan la comunicación humana. En ellos se mezclan la comunicación informativa y la personal. Además, generan una realidad para la que el modelo de comunicación previo no está preparado: la contestación inmediata. Donde un medio escrito puede dejar una afirmación, un hecho, o una noticia en cualquiera de sus páginas y luego seleccionar qué cartas al director se publican, quedando visibles para el lector; un medio digital equivalente recibe inmediata, pública y directamente la contestación a su información publicada. Permitiendo a los lectores, o a los detractores del medio dar la réplica al periodista y al redactor jefe en el momento y a renglón seguido de la noticia en cuestión. El equivalente al fenómeno *Hearst* lo daría la elección de Donald Trump como presidente de los Estados Unidos. Un acontecimiento inesperado y con repercusiones

internacionales, que ha actuado como catalizador para que el mundo académico y periodístico se empiece a interesar en serio por estas nuevas realidades.

Objetivos

Los fundamentos que justifican esta investigación se basan en la trascendencia y necesidad de abarcar un tema prioritario en nuestra sociedad, empleando como guía las circunstancias que dieron origen al fenómeno primario de la MCR. A fin de comprender cómo afectan estos mecanismos a la nueva realidad y al modo en que debemos tomar decisiones con estos elementos como nuevos modificadores de juicio respecto a la educación.

Metodología

El proceso inductivo-deductivo nos servirá como herramienta de análisis para esta situación académica. La metodología heurística o de análisis de fuentes, se complementará con los estudios de casos concretos que centran la comunicación en Redes, política y de medios actual. La realidad de la posverdad y los medios que la facilitan son analizados como contenido (analítica textual) dentro del ámbito ético-deontológico como fenómenos socio-comunicativos y como vehículos de mensajes de cualquier signo e intencionalidad, que parecen dar nuevo sentido a teorías socio-comunicativas juzgadas como superadas.

Discusión

Hablamos de realidades que no se reducen en exclusiva a los propios medios, sino a fenómenos que se encuadran en ellos. Un ejemplo claro, es la posverdad, declarada palabra del año 2018 y convertida en un motivo de preocupación política a gran escala, con las acusaciones vertidas desde toda clase de fuentes, sobre la manipulación de procesos electorales, noticias y crisis políticas por parte de gobiernos extranjeros. A un nivel más social y diario, se presentan los problemas asociados a las opciones que estas nuevas herramientas conceden a la actividad criminal, lo que ha planteado cuestiones muy complejas sobre libertades civiles elementales y la forma de mantener a las sociedades leales a su espíritu. Igualmente, estas herramientas permiten la generalización de actividades incívicas que, ignoradas durante largo tiempo por considerarse su impacto social inocuo, pasan a adquirir ante la sociedad la dimensión de delito, cuando la tecnología permite a sus perpetradores extender y generalizar sus actividades hasta el punto de lo intolerable. En lo respectivo a cómo afecta esta nueva realidad a la expresión de la opinión pública, seguimos a Mut (2012):

[...] en el siglo XXI la opinión pública ha cristalizado en un ente supranacional con vida propia. La opinión pública se ha materializado en un movimiento social a escala planetaria, donde jamás la humanidad y su opinión tuvieron tanta presencia. Miles, millones de personas en todos los países, en los últimos años, salen a la calle a manifestarse contra la guerra, contra los gobiernos, contra medidas legislativas, contra la economía, etc. Estas acciones son la concretización de la opinión pública latente. Una concretización que va permaneciendo de forma continuada, mostrando al mundo que existen unánimes actitudes frente a un tema social, político o

económico. Por otra parte, gracias a las nuevas tecnologías, ahora la opinión pública es capaz de organizarse mejor y más rápidamente, además de anunciarse. Esta situación significa el advenimiento de la población mundial al poder político de sus países (y de los demás países), y anuncia una reducción de los poderes estatales mediante la incidencia directa en los asuntos públicos de la libre discusión de los particulares a escala mundial. (Mut, 2012, pp. 3-4)

En las últimas décadas han aparecido algunas corrientes potencialmente vinculadas a la nueva realidad como la conocida como Economía Política de la Comunicación, con énfasis en el estudio de la comunicación como negocio y en el poder de los grandes grupos para crear tendencias y generar opinión (Mosco, 1996). David Easton da uso a la Teoría General de Sistemas en la Ciencia Política, entendiendo como Mora (2004, p. 204) que “las informaciones procedentes de la acción del sistema sobre el medio son percibidas por la colectividad y comentadas y estudiadas a través de los medios de comunicación y de la opinión pública que formula todo tipo de demandas al sistema”.

Watzlawick *et al.* (1997), compartimentó la comunicación humana en cinco secciones ineludibles y dejó escrito en *Teoría de la comunicación humana*, actuar de cualquier modo implica necesaria e inevitablemente transmitir información a nuestro entorno humano: en otras palabras, no es posible no comunicar, pues hasta la decisión de no comunicarnos transmite información: como mínimo, la información de que hemos cesado de comunicarnos. Comunicar es tomar partido y definirse de cara a las relaciones personales.

De acuerdo con Zarzosa Codocedo *et al.* (2020), las teorías de la comunicación, hoy por hoy, buscan aglutinar los elementos de trasfondo, culturales, coyunturales y económicos en el análisis de la comunicación; haciendo hincapié en el modelo comunicativo desarrollado por la industria cultural y académica, y el mercado globalizado de la comunicación.

La vigencia de algunos de los conceptos que se formularon a principios del siglo XX se hace palpable al pensar en una de las bases de la MCR, la teoría de la aguja hipodérmica o de la bala mágica: generalmente considerada obsoleta, recordemos que acorde a dicha teoría, un mensaje con destino específico es directamente recibido y aceptado por su receptor.

Con los medios de comunicación actuales y las tecnologías/usos secundarios que se les derivan, como los estudiados por Arufe Giráldez *et al.* (2020) esta teoría adquiere nuevas fuerzas y relevancia, sobre todo a medida que vamos entendiendo más y mejor cómo funcionan los hasta ahora misteriosos mecanismos que han permitido a determinadas sensibilidades y grupos ideológicos aprovecharse de las TIC para dar la vuelta a las encuestas contra, literalmente, todo pronóstico. En el momento de redacción de este artículo, leer la definición de la aguja hipodérmica y pensar en el caso *Cambridge Analytica (CA)*, es todo y uno.

Si recordamos, CA combinaba técnicas de minería de datos con mensajes de comunicación electoral y redes sociales para enviar mensajes de contenido político, muy personalizados a públicos

específicos, de manera que se micro-gestionaba la comunicación política directa con los votantes potenciales, consiguiendo una homogeneización y movilización superior, a costa de prácticas éticamente cuestionables, cuando no directamente ilegales.

Para Fernández y Tardivo (2016) la influencia de los grandes medios persiste pese a todo, aunque no definen si los medios de comunicación de masas retienen la totalidad de su influencia, o si más bien dichos medios retienen parte de primitivos consumidores. En todo caso, concluyen que el reto de hoy es responder a los grandes desafíos que plantea el desarrollo de las tecnologías y el uso de las redes sociales en un nuevo orden informativo en el que convergen el viejo modelo de masas y el nuevo modelo en el que tienen mayor peso las audiencias, se recurre a las neurociencias y se realiza la planificación mediática teniendo en cuenta los intereses de los consumidores.

Rodríguez (2014, p. 37) considera igualmente que:

[...] hemos de sumarle la cada vez mayor influencia de otras formas de consumo inherentes al público joven (y no tan joven) como son los videos musicales y, muy especialmente, los videojuegos. Dejando de lado que éstos impongan dinámicas de breve esfuerzo -por no decir nulo o inexistente- e inmediata recompensa, y condenando a sus usuarios a no tolerar el esfuerzo a medio o largo plazo para la obtención de primas.

Queda aún por evaluar el impacto de tecnologías cuyo mayor contacto con la realidad diaria hace las transformaciones inevitables más lentas, como las que traiga el auge de la realidad aumentada tal como la estudian Paíno-Ambrosio y Rodríguez-Fidalgo (2019).

Gadea y Cancelo (2013) analizan la nueva realidad desde el siguiente punto de vista: "Internet significa en muchos casos el acceso a información no suministrada por las fuentes activas y legítimas de información. Se ha convertido por lo tanto en un emisor de mensajes paralelos que introducen información nueva o reactiva a las demandas de sus usuarios" (p. 24). Mientras que para Herrero (2012, p. 114): "las redes sociales empiezan a ocupar un puesto importante en las redacciones periodísticas. Se trata de una nueva forma que tiene el periodista de rastrear cuál es la última hora de determinados temas o tomar el pulso sobre lo qué interesa o no a los ciudadanos" (p. 114).

Por su parte, Fedele y García-Muñoz (2010) apuntan al impacto social del nuevo entorno cuando afirman: "Las nuevas generaciones de jóvenes han nacido y crecido en un entorno multimedático, donde reciben constantemente estímulos de las muchas pantallas de diferentes medidas y funciones que los envuelven: televisores de nueva generación, ordenadores, consolas o móviles, entre otros" (p. 6). Sugiriendo que, en efecto, existen diferencias sociales reseñables originadas por el nuevo entorno digital, con respecto a modelos anteriores. El hecho de que los *Mass Media* tienen ahora que al menos compartir el espacio y la influencia con estas nuevas pantallas, como también indican Martínez-Sala *et al.* (2021).

Castelló y Del Pino (2014), entre otros, apuntan por su parte a que los nuevos medios han provocado la conversión del consumidor-tipo de la época pre-TIC en un tipo de actor más activo; modificando uno de los factores clave que fundamentan el análisis de la comunicación:

Si Internet supone un cambio cualitativo en los nuevos parámetros de consumo, al servicio de un consumidor cualificado, exigente y proactivo (*prosumer*), gracias a toda la información que tiene a su alcance en el espacio digital, y que cada vez más practica el *multitasking*, la televisión encuentra en el nuevo escenario un caldo de cultivo para la concepción de formatos con los que conseguir *engagement*. Por esta razón, los negocios de la programación y la distribución televisiva se encuentran en plena efervescencia, en la búsqueda de la integración de ambos actores tratando de aplicar los reajustes y nuevos planteamientos requeridos (p. 136).

El cambio de esta piedra angular, este ladrillo fundamental que en la teoría comunicativa es el espectador, induce a pensar como es lógico en una modificación igualmente fundamental de nuestras ideas sobre la interrelación entre sociología y comunicación (Barrientos-Báez *et al.*, 2017).

Una de las formas en que los "prosumidores" (Caldevilla-Domínguez *et al.*, 2021) actuales responden y generan contenido de vuelta a los medios, emana de la idea de que, incluso no comunicar comunica: pues nuestros perfiles de redes sociales informan sobre nosotros permanentemente. Además, cuanto publicamos permanece en nuestro historial incluso si son producto de un momento de debilidad, enfado o en general, expresiones que no habríamos manifestado en plenitud de facultades. Pero lo importante es que todo esto lo comunicamos sin ser conscientes. Aquí es cuando entra el catalizador de nuestra tesis: *Cambridge Analytica*. La empresa británica resumía sus servicios electorales de la siguiente forma: "Nosotros encontramos a sus electores y hacemos que pasen a la acción [...] concebimos un algoritmo

que mostró las grandes ciudades donde había la mayor concentración de electores por convencer" (AFP). Luego, con esos datos y algoritmos en la mano, el servicio básico de la compañía creaba y enviaba miles de mensajes diferentes, apuntando a los electores en función de sus perfiles en diversas RR.SS.

Es necesario reseñar que lo verdaderamente delictivo en el comportamiento de CA es el almacenamiento y obtención irregular de los datos de millones de usuarios (230 según AFP) además de, acorde a la BBC, crear noticias falsas para esos mismos perfiles. Noticias cuya difusión podían garantizar, debido a la comunicación directa con electores que ellos sabían que estaban pre-dispuestos a creer. De este modo, siempre según la información al respecto de la BBC, se ataca a la percepción cultural y no a la política: miles de personas receptivas empiezan a recibir informaciones que les resultan creíbles, pero que no salen reflejadas en los medios. El cambio cultural consiste en provocar desconfianza hacia esos medios supuestamente deshonestos y cambiar así la percepción de la realidad de los objetivos. Y con ello, sus votos. En palabras de Alex Tayler (Scolari, 2019) jefe de datos de *Cambridge Analytica*:

"Si estás recolectando información de personas y estás haciendo un perfil de ellos, eso te da más conocimiento que puedes usar para saber cómo segmentar la población para darles mensajes sobre temas que les importan, y usar un lenguaje e imágenes con los que es probable que se involucren".

No en vano, Lirios *et al.* (2013) afirman que:

Los medios de comunicación son representados como guías de valores, discursos, decisiones y comportamientos por parte de la ciudadanía. Ayer los mensajes sesgados definían el significado de una representación política; hoy, los símbolos mediatizados son afectos o emociones y, en tanto tales, introducen expectativas de procesamiento de información (p. 61).

En otras palabras: la selección del público, en lugar del envío del mensaje a un único público general que actúa por instinto (*Lazarsfeld*) es la clave que hace que la formulación básica de la bala mágica funcione. La identificación del público que reaccionará a esa "bala" e incluso - adentrándonos en el campo de lo deshonesto- creando la bala que hará reaccionar a ese público en un sentido u otro, bajo el amparo del anonimato y la posverdad, llevando además a extremos como los denunciados por Mendiz (2018). En este momento se hace cada día más necesario adecuar los mensajes de tal manera que emocionen al receptor o usuario. Es por ello que se considera fundamental la educación en inteligencia emocional (Barrientos-Báez, 2019).

La idea básica sobre la que se fundó la *Mass Communication Research*, la teoría de la "bala mágica" según la cual un mensaje con destino específico es directamente recibido y aceptado por su receptor, cobra fuerza tras años de constituir tan solo un ladrillo teórico inaplicable en el edificio socio-comunicativo. Las TIC actuales permiten que el destino del mensaje sea preciso, tanto en su objetivo como en formulación. La idea original empleaba el término "Bala mágica" como

un símil cinegético: entendiendo que el público era un agente pasivo e indefenso ante la inoculación del mensaje (Croteau y Hoynes, 1997). En el momento actual el objetivo pasa a ser un público o públicos definitorios para el resultado que se busca, con tendencia identificada a permanecer receptivo a determinados mensajes, tanto verdaderos como falsos. A ello contribuyen factores como:

- La nula cultura de la comprobación de información entre los internautas.
- El carácter de la lectura de noticias en redes sociales, que es fundamentalmente individual y no permite la más elemental forma de comprobación, que es la discusión de la noticia con el entorno inmediato al ejemplar de periódico, radio o televisor.
- El carácter de usuarios de TIC de la gran mayoría de los pobladores de los países desarrollados.
- La tendencia natural de las personas a dar por ciertas aquellas informaciones que coinciden con su modo de ver el mundo, y a rechazar las contrarias a él.

Sobre la falta de cultura de contraste de información, solo queda remitirse a las palabras de Abad (2010):

Nuestro mundo demanda una nueva responsabilidad al hombre. Nos hemos enriquecido tanto de nuestro entorno, de la naturaleza, de las personas más desfavorecidas, que, por fin, parece que una nueva conciencia se ha expandido por todo el planeta: la responsabilidad para con todo y todos con los que compartimos este lugar en el universo (p. 5).

La selección de públicos para movilizar el voto y la opinión es una herramienta con potencial en la comunicación política, por tanto, en cuanto puede dar lugar a una mayor participación y representatividad electoral. El anverso negativo de la moneda es una versión más gris de los aspectos oscuros de la comunicación política: la propaganda negativa, la calumnia y el conflicto entre el derecho a la propaganda política, a la libertad de información, editorial, y el derecho a la información veraz y transparente del votante; representado en el inquietante y nuevo fenómeno de la posverdad. La aceptación aparente de esta nueva realidad y de los medios que implica por parte de administraciones como la de Donald Trump, Vladimir Putin, o los partidos del *Brexit* son motivo de preocupación para el presente y para el futuro, y han tenido su consecuencia más actual en la revisión de las políticas de control de datos del gigante *Facebook* (Ayuso, 2018). Además de marcar la peligrosa tendencia de intentar controlar y modificar la voluntad popular con dinero reemplazando argumentos. Incluso asumiendo que esto se haga con la mejor de las intenciones, conviene recordar a Camarero y Ramos (2012): "Las campañas en televisión no deberían dar la espalda a la sociedad. A veces las instituciones piensan o quieren pensar que la sociedad en la que vivimos se halla en un estadio de progreso social más avanzado del que en realidad se encuentra" (p. 27).

Oportunidades vinculadas a la educación

Lo mismo podría ser aplicable para la comunicación en términos educativos, como ya señalaba Sierra Caballero (2001). Del mismo modo que el mensaje del docente llega al alumno atento, que es su receptor natural, la profusión de documentación formativa en formatos digitales de creciente diversidad (Castañón Octavio, 2018, Celaya *et al.*, 2020) permite una difusión de este material a una escala insólita fuera del ámbito tradicional de las clases (Amaro Santacruz Espinoza, *et al.*, 2020; Catalina-García *et al.*, 2019). Pero también dentro de éstas, como ha evidenciado la crisis de la covid-19 (Martí-Noguera, 2020).

Bajo los mismos principios que hacen que los mensajes publicitarios y políticos alcancen al público al que van destinados gracias a las TIC, el conocimiento académico también alcanza a su público, superando escollos como los descritos por García Gil *et al.* (2018). Si bien en maneras diversas y complicadas con riesgos similares, asociados al mal uso: como en el caso de páginas universitarias destinadas a compartir trabajos académicos. Cerrillo-Martínez (2018); De Vicente Domínguez *et al.* (2022) y Rodríguez-Ponce y Rodríguez-Ponce (2019) también apuntan a los beneficios de estas herramientas para la efectiva gobernanza de las instituciones educativas y su producción investigadora (Expósito-García y Velasco-Morente, 2018), mientras que el trabajo de Etura Fernández *et al.* (2019) permite perfilar su potencialidad para el igualamiento en términos de género, diversidad (Rodríguez Torres y Gómez Jiménez, 2018) y desigualdad económica (Valles Ruiz y Morales Vanegas, 2019).

En este sentido, existen iniciativas educativas transversales como la de las ciudades MIL (*Media & Information Literate Cities*, o ciudades alfabetizadas en medios e información) que buscan la implicación de las administraciones locales en la extensión de la competencia en el manejo del nuevo ecosistema informativo. Para que una ciudad sea considerada “MIL” por la UNESCO debe cumplir los siguientes criterios generales:

- 1.** Aumentar la concienciación sobre la importancia de la alfabetización en medios e información con, al menos, dos eventos de promoción anuales.
- 2.** Integrar la alfabetización en medios e información en las políticas homólogas de la administración local, con implicación y creatividad.
- 3.** Ofrecer servicios de medios e información al público joven y sus organizaciones.
- 4.** Difundir la alfabetización en medios e información a la población mayor para compensar por su mayor necesidad del mismo.
- 5.** Hacer a los grupos marginalizados blanco de programas de alfabetización en medios e información, a fin de ayudarlos a hacer un más efectivo uso de estas herramientas.
- 6.** Articular políticas para integrar la alfabetización en medios e información en currículos formales e informales allí donde las autoridades locales tengan la influencia para ello.
- 7.** Ofrecer apoyo político y práctico a las bibliotecas que ofrezcan cursos de alfabetización en medios e información

8. Colaborar con ONG y actores sociales vinculados a la alfabetización en medios e información
9. Incorporar la alfabetización en medios e información en las acciones del gobierno local relacionadas con objetivos de desarrollo sostenible
10. Incorporar la alfabetización en medios e información en los diversos aspectos de la vida urbana (Información, señales, transporte, elecciones, salud, participación, entretenimiento, etc.)
11. Proveer información destinada a empoderar a grupos marginales o infra-representados
12. Dar atención a la importancia de la alfabetización en medios e información en los medios digitales controlados por el municipio.

Iniciativas como esta ponen al alcance de las administraciones locales- más fácilmente fiscalizables y cercanas al ciudadano medio- el intervenir en el proceso de alfabetización digital de la población con el respaldo de la academia. Evitando las resonancias autoritarias que en algunos países tienen las intervenciones de la autoridad central.

Conclusiones

Los legisladores, y ahora parte del sector privado afectados (*Facebook*) están tomando medidas, mientras la comunidad digital duda sobre qué partido tomar parte (el de la regulación o la des-regulación). *Cambridge Analytica*, como firma, ha desaparecido, pero al ser parte de un grupo empresarial mayor, más bien ha cambiado de nombre. La duda

razonable reside en hasta qué punto está el mundo empresarial decidido a seguir explotando este tipo de recursos sin consideración al daño que hacen, y si se puede confiar en los gobiernos como alternativa aceptable, *hobbesiana*, a este riesgo del sector privado. Un riesgo que ha sido retratado como el artífice de muchos de los más inquietantes cambios de la última década, en cuanto al errático e imprevisible comportamiento de la democracia occidental. Queda pendiente determinar hasta qué punto esto ha sido así, y cuál es el escenario real en que se mueven los países democráticos, que han descubierto en la manipulación electrónica y TIC, un nuevo campo abonado de amenazas al sistema electoral.

La solución parece pasar por el refuerzo del sistema educativo en su faceta de formación ciudadana: centrándose en la formación del espíritu crítico, el sano escepticismo y el conocimiento de la influencia que la subjetividad ejerce sobre la sociedad y sobre nosotros mismos, a través de un reforzamiento y *streamlining* educativo vinculado a las TIC: que nos permiten dar al mensaje educador la forma que le permita alcanzar a su público en la manera que predijo hace ya muchos años la teoría de la bala mágica: por sí mismo. El reto reside en hallar el medio de reglar y estructurar estos nuevos medios de manera que su eficacia sea ampliable y comprobable en términos más concretos. Lo que permitirá una capacitación generalizada de las futuras masas para un aprovechamiento de las TIC y su relación con la Academia basada en el empirismo de la experiencia social y su aplicación razonada a la idiosincrasia de la educación mediada por tecnologías digitales de extensa difusión y compleja aplicación por parte de inmigrantes o

foráneos digitales. Hoy por hoy, es posible seleccionar grupos de alumnos susceptibles al mensaje educativo para testear de manera directa la efectividad de este en el desempeño de su labor. Igualmente ello abre la puerta a la comparación sobre una gran población de la difusión de cada mensaje y forma del mismo mensaje, permitiendo estudios de un calibre nunca pensado, encaminados a determinar la mejor manera de comunicarlo a los estudiantes y de mejorar los resultados cuantitativos del sistema escolar y universitario. Las posibilidades que se abren también son de peligro y de fraude, obligando a la comunidad educativa a mirar por la originalidad de los trabajos a una escala igualmente enorme, y llamando, una vez más, la atención sobre la necesidad de aligerar la carga de trabajo de los docentes, o al menos de mejorar sus compensaciones. Según Chibás (2021) es de carácter urgente desarrollar la resiliencia de las personas para resistir la desinformación a través de las Ciudades MIL especialmente después de la crisis de covid-19. Se trata de crear e innovar en la comunicación y en las ciudades para mejorar la calidad de vida, integrando valores vehiculados a través de la nueva era digital. Siempre, claro está, desde el respeto a la ética, el civismo y la diversidad.

Bibliografía

7th Global Media and Information Literacy (MIL) Week (2018). *Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)*. UNESCO. <https://bit.ly/3wnVUYG>

Arufe Giráldez, V., Cachón Zagalaz, J., Zagalaz Sánchez, M. L., Sanmiguel-Rodríguez, A. y González-Valero, G. (2020). Equipamiento y uso de Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en los hogares españoles durante el periodo de confinamiento. Asociación con los hábitos sociales, estilo de vida y actividad física de los niños menores de 12 años. *Revista Latina de Comunicación Social*, 78, 183-204. www.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1474

Ayuso, S. (2018). *Zuckerberg anuncia que Facebook extiende la ley de protección de datos europea a sus usuarios de todo el mundo*. <https://bit.ly/3pFYnJW>

Barrientos-Báez, A. (2019). *El desarrollo de la Inteligencia Emocional en los estudios del Grado en Turismo en la Universidad de La Laguna (Tenerife)*. Tesis Doctoral. Universidad Camilo José Cela. Madrid. <https://bit.ly/3wWEPnk>

Barrientos-Báez, A., Caldevilla-Domínguez, D. y García-García, E. (2017). APP para la tercera edad: utilidad, clases y valor social. *Revista de Ciencias de la Comunicación e Información*, 22(2), 1-11. [http://doi.org/10.35742/rcci.2017.22\(2\).1-11](http://doi.org/10.35742/rcci.2017.22(2).1-11)

Caldevilla-Domínguez, D., Barrientos-Báez, A., Pérez-García, Á. y Gallego-Jiménez, M. G. (2021). El uso de las redes sociales y su relación con la decisión de compra del turista. *Vivat Academia, Revista de Comunicación* 154, 443-458. <https://doi.org/10.15178/va.2021.154.e1360>

Camarero, E. y Marcos, M. (2012). Género del ministerio de sanidad, política social e igualdad (2008-2011). Análisis de contenidos previo al estudio de recepción. *Revista de Comunicación Vivat Academia*, 121, 17-30. <http://dx.doi.org/10.15178/va.2012.121.17-30>

Campbell, J. (2003). *Yellow Journalism: Puncturing the Myths, Defining the Legacies*. Sta. Bárbara: Greenwood Publishing.

Castañón Octavio, N. (2018). Elementos que motivan al usuario a obtener certificación de "cursos en línea" en educación superior. *Revista*

de Ciencias de la Comunicación e Información, 23(1), 1-14. [http://doi.org/10.35742/rcci.2018.23\(1\).1-14](http://doi.org/10.35742/rcci.2018.23(1).1-14)

Catalina-García, B., López de Ayala-López, M. C. y Martínez Pastor, E. (2019). Usos comunicativos de las nuevas tecnologías entre los menores. Percepción de sus profesores sobre oportunidades y riesgos digitales. *Mediaciones Sociales*, 18, 43-57. <https://doi.org/10.5209/meso.64311>

Celaya, I., Ramírez-Montoya, M. S., Naval, C. y Arbués, E. (2020). Usos del podcast para fines educativos. Mapeo sistemático de la literatura en WoS y Scopus (2014-2019). *Revista Latina de Comunicación Social*, 77, 179-201. <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1454>

Cerrillo-Martínez, A. (2018). Datos masivos y datos abiertos para una gobernanza inteligente. *Profesional de la Información*, 27(5), 1128-1135. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.sep.16>

Chibás Ortiz, F. (2021). La red de ciudades MIL de la UNESCO y Agenda 2030: educación, comunicación y salud sostenible. La Habana: Pueblo y Educación. <https://bit.ly/3Egi8gJ>

Croteau, D. y Hoynes, W. (1997). *Industries and Audience*. Londres: Pine Forge Press.

De Vicente Domínguez, A. M., Carballada Camacho, M. R. y Cestino González, E. (2022). Análisis de las competencias mediáticas del alumnado que ingresa en la universidad: un estudio de caso en estudiantes de comunicación. *Vivat Academia, Revista de Comunicación*, 155, 151-171. <https://doi.org/10.15178/va.2022.155.e1375>

Etura Hernández, D., Martín Jiménez, V. y Ballesteros Herencia, C. A. (2019). La comunidad universitaria, frente a la igualdad de género: un estudio cuantitativo. *Revista Latina de Comunicación Social*, 74, 1781-1800. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1410>

Expósito-García, A. y Velasco-Morente, F. (2018). How efficient are universities at publishing research? A data envelopment analysis of Spanish state universities. *Profesional de la Información*, 27(5), 1108-1115. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.sep.14>

Fedele, M. y García-Muñoz, N. (2010). El consumo adolescente de la ficción seriada. *Revista de Comunicación Vivat Academia*, 111, 47-74. <https://doi.org/10.15178/va.2010.111.47-64>

Fernández, M. y Tardivo, G. (2016). La sociología de la comunicación y la Mass Communication Research: Tradición y Actualidad. *Cuaderno Venezolano de Sociología*, 25(3), 133-142.

Gadea, G. y Cancelo, M. (2013). Empoderamiento de las redes sociales en las crisis institucionales. *Revista de Comunicación Vivat Academia*, 124, 21-33. <http://dx.doi.org/10.15178/va.2013.124.21-33>

Ganga-Contreras, F. (2005). Análisis preliminar del gobierno universitario chileno. *Revista Venezolana de Gerencia*, 10(30), 213-246.

García Gil, M. E., Hernández Ospina, M. y Piovani, J. I. (2018). Calidad de la educación superior en Colombia y Argentina. Un análisis desde las políticas públicas. *Opción*, 18, 304-334.

García, C., Carreón, J., Hernández, J., Bautista, M. y Méndez, A. (2013). La cobertura de la prensa en torno a la inseguridad migratoria durante elecciones presidenciales. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 17(30), 57-73. <http://dx.doi.org/10.15198/seeci.2013.30.57-73>

Herrero, E. (2012). El periodismo en el siglo de las redes sociales. *Revista de Comunicación Vivat Academia*, 14, 1113-1128. <http://dx.doi.org/10.15178/va.2011.117E.1113-1128>

Lasswell, D. (1927). *Técnica de Propaganda en la Guerra Mundial*. Nueva York: Peter Smith.

Lazarsfeld, P., Bernard, B. y Hazel, G. (1948). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. (Second edition.) Nueva York: Columbia University Press.

Martí-Noguera, J. J. (2020). Sociedad digital: gestión organizacional tras el covid-19. *Revista Venezolana de Gerencia*, 25(90). <http://dx.doi.org/10.37960/rvg.v25i90.32383>

Martínez-Sala, A. M., Barrientos-Báez, A. y Caldevilla-Domínguez, D. (2021). Fandom televisivo. Estudio de su impacto en la estrategia de comunicación en redes sociales de Netflix. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 54, 57-80. <https://doi.org/10.15198/seeci.2021.54.e689>

Mendiz, F. (2018). La representación del menor en la publicidad infantil. De la inocencia a la sexualización. Methaodos. *Revista de Ciencias Sociales*, 6(1) 125-137. <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v6i1.231>

Mora, F. (2004). *Ciencia política*, en Uña, Octavio y Hernández, Alfredo, *Diccionario de Sociología*. Madrid: ESIC.

Mosco, V. (1996). *The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal*. Londres: Sage Publicaciones.

Mut, M. (2012). Apuntes sobre la opinión pública a pie de calle. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 28, 1-10. <https://doi.org/10.15198/seeci.2012.28.1-10>

Paíno-Ambrosio, A. y Rodríguez-Fidalgo, M. I. (2019). Propuesta de "géneros periodísticos inmersivos" basados en la realidad virtual y el vídeo en 360°. *Revista Latina de Comunicación Social*, 74, 1132-1153. <http://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1375>

Redacción BBC mundo (2018). Portal de noticias internacionales. <http://www.bbc.com/mundo/noticias-43971491>

Rodríguez Torres, J. y Gómez Jiménez, O. (2018). Nuevos paradigmas de atención educativa a la diversidad. Consideraciones. *Revista de Ciencias de la Comunicación e Información*, 23(2), 1-14. [https://doi.org/10.35742/rcci.2018.23\(2\).1-14](https://doi.org/10.35742/rcci.2018.23(2).1-14)

Rodríguez, J. (2014). Construcción del espacio narrativo en el cine de John McTiernan: hacia el sello de autor. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 17(35), 34-45. <http://dx.doi.org/10.15198/seeci.2014.35.34-45>

Rodríguez-Ponce, E. y Rodríguez-Ponce, J. (2019). Gobernanza Universitaria: un estudio de caso desde una Facultad de Educación en Chile. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 24, 36-46.

Santacruz Espinoza, A., Montenegro Muguera, H., Pizarro Alejandro, A. y Estacio Flores, H. (2020). Liderazgo transformacional y desarrollo sostenible ambiental verde en docentes de la Universidad Nacional Herminio Valdizán. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 53, 135-151. <https://doi.org/10.15198/seeci.2020.53.135-151>

Scolari, C. A. (2019). El signo sirve para mentir (10 verdades). En G. Orozco (Coord.), *TVMorfosis 8 Periodismo en la era de la posverdad* (p. 3) México DF, México: Productora de Contenidos Culturales Sagahón Repoll.

Sierra Caballero, F. (2001). La educación superior y los sistemas multimedia de interacción simbólica. *CIC. Cuadernos de Información y Comunicación*, 6, 333. <https://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/view/CIYC0101110333A>

Valles Ruiz, R. M. y Morales Vanegas, E. (2019). Desigualdad económica y educativa en la Universidad: esbozo y aproximación cualitativa desde las representaciones sociales de alumnos becarios de manutención. *Inclusiones*, 6, 105-124.

Wattels, J. (2018). *Zuckerberg y Facebook, bajo fuego por filtración a compañía vinculada a campaña*. <https://cnn.it/3T9b79K>

Watzlawick, P., Beavin Babelas, J. y Jackson, D. (1997). *Teoría de la comunicación humana*. Herder.

Zarzosa Codocedo, A., Cota Yáñez, R. y Rodríguez Cota, U. (2020). Importancia de los estudios de opinión pública: su aplicación y segmentación del mercado en México. *Revista de Comunicación de la SEECI*, 52, 95-117. <http://doi.org/10.15198/seeci.2020.52.95-117>

Integration development of transmedia literacy in the corporate sector: MIL CITY's ASPECT

Veronika Yarnykh²¹

We live in the media world. The development of the media environment also determines the development of modern infrastructure both in the corporate sector and in the urban environment. How modern cities will develop largely depends on how the modern media environment will develop.

A new approach to the development of the media and information environment of the city in the form of a media-information literate city approach does not just offer a new approach to the development of urban space. This is an integration opportunity for the mutual development of several sectors in a single urban space (Iqbal Olariu 2021, 56).

In this vein, it would be interesting to consider the relationship between the corporate sector in the MIL City approach through the development of transmedia literacy.

²¹ Russian State University for Humanities, vyarnykh@gmail.com

MIL Cities in modern urban space.

MIL City as a new concept for media and information literacy. As it was mentioned early the definition and understanding of media and information literacy is growing and developing. In 2018 UNESCO suggested a new view on media and information literacy. First of all it is necessary to underline that MIL Cities (media and information literate cities) is the development of Smart Cities concept (UNESCO, 2018). Media and information literate citizens are able to understand the role and functions of media and other information providers, and possess basic knowledge and skills to critically and efficiently analyze and use media and information for self-expression, to become independent learners and critical thinkers, and to fully participate in and benefit from today's growing knowledge and information society. (UNESCO, 2018).

Human factor acquires the same importance as technological one. In this way, MIL Cities can help expand access to information, stimulate civic participation, ensure intercultural and interreligious dialogue, counter disinformation and hatred, and create economic, social and cultural opportunities. As we see in this multi-discipline approach the understanding of the city as a new ecosystem is developing. In urban space new actors are appearing, new stakeholders are played. Media, corporations and industry organizations, universities, social organizations and etc. become new actors in the city space (Chibas Ortiz et al 2020). All of them bring their own interests, tasks and communication in the city space. In this case it's necessary to underline that also new competencies

are added to the media and information literacy competency (Yarnykh 2020, 9).

The concept of transmedia literacy

First of all, it should be noted that the concept of transmedia literacy was formed quite recently, as a continuation of UNESCO's approach to media and information literacy. Transmedia literacy is the ability to think critically across multiple modalities (Rutledge 2021). It is also important to note that, in fact, in today's media space, we easily use transmedia skills, moving from platform to platform, for example. In the same way, in the educational space today it is necessary to talk about transmedia literacy, when Generation Z quite easily uses different networks, platforms, instant messengers at the same time. Hashtag technology, for example, makes it very easy to search for information in a transmedia approach simultaneously on YouTube, Facebook, Instagram, etc. In general, in general, it should be noted that communication with the audience through hashtags in general allows you to organize the search for information wider and more voluminous than in the usual format. This is important in terms of future media literacy activities: the likelihood of youngsters as Gen Z with increased productivity skills is much higher than those with ideological or ethical skills. Media literacy strategies should include production skills and re-contextualize them to promote a critical approach to media production, sharing and consumption (Scolari et al 2018, 810). Transmedia skills are built around texts, objects, technologies and processes. Transmedia literacy skills are

organized as follows, from writing (for writing short stories) to multimodal production (for filming and editing videos), from simplicity (for finding content) to complexity (for managing social media and blogs for archiving). content), from technical (for photography) to critical and ethical practices (to be aware of the risks of self-forgetfulness on social media) and from cognitive (to recognize and describe genres in various media and platforms) to pragmatic approaches (to select and use / release content based on aesthetic and narrative values) (Scalari et al 2018, 808). More than media and information literacy, transmedia literacy provides opportunities for the ecosystem as a key direction for the development of marketing and communications. In fact, within the framework of modern approaches, the media space of a modern city is the formation of an ecosystem similar to WeChat in China or State services in the Russian Federation.

An approach to understanding the corporate educational space as a hub.

The corporate educational space is also being built now on the principle of a hub or an educational center. And in this regard, the idea of developing transmedia literacy skills is well embedded in the corporate educational space. Existing in a corporate organizational reality, an education center is a concerted and planned effort by a country, zone or city to gather a critical mass of local and international actors to support their efforts to create a higher education sector, expand a talent pool or contribute to the knowledge economy (Knight 2018,

639). In this regard, it is necessary to talk about three structural components of such a hub or educational center. This includes a student center, a talent development center, and a knowledge and innovation center. Thus, we can talk about a new approach to understanding corporate education as a whole, not through separate programs, but through a general approach and understanding of the development of competencies in general. This integration approach allows you to quickly respond to the challenges of the VUCA world on the one hand, and widely use media education technologies on the other.

The development of the corporate sector in MIL City largely contributes to the development of transmedia literacy, the formation of a critical volume of knowledge, skills, critical reflection and understanding of the media environment in the urban space. In many ways, it is the educational sector (school, university, corporate) that forms the level of urban media, information, digital literacy, that is, transmedia literacy in essence.

Factors of changes in the corporate education system as a whole.

The COVID-19 infodemic has forced the corporate sector to adapt faster and rethink the corporate education system. However, even until the spring of 2020, researchers noted the influence of several factors that made significant adjustments to the corporate education development strategy. The main reasons for the rapid and significant changes in the corporate education system were the rapid development of digital technologies used in training, as well as the entry into the labor market of

generations that grew up in the conditions of penetration of digital technologies into all spheres of life. Whereas before we ordered products by phone, now we do it through apps. We are forced to use new digital technologies, because it is simply impossible to exist in a different way in the modern world. Digital technologies have significantly changed the educational landscape. The development of digital technologies has led to the emergence and development of mobile learning, distance learning, e-learning. But in general, it is necessary to talk about a change in the educational paradigm. This change is not only about the digitalization of learning processes. Learning in the digital age is a deeper transformation of the entire learning process, the use of new digital tools to rethink how you need to teach in order to be modern.

Learning in the digital era is already continuous, an individual educational trajectory is being built in a corporate format, and educational decisions in general in some companies are already being made on the basis of big data, shaping further individualization of education within the corporation. However, speaking about the corporate training system, it is important to take into account further trends in the development of corporate training in general, based on the processes that have already taken place before the spring of 2020. First of all, this is the transition of corporate training to online. This is a global and by far the most obvious trend. It is this trend in the development of corporate education that has been exacerbated after the 2020 COVID-19 infodemic situation. Companies themselves have switched to a remote,

remote or mixed format of work, and such a change in the formats of business processes entails a change in the formats of training.

The second unconditional trend today is undoubtedly becoming transmedia literacy. 2020 has shown very well that it is becoming important in the corporate sector to improve two types of literacy - digital and media and information. Together, the two types of literacy make it possible to talk about transmedia literacy as a complex, generalizing and integrated concept (Zavyalova Ardichvili 2020, 502). The situation in 2020, not only in the Russian Federation, but also around the world, has demonstrated the situation of COVID-19 infodemic, that is, not just information noise to which the more or less corporate sector has adapted.

This is a streaming wave of fakes, speculation, misinformation, unverified information about COVID-19. In this situation, the transition to a distance format of work and training caused not only additional stress, but significantly slowed down the search for information necessary for work or for study. With the addition of significantly increased information noise, the need for critical thinking, the ability to analyze incoming information, the ability to highlight the important and the main, etc. became clear. These are skills included in the media and information competence. The second major factor in transmedia literacy has been the inability to work on platforms and resources for telecommuting or learning. It turned out in practice that employees of companies are excellent at taking selfies and posting information on Instagram, but they do not know how to work in a session hall in Zoom. But the situation is

exactly the same in the corporate sector. When it turned out that with corporate resources for remote work (even where such resources seemed to exist), the company's employees also did not know how to work. And this is digital literacy as an integral part of transmedia literacy. Under these conditions, the company had to literally redraw existing corporate training programs on the fly and introduce new ones.

Large corporations within the corporate education system began to implement this focus on media, information and digital literacy during the lockdown process. For example, Norilsk Nickel has already launched the Digital Norilsk Nickel project. The program is designed for two years; its first stage started in mid-April, the second is scheduled for September this year. Formed cycle of programs "Digital Norilsk Nickel" will allow all employees to choose the necessary courses in online learning digital literacy, develop the relevant competencies and improve the level of qualifications (NorNickel 2020).

And if earlier the digital transformation of business went consistently and measuredly, then the current situation forces us to move at a faster pace. Understanding the basics of cybersecurity and media security almost instantly became the main competencies in today's situation; understanding digital trends; the ability to work in internal communications within the company and the ability to use corporate resources and products. The main competence at the moment is project management skills, and projects in a remote format with a distributed project team (Falloon 2020, 2452).

Finally, the third trend that is actually changing the educational landscape of the corporate educational system is the presence on the market of three generations X, Y, Z with their own needs and expectations from corporate training in tools, technologies, etc. It was generation Y and Z that became the drivers for a significant expansion in the use of mobile learning, distance learning, etc. Speaking about the new requirements for the principles and technologies of corporate education, the following should be noted.

Generation Z in this sense defines fundamental changes in the corporate training system. First of all, they are digital natives, that is, people who have grown up in a digital environment since childhood. This determines the "clip" or mosaic nature of their consciousness; selective perception - attention only to what meets expectations; "Puzzle behavior" - based on disparate skills and unrelated practical experience; free functioning in the digital environment (Seemiller Grace 2017, 22).

From the point of view of learning technologies, this means the need for coding content through visualization (a picture, infographics are perfectly perceived), a game form of classes, the need to build operational interaction through digital communications, and finally, even the smallest achievements must be encouraged. Representatives of this generation need the smallest but constant encouragement in the learning process, support for their achievements, constant attention to maintaining the educational track. And in this regard, it is also necessary to take into account that teaching for Generation Y and Z must be extremely practical. Representatives of these generations, in contrast to

generation X, should very well understand and imagine how they will apply the acquired knowledge or practiced skills in their specific work tomorrow. The second conclusion in connection with the requirements of generations Z and Y is the demand for very short educational programs or courses, as already noted above for a very practical orientation.

Summarizing the factors proposed above, which significantly influenced the fundamental changes in the corporate education system, and also noting the identified problems of the COVID-19 infodemic, it is necessary to speak in essence about the following focuses of the corporate education system in today's conditions. It focuses on project work and competencies in working in a distributed environment, as well as skills in working under information pressure and in a multitasking environment. All this creates the need not only for a restructuring of approaches to the corporate education system, but also for a completely new look at technologies and tools for corporate training.

Media education technologies in the corporate educational space.

Considering media education technologies in general, it is important to note the following points. First of all, this is the development of a digital educational corporate environment of any organization, including educational ones. This is one of the elements of corporate knowledge management. A sufficient number of providers now offer corporate digital solutions, in fact digital ecosystems, which include various structural components of the corporate system. For example, mobile applications are becoming an important structural component of

such a component. Mobile learning has been in high demand in the corporate sector over the past few years. In this case, the mobile application acts as an access point to the corporate educational system as a whole. It is necessary to pay attention to the fact that a mobile application in a corporate educational environment makes it possible to implement the concept of 3A: any content anytime and anywhere. The mobile application provides access to educational content when it is convenient for a person and where it is convenient and comfortable.

Media education technologies are concentrated in the system as a whole, and mobile applications make it possible to access and use them within the educational program. Unlike the traditional form of teaching materials and assignments, mobile learning uses innovative technologies that change the teaching process. To deliver a certain kind of information, such modern services as social networks, cloud storage, media hosting are used, and recently some teachers have begun to use social networks, posting useful information there. UNESCO researchers identify several key factors of mobile learning (UNESCO 2013).

First of all, it is mobility. Modern gadgets make it possible to organize and optimize the educational process, regardless of place and time. This kind of mobility has two aspects: first, the possibility of implementing educational programs regardless of the user's location. The second important factor in mobile learning is the continuity of access to the educational space, that is, the implementation of the 3A concept. The third factor is the personalization of learning and the formation of an individual educational trajectory for each student. Mobile learning and a

mobile application as an access point make it possible in practice to implement an individual training plan for each person, depending on the assessment of work results, potential, etc. Another factor is improving the quality of communication. A mobile application associated with messengers, for example, makes it possible to communicate simultaneously to all process participants who take part in the chosen training program. Also in this case there is the possibility of direct communication with the teacher to clarify work issues, etc. Finally, mobile applications provide an opportunity to implement work in a project team, establishing horizontal connections between students.

Working in a project group as a media education technology is one of the most potential for the development of media competence. The project group as an educational technology has been known and used for a long time. However, work on an internal media project, for example, makes it possible to develop a complex of communication, design, professional and media competencies. Habitual activity in the project is convenient, understandable and comfortable for representatives of generation Z (Yakimova Masilova 2017, 342). Representatives of generation Z, and partly representatives of generation Y, from childhood playing computer games are accustomed to project behavior (Karmazin 2019).

This is a convenient media education technology for conducting educational projects and is a factor in the organization's motivational programs. The second important factor in the use of project work as a media education technology allows the use of elements of mentoring

and mentoring. And this is one of the possible realizations of the motivational factor as a status within the company. Such opportunities allow implementing an integrated approach to human capital management in a company.

Implementation of own media projects, work with them is an important modern media education technology. The implementation of employees' own media projects is quite common in an educational organization of any level. Many teachers of any level have their own media projects (blogs, vlogs, YouTube channels, social media accounts) aimed at the professional component and demonstrating their portfolios, for example. In addition, any personal media project of an employee of an organization affects the formation of the media image of the organization as a whole. For example, negative statements about a company or competitors, provocative photos or materials are instantly replicated and distributed on the Internet, indexed and influenced by the company's publicity. In this case, an important factor influencing the situation is the media and information literacy of employees.

The development of elements of media, information and digital literacy of employees is included in this case in educational corporate programs. In addition, the educational programs of the organization also include the skills of working with their own media projects, as well as the knowledge and skills of their creation and promotion in social media. Such an integrated approach allows for a comprehensive approach to solving such problems. The program launched by Norilsk Nickel in April 2020 is example of such programs (NorNickel 2020).

Based on proven examples from the corporate sector, we can conclude that media education technologies have enormous potential for the development of transmedia literacy, and not only.

Another significant change in the corporate education market in general has been the increased use of microlearning. Microlearning is a way of presenting new information in small blocks, each of which is devoted to a specific, very narrow topic. Microcourses have become very popular in mobile learning . Microlearning in the format itself involves very small blocks of content with concrete results. Moreover, given that microlearning is used mainly in mobile learning, it is necessary to pay attention to the multimedia content of the content and the multiplatform nature of its placement. Microlearning courses are present on educational corporate multiplatform, they are small in volume, and make it possible to quickly get results. It can be the rapid development of a skill or skill, gaining knowledge, etc.

The advent of Web 2.0 has brought with it a new philosophy of influence that has greatly influenced the educational environment. Along with the social network, a wide range of high quality productivity tools such as graphics, tools, video editing software, and collaboration tools are available for free or mostly free. This allows students to actively participate in the traditional provider role as content developer. Consequently, Web 2.0 is replacing traditional content development models that are more hierarchical. The prosumer model enables new didactic approaches that enable learners to create, adapt, share and announce their own instructional videos. The Internet and media reality,

thus, extends to the field of education and influences traditional educational relations (Westera 2015, 22). Among other media education technologies, it is necessary to highlight work with data arrays. The formation of a unified knowledge base within the corporate educational space allows not only collecting an array of data, but also bringing the slightest changes massively to the company's personnel. Thanks to modern technical means of teaching and training support, the learning process has become flexible and lively. Teachers can store teaching materials, videos, and other information as they learn, and students can easily access and learn. In this regard, it is important to note the hashtag technology as a way of structuring information.

The incredible popularity of Internet sites designed for social interaction of users and endowing the consumer of information content with the means of publishing it using publicly available technologies has led to the blurring of clear boundaries between consumers and producers of information, which in modern communication theory has come to be referred to as "prosumer" (this term, formed from the English words "producer" and "consumer", in 1980 introduced into circulation by Alvin Toffler to describe the mixed form of production and consumption) (Mavinkurve Patil 2017, 62).

The natural result of prosumers is the exponentially increasing amount of content in the network space and, as a result, an intensified struggle for the audience's attention. The hashtag, designed in its prototype function for indexing publications on social networks, is formally a separate word following the # sign (Mavinkurve Patil 2017, 63).

The hashtag, intended for structuring information flows, turns out to be just such a “tool of power” that sets both the direction of message interpretation and the process of stereotyping ideas about reality that occurs at the level of cognitive structures as a result of generalization and schematization of different reference situations marked with the same hashtags (Mavinkurve Patil 2017, 64). This structuring of information allows this tool to be used to search for information and label information in a large amount of data. The hashtag allows you to collect thematic information from different sources and from different situations.

It is important to note that this tool is not only an excellent opportunity for structuring information, but also a tool for communicating with the audience in the corporate sector. It is also important to note that the ability to use a hashtag significantly affects the media space of the city. The habit of using a hashtag allows users to structure information in the urban media space on the one hand. But on the other hand, the same hashtag is an instrument of communication between the city and the city administration, other elements of the city infrastructure with its audience, with users and residents. It is important to note, however, that the hashtag is used in general in almost all social media, making it a transmedia tool. In addition, the hashtag as a tool is integrated, combining not only different social media, but also contextual content. Thus, it is important to note that the corporate sector makes a huge contribution at least to the development of urban communication, significantly increasing the level of transmedia literacy.

But in connection with the knowledge management system in the corporate educational space, it is also necessary to pay attention to the workshops of successful employees. A workshop is a well-known in the field of education a form of transferring experience and learning new things through the vigorous activity of participants solving the task assigned to them. A workshop is a demonstration lesson or training of a specialist for those working on the job. The participants of the workshops improve their qualifications, acquire new knowledge and often discover something new, unknown for themselves. The uniqueness of this form of communication lies in the fact that the techniques and methods of solving pedagogical x examples, but inextricably linked with a specific task (Buckingham 2007, 2). Workshops of successful employees can be very short and within its framework there is an opportunity to solve one production task, one problem, etc. This is a way to very quickly share knowledge and solutions, and share it in practice, practicing skills. This significantly increases not only the assimilation of knowledge as such, but also introduces changes in behavior, that is, in competencies, which is much more important in the modern business environment.

Discussion.

Thus, several significant factors in the development of media literate cities should be noted. First of all, this is the integration nature of interaction within a media-literate city. MIL City consists of several sectors that have a significant impact on its development. During the implementation of the UNESCO project, this was clearly shown. The

second argument for the integrative nature of MIL City development is a set of indicators for determining whether an urban agglomeration belongs to MIL City. Considering the list of indicators and description of metrics, there is a clear correlation between different sectors of the urban space. And it is the media sector and media education technologies that act as a connecting link. As shown in this article, media reality has a significant impact on the development of the corporate educational space and is one of the factors of its transformation. The corporate educational space has changed significantly and is now in the process of transformation. Two key factors have contributed significantly to this transformation.

First of all, this is a change of generations in the labor market and the education market. Generation Z, now entering the labor market and making up the majority in the educational market, requires familiar tools for communication and training. But Generation Z puts forward exactly the same requirements for urban space and urban infrastructure. Convenient communication tools, familiar media environment, transmedia - all this is a requirement of the time both for urban communication and for corporate educational space. That is why the development of mobile learning in the corporate sector, distance learning, the possibility of media both for learning and within the educational process are a necessity today. And the widespread use of media in the educational space determines the second factor in the transformation of the corporate educational space. This is the need to develop transmedia literacy.

Digital media—the internet, mobile phones, computer games, interactive television—are now an indispensable aspect of most children’s and young people’s leisure-time experiences. Young people now enjoy unprecedented levels of access to media although they are also being enthusiastically targeted as a valuable consumer market. For most children, computer is no longer primarily an educational medium as it was 10 or 15 years ago. Their uses of computers in the home are massively dominated by video games; and leisure uses of the internet (for example in the form of social networking, instant messaging and entertainment sites) are becoming increasingly significant (Buckingham 2007,12).

Media education could have a great deal to offer here. Contemporary approaches to media education have moved well beyond the defensive or protectionist approaches of earlier decades, and the narrow forms of ideological critique that were popular in the 1970s and 1980s. Media education offers a clear and rigorous conceptual framework that can be extended across the range of media, and that goes well beyond the instrumental approach of ICT training.

Best practice in media education involves a combination of ‘hands-on’ creative production and critical reflection, which seeks to build on students’ existing pleasures and experiences of media. As this implies, the ‘new digital divide’ between children’s leisure uses of technology and their experiences in the classroom is not simply a matter of content, but also of style. New digital technologies also require a broader rethinking of the conceptual frameworks and practices of media education, and of

literacy education more broadly. And, finally, media education technologies in teaching are a connecting note. At the same time being educational technologies and having a mandatory media component (technological or communication), media educational technologies have the opportunity to develop not only the necessary professional competencies, but also to develop media competencies in the aspect of transmedia literacy. Thus, through the corporate educational space, the overall level of media, information, digital, etc. literacy in the urban environment. And this is exactly what is an integral part of a media literate city.

References

Buckingham D. (2007). Media education goes digital: an introduction, *Learning, Media and Technology*, 32 (2),111-119. DOI: 10.1080/17439880701343006

Chibás Ortiz, F, et al (2021). La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030. *Educación, comunicación y salud sostenible La Habana: Pueblo y Educación*. URL// <https://bit.ly/3Egi8gJ>

Falloon, G. (2020). From digital literacy to digital competence: the teacher digital competency (TDC) framework. *Education Tech Research Development*. 68, 2449-2472

Iqbal A, Olariu S. A. (2021). Survey of Enabling Technologies for Smart Communities. *Smart Cities*. 4(1), 54-77

Karmazin T. (March 2019). Corporate education for generation Z. www.ria-stk.ru URL\\https://ria-stk.ru/ds/adetail.php?ID=176525 (date of application 29.12.2020)

Knight J. International Education Hubs. (2018). In: Meusburger P., Heffernan M., Suarsana L. (eds). *Geographies of the University. Knowledge and Space*. 12, 637-655 . DOI: 0.1007/978-3-319-75593-9_21

Mavinkurve M., Patil M. (2017). Design of a teachers' training workshop for improving technology integration skills. *Proceedings of the Canadian Engineering Education Association*. CEEA 16 (47), 1-6. DOI 10.24908/pceea.v0i0.6513.

NorNickel: digital breakthrough in self-isolation (April 17, 2020). *www.nornickel.ru*. URL// <https://www.nornickel.ru/news-and-media/press-releases-and-news/nornikel-tsifrovoy-ryvok-v-usloviyakh-samoizolyatsii.htm>

Rutledge P. (2020). Expanding Media Literacy for a Transmedia World. *Mprcenter.org*. URL// <https://mprcenter.org/expanding-media-literacy-for-a-transmedia-world/>

Scolari C., Masanet, M-J, Guerrero-Pico M., Establés M-J. (2018). Transmedia literacy in the new media ecology: Teens' transmedia skills and informal learning strategies. *El Profesional de la Informacion*. 27(4), 801-812. DOI: 10.3145/epi.2018.jul.09

Seemiller C, Grace M.(2017). Generation Z: Educating and Engaging the Next Generation of Students. *About Campus*. Volume 22(3), 21-26. DOI:10.1002/abc.21293

UNESCO Guidelines in the policy of mobile education (March 2013). *www.unesco.org*.

URL//<https://iite.unesco.org/pics/publications/ru/files/3214738.pdf>

UNESCO (2018). MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media and Information Literacy in Cities. *www.unesco.org*. URL// <https://en.unesco.org/milcities>

Westera, W. (2015). Reframing the Role of Educational Media Technologies. *Quarterly Review of Distance Education*. 16(2), 19-32.

Yakimova Z., Masilova M.(2017). Generation Z as a potential segment of the labor market. *ASI: pedagogy and psychology*. 4 (21), 341-345.

Yarnykh V. (2021). Media Education in Corporate Education's Ecosystem. *International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science (IJLRHSS)*, 4 (3), 9-15

Zavalova, E., Ardichvili, A. (2020). The Contemporary Problems of Corporate Education in Russian Companies: Can There Be Learning Without Development? *Russian Management Journal*. 17(4), 499-516. DOI 10.21638/spbu18.2019.405

MIL University Cities Expansion Strategies in Africa: Future Africa at the University of Pretoria as Inspiration

Rachel Fischer²²

Felipe Chibás Ortiz²³

MIL University Cities Concept

MIL Cities is a UNESCO framework that speaks of the need to build or reform urban spaces so that they use new technologies but using them ethically and respectfully for vulnerable groups, transcending cultural barriers to communication and contributing to the objectives of the 2030 agenda²⁴. The UNESCO MIL Cities platform is a way of bringing several issues together to be able to examine them from a holistic perspective and propose fresh ways of tackling emerging issues. Science, technology, and innovation policies in cities may provide enhanced capacities to engage, to connect, to act and be resilient (Chibás & Yarnykh, 2021). MIL university cities are a derivation or application of the MIL City framework on university campuses of

²² Co-Founder, Researcher and Ethics Practitioner at 3Consulting rachel@3consulting.org.

²³ Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br.

²⁴ <https://research.iars.info/index.php/curie/article/view/172>

academic entities (Chibás, Fischer & Dias, 2020)²⁵. This concept is taken further to universities in Africa, where Fischer and Bester (2020) argue that towards articulating information ethics, media and information literacy curricula outside tertiary academic environments, community engagement should be used as a platform for thought-development by African higher education institutions. Since African universities play a prominent role in their communities, it is proposed they use public and private spaces to discuss and develop information ethics, media and access to information. In essence, to develop MIL University Cities. To achieve this one must reflect on the 13 indicators as developed by Chibás Ortiz (2020):

1. Libraries
2. Urban planning and mobility
3. Rectory, City Hall, administrative bodies and citizenship
4. Health
5. Culture, heritage, art, sport and leisure
6. Education
7. Associations, unions, NGOs, socio-cultural projects and other non-traditional actors
8. Media and media outlets
9. Artificial intelligence, startups and digital channels
10. Security

²⁵ http://mic.org.ru/vyp/33-nomer-2020/felipe-chib-s-ortiz-ana-paula-d-as-rachel-fischer-mil-media-and-information-literacy-university-citi/?fbclid=IwAR1bMoQd0E-XPxySZDuoPIgKj7_aPfsYrcR30Aqnl6GFDsie454cM5fogY

11. Environment and sustainability
12. Youth, Women, Blacks, Indigenous, LGBTQ + and other minority groups
13. General Integration Metrics (involve measures with metrics with two or more of the previous indicators)

No sector of society remains untouched by Information and Communication Technologies (ICTs) and encouraging an ethical (or even moral) awareness of these consequences, can support and accelerate society's ability to understand, navigate, mitigate, and respond to the resultant challenges and opportunities. By seeking integration between the MIL Cities Indicators, the SDGs, and Information Ethical considerations, creative models can be developed for implementation at universities across Africa.

Information Ethics & MIL City Africa Expansion Strategy

This chapter proposes an IE & MIL expansion strategy, by referring to Future Africa, at the University of Pretoria, as an example. This presentation speaks to the broadening of transdisciplinary research opportunities, and also allow for diverse forms of engagement that will include - and expand to - policy development, citizen engagement, and training. The value of this presentation is embedded in the already existing and diverse stakeholder networks, programmes and projects based in the International Centre for Information Ethics (ICIE) and the UNESCO Information For All Programme (IFAP) Working Groups. All

projects aim to support the relevant implementation of the National Development Plan (NDP), African Union Agenda 2063 and UN formulated Sustainable Development Goals 2030 (SDGs). There are demonstrable advantages to developing an IE & MIL expansion strategy. It allows for the mutual recognition of current and future projects and promotes cross-pollination in research and collaboration opportunities, potentially generating financial support due to the unique structure. These entities work closely with the UNESCO Communication and Information (CI) Sector mandate which speaks to Information Ethics and Media & Information Literacy.

International Centre for Information Ethics (ICIE)

The ICIE support diverse initiatives linked to six broad identified themes: Digital Ethics, Media Ethics, Library Ethics, Intercultural Information Ethics, Bioinformation Ethics, and Business Information Ethics.²⁶The ICIE supports and is involved in several research projects and information ethics-related activities, including but not limited to: Conferences, Workshops, Webinars, Projects, Lectures, Meetings, Interviews, and established the ICIE Curriculum Consortium for the teaching of Information Ethics courses. Projects and programmes focus on:

1. Affirm the current parameters of the field of Information Ethics (IE),

²⁶ See <https://www.i-c-i-e.org/> for descriptors.

2. Establish foundational partnerships with regional IE communities,
3. Publish biannual IRIE journal editions, expanding on the current parameters of the field of IE,
4. Encourage North-South dialogues on Information Ethics,
5. Practical projects between 2020 and 2025.

Data ethics can be defined as the branch of ethics that studies and evaluates moral problems related to data (including generation, recording, curation, processing, dissemination, sharing and use), algorithms (including artificial intelligence, artificial agents, machine learning and robots) and corresponding practices (including responsible innovation, programming, hacking and professional codes), in order to formulate and support morally good solutions (e.g. right conducts or right values)²⁷.

Network Expansion on the African Continent and Global South

ICIE has organized or co-organised conferences since 2001 and has published the International Review of Information Ethics (IRIE) since 2004. In 2018, upon the retirement of Rafael Capurro, the leadership of ICIE was to a new ICIE Chair and Co-chair, a new advisory board was created, and a community forum was established. In 2019, the Center (and Chair) and its journal, IRIE, were moved from Germany to Canada where they

²⁷ Floridi, Luciano. & Taddeo, Mariarosaria. *What is data ethics?* Available: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsta.2016.0360>

are now officially hosted by the University of Alberta. The formation of individual ICIE chapters, such as the Latin American & Caribbean Chapter of ICIE, have been the focus of the efforts since the relaunch of ICIE in 2018. Other Chapters to date include Chapters in Africa and India, with further chapters in the making. The formation of the ICIE Curriculum Consortium for the teaching of Information Ethics courses is being developed in collaboration with participating institutions worldwide.

From a Pan-African Cooperation perspective, the Information Ethics network extends to relationships with the UNESCO Regional Offices in Southern Africa (Harare), Eastern Africa (Nairobi) and Northern Africa (Cairo). Engagement with African IE Chapters in Tanzania, Uganda, Kenya, and assist establishing others in African countries. Mobilising key role-players to be representatives of the ICIE within their own regions: in Africa (Western, Northern, Eastern and Southern Africa) and globally (Latin America & Caribbean, North America, the Pacific and India).

A Proposed IE & MIL Cities in Africa network provide added value by:

- serving as a meeting point for diverse stakeholders and thus creating a pool of expertise for the purpose of consolidating existing knowledge as a basis for formulating advice on policy and its implementation;
- serving as an avenue for the transfer of knowledge and expertise from the international to the national level, and across borders, and for knowledge-sharing;

- consolidating existing sectoral plans and programmes of action in the information/knowledge society field into a comprehensive, future-oriented vision, promoting public understanding of the unfolding process of change and its ramifications for society and individuals;
- developing an action plan, including short- and long-term goals, as well as benchmarks of success, focusing on the needs of the country in the area of core IE & MIL Cities in Africa network priorities, as well as on forms of regional and international cooperation within the network.

IE & MIL cities in Africa network seeks to address the foregoing aims by attending to the following projects:

1. Nelson Mandela Reader,
2. Practical and academic interaction with a specific network for universities of technology,
3. The development of a school- and basic training network in a LDC (Least Developed Countries) across the African continent,
4. Support to and implementation of the African Union Agenda 2063 and UN formulated SDG's,
5. Responsibility towards environmental issues,
6. Sustainable energy supplies,
7. Sustainable food production,
8. Recognition of cultural diversity,
9. Information ethics in artificial intelligence,

10. Prevention of violent and online radicalism and extremism,
11. The Media and Information Literacy (MIL) projects,
12. Access to information for people with disabilities,
13. Observing online international conferences on Accelerating Actions and Promoting Digital Wellness in the context of Artificial Intelligence,
14. Participating in the annual Artificial Intelligence for Information Accessibility (AI4IA) annual events in observance of the International Day for Universal Access to Information (IDUAI), 28 September.

Shared Vision

Future Africa at the University of Pretoria is an example of a transdisciplinary, pan-African research institute which can inspire an IE & MIL Cities in Africa network. Working with a pan-African institution, will allow for at least five mutually beneficial outcomes:

1. Collaboration & Partnerships (as discussed above),
2. Transdisciplinarity,
3. Network Expansion on the African Continent and Global South,
4. Knowledge Creation and Dissemination.
5. Support for the South African National Development Plan (NDP), Sustainable Development Goals (SDGs) 2030 and the African Union Agenda 2063.

A full analysis of the alignment between the IE & MIL Cities in Africa network and Future Africa is best presented in the table below (Future Africa: Principles²⁸) and in relation to the overlap of the identified themes of Future Africa. In reference to the *Future Africa Strategic Plan*, the following six themes are identified. These themes are presented here in tandem with the proposed or example projects identified as possible overlap or collaboration initiative with Future Africa.

Transdisciplinarity

The ICIE focus includes promoting, as well as expanding, the current parameters of the field of Information Ethics & MIL, fields that are fast becoming a relevant and fast evolving field in diverse disciplines. This strategy seeks to exemplify transdisciplinary thinking, for it endeavors to transcend boundaries of traditional disciplinary thinking. It is a collaborative journey of exploration and discovery about real and relevant issues with academic and non-academic partners, thereby integrating diverse perspective to achieve meaningful outcomes. This can be seen in work of the ICIE which continues to publish its biannual *IRIE* journal editions²⁹, expanding on the current parameters of the field of Information Ethics, and encourage North-South dialogues in this regard. Although the *MIL University Cities: Expansion Strategies in Africa* speaks strongly to interdisciplinarity (in the international context), the possibilities for transdisciplinarity were categorised by Shiri (2016) in his

²⁸ <https://www.futureafrica.science/index.php/about-us/future-africa-ethos>

²⁹ In the process of applying for international accreditation.

analysis of research papers related to Information Ethics. Shiri (2016) identified nine broad categories, with 71 diverse subfields all related to Information ethics. As early as 2005 Floridi (quoted in Shiri), observed the diverse impact of development into the fields of not only library and information science and computer ethics, but also in the disciplines of business medicine, the philosophy of information, and social epistemology (as visualised in Figure 2).

Theme 1: Connected Africa

Connecting the people of Africa through shared diverse histories, knowledge systems and cultures to shape opportunities offered by technology for new ways of living and communicating.

- Social responsibility in urban development: Social responsibility in the context of ethical issues of ICTS extend to the promotion of citizen reporting (such as whistleblowing) and the promotion of universal principles of freedom of expression and freedom of access to information. In addition to this focus is placed on digital and offline rights and responsibilities of citizens and the overall application of ethics within a professional environment (such as corporate governance and corporate social responsibility).
- Smart cities in Africa, On and off grid living and infrastructure: Smart cities is mostly a collective term for describing urban societies that have access to on and off grid living and infrastructure. With the involvement of embassies and EBIT at UP some projects were identified. Digital infrastructure together with

safe and ethical use of the internet and digital services as part of digital schooling focus on transdisciplinary research. Further attention is needed on smart communities and smart villages in rural areas. The Presidential Commission on the Fourth Industrial Revolution (4IR) could be one of the participating partners.

- Urban - rural transitions African urbanism: Rural transitions into African urbanism forms part of the development of so-called information and digital societies. The IE & MIL Cities in Africa network will enhance the preparation of rural communities to information societies in an orderly, safe and fair manner.

Theme 2: From African Soil and Securing sustainable food systems in Africa

Realising diversity, justice and technology to transform African production systems for equitable and sustainable opportunities.

- Culture, diversity and knowledge systems as foundations for societal change: Cognitive Justice looks at recognition of the plurality of knowledge and expresses the right of the different forms of knowledge to co-exist. Part of the research around cognitive justice looks at how there is a sense of cultural erosion brought about through globalisation, particularly if cultural and knowledge systems in the Global South are side-lined or ignored.
- This speaks to cognitive justice which is not just tolerance towards alterity, but also understood as difference, in knowledge representation, but also active endeavours towards

inter- and intracultural dialogues and recognition of diversity. It is realised through “open and flexible designs that do justice to different ways of knowing and being” (van der Velden, 2009, p. 38). Boaventura de Sousa Santos argues in similar lines; that the empowerment of the Global South can be achieved once we recognise a plurality of knowledges and situate our “epistemological perspective” within the Global South, contra Western/Eurocentric ways of doing and being (de Sousa Santos, 2007, p. 66).

Theme 3: Health: People and Place

Unlocking new novel capacities to ensure the right to health and wellbeing by addressing the priority challenges for all people in Africa.

- The right to health, well-being and equity: The Universal Declaration of Human Rights, in particular Article 19, expresses that everyone has the right to freedom of opinion and expression. This is aligned with Section 16 in the South African Bill of Rights. SDG 4 (Education), SDG16 (peace, justice and strong institutions) and SDG 17 (strengthen the means of implementation and revitalize the global partnership for sustainable development) are emphasized, insofar as access to quality information is a crucial component of being a member of a knowledge society.

Theme 4: Future Education

Empowering people through access to transformative education opportunities for the 21st century and beyond,

- Education in the digital era: This component is realised on two levels: 1) the content approach towards including relevant content for learners in preparation and function within the digital era (information ethical considerations, media and information literacy competencies and recognition of digital citizenship) and 2) the delivery approach whereby education takes place on a digital platform enabling access to education on e-learning platforms usable on both desktop and mobile devices (such as Google Classroom, Moodle and Blackboard).
- Educating for resilience and sustainable development - indirect focus via Media and Information Literacy training of professionals: UNESCO Regional Offices in Africa have a need for training on ethical issues of information targeting researchers, policy makers, national officers, government, youth groups, and knowledge management associations. The argument is based on the indirect focus of Media and Information Literacy as a core competency/life skill.
- 21st century technologies for future education: Links with the content and delivery approaches pertaining to ICTs noted above. The aim is to encourage core competencies related to knowledge, skills, and attitudes of the users of such technologies in the wake of the 4th Industrial Revolution.

- Data, artificial intelligence, and security: Academic research specifically on data ethics, the ethics of AI and advocacy of mechanisms to ensure a “system” (in its broadest sense) is kept secure. This research aligns also with UNESCO Ad Hoc Expert Group on the Ethics of AI and the IEEE’s Ethically Aligned Design of Autonomous and Intelligent Systems.

Theme 5: Equity in a Global Africa

Creating and navigating pathways to a just world through research-led policy, governance, and social innovation.

- Right to a decent life: The recognition of social and cognitive in/justices seeks to promote basic rights to quality education, access to basic infrastructure needs and the championing of equal gender rights.
- Transformative development: Promotion of wellbeing and equity, due to research on digital wellness, the importance of education on IE and MIL, and the notions of justice and fairness as found in social justice research and social responsibility considerations.
- Access in Africa in the information era: Due to the Pan-African collaboration through the network of universities and the UNESCO regional/field offices, regular activities are either promoted or supported advocating the six priority areas of UNESCO IFAP, of which access is one of the priority areas.

Theme 6: Sustainability Science

Future Africa needs to have acumen to develop research and new knowledge on the interactions between ecological and social systems and how those interactions affect and apply to the challenge of sustainable development.

- Sustainable development to create equity: Digital infrastructure and access to information forms part of the development of so-called information and digital societies. The IE & MIL Cities in Africa network will enhance the preparation of rural communities to become information societies in an orderly, safe and fair manner and will train communities towards the use of safe and credible information.

Knowledge Creation and Dissemination

With much local and international focus on the academic research available, it has become important to focus on interdisciplinary applications of IE & MIL. Further to this, the South African Information Ethics team is already working with various African countries on understanding and sustaining Information Ethics. The activities related to Information Ethics in Africa can, since 2007, be divided in two distinct phases. Each phase reflects the needs and contributions that are associated with a particular time and development in digital/knowledge societies, globally, in Africa and in particularly, South Africa. The two phases could roughly be identified as:

- the preparatory and research phase between 2007 and 2019; and
- the interdisciplinary application and action phase from 2020 to 2025.

The focus will be on interdisciplinary application and activities that will enhance implementation of the IE & MIL Africa Cities’ strategy into related disciplines in the 4thIndustrial revolution. Preparatory workshops indicated the urgent link between Information Ethics and Human Rights, smart- and connected cities as well as smart and connected villages. This will further connect the African realities to the 4thIndustrial Revolution, to matters related to sustainable energy supplies, responsibility towards environmental issues, sustainable food production, recognition of cultural diversity, the ethics of AI, prevention of violent and online radicalism and extremism, and the importance of Media and Information Literacy (MIL).

FUTURE AFRICA	PRINCIPLES	IE & MIL Cities in Africa
<p>Africa is a very large continent, endowed with unbelievable richness in terms of the people, cultures, biodiversity and environments. We view this whole to have an undeniable connection; socially, ecologically, and economically. It is also a continent on which research capacity needs to increase massively to be competitive with other regions of the world. We will thus actively strive to address issues</p>	<p>Africa focused</p>	<p>Through the existing Information Ethics network in Africa, we seek to foster existing and new connections; socially, ecologically, politically, and economically. Leapfrogging in many regards, it is also a continent on which research capacity needs to increase massively to be competitive with other regions of the world. With it owns unique philosophies and approaches to IE & MIL, we</p>

<p>at a broader African scale and promote research and networks across the continent.</p>		<p>strive to address ICT issues at a broader African scale and promote research and networks across the continent.</p>
<p>While individuals are often credited for scientific breakthroughs, and while we recognize the critical importance of individual brilliance, no scientific discovery is ever made in isolation. It always builds on the collective knowledge of a system. At the same time, we recognise that the complexity of issues facing the world cannot be addressed through isolated disciplinary approaches. A large proportion of the most impactful work done today is achieved through interdisciplinary and multinational teams. Future Africa will strive to help develop such an interconnected, team-based approach, rather than focusing solely on individual brilliance, competition, and promotion.</p>	<p>Interdisciplinarity, teamwork and academic networks</p>	<p>Drawing on its partners, the IE & MIL Cities in Africa network will continue to encourage such an interconnected, team-based approach, rather than focusing solely on individual brilliance, competition, and promotion. In essence we seek to promote IE & MIL for and from Africa.</p>
<p>Future Africa concerns itself with the social context within which it exists and does its research. We endeavour to take up the responsibility that comes with the privilege of being knowledge producers. This translates into engaging society directly, and via consensus such as the UN Sustainable Development Goals, in the design and outcomes of research. We will seek to connect all the research that we do to the societies in which we</p>	<p>Transdisciplinarity and social responsibility</p>	<p>IE & MIL is concerned with social justice and therefore considers the impact of ICTs on the social context within which it exists and does its research. This translates into engaging society directly, and via consensus such as the UN Sustainable Development Goals and AU Agenda 2063, in the design, implementation and outcomes of research and projects. The IE & MIL Cities in Africa network endeavours to observe the UNESCO IFAP</p>

<p>operate.</p>		<p>priority areas as guiding principles in transdisciplinarity and community engagement.</p>
<p>While Future Africa will not be competition driven, it will seek to ensure that it conducts its science to the highest possible standards. This will mean constantly striving to ‘raise the bar’ on the quality of our publications, our impact on society, our engagement with individuals and networks, our environment, and our community of Future Africa scholars. In this context, we view curiosity driven, basic research and applied research as part of a continuum and important for the health of the science system.</p>	<p>Excellence</p>	<p>The IE & MIL Cities in Africa network constantly seeks to align all its projects and research with international best practice. Though not competition driven, it will seek to ensure that it conducts its science to the highest possible standards. In this context, we view curiosity driven, basic research, applied research, creative thinking and problem-solving as part of a continuum within the global IE & MIL discourse.</p>
<p>Future Africa views the contribution of the total richness of humanity as critical to the optimal efficiency and impact of science. We believe in the value of the individual to contribute to the collective, and without tapping into the richness of human diversity, the contribution to the whole remains incomplete. We not only respect diversity but seek to promote diversity in all that we do. With diversity we refer to race, gender, sexuality, culture, discipline, age and all the other rich layers of our society.</p>	<p>Diversity</p>	<p>As with Future Africa, the IE & MIL Cities in Africa network views the contribution of the total richness of humanity as critical to the optimal efficiency and impact of science. Diversity also promotes encouraging representation of indigenous knowledge in local languages, towards ensuring cognitive justice. Diversity should not only be visible in the people representing these networks, but also in the research it produces.</p>
<p>Future Africa views science as a public good. The Future Africa community will respect legally protected and intrinsic rights to knowledge, patents, or</p>	<p>Open Science</p>	<p>All the IE & MIL Cities in Africa network research products and training material are made available open access on the internet and through a</p>

<p>publications. However, we view science as predominantly publicly funded, and always a public good, that needs to be actively disseminated as widely as possible to contribute optimally to the good of humanity and the planet.</p>		<p>Creative Commons license. As far as possible, even free training programmes are made available on mobile and desktop platforms to allow for increased accessibility.</p>
<p>Future Africa endeavours to take personal and collective responsibility to lead the change that is needed to make the world a more equal, just and sustainable place. Future Africa will endeavour to actively develop leadership skills in students and academics in all the above-mentioned matters, and to instill and enable this proactive approach to transformation in all our endeavours.</p>	<p>Leadership</p>	<p>Since 2007 the Information Ethics network has been the most visible and vocal advocate for IE-related projects and activities and will continue to be a leader, and promoter of the field by means of the activities it will undertake.</p>

Support for the South African National Development Plan, Sustainable Development Goals 2030 and The AU Agenda 2063

This network towards realizing the IE & MIL Africa Cities' strategy translates into engaging society directly, and via consensus such as the National Development Plan, UN Sustainable Development Goals and AU Agenda 2063, in the design, implementation and outcomes of research and projects. The IE & MIL City networks endeavour to observe the UNESCO IFAP priority areas as guiding principles in transdisciplinarity and community engagement. The AU Agenda 2063 aspirations take a direct interest in three of these and their specific goals (AU Agenda 2063):

Aspiration 1. A Prosperous Africa, based on Inclusive Growth and Sustainable Development

- Goal 2: Well Educated Citizens and Skills revolution underpinned by Science, Technology, and Innovation (STI).
Priority area: Education and STI driven skills revolution

Aspiration 3. An Africa of Good Governance, Democracy, Respect for Human Rights, Justice and the Rule of Law

- Goal 11: Democratic values, practices, universal principles of human rights, justice and the rule of law entrenched. Priority areas: Democracy and good governance|Human rights, justice and the rule of law

- Goal 12: Capable institutions and transformative leadership in place. Priority areas: Institutions and leadership |Participatory development and local governance
- Goal 13: Peace, security and stability is preserved. Priority area: preservation of peace and security

Aspiration 6. An Africa Whose Development is people driven, relying on the potential offered by African People, especially its Women and Youth, and caring for Children

- Goal 17: Full gender equality in all spheres of life. Priority areas: Women and girl's empowerment |Violence and discrimination against women and girls
- Goal 18: Engaged and empowered youth and children. Priority area: Youth empowerment and children's rights

Conclusion

Expanding MIL Cities to MIL Universities in Africa is a daunting, yet exiting challenge. It is one that necessitates not only the prioritisation of education goals and needs, but speaks directly to the goals and aspirations of the SDGs and AU Africa Agenda 2063. The SDGs that are specifically addressed by the projects undertaken by the IE & MIL Africa Cities network are Goals 4 (quality education), 5 (gender equality), 16 (peace, justice and strong institution), and 17 (partnerships for the goal). It goes to show that closer intersectoral, academic and intergovernmental collaboration should be at the forefront of MIL research.

In addition, the approach of MIL Universities Cities opens up opportunities to see university campuses as real practical spaces for innovation and entrepreneurship, seeing the urban space of universities as ecosystems of experimentation and putting into practice new models and paradigms of communication and education that value diversity and all that teachers teach in their classes, integrating new technologies such as Artificial Intelligence with a view that has the citizen at its center.

It also contributes to increasing the possibility of attracting investments from international organizations, public entities and private companies, which is undoubtedly a necessary opportunity for higher education on the African continent.

References

Azar, E. E. (1990). *The management of protracted social conflict: Theory and cases*. Aldershot, Hampshire, England: Dartmouth.

Bester, B. C. (2018). *The development of a curriculum model for the teaching and training of information ethics at different educational levels in a multi-cultural Southern Africa* (Ph. D. in Information Science). University of Pretoria.

Bester, B.C. (2005). *A proposed multi-disciplinary and integrated model for managing the flow of information in development projects in Africa*. Retrieved from <http://hdl.handle.net/2263/24043>

Bothma, C. (2008). *Navigating information literacy: Your information society survival toolkit*. Pearson South Africa.

Burton, J. (1990). *Conflict: Human Needs Theory*. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-21000-8>

Capurro, R. (2008). Information ethics for and from Africa. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 59(7), 1162-1170.

Capurro, R., & Britz, J. B. (2010). In search of a code of global information ethics: The road travelled and new horizons. *Ethical Space-International Journal of Communication Ethics*, 2, 28.

Capurro, R., Britz, J., Hausmanninger, T., Nakado, M., Weil, F., & Nagenborg, M. (2007). African information ethics in the context of the global information society. *International Review of Information Ethics*, 7, 1-353.

Chibás Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O.(2020), Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. In: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F. (Org.). From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO, ECA-USP, São Paulo, P. Access at: https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO

Chibás Ortiz, F., Días A.P., & Fischer, R. (2020). MIL (Media and Information Literacy) University Cities: new metrics for education and urban health. In *International Electronic Journal for Media, Information and Communication*, (33).

Chibás, Yarnykh & Kounakou (2021). UNESCO MIL Cities Network As Opportunity for Development in Africa. In IARS International Research Journal, Vol 11 (2). DOI: <https://doi.org/10.51611/iars.irj.v11i2.2021.172>

Coertze, P. J., & Coertze, R. D. (1996). *Verklarende vakwoordeboek vir antropologie en argeologie* (1. uitgawe.). Pretoria: Die auteurs.

Coetzee, E. (2012). Community engagement by Higher Education Institutions - a practical model and guidelines. *Africa Education Review*, 9(3), 501-517. <https://doi.org/10.1080/18146627.2012.742669>

Davidoff, S., & Lazarus, S. (1997). *The Learning School*. Cape Town: Juta.

FW de Klerk Foundation–Speeches. (n.d.). Retrieved November 7, 2019, from <https://www.fwdeklerk.org/index.php/en/document-library/speeches>

Future Africa Institute at the University of Pretoria, Available: <https://www.futureafrica.science/>.

Henry, M., Lingard, B., Rizvi, F., & Taylor, S. (2003). The OECD, Globalisation and education policy. *Http://Lst-liep.liep-Unesco.Org/Cgi-Bin/Wwwi32.Exe/[In=epidoc1.in]/?T2000=013304/(100)*, 23. [https://doi.org/10.1016/S0738-0593\(03\)00068-3](https://doi.org/10.1016/S0738-0593(03)00068-3)

Lee, A., & So, C. (2014). Media Literacy and Information Literacy: Similarities and Differences. *Comunicar*, 21(42), 137-146. <https://doi.org/10.3916/C42-2014-13>

Lopes, P., Costa, P., Araujo, L., & Ávila, P. (2018). Measuring media and information literacy skills: Construction of a test. *Communications*, 43(4), 508-534. <https://doi.org/10.1515/commun-2017-0051>

Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.

Max-Neeff, M. (1991). *Human scale development: Conception, application and further reflections*. New York, NY: The Apex Press.

Peoples, J. G., & Bailey, G. Alan. (2000). *Humanity: An introduction to cultural anthropology* (5th ed.). Belmont, Calif.: West/Wadsworth.

Programme for the Transformation on Higher Education: Education White Paper 3 | South African Government. (n.d.). Retrieved October 17, 2019, from <https://www.gov.za/documents/programme-transformation-higher-education-education-white-paper-3-0>

Robbins, S. P. (1997). *Essentials of Organizational Behavior*. Prentice Hall.

Shiri, Ali (2016) Exploring Information Ethics: A Metadata Analytics Approach. *Journal of Information Ethics* (25) (1): pp. 17-37. Online at <https://www.coursehero.com/file/44180743/Article-4pdf/>

Street, B. V., & Street, B. B. (1984). *Literacy in theory and practice* (Vol. 9). Cambridge University Press.

Taylor, D. M. (1997). The quest for collective identity: The plight of disadvantaged ethnic minorities. *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, 38(3), 174.

UNESCO. (2018). *Re Shaping Cultural Policies: Advancing Culture For Development*. S.L.: United Nations Publications.

UNESCO addresses challenges of a multilingual cyberspace | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (n.d.). Retrieved November 7, 2019, from http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/all-news/news/unesco_addresses_challenges_of_a_multilingual_cyberspace

Yanaze, M. H., Chibás Ortiz, F., & Sayad, A. L. V. (2019). *Marketing, comunicação, tecnologia & inovação nas cidades mil*.

York, C. C. of N. (n.d.). African Libraries Are Bridging a Digital Divide. Retrieved October 17, 2019, from Carnegie Corporation of New York website: https://www.carnegie.org/news/articles/african-libraries-are-bridging-digital-divide/?edit_off&fbclid=IwAR00teg17LjNuwvCqoRN77Rg45tbhULAaz-3Xc2C0fNEU8l7mqsWA-P4Snc

MIL Cities Indicators: Education - The Right Path to Youth Media Literacy

Violeta R. Kecman³⁰.

Introduction: Belgrade and MIL Cities concept

Underlying the understanding of media and information literacy, as well as the role of artificial intelligence, is the development of competence to work with data. It is key competence for the 21st century.

Although it has exceptional historical and cultural significance in Southeast Europe, Belgrade, the capital of Serbia, is not a member of the group of MIL Cities. In this paper, we will briefly point out the causes of this fact, present the development of media and information literacy in our country, as an understanding of the role of artificial intelligence in the development of modern society. A significant part of this paper will be dedicated to the possibilities of applying media and information literacy in education, on concrete examples, which represent implications for the teaching of MIL. Due to the fact that our narrow scientific field is development of critical thinking through education, we will present to you two methodological approaches to teaching media and information literacy, which in a way imply artificial intelligence.

³⁰ Higher School of Communications in Belgrade, Serbia
violetakecman@gmail.com

So, why does Belgrade still not belong to MIL Cities and what could be done with the purpose of reaching this goal?

Unfortunately, Serbia is a country in which right-wing parties have been growing stronger in the last eight years, and one of them has managed to replace the democratic bloc. Totalitarianism restricted freedom of speech. There are few free media and access to them is not available to the majority of the populations. The National Media Service is in the hands of the government, and people who are not experts, but who are close to the government, are employed in key positions in state institutions that have the opportunity and the right to communicate with world organizations and institutions. The main take away here is that the people in the key positions in the international cooperation sectors are members of the ruling party. In such an environment, media literacy and the development of critical thinking have been marginalized and suppressed, and the society is convinced that it is sufficiently media literate, as well as more advanced compared to the rest of the world.

Underlying the understanding of media and information literacy, as well as the role of artificial intelligence, is the development of competence to work with data. It is key competence for the 21st century. In order to achieve it MIL in education is necessary to master certain cognitive skills, primarily the abilities that characterize critical thinking: recognition of implicit assumptions, deduction, analysis and synthesis.

We see the opportunity for community recovery in education, training and the media, which fits the vision of the MIL

Cities initiative. Connecting schools, faculties, libraries, the non-governmental sector and free media in Belgrade with the institutions of MIL Cities, participation in joint projects aimed at promoting media and information literacy, connecting and involving young people, lead to a globally healthy society.

Two examples of innovative methodological approaches to media and information literacy, which will be presented in the paper, will show how media and information literacy, as well as understanding of artificial intelligence, can be encouraged in the context of achieving UNESCO goals MIL Cities.

Media and information literacy - principles of ethics

At the UNESCO International Symposium on the Education of the Public in the Use of Mass Media in Greenwald in 1982, media education was first recognized as an essential activity on the path to political rights in modern society. The media were then qualified as a means for the active participation of citizens and their participation in society.

The term *media literacy* was defined at the 1992 National Leadership Conference on Media Literacy as "the ability to access, analyze, evaluate and send messages through the media" (Aufderheide, 1992). Media literacy is the right judgment about the media and the responsible creation of the message, instead of withdrawing before the media messages and the decision to break the connection with the sender of the message. Potter defines media literacy as "a set of perspectives that we actively apply in the use of media to interpret the meaning of messages"

(Potter, 2011: 47). The purpose of media literacy is to enable an individual to control media programming (Potter, 2011). The process of acquiring media literacy is permanent, lifelong and requires the development of special abilities, as well as the active application of certain skills.

The convergence of media and technology in global culture at the beginning of the 21st century is changing the way we learn about the world, demanding changes in the basis of education. Thoman and Jolls note that "the ability to read the printed word is no longer enough - children, young people and adults also need the ability to critically interpret powerful images of multimedia culture and express themselves in multiple media forms" (Thoman, Jolls, 2003: 4). As technology continues to change our world, the field of education faces a number of challenges and opportunities. In this paper, we view the field of mass and social media as a resource of new technologies in the service of learning and development of high school students.

Our approach to media and information literacy in this key starts from *critical (transformative) pedagogy*, as an orientation in developmental psychology. Critical pedagogy aims at a critically oriented education, ie a student as a critical individual who actively thinks and acts in civil society. The critical-emancipatory role of knowledge implies continuous re-examination of social circumstances and awareness that the current social situation can be improved.

Considering the fatalistic and immobilizing mantra of neoliberalism in modern education, Paulo Freire, founder of critical pedagogy, notes that "there is only one way out of educational practice: to adapt the student to this reality, which cannot be changed" (Freire, 2017: 12).

In the study "Pedagogy of the Oppressed", Freire points out that the primary goal of education is to encourage students 'critical awareness, ie to develop students' competencies for the analysis of social, economic and political contradictions in society (Freire, 1970). According to the point of view of critical pedagogy, critical awareness is established by acquiring knowledge about the causes and development of oppressive phenomena in the social context, as well as the mechanisms that maintain and strengthen such an order. The goal of critical analysis of contradictions is to identify and deconstruct undemocratic patterns and mechanisms. According to the ideas of critical pedagogy, the development of students' critical consciousness implies the establishment and encouragement of several key cognitive abilities: analysis, evaluation, reflection and application of knowledge in perceiving the human social environment in the current historical moment. These abilities stem from critical thinking.

"Critical thinking *succeeds* best in an environment that requires the child to make different decisions, but also to evaluate those decisions, assess their adequacy, far-reaching, usability, limits of application, etc." (Antic Jankovic et al., 2007: 20). Given the ubiquity of the media in modern society and the fact that

knowledge of the media is widely applicable, critical thinking about the media can be encouraged in different subjects and different educational cycles, according to the spiral curriculum, which Ennis generally recommends in encouraging critical thinking in institutional education (Ennis, 1996).

This is the model we also advocate when talking about the best results in the implementation of MIL in the curriculum. In our view, critical thinking in education in the context of MIL encompasses emancipatory cognitive interest, which implies knowledge as a means of emancipating students. In the key of critical pedagogy, we consider critical thinking as an essential feature and goal of the overall educational process - diverse teaching activities and their analysis, on the basis of which knowledge is constructed.

MIL Cities concept - Education and MIL

Media and information literacy education provides a framework and pedagogy for the new essential skill (literacy) needed for life, work and participation in 21st century civil society. At the International Consultative Meeting on Media and Information Literacy Curricula, held on September 13, 2019 in Belgrade (Serbia), Audrey Azoulay, Director-General of UNESCO, points out:

"Media and information literacy is one of the basic dimensions of moral and civic education. It is also a fundamental right of every citizen in every country in the world and thus enables

everyone to protect their privacy and find their place in a society whose technological environment is changing faster and faster."³¹

The MIL Cities framework is basically the same vision of media and information literacy founded 40 years ago at the UNESCO conference in Greenwald, but improved in favor of more efficient achievement of MIL Cities goals. An improved vision, which follows the needs of the current global socio-historical and cultural context, was launched in 2018 by UNESCO itself. This vision encompasses two concepts - the concept of MIL and the concept of cities (UNESCO, 2018). Among the thirteen indicators that are conceptually elaborated by this vision, we will single out education as a safe path to media and information literacy.

Education, as one of the thirteen indicators of media literacy singled out by UNESCO MIL Cities, deals with the improvement of system solutions on the way to achieving MIL goals. The new concept implies strengthening two components - 1) increasing the number of public and private schools that have subjects in their curricula related to access to MIL and the fight against fake news and 2) increasing the number of teachers who have undergone some kind of training for MIL or anti-fake news training. The MIL Cities concept implies "the number and percentage of teachers who have undergone some form of training or training in media and information education in schools and courses dedicated to adults" (Chibás Ortiz et al., 2020: 33). This approach enables a broader, systemic change in the field of MIL in education. It is

³¹ Audrey Azoulay, Director-General of UNESCO, at the International Consultative Meeting on Media and Information Literacy Curricula held on September 13, 2019 in Belgrade, Serbia.

expected that in this way the achievement of MIL goals is not limited to the talent and education of individual mentors and students he trains, but ensures the global presence of media education and the inclusion of all directly and indirectly related factors in the environment - media, cultural institutions, social and health facilities, as well as the integration of MIL into municipal policies and strategies, as indicated by the UNESCO MIL Cities concept.

The importance of establishing and improving media and information literacy through education lies in the fact that in this way, in a timely manner and with monitoring by professional adults (teachers) and society (through the education system), the skills needed for lifelong learning in a constantly changing world are mastered. By mastering media and information literacy through institutional pre-university and university education, young people, led by teachers and mentors competent to promote media literacy, learn to understand media content and its implicit messages, media industry, media audience, distribution channels and popular culture, whose factors and products.

Artificial intelligence originated from computer science, from the need for machines that have the capacity to "think" and solve tasks in the way that man does. Most of the examples of artificial intelligence known today rely on recognizing people's faces and their identities, based on the information they leave about them. Today, the world is already used to computers "playing" board games, offering products and information we need, doing household chores, etc. Using new technologies, computers, with

the help of an appropriate algorithm, process a large amount of available data, recognize patterns and determine human needs and desires based on them.

Knowledge of media literacy is closely related to knowledge of the principles of functioning of artificial intelligence. Both are connected by competence for working with data. Strengthening competence for working with data is a tool for developing information and media literacy.

Methodological approaches of MIL in education - implications for teaching

Two examples of methodological approaches, which will be presented in this paper, will show how media and information literacy, as well as understanding of artificial intelligence, can be encouraged in the context of achieving UNESCO's MIL Cities goals.

Critical analysis of the film - Protection of personal data

The concept of MIL Cities as an example of an activity in which local government and other city actors can include showing a film about media and information.³² Our approach in this paper confirms this way of developing media and information literacy in the teaching context.

Personal data includes all information about a particular person on the basis of which it is based can identify. The

³² UNESCO (2018). *MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media and Information Literacy in Cities*, <https://en.unesco.org/milcities> [Accessed: 3/18/2022]

protection of personal data is regulated by law. According to by these laws, every person has the right at any time to: 1) knows who and for what purposes collects his personal data and 2) requests that his personal data be deleted from the database in which he is finds. Also, every Internet user has the right to do so within 72 hours of discovery misuse of their personal data, be informed. By daily activities on the Internet, users consciously or unconsciously leave your personal information. The collection of all personal data on the Internet is covered by the term "Big data" (*Big date*). "Big data" is the basis for various manipulations by corporation, advertiser, political marketing agency, etc.

Questions and tasks: Watch the documentary "The Social Dilemma" by Jeff Orlowski. The film was shot in 2020 in a Netflix Production.

- Analyze the movie poster - the visual solution, subtitle, text and color font, the meaning of the broken display.
- Share your impressions of the film. What thoughts did the film provoke in you? Present your emotions with a movement of the body, or one of its parts (head, hands), after watching the film.
- Assess how this film would be experienced by viewers from other generations - your grandparents or parents/ legal representatives.
- Who is the author of the film? For what purpose was the film made? Who is the author addressing?

- Comment on Sophocles' thought at the beginning of the film: "Nothing great enters a mortal's life without being cursed."
- Who are the characters from the movie? Research if these are people who exist in reality. Assess whether the actors presented their views and experience honestly.
- Who are the characters from the movie? Research if these are people who exist in reality. Assess whether the actors presented their views and experience honestly.
- Who are the characters from the movie? Research if these are people who exist in reality. Assess whether the actors presented their views and experience honestly.
- What lifestyle is criticized in the film? What tips from the actors stand out?
- Starting the topic of the impact of modern technologies on people's lives, the actors of the film were repeatedly asked a question that they could not easily answer:

"What is the problem?"
- How would you answer this question? What do you see as a solution? Recommend the film to others, if you think it's worth watching.

Creative media production - Personal identity on the Internet

The next creative activity is based on a set of several features important for critical thinking about media content: inventiveness,

prediction based on known data and creative imagination - the ability to imagine something new, which does not exist in reality.

Questions and tasks:

Imagine the following situation:

It's your birthday. Three groups of people want to wish you a happy birthday and buy you a birthday present. The gift and birthday card are prepared by:

- A. your virtual friends/ followers on social media.
- B. your friends in offline life.
- C. an algorithm (artificial intelligence) based on your online activities.

Think about what your virtual friends would rate as an ideal gift for you, based on the information you leave about yourself online. Their birthday wishes could read as follows:

Dear _____ (enter your name or nickname you use online),

Happy Birthday! We want you to continue to be _____, _____ and _____ (write down your three most noticeable positive traits evident in your online self-presentation).

May your wish come true to

_____ (write down your wish that is known to your virtual friends).

Evaluate the way your offline friends would wish you a happy birthday. How many of them would contact you in person? What would they give you? Their wishes for your birthday could read as follows:

Dear _____ (write down what your real-life friends call you),

Happy Birthday! We want you to continue to be _____, _____ and _____ (write down your three positive traits that your friends value).

May your wish to _____ come true _____ (write down your greatest wish known to your offline friends).

Artificial intelligence.

Think about what your daily online activities are. What sites do you visit? What words do you type most often in the search engine? Assess how a company whose algorithm has access to your online activities would wish you a happy birthday. What would their birthday present be?

Their birthday card could read as follows:

Dear _____ (enter your name or nickname on the Internet),

Happy Birthday! We want you to continue to be _____, _____ and _____

(enter your three positive features that the algorithm could single out based on your online activities).

May your wish to

(write down which of your wishes can be identified based on your searches and other activities on the Internet).

Drawing conclusion.

Compare the ways in which all three groups would wish you a happy birthday. What conclusions have you come to? To what extent does your internet identity match your offline identity? What kind of person do your virtual friends see when they view your social media profile? How is Internet data processing personalized with the help of artificial intelligence? What is your opinion on that?

Assignment

Make a photo-comic or short film about a character based on your internet identity. Create space, activities, attitudes and friends using the data and posts from your digital identity. Present the product of your work to other students. What is your relationship to the person whose character you created? Describe the narrative you presented. Consider whether such a narrative is also a construct of reality.

Conclusion

The process of acquiring media literacy is durable, lifelong, and requires the development of special abilities, as well as the active application of certain skills.

The convergence of media and technology in global culture at the beginning of the 21st century is changing the way we learn about the world, demanding changes in access to education. The ability to read the printed word is no longer sufficient - children, adolescents and adults also need the ability to critically interpret powerful images of a multimedia culture, as well as to express themselves in various media modes and forms. As technology continues to change our world, the field of education faces numerous challenges and opportunities. Two key questions are posed to teachers of early 21st century students and policymakers: What can today's children and adolescents say about the media, which they do not know yet? How can students develop information and media literacy competencies in a changed media-centric environment from the beginning of the 21st century, without rejecting primary traditional teaching goals, such as developing students' critical thinking?

The task of today's teachers is to broaden the teaching objective and align it with current communication, technological and cultural changes. The acquisition of students' knowledge of identifying media constructs, their selection in relation to reality, and the interpretation of their meaning is constituted as a new goal of teaching.

Starting point in the paper came from critical (transformative) pedagogy, as an orientation in developmental psychology, aimed at a critically oriented education, that is, a student as a critical individual who actively deliberates and participates in civil society. In our opinion Education as indicator in MIL Cities concept encompasses emancipatory cognitive interest, which entails knowledge as a means of emancipating students. At the key of critical pedagogy, critical thinking in the paper is seen as an essential feature and goal of the overall teaching process - diverse teaching activities and their analysis, on the basis of which knowledge is constructed.

Two examples of innovative methodological approaches to media and information literacy, presented in the paper, showed how media and information literacy, as well as the understanding of artificial intelligence, can be encouraged in the context of achieving UNESCO's MIL Cities goals.

The world is changing rapidly. Ability to think critically, media and information literacy are taken for granted. We hope that with theoretical consideration and described methodological approaches we have contributed to understanding the importance of media literacy in education, as well as the importance of the MIL Cities initiative. Our desires regarding the use value of this work range in the breadth of its ethical potentials - above all, encouraging love of the truth in the media and not giving up the truth.

References

Aufderheide, P. (1992). *Media Literacy. A Report of the National Leadership Conference on Media Literacy*. Maryland: The Aspen Institute Wie Center Queenstown.

Antic J., Slobodanka, Gosovic, R., Grahovac, V., Krnjaic, Z., Lazarevic, D., Moskovljevic, J., Pavlovic Babic, D., Pesic, J.; Plut, D.; Stepanovic, I. (2007). *Culture of critical thinking: Theoretical foundation and implications for teaching*, Belgrade: Institute of Psychology, Center for Applied Psychology.

Chibás Ortiz, F., Grizzle, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O. (2020), Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case. In: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F. (Org.). *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO*, ECA-USP, São Paulo, P. Access at: https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO [Accessed: 3/18/2022]

Ennis, R. H. (1996). *Critical thinking*, New York: Prentice-Hall.

Freire, P. (1970). *Pedagogy of the Oppressed*, New York: Continuum.

Freire, P. (2017). *Pedagogy of Autonomy*, Belgrade: Clio.

Potter, W. J. (2011). *Media Literacy*, Belgrade: Clio.

Thoman, E. and Jolls, T. (2003). *Literacy for the 21st Century - An Overview & Orientation Guide To Media Literacy Education*, Malibu, CA: Center for Media Literacy (CML).

UNESCO (1982), A Report of the International Symposium on Education of the Public in the Use of Mass Media, Grunwald.

UNESCO (2018). MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media and Information Literacy in Cities, <https://en.unesco.org/milcities> [Accessed: 3/18/2022]

Desafíos de la Alfabetización Mediática e Informativa en América Latina: Digitalización de la cultura, desigualdad y las ciudades MIL como oportunidad

Sebastián Novomisky ³³

Nicolás Bernardo ³⁴

Introducción

La Alfabetización Mediática e Informativa (AMI), es un conjunto de habilidades necesarias para reconocer la calidad de la información a la que estamos cotidianamente expuestos no solo como consumidores, sino también como pseudo productores cuando compartimos noticias o datos que recibimos.

Pero cuando nos adentramos un poco más en el tema es posible advertir que allí no termina, que los bordes de la Alfabetización Mediática cruzan con la ciudadanía digital y entonces allí todo se complejiza. Se integran nuevos problemas y miradas necesarias ya no solo implicando la información como bien común, sino también y sobre todo el conjunto de competencias que se requieren hoy para funcionar dentro de una democracia plena, en un ambiente en el cual lo digital ya no es contexto sino estructura básica de las prácticas cotidianas.

³³ Profesor en la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la UNLP
sebastian.novomisky@defensadelpublico.gob.ar

³⁴ Jefe del Departamento de Promoción de la Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual (Argentina). nicolas.bernardo@defensadelpublico.gob.ar

Los desafíos que se presentan ante semejante alteración del ecosistema comunicacional, durante y post pandemia, requieren repensar todo lo que hasta aquí se venía desarrollando, y vincularlo con un conjunto de prácticas y experiencias que al calor del aislamiento y la reconfiguración de las dinámicas cotidianas, adelantaron un futuro cercano que ya nos pasó por encima.

Consideramos necesario también, que se debe sumar a las empresas dueñas de las plataformas, a los medios de comunicación, a los gobiernos con sus áreas y ministerios de educación, a los investigadores y académicos, y a los educadores de diferentes niveles y modalidades que se encuentran hoy trabajando estos tópicos, dando debates con estudiantes en una variedad de formas y perspectivas.

Pero esto no es suficiente. Abordar integralmente el problema de la AMI, debe ir acompañado de marcos regulatorios, tanto de medios como de plataformas, ya que la noción de un sujeto crítico activo, que pueda en soledad ser responsable de lo que consume / produce es insuficiente. Más allá de todas las apuestas a la educación necesarias hoy, debemos acompañarlas con debates a escala nacional, regional e internacional que permitan integrar elementos como por ejemplo la protección de niños y niñas, tan ampliamente desarrollada para el mercado audiovisual. Horarios, perfiles de programación, cuotas de pantalla y sistemas de clasificación para los contenidos, se diluyen hoy en plataformas digitales de bajo control y altísima capacidad de interpelación en todo tiempo y lugar.

Por todo esto, debemos explorar algunos argumentos que aporten a la construcción de Ciudades MIL con esta complejidad, urbanizaciones no sólo inteligentes sino potentes para enfrentar los desafíos de la ciudadanía digital del siglo XXI, con democracias que se deben todavía una revisión al calor de los cambios que acontecieron en la última década en general y sobre todo el último bienio.

La noción digitalización de la cultura como punto de partida

Para pensar en profundidad el cruce entre el contexto tecnológico actual y la Alfabetización Mediática e Informativa, es necesario incorporar primero una perspectiva conceptual que nos permita dar cuenta de las dimensiones del cambio al que estamos asistiendo, pero sobre todo intentando analizarlo como un movimiento que aún no desplegó totalmente su potencia ni sabemos con claridad cuál es el horizonte al que nos lleva.

La digitalización de la cultura es un proceso, porque se observa claramente una situación en la cual hay una modificación entre el estadio inicial analógico y el que se va construyendo *byte a byte*, cada día con mayor velocidad y del que desconocemos completamente hasta dónde puede llegar.

Al pensar en proceso, ponemos énfasis en el elemento tiempo y en la transformación que este produce. Paralelamente, debemos agregar que se trata de una nueva forma de estructuración del campo simbólico, es decir, la configuración de una nueva arquitectura simbólico-digital, programada sobre la

base de ceros y de unos que funcionan como una estructura estructurante.

El proceso de digitalización de la cultura hace parte de la socialización de los sujetos, de su subjetivación, y de la trama de relaciones que entre ellos se constituye. Por lo tanto, desde un punto de vista comunicacional / cultural, esta digitalización de la cultura reinscribe las formas de vinculación, los tipos de mediación cultural que tejen la articulación de lo social.

En efecto, tal como observa José Van Dijck (2016, p.42), “que la socialidad se vuelva tecnológica no solo alude a su desplazamiento al espacio online, sino también al hecho de que las estructuras codificadas alteran profundamente la naturaleza de las conexiones, creaciones e interacciones humanas. Los botones que imponen las nociones de compartir y de seguir como valores sociales tienen efectos sobre las prácticas culturales y las disputas legales que exceden el ámbito de las propias plataformas”.

Es decir, se genera un nuevo tipo de relación entre los sujetos, hipermediada por *software* y por *hardware*, que suprime, supera y a la vez conserva las formas comunicacionales precedentes y que, codificada bajo un flujo binario digital, configura cada vez más las identidades desde las cuales nos vinculamos con el mundo que nos rodea y con los sujetos que allí habitan (Novomisky, 2020).

Desde esa perspectiva, podemos entonces afirmar que los abordajes sobre educación en medios y de alfabetización digital tradicionales, que inicialmente surgieron para dar cuenta de nuevos artefactos (culturales) no tienen capacidad explicativa de

los procesos actuales porque aún consideran que se trata de un problema de formas, y no de contenidos y codificaciones culturales que alteran el orden mismo de la existencia humana.

Dice Byung-Chul Han (2022, P.18):

En un mundo controlado por algoritmos, el ser humano va perdiendo su capacidad de obrar por sí mismo, su autonomía. Se adapta a decisiones algorítmicas que no puede comprender. Los algoritmos son cajas negras. El mundo se pierde en las capas profundas de las redes neuronales, a las que el ser humano no tiene acceso.

La información por sí sola no ilumina el mundo. Incluso puede oscurecerlo. A partir de cierto punto, la información no es informativa, sino deformativa. Hace tiempo que este punto crítico se ha sobrepasado.(...)

Se ha nivelado la distinción entre lo verdadero y lo falso. La información circula ahora, sin referencia alguna a la realidad, en un espacio hiperreal. Las fake news son informaciones que pueden ser más efectivas que los hechos. Lo que cuenta es el efecto a corto plazo. La eficacia sustituye a la verdad.

Por ello, y como punto de partida, es importante tener en cuenta que es tal la dimensión del fenómeno que si no comenzamos por sus bases para comprenderlo, de poco servirá el desarrollo de procesos educativos, de políticas públicas o de instancias de auto o co-regulación. Debemos tener claridad en la profundidad del cambio, para poder sobre ello gestionar los enormes desafíos que implica.

Alfabetización mediática e informacional y ciudadanía digital

Ahora sí, haciendo un foco más específico, podemos decir que el problema de la AMI se posa en un cambio radical de la forma de relación entre los sujetos y de estos con el mundo. Si la que está siendo alterada es la codificación cultural, debemos tener en cuenta la serie de habilidades que hoy están en juego para la consolidación de una ciudadanía digital plena, con sistemas democráticos que logren adaptarse en este traspaso de las plazas y las calles a las pantallas y las plataformas.

Estos nuevos espacios hacen necesario sumar un aspecto central: la regulación del entorno digital. Sabemos que la autorregulación avanza, los procesos *multistakeholder* también y somos parte de ellos, y los que están más urgidos de construirse son justamente los de construcción estatal y de co-regulación.

Como concepto, la alfabetización mediática es un conjunto de habilidades para leer información de manera crítica, producir contenido de forma activa y participar con responsabilidad en la sociedad conectada. Entendemos estas competencias como una “caja de herramientas” imprescindible para sacar el máximo rédito al universo de información al que estamos expuestos.

Pero en este universo de información, donde todos nos convertimos en potenciales “prosumidores”, lamentablemente existe una abundante difusión de discursos de odio y desinformación, exigiendo de todos nosotros la necesidad de desarrollar una mirada crítica sobre la información que consumimos y producimos.

Necesitamos ver la AMI como un derecho para todos los y las ciudadanos. Así, tenemos que hacer un gran esfuerzo para que esto suceda, convenciendo a los responsables políticos, formando a los profesores, ofreciendo contenidos para los jóvenes y, sobre todo, persuadiendo a la sociedad de la importancia de apoyar la educación mediática.

Esta convicción respecto de la AMI como una herramienta pedagógica fundamental, para ampliación del conocimiento, el resguardo respecto de los riesgos que el nuevo contexto impone, la ampliación igualitaria de derechos, etc. es compartida por organismos nacionales, supranacionales, intelectuales, académicos, etc. De hecho UNESCO planteó con claridad y como objetivo prioritario la necesidad de reforzar la idea de la información como un bien público. Tal como plantea en su informe a A 30 años de la declaración de Windhoek (UNESCO, 2021, p. 11-12):

El desarrollo de la alfabetización mediática e informacional también ofrece una respuesta de política sistémica y de largo plazo a la desinformación y el discurso de odio. Es necesario contar con políticas públicas a nivel nacional e institucional para responder a la reflexión de la UNESCO sobre los "Futuros de la educación". La alfabetización mediática e informacional proporciona una dimensión de cómo podría repensarse la educación en un mundo complejo. Forma parte de nuevas visiones y estrategias para la libertad de expresión, el acceso a la información y las políticas y prácticas educativas.

La AMI frente a la desigualdad

El conocimiento es situado, y por ello no se habla desde una perspectiva disociada del territorio en el que se produce. En América Latina no podemos separar las miradas de la comunicación educativa del problema de la desigualdad. Es por ello que es necesario poner también el foco en la región, ya que, siendo la zona del planeta con mayor inequidad, la AMI debe paralelamente ser pensada como un dispositivo de inclusión.

La pandemia demostró las desigualdades previas y en muchos casos las hizo visibles sabiendo que no son nuevas. La conectividad, el acceso a dispositivos y la formación en las habilidades fundamentales que requiere la ciudadanía digital, se encuentran ya dentro del conjunto de competencias básicas que debemos garantizar en los trayectos formativos de niños y niñas, jóvenes e incluso de adultos y adultas.

Algunas de esas brechas han sido indagadas en un trabajo de análisis comparativo de la situación de la educación mediática en América Latina en el marco de la pandemia COVID-19, publicado recientemente . Allí se plantea que:

Por un lado, la transformación digital ha generado nuevos retos vinculados con la gestión de datos personales, la algoritmización de los sistemas informativos, la necesidad de construir identidades online coherentes y combatir la desinformación y las noticias falsas (Unesco, 2021). Por el otro, el impacto de la COVID-19 en regiones como América Latina ha agudizado brechas estructurales. Entre ellas, las desigualdades socioeconómicas que condicionan altos niveles de segregación escolar y asimetrías en el acceso a los medios: el 90% de los hogares del sector rural no accede a Internet y el grupo etario que tiene menos conectividad son los niños de 5 a 12 años; asimismo, la baja velocidad de

conexión limita o impide la educación remota (Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020). También han sido expuestas las brechas entre las escuelas rurales y urbanas, así como las públicas y privadas, a las que se suman otras como las de género (Mateus et.al., 2022, p.10)

Por lo tanto, sumamos aquí un elemento que es clave. Debemos trabajar fuertemente en la formación crítica de aquellos sujetos que hoy están integrados a este nuevo ecosistema comunicacional digitalizado. Pero también y quizás con más énfasis, en la integración de quienes quedan fuera, ya que por lo que se argumentó desde el inicio, no estarían siendo excluidos de algún tipo de bien o de dinámica de consumo, sino directamente de la estructura que sostiene una parte del funcionamiento cotidiano del presente, su sistema político democrático y, sobre todo, del futuro cercano.

Es necesario que la AMI parta de este diagnóstico y se constituya como una respuesta a ello. Evidentemente, es imprescindible la participación de múltiples actores (ONGs, organismos internacionales, startups, etc.) pero el Estado debe ser el articulador de esa iniciativa. La experiencia latinoamericana, tanto histórica como en el transcurso de la pandemia, demuestra que es posible revertir desigualdades y morigerar sus daños cuando el Estado direcciona sus esfuerzos y recursos en esa dirección, sintetizando las demandas y administrando los vínculos con el resto de los sectores e instituciones intervinientes en esos procesos.

En este sentido, contemplando el escenario de desigualdad, resulta evidente, siguiendo lo expresado por Mateus y otros

(2022, p. 10) que “la educación mediática «no puede convertirse en un medio para crear consumidores y usuarios de tecnología, ni puede depender en modo alguno de los intereses comerciales de las empresas dominantes en cada momento» (Gutiérrez-Martín & Tyner, 2012: 32), sino que exige reconocer la complejidad inherente al capitalismo digital contemporáneo (Buckingham, 2019)”.

Tal como menciona Srnicek (2018, p. 40):

El capitalismo se volcó hacia los datos como un modo de mantener el crecimiento económico y la vitalidad de cara al inerte sector de la producción. En el siglo XXI, sobre la base de cambios en las tecnologías digitales, los datos se han vuelto cada vez más centrales para las empresas y su relación con trabajadores, clientes y otros capitalistas. La plataforma emergió como un nuevo modelo de negocios, capaz de extraer y controlar una inmensa cantidad de datos, y con este cambio hemos visto el ascenso de grandes compañías monopolísticas. Hoy en día el capitalismo de las economías de altos y medianos ingresos está dominado cada vez más por estas compañías

Por lo tanto, es necesario tener en cuenta que la AMI, en algún punto, no puede desconocer que su abordaje comprende las bases mismas de análisis del modelo de producción actual que las grandes empresas están abordando o vienen desarrollando desde hace tiempo, y en el cual el principal valor o *commodity* son los datos.

Ciudadanía digital, derechos comunicacionales y ciudades MIL

En relación a este objetivo fundamental de la Alfabetización Mediática que es la ampliación de derechos en el marco de las

transformaciones tecnológicas culturales a las que asistimos, la noción de Ciudades MIL aparece como una expansión de la AMI (Grizzle, 2021) y a la vez apunta al centro de esta problemática.

El concepto refiere con claridad al espacio físico y a todo un desarrollo conceptual en torno eso. Tal como plantea Chibás Ortiz (2021, p. 51):

Ante los desafíos que enfrentan las ciudades actuales, es interesante aplicar el framework Ciudades MIL, el cual podría ser de gran relevancia para la protección del sistema democrático al combatir la desinformación y promover la transparencia, así como la ética, como propósito esencial, con miras a tener una convención más humana en las sociedades actuales y que no solo priorice el aspecto tecnológico (...) La adopción del concepto de Ciudades MIL, también podría promover una actuación conjunta de los sectores público y privado, academia y artistas, así como una mayor participación de la ciudadanía en los proyectos y en la administración pública, con el objetivo de superar los desafíos humanos y tecnológicos de las ciudades actuales.

Pero remite también y fundamentalmente, incluso desde su raíz etimológica (Grizzle, 2021), a la idea sustancial de la ciudadanización, al fortalecimiento de una perspectiva de derechos humanos, que a la vez implican necesariamente la desarticulación de las lógicas dominantes o hegemónicas de apropiación y funcionamiento de espacios tanto físicos como simbólicos. Es decir, la idea permite proyectar una utilización del espacio en condiciones igualitarias en relación a los derechos, en una distribución más equitativa de los recursos y en la adquisición de las competencias necesarias para afrontar los desafíos que impone el contexto actual.

Por eso mismo es una propuesta que comprende las transformaciones en el orden tecnológico comunicacional, advierte las condiciones de desigualdad con las que los ciudadanos se vinculan entre sí y con el entorno, y es una propuesta teórica y política que permite pensar salidas igualitarias.

Tomando las palabras de Grizzle (2021, p. 8): “construir ciudades no solo con cemento y tecnología, sino también con información para el bien público, y permitir que las personas adquieran las competencias de alfabetización mediática e informacional que necesitan para obtener mayores beneficios de la información, es una intervención que consideramos urgente. En otras palabras, construir la Red de Ciudades MIL es una piedra angular para las ciudades futuras y la próxima o nueva normalidad después de la crisis de COVID-19”.

AMI, un concepto sin edad

Un elemento más que es necesario sumar al desarrollo hasta aquí realizado, es que la alfabetización mediática no debe estar solamente articulada a los procesos educativos escolarizados.

Sabemos hoy que la formación es un elemento que atraviesa todas las etapas de nuestras vidas y quizás en este tema integrar estrategias con jóvenes, adultos y adultos mayores sea más que fundamental.

Los cambios acontecidos no esperan, las elecciones y el desarrollo de la democracia implica votaciones permanentes para

las cuales debemos estar informados, el avasallador cambio al que hacemos referencia no parece haberse detenido, sino todo lo contrario, por ello no se puede desconocer la necesidad de que gobiernos, instituciones educativas y organizaciones de la sociedad civil, desarrollen campañas masivas y espacios de formación sobre la AMI.

En ese sentido las ciudades MIL son claves ya que podemos pensarlas a sí mismas también como unidades pedagógicas. Ciudades en las que se aprende a transitar en este nuevo escenario, ciudades que enseñan, que cuidan y acompañan a sus habitantes en esta transformación.

La escala local, la proximidad, la cercanía cultural que se genera son elementos que poseen un potencial enorme y que pueden ser el puente para lograr desde allí interpelar al conjunto de ciudadanos que las habitan, estén ellos escolarizados o atravesando otras etapas de la vida.

Un párrafo aparte merecen quienes hoy podemos considerar personas mayores, que en muchos casos poseen una alta exposición a los medios tradicionales y a las plataformas digitales y que, por su experiencia vital, estas les resultan aún más disruptivas en su cotidianeidad. Debemos comprender esto rápidamente para no dejar en soledad y acompañar también con procesos de alfabetización a quienes quizás en muchos casos, y por estas razones, son los que más los necesitan con urgencia.

Consideraciones finales

La caracterización del contexto, específicamente del desarrollo de las plataformas digitales y el ecosistema comunicacional con potencialidades pero altamente concentrado, con las implicancias en términos de difusión de contenidos y control de datos, por ejemplo, no resultan alentadores. Sin embargo, hemos señalado reiteradamente la necesidad de aplicar AMI como una estrategia democratizadora y que la misma, tanto la reflexión como el desarrollo de políticas, debe ser llevada a cabo por los Estados en articulación con los múltiples actores involucrados, desde el sector privado, los organismos no gubernamentales, organizaciones internacionales, sindicatos, profesores, etc. Por ello, a modo de cierre, presentar las acciones de Alfabetización Mediática que se llevan adelante desde la Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual de Argentina puede resultar interesante para considerar respuestas concretas frente a un diagnóstico tan adverso.

La acción más relevante en este sentido, y que puede ser tomada como el punto de partida del desarrollo de acciones de AMI, fue la Primera Jornada de Alfabetización digital, ciudadanía y desinformación en tiempos de pandemia³⁵ organizada conjuntamente por la Oficina Regional de Ciencias para América Latina y el Caribe de UNESCO, en Montevideo, de la que participaron más de cinco mil personas conectadas en el momento o reproduciendo los materiales en los días siguientes.

³⁵ <https://defensadelpublico.gob.ar/wp-content/uploads/2021/09/Resumen.pdf>

El propósito principal del encuentro fue generar un espacio que reúna investigadores, académicos, gestores de políticas públicas, organizaciones de la comunidad y el sector privado para compartir experiencias y saberes sobre AMI; sintetizar experiencias sobre su desarrollo, el problema de la desinformación y los discursos de odio en pandemia; sistematizar con distintos actores involucrados los efectos de la pandemia en el sistema educativo y elaborar propuestas para el desarrollo de políticas públicas futuras.

A partir de la Jornada, la Defensoría del Público puso en marcha una consulta a docentes de escuelas primarias y secundarias de todo el país, en el marco de un plan de apoyo en torno de la comunicación en medios convencionales y plataformas digitales. Allí quedó confirmado un dato que había estado latente en el encuentro que es la muy alta proporción de quienes afirman que necesitan para su trabajo capacitación en este tema (imagen 1). La formación en esta área es fundamental si se considera la incorporación en el aula de los recursos digitales. Otro dato interesante que se desprende del relevamiento es la alta proporción de docentes que afirman que sus alumnos y alumnas pueden solo identificar “parcialmente” datos falsos, tanto los que circulan en ambientes digitales como los que se publican en medios convencionales (imagen 2).³⁶

³⁶ <https://defensadelpublico.gob.ar/consulta-a-docentes-sobre-alfabetizacion-mediatica-e-informacional/>

Imagen 1



Fuente: Defensoría del Público de Servicios de comunicación Audiovisual

Imagen 2



Fuente: Defensoría del Público de Servicios de comunicación Audiovisual

En relación a esta cuestión la Defensoría está encarando junto con áreas de educación de la administración pública nacional la capacitación de docentes en esta materia. También se está desarrollando un curso virtual autoadministrado para personas adultas mayores sobre desinformación, conjuntamente con universidades públicas nacionales. De esta manera quedan evidenciadas posibilidades de acción a partir de la reflexión teórica, la identificación de problemas y la caracterización del contexto, la identificación de la AMI como respuesta y el desarrollo de políticas de manera conjunta con los múltiples sectores y actores involucrados.

Como se pudo ver a lo largo del texto, el problema es profundo, se vincula con las bases mismas del tipo de humanidad al que nos estamos orientando, por lo que fue necesario destacar marcos conceptuales, enfoques estratégicos, miradas incluso no tan optimistas, pero sobre todo recuperar acciones.

La AMI está siendo hoy un eje central del trabajo en diferentes ámbitos, a nivel internacional crece cada vez más la conciencia sobre la trascendencia del problema, se suman trabajos académicos, encuentros internacionales, espacios de formación y programas específicos gubernamentales. Por ello y como clave que acompaña el escrito, consideramos que aunque por momentos el análisis de las causas por las que urge la Alfabetización Mediática incluso inmovilizan e impactan profundamente, paralelamente, hoy mucho se está haciendo. Y en ese marco, creemos que el salto a las ciudades MIL es clave, su escala, la proximidad, la necesidad de reconstruir los procesos

democráticos desde allí, abren un estimulante campo de trabajo en el que este escrito pretende aportar.

Referencias

Byung- Chul Han. (2021) *No-cosas: Quiebras del mundo de hoy*. Madrid: Taurus

Chibás Ortiz y otros (2021). *Red de ciudades MIL de UNESCO y agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y educación.

Grizzle, A. (2021) Prefacio En: F.Chibás Ortiz. *Red de ciudades MIL de UNESCO y agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y educación

Novomisky, S. (2020). *La marca de la convergencia. Medios, tecnologías y educación. Doce ensayos en busca de una narrativa*. Editorial de Periodismo y Comunicación (EPC). recuperado de : <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/120967>

Mateus, J., Andrada, P.;González Cabrera, C.,Ugalde, C., Novomisky, S. (2022). Perspectivas docentes para una agenda crítica en educación mediática post COVID-19. Estudio comparativo en Latinoamérica. *Comunicar*. 70, 9-19. Recuperado de <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=70&articulo=70-2022-01>

Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataformas* (Trad. Aldo Giacometti). Buenos Aires, Argentina: Caja Negra.

UNESCO (2021) *La información como bien público. A 30 años de la Declaración de Windhoek*. Recuperado de: https://en.unesco.org/sites/default/files/wpfd_2021_concept_note_es.pdf

Van Dijck, J. (2016). *La cultura de la conectividad. Una historia crítica de las redes sociales* (Trad. Hugo Salas). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.

Zuboff, S. (2021) *La era del capitalismo de la vigilancia: La lucha por un futuro humano frente a las nuevas fronteras del poder*. Barcelona: Paidós.

Building MILCities in Africa, Latin America, and Canada: from concept to action: the case of Canada and Africa.

Emmanuel Komi Kounakou ³⁷

Introduction

The issue of media and information literacy is a new challenge in our digitalized societies. In both developed and emerging countries, the consumption of media and other digital interfaces is rapidly gaining ground and the MILCities project (Chibás, 2018, 2020) is an essential tool to support populations in managing ethical and responsible. This article is part of this approach and attempts to take stock of the Building MILCities in Latin America, Africa and Canada project and tries to take stock of the work that was done in 2021. The article will focus on three points. First, we will discuss the field methodology applied to deploy the project on the three continents, then the second part takes stock of the activities carried out; Finally, the last part highlights the various difficulties encountered and the recommendations made for the continuation of the project over the next few years.

³⁷ Director of PAFEME (Platform of Action and Training in Media Literacy for Children) Co-leader of UNESCO MILCities Africa-Canada. direction@pafeme.ca
<https://www.pafeme.ca/milcities-english>

Context and issues

The systematization of digital in social and professional practices over the past 10 years has considerably changed our relationship to ethics, individual and collective freedoms in Africa, Canada, and the rest of the world. This irreversible digital shift propelled by the Covid health crisis makes digital technologies our life gateways (Kounakou, k, Chibás, Ortiz, F. 2021) in everything, our spaces for exchange and participatory democracy. Thus, citizens, public administrations, community organizations and other social groups are resolutely turning to the digital ecosystem to do business, discover other realities and horizons, learn, co-produce, send, receive or offer services of all kinds (Grizzle, A. & Chibás Ortiz, F. (2018) This digitization is well underway in large cities, municipalities as well as in the smallest connected villages so that access to Big data, to the networks and services of GAFA(M) or NATUs is exploding. At the same time as these digital technologies contribute to solving the major problems facing humanity today, it should be noted that their widespread use without proven skills (Kardaras, 2017) entails serious ethical risks at the individual and collective. For example, the rise of conspiracy theories online ideological radicalism, misinformation, violent/hate speech, or even informational distortion illustrate that the other dark side of poorly governed technologies. Faced with these risks inherent in the controversial use of technologies (Kounakou, K. 2012), UNESCO finds it urgent to act by proposing a more structured, inclusive, and committed form of education. the MILCities project launched in 2018. The

initiative is a scientific tool for the inclusive and civic promotion of media literacy actions within our cities, corporations, and other local development entities; a barometer for evaluating the concrete progress made in the field by stakeholders. In terms of Canada and Africa, how would the development of MILCities make a difference? What are the deployment objectives for followed by the MILCities project on the two territories?

Operational objectives of the project

The Building Unesco MILCITIES project: from concept to deployment in Quebec / West Africa" is part of UNESCO's new vision, which consists of reflecting on the mechanisms for a successful deployment of MILCITIES in Quebec and Africa. What are the concrete objectives of the project? According to recent studies and observations made in several countries (Unesco, 2017; 2018), media and information literacy actions launched in 1982 are still stagnant. Few countries have really implemented real structural plans to appropriate digital technologies in a critical, responsible, and ethical way. The direct consequence of this is that fake news, misinformation and all other derivations plague social media and the entire information and communication ecosystem. The theme of World Media and Information Literacy Week (Seoul, 2020): "Resist disinformation: media and information literacy for all and by all" is a good illustration of the challenges that the digital constitutes for the human being. In response to the global lack of generalized tools, the deployment of MILCities must equip citizens, train them in essential media literacy skills to meet the

legal, moral, and ethical needs of digitalization in our cities and towns. Therefore, MILCities contributes to building cities that use new technologies with the active participation of new actors, such as civil servants, political decision-makers, influencers and young people, [...] in an ethical, sustainable, critical and creative way and in taking responsibility for the social impacts it entails" (Alton & Chibas 2018, Mitsuri & Chibas, 2020,) In the field, MIL Cities aims to develop citizens' critical and creative thinking, promote the ethical use of digital or traditional media , educate citizens to question disclosed information, in order to identify biases, prepare their discernment and establish their own sound judgments to restore reality in a creative, ethical and sustainable way (GRIZZLE, 2014). But what practical strategies must be mobilized to successfully deploy the said project on the Canadian and African continents?

Field operational strategies

To develop a solid strategy likely to channel the implementation in partnership with the various stakeholders, the following question must first be asked: what roles can universities, non-profit associations and other corporations play in the deployment of MILCities clusters to promote critical, ethical, responsible, and regulated consumption/use of community media both in Quebec and in French-speaking West Africa? ". To this question, the hypotheses are varied, which we summarize in three points:

Rely on the scientific contribution of academics and experts:

In the history of humanity, the great revolutions take shape in research laboratories and universities remain the scientific locomotive for modeling social and technological innovations. Therefore, their theoretical contribution from academics in the implementation of MILCities in our towns and villages is fundamental. The scientific support of the UNESCO Chair will contribute to a strict application of the evaluation measures developed by Unesco to achieve the objectives.

Encourage associations to be channels for promoting MIL Cities

According to Statistics Canada, the voluntary and charitable sector plays an important role in the lives of citizens and contributes more than 8.1% of Canada's overall Gross Domestic Product (GDP). From a professional perspective, this sector employs two million Canadians and provides essential services from many sectors, such as health, education, environmental monitoring and digital inclusion, charitable and labor orders have a strong impact on the use of the media. However, MIL strategies accompanying change are weak or non-existent in defined local development plans. Therefore, mobilizing these organizations and involving them in the deployment mechanisms of MILCities seems to us to be a winning strategy.

Put municipalities at the heart of the project

Although the city of Montreal has launched Digital Cities projects (2014-2017), the MILCities project introduces a new

perspective in the digitalization of territories and a collaborative project with the decision-making bodies of this central municipal organization is fundamental. As such, the project team will establish an institutional partnership with the boroughs to better manage the project. What methodology should be applied in this case of action-research project?

Field methodology

The implementation of the MILCities project is based on four practical principles Bonneville & all. (2007). which we call under the acronym MODEC, that is to say "Making, organizing, developing and creating". MILCities is in the action phase, it turns out to deploy practical tools that help experts to move on to implementation strategies on the ground. In the management of a project, the four items constitute the pillars of emulation which make it possible to pass from the idea to the concrete actions

First key: carry out comparative studies

Considering the project in the typical African and Canadian context, a comparative evaluation of existing similar actions or projects is essential. The strategic objective is to make a scientific inventory of the problem and understand the different issues by the ecosystem in media education and ethics in the era of systematic digitalization of society. The data collection will make it possible to map the EMI initiatives launched in the communities and within the associations on the Island of Montreal. Thus, the

UNESCO evaluation model will be used as benchmarks for the qualitative measurement of actions.

Second key: organize training webinars

The concept of “organizing” refers to the practical method that should be favored to ensure the successful implementation of the MILCities initiative in both Africa and Canada. After analyzing proven methods in this area, meetings, conferences, and webinars seem to us to be the best field tools to adopt. First, in times of pandemic where travel is limited, these gathering, and debate tools are easy to deploy and manage and to assess and measure (Chibas, 2019) the scope of innovative practices and technological uses and practices. In addition to these tools, the facilitation of training modules has the advantage of better involving the populations, associative corporations, urban or rural municipalities involved in the project. Through these tools, the MIL Cities project will be able to develop and consolidate a solid partnership around the objectives to be achieved.

Third key: developing partnerships

Partnership is an essential key in the development and expansion of a major project such as MILCities. To ensure the success of this project, it is essential to mobilize actors from associations, universities, civil society, municipalities, and cultural communities for the experimentation of the MILCities initiative. So, you should use:

Local/associative cultural communities in large urban agglomerations and small localities. Indeed, community participation in this project is essential. As UNESCO experts have expressed, over the past 10 years, the use of the Internet in the social, associative and solidarity economy has been on the rise. It is important to involve NGOs in the expansion strategies of MILCities. In this, intellectual circles play a key role.

Academia and research centres. As part of the project partnership, the mobilization of centers of university experts from Latin America and the Caribbean, North America, and Africa. In fact, the mobilization of academics is an essential prerequisite for winning strategies for the implementation of MILCities. To do this, CEACOM/University of Sao Paulo Latin America is at the forefront of university partnerships. Client (MAO) of the MILCities initiative in partnership with UNESCO MIL Alliance of Latin America and the Caribbean; it is an institutional referent to mobilize the funds necessary for the realization of the project in close collaboration with Pr Felipe Chibas. She collaborates closely in the validations of the milestones of the project with PAFEME working jointly with Prof. Felipe Chibas Otiz, MILCities expert at UNESCO (PARIS) and head of CEACOM.

On the other hand, for Canada and Africa, we plan to mobilize multidisciplinary researchers from several of the following universities and laboratories. hub between francophone and anglophone universities in Canada. Attached to the largest communication department in North America, the Chair's mission will be to coordinate the implementation of aspects of field

research, the validation of protocols, the organization of symposiums on MIL Cities and to lead meetings of reflection on the issue with other social actors involved in associations and municipalities. To this chair, we must join the University of Lomé and Cocody in Côte d'Ivoire. For the project and its expansion in West Africa, the scientific and logistical contribution of these universities is essential. In fact, universities have already collaborated with the UNESCO Chair (UQÀM) and PAFEME on other media education projects and will be enthusiastic to get involved in this initiative, which will allow young researchers to work together on this innovative theme by Africa.

Fourth key: create a tool for promoting the project

In the conduct of change and social innovation, the implementation of emulation and gratification tools constitute improvement strategies (Kounakou, 2008) used by large firms and institutions. Thus, as part of the development of MILCities, the creation of a MIL Cities Label seems to us a relevant idea to attract more cities, villages, associations and universities and other partners to subscribe to the projects carried out by UNESCO MILCities. Considering projections, the UNESCO MILCities Prize will take the form of an annual competition which crowns the good practices of members (a community, city, association, university, etc.) and will be awarded to cities after a competition launched by MIL Cities.



The implementation of these four pillars of the field methodology will make it possible to achieve the objectives that the project has set itself. Below is the methodological process schematized. But what are the concrete actions carried out?

5. Implementation of the plan and progress report on the activities carried out

This paragraph focuses on the one hand, on the activities carried out in the deployment of the initiative in Canada and in Africa and, on the other hand, on public relations activities.

Activities carried out

Based on the objectives established by UNESCO MILCities, the Building MIL Cities Africa team carried out various mobilization

and scientific activities that should be highlighted in these paragraphs. Indeed, since September 2019, the PAFEME organization has signed a working partnership with Professor Felipe Chibás Ortiz to deploy the MILCities UNESCO Initiative in Canada and Africa. In this context, several international webinars have been organized as well as publications.

First the launch of the first MILCities Initiative Latin America and Africa Webinar:

This is the first exploratory meeting organized by PAFEME in partnership with the regional representation for Latin America and the Caribbean of UNESCO MIL Alliance to lay the foundations of the project in Canada and Africa. This reflection focused on the theme: "MIL Cities around the World: Media Education in Quebec, Brazil and Africa" and brought together experts from Quebec, Africa and Brazil. This international activity has made it possible to forge partnership links between experts from the countries and continents involved.

Programming of Building Milcities webinars

As announced above, the organization of webinars is one of the first tools put in place to advance MILCities in Africa and Canada. An annual agenda of 12 webinars has been established. In this context, various themes are addressed in direct connection with the objectives of MILCities. These include, among others, the "MILCities indicators and metrics their application in Africa (May 24, 21) and the "Role of young people in the implementation of

MIL Cities in Africa for participatory democracy", "Women's entrepreneurship and MILCities" or " MILCities impact on agriculture in Africa" were discussed. Experts from 8 countries (Benin, Burkina Faso, France, Ivory Coast, Kenya, Mali, Togo, and Tunisia) take part in these meetings. Through various communications, the speakers emphasize the need for citizens, NGOs, institutions, schools, and other social actors to develop education in community media to reduce the digital divide and strengthen the ethical use and inclusion of technologies in our daily practices. Clearly, the MILCities for Africa project is an essential catalyst for transforming digital practices and bringing every citizen to enter the new digital era with confidence.

Scientific publications

In addition to these activities, two scientific publications in international journals certify the seriousness of the expansion work done by the Building MIL Cities team: "Role of associations, unions, NGOs, socio-cultural projects in the construction of MIL cities: a comparison between Canada and Africa, In: UNESCO Network of MIL Cities and Agenda 2030: Education, Communication and Sustainable Health, in Havana: Peoples and Education, 2021 (Kounakou, EK, Chibás Ortiz, F. (2021). The other article published is entitled "The MIL Cities Network of Unesco as an opportunity for development in Africa, International Research Journal, Vol. 11 No. 02 2021 (Chibás Ortiz, F., Yarnikh, V. Kounakou, EK, (2021).

Institutional lobbying activities

This part aims to highlight the lobbying actions undertaken by Professor Chibás Ortiz and myself to present the project and establish partnership contacts with institutions and academic centers in the area covered by our project. In this sense, an important webinar was held with the vice-rector for research and creation of the University of Quebec in Montreal. The objective was to study the ways and means of establishing a scientific point between the two entities. The theme of the meeting was "Presentation of MIL Cities and development opportunities for MIL University Cities.

Africa and Canada's Transformation Goals

Concretely, how would the implementation of MILCities be beneficial to Africa and Canada? The answer to this question is very dense, but we will focus on three aspects.

Cultural level and respect for human rights

With the rapid digital development of society, one of the advantages of MILCities is to contribute to the ethical, respectful, and shared dissemination of the culture of the continent throughout the world. As a French author said, culture is all we have when we have forgotten everything, and we believe that the great revolution of Africa and its youth is the enhancement of its immense cultural background. The development of MILCities in big cities and in small towns will help to virtualize what people hold most dear: their cultural heritage. From then on, the concept

of Afrofuturism will take on its full meaning. Invented in 1993 by Mark Dery (Dery, 1993) in his essay "Black to the Future,

This movement, which sought to promote a society completely rid of the physical and social bonds of oppression and slavery, can draw on the indicators of MILCities (Chibas, OF. & All., (2020) to reinforce its actions of unity but in an ethical and respectful way for everyone. Therefore, digital technology can allow Africa today to break down the racial and cultural barriers of black minorities to federate common synergies and know-how to build a rich society , balanced and egalitarian Indeed, in this context of hybrid knowledge where the socio-cognitive learning of populations passes through interconnected and/or personalized audiovisual content, MILCities seems to us to be a good project likely to propel African culture forward to imagine a world that promotes better conditions for black people through literature, music, technology and the arts and where black, African-descendant people will feel flourishing and free.

In the same vein, the development of MILCities in social and associative practices in Canada will have the advantage of bringing communities together and breaking down the racial barriers that persist in communities, businesses and even universities (Pierre, M. & Bosset, P. (2020). Although Canada is a land of immigration, a melting pot of diverse multiculturalism, racism is spreading and MILCities would make it possible to engage native and immigrant communities to discover and accept each other. In this cultural dimension, the other benefit that MILCities will bring to Canadian society is to train consciences in

the ethical issues represented by the consumption of digital media and technologies.

In summary, in developed countries like Canada, media and information literacy in cities will transform various aspects of individual and collective life.

Difficulties and prospects

As any project encounters difficulties in its beginnings, the component of MILCities Canada-Africa also experiences difficulties along the way which slow down its rapid expansion. The first difficulty is intrinsically linked to the level nature of the project. Since 1982, several researchers have often dealt with issues related to media and information literacy. The MILCities concept, in the experimental phase, is struggling to break through to the broad spectrum. Then comes the lack of funding to support the various actions undertaken to develop the initiative in Canada and Togo. Don't we say that money is the sinews of war? Obviously! For the past two years that PAFEME project has been coordinating the expansion phase of the said project for Canada and Africa, we have mobilized our modest financial support to pay the subscription to communication platforms, in particular Zoom, to cover the animation of our meetings. To finish this point, it is also important pointing out the difficulties in finding large numbers of experts to discuss each month. As we pointed out above, the novelty of the concept, the many researchers likely to intervene hesitate because they do not master the contours of the project.

To overcome these obstacles, MILCities is putting in place a vast agenda of activities and strategies to continue its expansion across the targeted continents.

For the year 2022-2023 MILCities is setting up an agenda of activities. These include, among others, the 12 monthly meetings scheduled to discuss with various experts on issues related to the use of digital technology and the various challenges of social, ethical, or inclusive innovation. To this, other activities are on the agenda such as:

- Mobilize more partners from diverse backgrounds to participate in the project,

- Create a “MILCities-Quebec-Africa” web portal to accelerate training workshops in associations and in the most neglected rural and peri-urban areas in the plans for the regulated appropriation of digital media,

- Create a MILCities Label: an incentive tool to encourage the systematic integration of MIL strategies in all formal and informal development programs,

- Form national MILCities hubs to relay actions to remote populations with little Internet connection,

- Develop a set of recommendations for generalizing the project to other Canadian and African territories.

So many initiatives to make MILCities a development tool for our societies.

Conclusion

Finally, what about the MILCities project in the context of Canada and Africa? An ambitious and salutary program for a responsible and ethical adoption of digital technology in social, associative and university practices, to name but a few. The initiation of the MILCities project has made it possible to set up a theoretical and practical framework to operationalize the project in the field. Based on the 13 indicators (Chibás, 2020), we have developed a practical operational method called: FADEC, i.e. "Do, organize, develop and create", the execution of each dimension of which contributes to achieving the objectives of MILCities. To date, the activities carried out in the field have made it possible to identify the challenges of rapid and successful deployment of the project in Africa, Canada, as is already done in Latin America & the Caribbean and in the rest of the world. Let's get to work from the agenda developed to make the MILCities initiative an opportunity for sustainable digital development (Grizzle, A. (2014) in the world and especially for the African continent in full technological growth.

Bibliography

Bonneville & all. (2007). Introduction to communication research methods. Ed Gaëtan Morin, Chénelliére Education.

Chibas, O-F. & all., (2020). MILCities and Artificial Intelligence under UNESCO perspective: Sao Paulo case. In From Cities to MIL

Cities. Metrics inspired by UNESCO'S vision. School of Communication and Arts. University of Sao Paulo, 1st Edition.

Grizzle, A. (2014). Measuring Media and Information Literacy: Implications for the Sustainable Development Goal. In Singh, J., Grizzle, A., et al (2015). Media and Information Literacy for the Sustainable Development Goals. International Clearinghouse on Children, Youth and Media, NORDICOM, University of Gothenburg, Sweden.

Grizzle, A. (2018). Assessing Citizens' Responses to Media and Information Literacy Competencies through an online course: An Empirical Study and Critical Comparative Analysis of Experts' Views. Doctoral Dissertation. ISBN: 9788449084775: <http://hdl.handle.net/10803/666860> . Tesis Doctorals in Xarxa (TDX). Autonomous University of Barcelona, Spain .pf0000261065.

Grizzle, A. & Chibás Ortiz, F. (2018). A Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities). [[Online] Url: https://en.unesco.org/sites/default/files/gmw2018_draft_mil_cities_framework.pdf.

Kardaras, N. (2017) Hypnotized: the effects of screens on children's brains, DESCLEE DE BROUWER, 314 p.

Kounakou, k, Chibás, Ortiz, F. (2021). Role of associations, unions, NGOs, socio-cultural projects in the construction of MIL Cities: a comparison between Canada and French-speaking Africa, MILCities, Unesco.

Kounakou, K. (2012). Media literacy and early childhood. Appropriation of audiovisual content by young non-reading and deaf children. Doctoral thesis in Information and Communication Sciences. University of Valenciennes and Hainaut-Cambrésis. [online] URL: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00761617/>.

Kounakou, K. (2008). From the Digital Cities Awards to the African smart cities project: proposal for a manual for adapting the label to African communities, Master II, e-administration and digital solidarity, Université Toulouse II, France

Kouanou, K. and Agbobli, C. (2018) "Cross-view of media education strategies in French-speaking West Africa: the cases of

Togo and Benin", article submitted to the Comparative Education journal "Education à l'information", under the direction of Louise Limberg, Vincent Liqueste and Anne Lehmanns.

Pierre, M. & Bosset, P. (2020). Racisme et discrimination systémiques dans le Québec contemporain : présentation du dossier. *Nouvelles pratiques sociales*, 31(2), 23-37. <https://doi.org/10.7202/1076643ar>

UNESCO (2018) World Trends in Freedom of Expression and Media Development, Global Report 2017/2018. UNESCO (Paris). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/>

UNESCO (2021). Artificial intelligence with human values for sustainable development. [Online] Url: <https://en.unesco.org/artificial-intelligence>

Yanaze, M. and Chibás Ortiz, F. (2020). From smart cities to a thousand cities, metrics inspired by the vision of Unesco, São Paulo: University of São Paulo

European Institutions and Policies for strengthening the role of cities: Towards Media and Information Literacy?

Despoina Anagnostopoulou ³⁸,

Dionysia Tsolaki ³⁹

Anastasia Psallida ⁴⁰

Introduction

This chapter will focus on certain policies of the European Union which strengthen the role of the European, paying special attention to furthering media and information literacy. Emphasis will be given to the bottom-up approach and the collaborative model between city actors as well as the participation and empowerment of citizens.

The European Union (EU), first established in 1958 as the European Economic Community, is a supranational international organization which includes a customs union, an internal market, an area of freedom, security and justice and an economic and monetary union. At the same time, the EU is committed to the respect of its values, including the protection of fundamental

³⁸ Associate Professor, Director of the UNESCO Chair danag@uom.edu.gr

³⁹ PhD candidate, research associate of the UNESCO Chair dionatsolaki@gmail.com

⁴⁰ PhD candidate, research associate of the UNESCO Chair natapsal@hotmail.com

rights, equality and pluralism, as well as the respect of the constitutional identity of its member states and their local government structures (art. 2-7 TEU⁴¹). Most of its binding legislation is adopted by the European Parliament and the Council on a qualified majority, following the proposal of the European Commission (institutional triangle). Since 1992, the European Committee of the Regions is a consultative body during the EU legislative process which established collaboration with the Congress of Local and Regional Authorities of the Council of Europe.

One of the EU main policies is the EU regional or cohesion policy, which promotes social, economic and territorial cohesion with the financement of the EU Structural Funds. The EU responds to the transformation of cities and the empowerment of citizens with its renewed Cohesion Policy and its Urban Agenda, and many initiatives and programmes in the framework of its cultural policy, youth and energy policies. By using science, technology and innovation, cities can develop and manage policies to make city life more resilient “in an ethical, sustainable, critical and creative way with the participation of all citizens” (Chibas Ortiz, Dias & Fischer, 2020).

Though the EU supports media and information literacy through political declarations and its media legislation⁴², it has not

⁴¹ Since 2009, there are two EU Treaties: The Treaty establishing the European Union (TEU) and the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU), based on the Treaty establishing the European Economic Community (TEEC).

⁴² See inter alia, EU Council Conclusions, *A European approach to media literacy in the digital environment* (Official Journal C 140, 6.6.2008, p. 8); European Commission Report, *Tackling Online Disinformation, a European Approach*,

embarked on expressly supporting the creation of MIL cities, a narrower concept promoted by UNESCO⁴³. In fact the EU assigns the member states to fulfill this task and take measures for media literacy⁴⁴. In this chapter, however, the pieces of the European mosaic⁴⁵ that reinforce media and information literacy as well as cultural literacy and citizens' empowerment at the local level will be illustrated and bottom-up processes and tools at the city level will be evaluated.

COM(2018) 236 final. Directive 2010/13/EU of the European Parliament and of the Council of 10 March 2010 *on the coordination of certain provisions laid down by law, regulation or administrative action in Member States concerning the provision of audiovisual media services (Audiovisual Media Services Directive)* Official Journal L 95, 15.4.2010, p. 1-24, recital 37 and Art. 26, amended by Directive (EU) 2018/1808, OJ L 303, 28.11.2018, p. 69.

⁴³ The concept of MIL Cities was established in the Global Framework for MIL Cities (UNESCO, 2015). The local government authorities of a MIL city and their partners need to demonstrate commitment, within the scope of their competences/capabilities, that include at least 10 out of 20 actions. Such actions include for example: b. Integrate MIL learning in the information and media **policies** of local government authorities; c. Offer **youth information and media services** to young people and youth organizations; d. infuse **MIL training for the older population in existing city programmes** designed for their well-being and inclusion; e. Target **MIL training for marginalized groups**; f. Articulate policies to **integrate MIL in formal and informal education curricula**; h. Collaborate **with NGOs/civil society actors** working on MIL, i. Incorporate MIL into local government actions relating to the sustainable development goals; j. Incorporate MIL in local governance/e-government activities; k. Provide **information to help empower marginalized and underrepresented groups**; l. Give attention to the **importance of MIL on the public website or other noticeboards** run by the municipality (UNESCO, Global Framework, 2015).

⁴⁴ Art. 33b par. 1 of Directive 2018/1808.

⁴⁵ The Council of European Municipalities (CEM), Eurocities, the Covenant of Mayors, the International Urban Cooperation are many of urban associations that are very important in "city activism" in Europe (Saputelli, 2021) but will not be presented in this chapter because of limited space.

General Remarks on the EU gradual acceptance of the role of the cities on the basis of EU Treaties

In the early decades of the European Economic Community there was no involvement of regions or cities in the European integration process. Only member states were represented in the Council and later at the European Council. Cities have been kept engaged with the task of lobbying for equitable and thus more effective representation in the EU institutions since the 1950's, driven by the evolving and intriguing phenomenon of "city activism" (Saputelli, 2021) and with the important early-stage support by the European Parliament (Wassenberg, 2020, pp. 24-25).

In 1975, the European Regional Development Fund (ERDF, also known as FEDER) was established⁴⁶ in order to fund the regional needs of member states and amend regional inequalities. There were already two Funds for financing the agricultural and the social policies: The European Agricultural Guidance and Guarantee Fund (EAGGF or FEOGA) and the European Social Fund (ESF).

In 1987, the Single European Act amending the EEC Treaty has introduced the concept of economic and social cohesion "in order to promote the harmonious development of the all the European regions" (ex Art. 130A TEEC).

In 1992, there were three important innovations in the Treaty of Maastricht establishing the EU in favor of regions and cities, furthering the respect of the local dimension:

⁴⁶ Regulation (EEC) 724/75, Official Journal L 149/14.

a) The 'principle of subsidiarity' of EU competence to national competence, so that decisions are to be taken 'as nearest to citizens as possible'. The principle applies when the EU does not have an exclusive competence in a certain normative field but shares its power with the member states. If the objectives of a certain action *"cannot be sufficiently achieved by the Member States, either at central level or at regional and local level, but can rather, by reason of the scale or effects of the proposed action, be better achieved at Union level"*, then the EU undertakes the action (Art. The principle that the EU respects the constitutional identity of each member state, including local and regional self-government (Art. 4 par. 2 TFEU).

b) The establishment of the European Committee for Regions, where regions and cities were represented (Art. 300 TFEU ex Articles 198A, B, and C of Title I and the 4 par. 3 TFEU; Annexed Protocol No 16; Wassenberg, 2020, pp. 43-44).

In 2007, when the Treaty of Lisbon was adopted, territorial cohesion was introduced as a new EU objective of EU Cohesion Policy and one of the priority areas for the European Committee for Regions (Art. 3 par. 4 TEU and 174 TFEU, Protocol (No 28) on Economic, Social and Territorial cohesion, attached to the TFEU). Cities were actively involved in territorial cohesion as will be demonstrated below (Zimmerman & Atkinson, 2021).

The European Committee of the Regions (CoR) and its role for MIL cities

The European Committee of the Regions (CoR) is a political consultative body bringing together and empowering Europe's 329 locally elected or politically accountable representatives (and 329 alternates) coming from 300 regions of the EU, representing 440 million people (Article 13 par. 4 TEU & Articles 300 and 305 to 307 TFEU, European Parliament, 2021). It was established in 1992 to represent regional and urban interests to "counter the idea that the EU was becoming too centralized" (Craig & De Burca, 2020, p. 98).

The CoR is consulted by the European Commission or the EU Council and the European Parliament, before they legislate in specific cases that the TFEU provides: education and vocational training, youth and sport; culture, public health, employment and social policy; environment and climate change; trans-European networks of transport, energy and telecommunications; economic, social and territorial cohesion; tourism and civil protection (Art. 307 TFEU; e.g. Art. 165 & 167-168 & 172, 175-177-178, European Parliament, 2021). In all these areas, the EU legislation is mainly implemented locally and therefore the opinion of the CoR is mandatory though not binding. Through the CoR's mandatory consultation, the EU becomes more visible locally, its democratic legitimacy is consolidated and the link between the EU and its citizens is significantly strengthened (Urban Intergroup, 2011; Saputelli, 2019).

The CoR has acquired an increasingly influential role at all stages of the EU legislative procedure based mainly on the major changes provided for in each amendment of the Treaties, such as (Wassenberg, 2020, pp. 135-137 & 160; Chevallier-Govers, 2013, pp. 574-575 & 579-583):

- a) its new power for monitoring the subsidiarity principle (Art. 5 TEU & Art. 2 of Protocol (No 2) TFEU) and
- b) its *locus standi* promotion as a *semi-privileged applicant* regarding the right to institute proceedings before the EU Court of Justice in order to protect (i) its own institutional rights in the event of infringement of its prerogatives for mandatory referrals or ii) to restore the breach of the principle of subsidiarity [Art. 13 par. 4 TEU, 263 par. 3, 300, 305-307 TFEU & Art. 8 of Protocol (No 2) TFEU].

Despite the fact that CoR has not acquired the status of an EU 'institution'⁴⁷ yet, as it remains a purely consultative body with a limited political weight (Kousis, 2020, p. 140; Chalmers cited in Chevallier-Govers, 2013, p. 82), its representativeness and independence have been further enhanced since it is considered the second political assembly of the EU, the European Parliament being the first, with a dense network of access points to EU policy making and implementation monitoring functions (Heinelt, 2017, p. 8).

⁴⁷ The EU institutions are the European Parliament, the European Council, the Council, the European Commission (or Commission), the Court of Justice of the European Union, the European Central Bank and the Court of Auditors (Art. 6 TEU).

Media literacy is very important for the CoR. As early as 2004⁴⁸, the CoR asked the European Commission to promote media literacy in all the EU Member States (Committee of the Regions, 67/2004 fin). In 2008, with its 'Opinion on Media Literacy and Creative Content Online', the CoR encouraged the European Commission to establish, fund and monitor relevant programmes (e.g. a specific strand in the MEDIA programme) in order to develop the EU media literacy policy "in collaboration with all the EU institutions and with local and regional authorities, and to step up its cooperation with UNESCO and the Council of Europe in this area" (Committee of the Regions, 2008)⁴⁹. The CoR also recommended that "local and regional authorities ... develop collaborative projects on media literacy in formal and non-formal education and training, targeted at citizens, especially children and young people, the disabled and social groups that are at risk of exclusion" (Committee of the Regions, 2008).

Since February 2014, the CoR has collaborated with the European Parliament in order to prepare certain impact assessments of the European Commission legislative proposals. In addition, they established high-level meetings between the two bodies (European Parliament, 2021).

The 'Open Days: European Week of Regions and Cities' is an annual joint event organized since 2008 by the European Parliament (REGI Committee) and the CoR (Commission for

⁴⁸ Committee of the Regions, 67/2004 fin.

⁴⁹ The CoR responded mainly to European Commission Communication: A European approach to media literacy in the digital environment, COM(2007) 833 final.

Territorial Cohesion Policy and EU Budget - COTER). It is dedicated to regional and urban policy (European Parliament, 2021). For 2021, the 19th Week event has taken place in 11-14/10/2021, in Brussels. The event was structured around four main topics: Green Transition for a sustainable and green recovery, Cohesion from emergency to resilience, Digital Transition for people and Citizens' engagement for an inclusive, participative and fair recovery (EU, n.d.).

Since 2019, the CoR has collaborated with the European Commission under the 'Cities and Regions for Integration', a political platform for European mayors and regional leaders to share best practices of solidarity and integration of migrants and refugees as well as to counter misinformation (Gauchi, 2020).

In July 2020, the CoR adopted its three priorities for the period 2020-2025 and included the digital transition as one of the current major societal transformations facing villages, cities and regions (European Parliament, 2021).

Since 2005, the CoR has signed a collaboration agreement with the Congress of Local and Regional Authorities, a consultative body of the Council of Europe⁵⁰, which aims to **strengthen** and defend local and regional democracy in Europe as well as human rights protection and integration policies (Council of Europe, n.d.a.). The two bodies have agreed on the fields of interest and methods of co-operation in 2009, and revised them in 2018. The

⁵⁰ The Congress consists of 648 members representing more than 150 000 local and regional authorities from its 47 member States (Council of Europe, n.d.a.).

objectives of their revised cooperation agreement⁵¹ are “to reinforce local and regional democracy, devolution and self-government in Europe; to guarantee the respect of established local and regional competences by national and European authorities; and to strengthen the citizens confidence in the European values and in democratic institutions at local, regional, national and European level”, promoting “the ideal of good, multilevel governance in Europe and beyond”, as well as the principles of the European Charter of Local Self-Government⁵² and their implementation (Art. I). They affirmed mutual respect of each body’s priorities, adopted the principle of complementarity between them and agreed on the establishment of a High Level Group (Art. II).

The EU Cohesion Policy and the Urban Agenda

The EU Cohesion Policy

Since the 70’s, the EU Cohesion Policy has become a very important and relatively successful mechanism⁵³ to “address the imbalances created by the common market and to reduce disparities among European regions and spatial disintegration as well as promote sustainable development” despite the economic

⁵¹ Revised Cooperation Agreement between the European Committee of the Regions and the Congress of Local and Regional Authorities of the Council of Europe, Strasbourg, 27 March 2018. Available at <https://rm.coe.int/20180327-cooperationagreement-revised-co-operation-agreemnt-between-th/168079b433>.

⁵² Council of Europe, European Charter of Local Self-Government, Strasbourg, 15.X.1985 (European Treaty Series, no 122) <https://rm.coe.int/168007a088>.

⁵³ Since 1995 inequality of GDP between European regions has declined by about 25%.

crisis and recovery divergence (OECD, 2019; Naess-Schmidt & Jensen, 2018, pp. 6-7 & 15).

The EU has involved cities as valuable subnational entities in order to more effectively enhance its economic, social and *territorial* cohesion. The latter concept has been included in 2009 with Art. 174 TFEU despite being characterized by ambiguity as a legal concept (Medeiros cited in Purkarthofer, 2019, p. 88).

However, the increasing interest of the EU toward the cities' role must be balanced with the respect for the member states' essential functions and national constitutional structural identity (Saputelli, 2019 and 2021, Art. 4 par. 2 TEU) as well as the EU's absence of competence in member states' internal constitutional affairs inclusive of regional and local self-government. Indeed, there is no concrete or appropriate legal basis for the EU to strengthen the role of cities. Taking into consideration "the national identity clause" and its "politico-institutional aspect" in Art. 4 par. 2 TEU, regional and local self-government remains a fundamental component of an area of core *national* responsibility (Hamza et al., 2014, pp. 21-23, Blanke & Mangiameli, 2013).⁵⁴

As a result, access to and allocation of EU structural funding [e.g. European Regional Development Fund (ERDF), European Social Fund (ESF), Cohesion Fund (CF)] was based on four principles: (1) concentration of funds in the regions of greater

⁵⁴ There is no global definition of a city. The EU and OECD agreed that "the city is defined ensuring that 1) there is a link to the political level, 2) that at least 50% of city the population lives in an urban centre and 3) that at least 75% of the population of the urban centre lives in a city. Thus the city is defined by population size and density (Dijkstra & Poelman, 2012, p. 2& 4).

need; (2) additionality of EU funds where other forms of aid come from the Member States; (3) partnership with regional and local actors towards the same aims; (4) programming for a certain period for concrete projects (Craig cited in Nicola, 2011, pp. 96-97).

It has consequently been established that cities have been an integral part of European Cohesion Policy since the 1990's. The cities' role has progressively evolved from urban poverty, social exclusion and deindustrialization focused initiatives to an updated europeanized agenda on improving their competitive capacities in global economy based on knowledge economy, place-based interventions and polycentrism (Zimmerman & Atkinson, 2021, pp. 83-84).

Cities were considered to be the main "drivers of economic growth" especially after the financial crisis of 2008 (Zimmerman & Atkinson, 2021, pp. 83-84) which "accentuated territorial and social disparities and highlighted the negative effects of globalization" (Saputelli, 2019). These urban friendly policies, although there have been certain concerns concerning their decentralization effectiveness and consequent recentralization trends (Chardas, 2017; Nicola, 2011) were founded on the assumption that economic development of metropolitan areas would spread a positive economic effect downwards to rural and lagging regions (Rauhut & Humer, 2020, p. 2117).

The EU Urban Agenda (2016)

The growing importance of the urban dimension in the frame of European Cohesion Policy in terms of budget, policy relevance, and visibility has recently been reinforced through a new approach based on a soft intergovernmental initiatives promoting urban development. This process was based on policy documents which were adopted at informal meetings of the EU Council by Ministers responsible for urban development in the member states, such as the Bristol Accord (2005) and the 'Leipzig Charter on Sustainable European Cities' (May 2007)⁵⁵, which promoted territorial cohesion and adopted common principles and strategies for urban development policy (European Committee for Regions, 2007); the 'Toledo Informal Ministerial Meeting on the Urban Development Declaration' (22 June 2010), the 'Territorial Agenda 2020' (2011), the 'June 2015 Riga Declaration of ministers for territorial cohesion and urban matters' and the 'EU Urban Agenda' in 2016 (Heinelt, 2017, p. 13).

The above policy papers are not published by the EU institutions, remain legally non-binding and they are not backed by the respective EU financial resources allocation. However, the enactment of the EU Urban Agenda in 2016 as a strategic policy paper has created an implementation mechanism for all urban policy initiatives which is based on the promising partnership approach (14 partnerships with action plans) specifying the rules

⁵⁵ Leipzig Charter on Sustainable European Cities (Agreed on the occasion of the Informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion in Leipzig on 24/25 May 2007).

for participation, the working methods and the expected outcomes (Purkarthofer, 2019, p. 87).

The Urban Agenda for the EU was instigated by the 'Pact of Amsterdam' in June 2016 as "an opportunity for cities to come up with concrete actions in favour of better regulation, better funding and better knowledge of EU and national policies" which are the Agenda's three pillars (European Commission, 2017).

It promotes a more effective integrated and coordinated approach to EU policies and legislation with a potential impact on Urban Areas. At the same time, it supports European cities to confront urban problems by creating urban partnerships between the European Commission, the EU organizations, the national governments, the city authorities and other stakeholders, such as non-governmental organizations. (van Lierop, 2021, p. 1). Among the EU Urban Agenda's priority themes for cities are culture and cultural heritage, digital transition, inclusion of migrants and refugees and security in public spaces.

The URBACT Programme is financed both by ERDF and the Member States. It aims to promote change for better cities, to enable cities to collaborate and develop integrated solutions to usual urban challenges, by networking and exchanging best practices (EU, 2014).

The EU Urban Agenda is the principal mechanism through which the EU is implementing the United Nations (UN) New Urban Agenda (NUA), a framework to promote sustainable urbanization and help cities become more inclusive, environmentally sustainable and prosperous. The Amsterdam Pact established a

direct link with both the UN 17 Sustainable Development Goals (SDGs) and the NUA, stating that the EU Urban Agenda would contribute to the implementation of the UN 2030 Agenda for Sustainable Development⁵⁶, notably SDG 11, as part of the Habitat III process⁵⁷ (Van Lierop, 2021).

The New Cohesion Policy Framework (2021-2027)

The New Cohesion Policy Framework is founded on simplified rules and a common Regulation for all 9 structural funds with 5 policy objectives⁵⁸. Its first two consolidated objectives promote 'a Smarter' and 'Greener' Europe, through innovation, digitalization, and economic transformation, and the establishment of a Just Transition Fund (JTF) to address the impact of the transition to a climate-neutral economy. The third objective aims at 'a more connected Europe', through transport networks and digital networks. The fourth objective targets 'a more social Europe', supporting social rights, quality employment, education, skills, social inclusion and equal access to healthcare. Its fifth objective provides for 'a Europe closer to Citizens', supporting local development strategies and sustainable urban development of all types of territories and local initiatives. The last

⁵⁶ United Nations, *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, available at <https://sdgs.un.org/2030agenda>

⁵⁷ United Nations General Assembly at the 68th plenary meeting of 61th session, 23/12/2016, Habitat III, The New Urban Agenda, available at <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>

⁵⁸ Regulation (EU) 2021/1060 of the European Parliament and of the Council of 24 June 2021 laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund Plus, the Cohesion Fund, the Just Transition Fund ..., Official Journal L 231, 30.6.2021, pp. 159-706, Art. 5.

two of its five policy objectives explicitly mention the urban dimension. Member States will be required to increase by 3 % their ERDF resources for investments in urban development (van Lierop, 2021, p. 8-9).

The Regulation 2021/1060 includes specific rules on Territorial Cooperation (Art. 28 et suiv.), fostering territorial strategies under the responsibility of the relevant territorial authorities or bodies (Art. 29 par. 2). Where a territorial strategy involves investments that receive support from one or more Structural Funds, programmes or priorities of the same programme, actions may be carried out as an 'integrated territorial investment' (Art. 30). Structural funds may also support 'community-led local development', focused on sub-regional areas, led by mixed local action groups, representing both public and private local socioeconomic interests, supportive of networking, accessibility and innovative features in the local context (Art. 31 par. 1). Beneficiaries include 'urban neighbourhoods', cities, towns and suburbs and functional urban areas.

Cities receive direct European funding through many channels: the European Urban Initiative, the Sustainable Urban Development angle of ERDF, Connecting Europe Facility, Green New Deal, Horizon Europe, COVID-19 Recovery Plan etc. (Tosics, 2020).

The **European Urban Initiative** (EUI) is included in the new cohesion framework (2021-2027) to support the EU Urban Agenda and further the engagement of cities in EU debates, policy

making, and implementation, as urban tools and interventions become even more prominent (van Lierop, 2021, p. 8-9). The EUI will support the participation of local authorities in thematic partnerships and will be financed with EUR 400 000 000 under direct or indirect management by the European Commission (Art. 109 of Regulation 2021/1060; van Lierop, 2021, p. 8-9). It will promote integrated territorial development via cross-border cooperation provided for by the new Regulation on European territorial cooperation (ETC) programmes ('Interreg')⁵⁹.

The Just Transition Fund⁶⁰ will support the implementation of the Urban Agenda by facilitating the reallocation of funds up to 20% of the respective ERDF and ESF+ allocations in order to pursue cohesion goals (Sielker et al., 2021, pp. 11-12). The Fund supports 15 actions among which investments in smart and local sustainable mobility and investments in digitalisation, digital innovation and digital connectivity (Regulation 2021/1056, Art. 8, par. f and h).

Moreover, the New Leipzig Charter of 30th November 2020 aims to strengthen its impact and efficiency through action in five areas, including multilevel cooperation, communication and governance. It is supplemented by an implementing document⁶¹

⁵⁹ Regulation (EU) 2021/1059 of the European Parliament and of the Council of 24 June 2021 on specific provisions for the European territorial cooperation goal (Interreg) supported by the European Regional Development Fund and external financing instruments, OJ L 231, 30.6.2021, p. 94-158.

⁶⁰ Regulation (EU) 2021/1056 of the European Parliament and of the Council of 24 June 2021 establishing the Just Transition Fund, OJ L 231, 30.6.2021, p. 1-20.

⁶¹ European Union (2020). 'Implementing the New Leipzig Charter through multilevel governance: next steps for the implementation of the Urban Agenda' - Informal Ministerial Meeting on Urban Matters on 30 November 2020.

which links the Urban Agenda working methods with the Charter's principles.

Furthermore, the Territorial Agenda 2030, published in 1st December 2020, provides an 'action-oriented framework to promote territorial cohesion' in the EU⁶².

Last but not least, the ambitious NextGenerationEU stimulus package, which is a temporary recovery instrument of some €800 billion for the support of Europe's recovery from the coronavirus pandemic, further involves cities in terms of its impact sustainability. More specifically, via REACT-EU €50.6 billion additional funding for 2021-2022 will be provided to EU Cohesion Policy programmes, a sum which includes €34.1 billion already committed specifically for regions and cities. This funding is mobilized through the European Regional Development Fund (ERDF), the European Social Fund (ESF) and the Fund for European Aid to the Most Deprived (European Commission, 2021).

According to Saputelli (2021), the aforementioned EU level policies have provided a new approach regarding the significance of the role of the cities in Europe which could instigate certain related constitutional reforms in several member states as it has already happened with respect to the role of regions during the

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/brochure/new_leipzig_charter/new_leipzig_charter_implem_en.pdf.

⁶² Ministers responsible for spatial planning, territorial development and/or territorial cohesion (2020) Territorial Agenda 2030 of the EU. https://territorialagenda.eu/wp-content/uploads/TA2030_summary_jun2021_en.pdf.

1990s (Chatry & Hulbert, 2017). Moreover, these European urban policies have enhanced the urban dimension of the EU Cohesion Policy which has become more central over the last decade and “have created ‘spaces’ for cities by giving them an institutional arena where their voices can be heard and considered, despite their subnational status. It is exactly “within the space created by a top-down governance model promoted by the EU that bottom-up activism can flourish” (Saputelli, 2021). However, despite the growing importance of this urban dimension, there are many challenges which remain such as complexity, ambiguity and fragmentation in urban policies as certain relevant dimensions have been under-researched as in the case of its connection with regional policy (Purkarthofer, 2019, p. 88).

Initiatives fostering city partnerships, city titles, citizen participation and benchmarking

The European Capital of Culture Programme (1985-2033)

The European Capital of Culture programme was established in 1985, based on an idea of Melina Merkouri and Jack Lang, Greek and French Ministers of Culture (EU, 2021). The programme was adopted on 13 June 1985, by a resolution of the Ministers responsible for Cultural Affairs meeting within the EU Council, and aimed to have a positive impact on “media resonance, the development of culture and tourism” as well as “on strengthening local and regional identity and [on] fostering

European integration".⁶³ It celebrated the diversity of European Culture and raised European awareness of the chosen city's cultural offer" (Gomes & Librero-Cano, 2016, p. 59). In 2006, it was calibrated to be "a cultural programme with a European dimension, based principally on cultural cooperation with other member states, bringing the common aspects of European cultures to the fore and fostering the participation of the citizens living in the city"⁶⁴. In 2014 its objectives encompassed the strengthening of the "feeling of belonging to a common cultural area and the stimulation of intercultural dialogue and mutual understanding between European citizens".⁶⁵

During the last decade, this cultural initiative has become an opportunity for making cities the major driving forces for social, cultural and economic development. According to this programme, an annual title is awarded to one or more cities for a period of 12 months. Cities come from one or two designated Member States, EU candidate countries, potential candidates or EFTA/EEA countries, or other European countries. The selection competition takes place four years before the actual title year, on the basis of criteria defined at European level. More than sixty

⁶³ Decision 1419/1999/EC of the European Parliament and of the Council of 25 May 1999 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2005 to 2019, Official Journal L 166 , 1.7.1999, p. 1-5.

⁶⁴ Decision No 1622/2006/EC of the European Parliament and of the Council, of 24 October 2006 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2007 to 2019 Official Journal L 304, 3.11.2006, p. 1.

⁶⁵ Decision No 445/2014/EU of the European Parliament and of the Council of 16 April 2014 establishing a Union action for the European Capitals of Culture for the years 2020 to 2033 and repealing Decision No 1622/2006/EC, Official Journal L 132, 3.5.2014, p. 1-12.

cities have been nominated so far, starting from Athens (Boutsiouki, 2015, p. 109) and including less well-known places like Cork, Sibiu or Pecs (Patel, 2013, p. 541) which in turn have to host cultural events of various kinds framed in a European context.

The impact of the initiative is important in terms of economic growth of the hosting cities as there is a notable and sizable increase in GDP per capita of Capitals of Culture compared with runner-up regions. However, the potential of the programme is not yet fully materialized (Gomes & Librero-Cano, 2016, pp. 67-68).

The European Youth Capital programme

The initiative of the European Youth Capital title, launched in 2009, is a prize which is designed to empower young people in a city, boost youth participation and strengthen European identity (EU, 2021). Since 2014, this cultural initiative of the European Youth Forum has been officially recognised by the Congress of Local and Regional Authorities of the Council of Europe.

The European Youth Capital title may be awarded, 2 years in advance, to any European city focusing on giving young people the opportunity to contribute, express and share ideas in order to shape the social, economic and political life in their community and “rejuvenate local democracy” (European Youth Forum, 2021).

The first city who got the title was Rotterdam. The Greek city of Thessaloniki was nominated Youth Capital of Europe in 2014, and the currently designated city of 2021 is the city of Klaipėda in Lithuania.

Smart Cities and Communities (SCC)

This initiative was launched in 2011 by the European Commission in order to achieve its objectives on energy, low-carbon technologies and sustainability. It aims to “make Europe's cities more efficient and more sustainable in the area of energy, transport and information and communication technologies” as part of the Strategic Energy Technology (SET)-Plan using “quantitative indicators to measure the efforts of the cities” (European Commission 2011). This should have included “development of participatory media tools for citizens and local communities in order to bridge digital and social divides and global infrastructures focusing on community ties and cohesion in order to reinforce local community cohesion” (European Commission, 2011, p. 11).

In 2015, the European Commission launched the European Innovation Partnership for Smart Cities and Communities for Information and Communication Technologies (ICT), energy management and transport management. It also established the Smart Cities Market Place as a platform⁶⁶ for creating strategic partnerships between industry and European cities with SMEs, investors, banks, researchers and other local actors. The Marketplace aims at, inter alia, sustainable districts and built environment, citizen focus policy and regulation, knowledge sharing, baselines, performance indicators and metrics and open

⁶⁶ See the platform at <https://smart-cities-marketplace.ec.europa.eu/user/login>.

data governance in order to develop urban systems and infrastructures (European Commission, n.d.i.).

European Commission initiatives and tools

a) The “Futures of Cities” (2019) is an initiative of the Joint Research Centre (JRC) of the European Commission (EC), supported by the European Commission's Directorate-General for Regional and Urban Policy (DG REGIO) (European Commission, n.d.b). Its main aim is to provoke the debate on what the future of cities can, and should be, within the scientific and policymaker communities. The initiative was developed in an inclusive manner and in close collaboration with the European Commission's Community of Practice on Cities (CoP-CITIES) (European Commission, n.d.c.). According to the report, the European approach to urban development is an integrated 'place-based approach' to policymaking, as it assumes the spatial, social, cultural and institutional characteristics and makes use of its potential, implying close dialogue and cooperation in a multi-level, multi-actor and multi-sector pattern (European Commission, n.d.b.).

Its activities are supported by an online platform, which publishes updates, additional analyses, case studies, comments, interactive maps, in order to share and accumulate knowledge on the futures of cities. The initiative promotes new forms of urban governance and networking in order to confront the challenges of the increasing decline of urban population for over half of European cities; the adaptation of infrastructure and services for

the ageing EU population; as well as the increasing application of new technologies and innovation on transport and mobility but also citizens' engagement in city policy processes (European Commission, n.d.b.).

b) The “Knowledge Centre for Territorial Policies” (KCTP) is an initiative of the European Commission fostering “evidence-based policy making at EU, national and local level and serving as a point of reference for Commission services, Member States and local authorities on territorial and regional knowledge and data” (European Commission, n.d.a.).

c) The Urban Data Platform Plus is a joint initiative of the Joint Research Centre and the Directorate General for Regional and Urban Policy (DG REGIO) (European Commission, n.d.c.). It is a major component of the Knowledge Centre for Territorial Policies (European Commission, n.d.a.) and provides access to information on the status and trends of cities and regions, to EU supported urban and territorial development strategies and to the local dimension of the UN Sustainable Development Goals. It includes: a) Dashboards, i.e. data on the performance of city, province, district, region or country, (European Commission n.d.d); b) the STRAT-Board, an interactive tool that provides a continuously updated state of play on how European Structural and Investment Funds (ESIF) support the integrated approach to urban and territorial development⁶⁷ (European Commission, n.d.e.); c) the Handbook of Sustainable Urban Development

⁶⁷ It offers a visual overview of Sustainable Urban Development (SUD), Integrated Territorial Investment (ITI) and Community-led Local Development (CLLD) strategies implemented across Europe in the framework of the EU Cohesion Policy 2014-2020.

Strategies, which provides methodological support to cities, managing authorities and other stakeholders involved in the design and implementation of urban strategies under the Cohesion Policy; d) localization of the UN Sustainable Development Goals (SDGs) (European Commission, n.d.f.); e) thematic analyses, such as migration, women or cost of education (European Commission, n.d.g.); and f) tools, such as the NUTS converter, “an open, web-based tool enabling the conversion of European regional statistical data [of various regional levels between different versions of the Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS) classification” (European Commission, n.d.h.).

Conclusions on the EU Institutions and Policies strengthening the role of the cities

According to Karl-Heinz Lambertz⁶⁸, “To weaken our municipalities, our cities, our regions is to weaken our Union. This must not be part of our blueprint for the future. Quite the opposite: by strengthening our territories we strengthen our Union” (Lambertz, 2018). This comment powerfully points out the keen awareness of the importance of the city role, as the institution nearest to citizens in various crucial fields of EU policy implementation and European law application. It furthermore illustrates the already established bottom-up and top-down processes regarding the necessary gradual enhancement of the status of the cities in the context of the three-dimension EU

⁶⁸ President of the European Committee of the Regions (CoR) (2017-2019), Member of CoR since 2001 and member of the Congress of Local and Regional Authorities since 2000.

multilevel governance system - EU Institutions, Member States and subnational entities (Saputelli, 2020). Taking also into account, the limited policy area EU competences, the Council of Europe reinforcing framework and several related actions and initiatives, these processes have been reinforced during the pandemic with city actors having played a protagonist's role in the implementation and update process of a plethora of nation-wide measures (OECD, 2020).

In parallel, city actors have also been facilitating the shift towards a new urban paradigm based on inclusive, green and smart cities which in turn enhances the realization of tolerance and solidarity through the integration of social responsibility as well as the citizens' preparation in identifying and dismantling fake news and post-truth related manipulation (Yanaze & Chibas Ortiz, 2020, p. 8).

The Intercultural Cities Programme (ICC)

Introduction to the rationale of the programme

The "Intercultural Cities"⁶⁹ Programme (ICC) is a flagship initiative of the Council of Europe and the European Commission, adopted in 2008 (Kemmer et al. 2013). The two international organisations have agreed to cooperate in many fields of their common interest since 2005⁷⁰.

⁶⁹ The term "cities" in the title "Intercultural cities" is used in a generic sense and designates cities as well as towns and districts in larger cities or metropolitan areas. See Recommendation 2015.

⁷⁰ Council of Europe. (2005). Ministers' Deputies CM(2005)80 final 17 May 2005, Warsaw Declaration.
http://www.coe.int/t/dcr/summit/20050517_decl_varsovie_en.asp.

It promotes tolerance through recognition and respect to cultural difference (Côté, 2018). It aims at the accommodation of cultural difference in order to create politically and economically valuable diversity, and the deepening “of a sense of our shared history and common future among the [European] peoples, within their diversity, so as to avoid the emergence ... division within greater Europe” (COE Minister’s Deputies, “Declaration on Fifty Years of European Cultural Cooperation” 2005).

The programme is based on the “intercultural integration policy model” (Council of Europe, 2015). The Intercultural integration policy model is a two-way process based on reciprocal and symmetrical recognition, under an overarching human rights framework (Council of Europe, 2021). Diversity in an Intercultural City is not denied, is not ignored, nor overemphasized. It is essential to be perceived as a way to social cohesion as well as an advantage through an intercultural way of thinking and approach (Cote, 2018 and Council of Europe, n.d.a.).

In fact, diversity as a resource, and not as handicap, is “one of the defining factors which will determine [...] which cities flourish” (EU-ICP, 2008: 4).

There are three main dimensions of policy paradigm change from multiculturalism to interculturalism. The Intercultural Policy Paradigm (IPP): a) is a bottom-up process, i.e. a social and policy process beginning at the city level; it not “the result or product of a top-down process or of academic reflections on diversity without clear contact with policy-making”; b) is a “leadership process whereby experts provide authoritative arguments to policy-makers

to influence political decision-making”; c) is an “innovative process of policy experimentation and testing in order to achieve dynamic change policies and paradigm changes” (Hall, 1993; Zapata - Barrero, 2017).

The Intercultural City promotes cultural literacy as “the ability to read, understand and find the significance of diverse cultures and as a consequence to be able to evaluate, compare and decode the varied cultures that are interwoven in a place. It allows one to attribute meaning and significance to anything seen and produced”. (Wood, Landry & Bloomfield, 2006, p. 23). In the intercultural city “people can understand and empathise with another’s view of the world” and policy makers can “reconceive their role through an intercultural lens” (Wood, Landry & Bloomfield, 2006, p. 24)

The ICC programme influences migration policy at the national and international level, and is based on a multi-level governance combining horizontal strategies, e.g. networking between cities and with non-governmental organisations, and vertical strategies, e.g. interactions between national and local governments (White, 2021).

It is a concrete project, which promotes “capacity-building and policy development” (COE, 2009)⁷¹. It started as a research on “the extend to which cultural diversity is a source of innovation, creativity and entrepreneurship” (EU-ICP 2012). However, the paradigm from the economic potential of cultural diversity shifted

⁷¹ Initiators of the project are the two British cultural and urban planners Charles Landry and Phil Wood, who in 1978 found “Comedia” as a think-tank on Creative Cities (Landry 2012).

to “a new intercultural leadership” which would create institutional reforms that foster social cohesion. The city is understood as a privileged locus for the re-imagination of intercultural relations and practices (EU-ICP, 2012, Introduction).

ICP’s general goal is twofold: a) “On an individual level, culture is understood as a property of the homo oeconomicus” (EU-ICP 2012) b) “On the city level, diversity policy promotes a multi-level approach: European, national and local actors form part of a governing alliance in order to improve the economic performance of a city”. Diversity-as-resource is sustaining the creative potential of the city and triggers local competitiveness (Wood & Landry, 2008).

The programme’s aims

The Intercultural Cities Programme (ICC) intends to support local authorities in their reviewing, designing and implementing inclusive integration policies “from an intercultural point of view” (Council of Europe, n.d.b.).

The programme is implemented in 130 cities in Europe, Australia, Canada, Japan, Israel, Mexico, Morocco and the United States. However, South America and Africa are not members of the Programme.

The main objectives of the programme seem to be the following two:

- a) the inclusive debate, review and policy for supporting integration and social cohesion, empowering all members of the community to participate in local decision-making,

promoting active citizenship and providing the space and the opportunity for “deep interaction and co-creation” as well as “power-sharing” (Wood & Landry, 2008; CoE Recommendation 2015, Council of Europe, n.d.a.).

- b) the effective, positive and sustainable management of urban diversity through integrated strategies developing the city’s institutional capacity: respect of the equal value of all identities, fostering intercultural competence for public services and conflict management through the elimination of stereotypes and positive intercultural mixing (Wood & Landry, 2008; CoE Recommendation 2015. Council of Europe, n.d.a. Council of Europe, 2019; Council of Europe, 2021). The aim is that Cities develop “a sense of pluralistic identity embracing cultural pluralism and the complexity of identities through leadership discourse and symbolic actions based on the pride and appreciation of the city diversity” (Council of Europe, n.d.a).

Intercultural Cities nurture equality and diversity as a resource, and they focus on *interaction*, by promoting greater mixing, through public policies in order to promote real inclusion at the local level (Council of Europe, 2021).

The programme’s methodology, strategy and tools

The Intercultural Cities Programme provides methodological support through expert and peer support to public authorities, a step-by-step guide of how to become an intercultural city, manuals and handbooks, as well as extensive city profiles and city charts on

achievements of index indicators, a database of good practices, and policy briefs related to specific policy areas. It finances thematic events, study visits of representatives of one intercultural city to another, and the transfer of innovation (Council of Europe, n.d.a.).

The procedure for joining the network includes five steps (Council of Europe, 2021a). The leadership of the intercultural city must uphold the value of diversity and the principles of the European society, such as equality, justice and non-discrimination, and embrace a political discourse with alternative, more participatory methods of involvement (Guidikova, 2014, p. 3). The Strategy for Intercultural city:

- a) is designed by a *Diversity Promoters' Team*, consisting of the Mayor, politicians, the ICC local coordinator, municipal interdepartmental teams, NGOs, associations, media professionals, entrepreneurs, teachers, artists etc. (Council of Europe, 2021a).
- b) develops urban planning and urban regeneration, mediation, safety and security (Council of Europe, 2019; Council of Europe, 2021).
- c) is based on the collection of demographic data, the city policies and structures input, the potential impact on the citizen's knowledge, feelings and beliefs about diversity and inclusion, or informal stories which express the pulse of the community (Council of Europe, 2021 b)⁷².

⁷² Intercultural City index and benchmarking tool is online to help you map your city's facts, inputs and impacts. Available at <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/about-the-index>

d) is structured around 16 important elements, including education, intercultural intelligence and competence, cultural and social life, public space, media and communication (Council of Europe, 2019).

The “Intercultural City Index” has been designed as a ‘benchmarking tool’ for the participating cities (or candidates) and is based on a questionnaire involving 86 questions grouped in 12 indicators⁷³ with three distinct types of data (Council of Europe, 2021b). Six sub-indices are grouped in a composite indicator called “urban policies through the intercultural lens” or simply “intercultural lens” (Council of Europe, n.d.c.). These indicators comprise: “1. Commitment; 2. Intercultural lens (Education; Neighbourhoods; Public services; Business and the labour market; Cultural and social life; Public space⁷⁴); 3. Mediation and conflict resolution; 4. Language; 5. Media and communication; 6. International outlook; 7. Intercultural intelligence and competence; 8. Welcoming newcomers; 9. Leadership and citizenship; 10. Anti-discrimination; 11. Participation; 12. Interaction” (Council of Europe, n.d.c.). The evaluation of integrated strategies and methods in pilot cities is necessary, so that they could also be implemented to other European countries (Wood & Landry, 2008; CoE Recommendation 2015).

⁷³ Indicators have been weighed for relative importance. For each indicator, the participating cities can reach up to 100 points (which are consolidated for the general ICC Index).

⁷⁴ The intercultural lens initially included “Public consultation and engagement, Urban planning and development, Business and entrepreneurship, Education, The Arts and the Sport” (Wood, Landry, & Bloomfield, 2006, p. 24).

The 'Policy Lab for inclusive integration' emphasizes the need for a constructive and continuous dialogue and co-operation between local and national authorities under a human rights protection framework. The aim is to build coherent policies and effective multi-level governance of integration and diversity management, with a long-term approach rather than an emergency perspective (Council of Europe, 2017).

The ICC Strategy on education

The ICC strategy focusing on Education includes schools, Universities and civil society's intercultural awareness training (Council of Europe, n.d.b).

Schools are transformed to creative skills laboratories, open to society and intercultural interaction, serving as a link between family and community, establishing a strong partnership with parents who are involved in school policies and school life, and interacting with the local community (Council of Europe, n.d.d.; Council of Europe 2019). Schools coordinate intercultural projects, teach about religion (sociology and history of religion), teach history in a multi-perceptivity approach and develop an intercultural dimension in all disciplines, not only in humanities. They encourage migrant pupils to take an active part in democratic processes in schools, and promote peer mentoring by pupils (Council of Europe 2019, 34-36).

Universities promote inclusion policies, intercultural awareness training, evaluation of diversity and relevant data

collection at the local community. They also promote global citizenship of students (Council of Europe, n.d.b).

The City invests in majority language training for all migrants, recognizes minority languages in the public space providing translated public information into minority languages and facilitates information and communication between minorities and institutions. The City provides intercultural awareness training programs in the public sector (i.e. politicians, teachers, public servants, police officers, nurses, journalists) (Council of Europe, 2019).

The ICC Strategy on Media

Since 1982, the Council of Europe has emphasized the role of “the independent and autonomous media [to] express and reflect the diversity of ideas and opinions” (Council of Europe, 1982). The impact of media on attitudes towards cultural diversity is enormous, promoting intercultural relations (Council of Europe, 2019, 48-50) and forming local identity and “informed citizenry” (Bellardi, N. et al. 2018, p. 13).

Community Media may play an essential role in “underpinning cultural alternatives” depending on their regulation, financing and control (European Commission, 2009). Community Media are accessible to all citizens without any discrimination who can be trained in new tools through a critical literacy approach (Bellardi, N. et al., 2018).

The Intercultural City Media Strategy aims at the development and maintenance of a long-term trust-based

relationship with the media and at the openness of media to minority groups as a factor that contributes to social cohesion through pluralism (Bellardi et al., 2018). It is a joint strategy with local media agencies (and journalism schools) to present news in a responsible and intercultural way which includes publishing stories about diversity, and presenting the opinion of diverse citizens through interviews (Council of Europe, 2019, pp 48-50). The programme should define and diffuse the important messages of the Intercultural Cities initiative to the local actors and invite journalists to report on projects and events in order to draw attention of the citizens at the ICC initiative.

The ICC media joint strategy should strengthen the media and provide for training on intercultural understanding, skills and competence of media professionals, providing for intercultural media awards and motivating young people from diverse backgrounds to train as journalists and (Council of Europe, 2019, pp 48-50);

It should also attract media attention and provoke public debates on intercultural issues, establishing intercultural champions and appoint local personalities as media “ambassadors” on intercultural issues. In general, the ICC media strategy is focused on promoting diversity through its content and by recruiting diverse staff working in the medias (Council of Europe, 2019).

In addition, the Anti-rumours strategy points at prejudice, segregation, and the lack of interaction and dialogue between people, as the root causes of discrimination. The strategy aspires

to fill the gaps in communication and increase interaction between majorities and minorities, and within different groups, so that “hidden processes of inequality and injustice” can be stopped (Council of Europe, 2016).

Conclusions

The enhancement of the bottom-up approach and the new multi-level model

In this chapter the two processes (bottom-up and top-down) for strengthening the role of the cities, and their dynamic as well as creative interaction were briefly explored and evaluated in terms of their effectiveness and positive influence on nearly three quarters of the EU's population which live in European towns and cities and additionally on the basis of the fact that three quarters of the EU legislation is implemented at local and regional levels (Urban Intergroup, 2011).

Regarding the first approach (bottom-up) which is characterized by decentralized and polycentric structures that celebrate and facilitate local action, it is claimed that cities and regions have maintained a healthy level of self-awareness about their expertise-knowledge legitimacy capacity and valuable political role (Heinelt, 2017, pp. 11-12). The development of relevant bottom-up initiatives managed to build local support for future EU integration and to empower citizens to take related responsibilities. Moreover, the added value of the commitment of enhancing the political and institutional role of cities and regions lies in the fact that it provides a bi-directional wide channel of

interaction and constructive dialogue between local and EU level. Regional and urban interests are advanced through the adoption and the implementation monitoring mechanisms of targeted European policies while simultaneously the EU significant role becomes more visible locally, its democratic legitimacy is consolidated and the link between the EU and its citizens is significantly strengthened (Urban Intergroup, 2011; Saputelli, 2019). In addition, other initiatives of the EU and the Council of Europe promote the bottom-up approach and the active engagement of local authorities, citizens and multiple stakeholders such as the titles of the Cultural Capital of Europe and the European Youth Capital. In addition, Europe uses the ICC programme as a new paradigm of intercultural approach of diversity in a bottom-up procedure, that interconnects all stakeholders, in a democratic and participative governance.

On the other hand, the top-down perspective regards a hierarchical approach that privileges central control and policy planning to enhance the role of cities at the EU level as an important dimension of EU Cohesion Policy. Indicators and benchmarking are also valuable tools of this process, such as the Urban Data Platform, the Dashboards, the NUTs convertor in the framework of the EU Joint Research Centre and the European Commission. The top-down approach is also witnessed in the evaluation and monitoring of candidature and performance of the soft initiatives, e.g. the European Capital of Europe, as well as in the framework of the Intercultural City Index.

However, the growing importance of the urban dimension in the frame of European Cohesion Policy in terms of budget, policy relevance, and visibility has recently been reinforced through a new approach based on an intergovernmental process of soft governance initiatives in the field of urban development. The enactment of the Urban Agenda for the EU in 2016 as a strategic policy paper has created an implementation mechanism for all urban policy initiatives which is based on the promising partnership approach. Funding by the European Structural Funds for territorial cohesion and transborder cooperation enhances the role of the cities and supports them in their tasks. The EU Urban Agenda has coordinated funding by EFRD, URBACT, the European Urban Initiative, the Just Transition Fund and the EU Recovery Fund. Funding is subordinated to the partnership principle and a place-based approach.

A new multi-level, multi-sector and multi-actor model emerges with strong partnerships between cities, Member States, EU authorities, stakeholders and citizens which strengthens the role of European cities.

The empowerment of the Citizens and the inclusion of all marginalized groups

The EU and the Council of Europe respond to the needs of cities for green and digital transition and the enhancement of social cohesion through intercultural policies and the promotion of inclusion in a resilient and fair society in a holistic way. They promote a collaborative model, in which every citizen participates

and expresses his/her opinion. The citizen is educated to be more productive, more innovative, more empowered, more trained in ethical, environmental and democratic values through life-long learning in a multicultural world.

Cities are becoming “hubs” of innovation, creativity and sustainable growth for the well-being of society. They promote peer to peer counseling and solidarity. They raise citizens’ awareness for local and global issues, including digital awareness and cultural competence. They cultivate empathy in parallel with critical thinking, and active engagement to public life and decision making, in the framework of their European and global citizenship.

Reinforcing cultural and media literacy

The European Committee of the Regions has played a significant role in advancing cities’ interests since 1992. It has supported all initiatives for media literacy, as has been done by all EU institutions. However, there is ample room for additional efforts to extend CoR’s powers and to expand its sphere for action within the existing institutional system and consequently to give new momentum to the Citizens’ Europe (Maragall i Mira cited in Wassenberg, 2020, p. 70).

UNESCO urges cities to be MIL Cities, e.g. cities that use technologies, such as Artificial Intelligence, and Big Data in an ethical, sustainable, critical and creative way and taking into consideration the social impact of that use. In this procedure the participation of all stakeholders, including members of diverse

social groups who should have access to integrated knowledge and lifelong learning opportunities (UNESCO, 2019).

MIL Cities “develop through the formation of educational and cultural networks, critical and creative thinking capacity of citizens and promote the ethical use of communication, with and without new technologies, ensuring a more humane, diverse, sustainable and participatory development in urban spaces with the participation of all stakeholders (Chibas Ortiz et al. 2020, p. 2). New communication skills and critical thinking lead to productive learning and active citizenship, transcending the “Cultural Barriers to Communication” which the citizens have to be aware of (Chibas Ortiz et al. 2020).

It is more than 30 years that the European Union has taken the regional dimension seriously and has developed institutions and policies to enhance the role and the identity of regions and cities in its multi-level governance. The EU Urban Agenda in 2016 has reinforced the financement of cities and their projects, while soft intergovernmental tools have reinforced cultural competence and increased media literacy. The intercultural cities media strategy promotes both. Smart cities promote digital skills.

Though member states are in principle responsible for advancing media literacy to their citizens, European cities are now strengthened, digitalised and local authorities skilled enough to more easily proceed to MIL Cities, with their training on indicators, platforms and metrics as well as the bonds established with their empowered citizens and all stakeholders.

References

Bellardi, N., Busch, B., Hassemeer, J., Peissl, H. & Scifo, S. (2018). *Spaces of Inclusion - An explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Project Report. Strasbourg, Council of Europe. http://eprints.bournemouth.ac.uk/30447/1/DGI%282018%2901_Spaces%20of%20Inclusion.pdf.pdf

Blanke, H. J. & Mangiameli S. (Eds.). (2013) *The Treaty on EU (TEU): A Commentary* (pp. 529-586) Berlin-Heidelberg, Springer-Verlag.

Boutsiouki, S. (2015). Multilateral Cultural Diplomacy - The Council of Europe and the EU, in Vasileiadis, N. & Boutsiouki, S., *Cultural Diplomacy: International and Greek dimensions*, Athens, Kallipos repository (in Greek). https://repository.kallipos.gr/bitstream/11419/4424/1/15527_Vasileiadis%20Total-KOY.pdf

Chardas, A. (2017). Local Governance in the Age of Austerity in Greece and the Impact of the EU Leader Approach in the Region of Peloponnesus. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 19(6), 628-644.

Chatry, I. & Hulbert, C. (2017). *Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences*. OECD. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264272866-en>

Chevallier-Govers, C. (2013). Article 13: The Institutions in Blanke, H. J. & Mangiameli S. (Eds.) *The Treaty on EU (TEU): A Commentary* (pp. 529-586) Berlin-Heidelberg, Springer-Verlag.

Chibas Ortiz, F., Dias, A.P. & Fischer, R. (2020). *MIL (Media and Information Literacy) University Cities: new metrics for education and urban health*. <http://mic.org.ru/vyp/33/33-ortiz.pdf>

Council of Europe. (1982). *Declaration on the Freedom of Expression and Information*. <https://doi.org/10.1017/S0020782900057582>

Council of Europe. (2009). Cultural identities, shared values and citizenship. In OSCE Human Dimension Implementation Meeting, Warsaw, 28 September - 9 October 2009. <https://www.osce.org/files/f/documents/5/a/39050.pdf>

Council of Europe. (2013). Intercultural cities - Building the future on diversity. <https://edoc.coe.int/en/intercultural-and-interreligious-dialogue/6004-intercultural-cities-building-the-future-on-diversity.html#>

Council of Europe. (2019a). *Recommendation CM/Rec(2015)1 of the Committee of Ministers to member states on intercultural integration*.

https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c471f

Council of Europe. (2016). *Intercultural Cities, The art of mixing*. <https://rm.coe.int/brochure-2019-on-the-intercultural-cities-programme/1680488e90>

Council of Europe. (2017). *Policy Lab for Inclusive Migrant Integration, Lisbon, 28 November 2017, Conclusions*. Available at <https://rm.coe.int/policy-lab-for-inclusive-migrant-integration-lisbon-28-november-2017-c/1680780451>

Council of Europe. (2019b). The intercultural city step by step (Revised edition), *A practical guide for applying the urban model of intercultural inclusion*. <https://edoc.coe.int/en/living-together-diversity-and-freedom-in-europe/7982-the-intercultural-city-step-by-step-revised-edition.html>

Council of Europe. (2021, 17 June). *Intercultural integration strategies: managing diversity as an opportunity. Model Framework for an Intercultural Integration Strategy at the National Level*. Steering Committee on anti-discrimination, diversity and inclusion (CDADI)6. <https://rm.coe.int/model-framework-for-an-intercultural-integration-strategy-at-the-natio/1680a2ecf9>

Council of Europe. (2021a). *Intercultural Cities, Why and How to join*. <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/how-to-join->

Council of Europe. (2021b). *About the Intercultural Cities Index*. <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/about-the-index>

Council of Europe. (n.d.a). *Congress of local and regional authorities*. <https://www.coe.int/en/web/congress/home/>

Council of Europe. (n.d.b). *Intercultural cities Programme*. <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/what>

Council of Europe. (n.d.c.). *The intercultural City Index 2019 A Methodological Overview*. <https://rm.coe.int/the-intercultural-city-index-2019-a-methodological-overview/16809074ab>

Council of Europe. (n.d.d.). *Intercultural Cities (Infographic)*. <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680483cd4>

Côté, D. (2018). The Notion of “Diversity Advantage” According to the Council of Europe. In White B. (Eds.). *Intercultural Cities. Global Diversities*. Palgrave Macmillan, Cham, 329-345. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62603-1_13

Covenant of Mayors for climate and energy in Europe. (n.d.). <https://www.covenantofmayors.eu>

Craig, P. & De Burca, G. (2020). *European Union Law, Texts, Cases and Materials*, Oxford University Press.

Dijkstra, L. & Poelman, H. (2012). *Cities in Europe, The new OECD-EC definition*. https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/focus/2012_01_city.pdf

European Commission. (2011). Report of the Public Consultation on the Smart Cities and Communities Initiative. https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/public_consultation_report.pdf

European Commission. (2017, 20 November). *Report from the Commission to the Council on the Urban Agenda for the EU*. 657 final.

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/urban/report_urban_agenda2017_en.pdf

European Commission. (2019). *The Futures of Cities Opportunities, Challenges and the way forward*. the-future-of-cities_online.pdf

European Commission. (2020). *JRC science hub communities, CoP on the cities*.
<https://ec.europa.eu/jrc/communities/en/community/cop-cities>

European Commission. (2021, 11 October). *EU Cohesion policy on the front line of the recovery: €34 billion approved for regions and cities in just 4 months*.
https://ec.europa.eu/regional_policy/en/newsroom/news/2021/10/10-11-2021-eu-cohesion-policy-on-the-front-line-of-the-recovery-eur34-billion-approved-for-regions-and-cities-in-just-4-months.

European Commission. (n.d.a.). *Knowledge Centre for Territorial Policies*. https://knowledge4policy.ec.europa.eu/territorial_en

European Commission. (n.d.b). Urban Data Platform Plus. *The Futures of Cities*.
https://urban.jrc.ec.europa.eu/thefutureofcities/introduction#_edn2

European Commission. (n.d.c). Urban Data Platform Plus. *The Futures of cities*. <https://urban.jrc.ec.europa.eu/thefutureofcities>

European Commission. (n.d.d.). Urban Data Platform Plus. *Dashboards*. <https://urban.jrc.ec.europa.eu/dashboards/en>

European Commission. (n.d.e.). Urban Data Platform. *Strategies*. <https://urban.jrc.ec.europa.eu/strategies/en>

European Commission. (n.d.f.). Urban Data Platform Plus. *Localising the Sustainable Development Goals*.
<https://urban.jrc.ec.europa.eu/sdgs/en>

European Commission. (n.d.g). Urban Data Platform. *Thematic analyses*. <https://urban.jrc.ec.europa.eu/thematic-analyses/en>

European Commission. (n.d.h.). Urban Data Platform. *Tools*.
<https://urban.jrc.ec.europa.eu/tools/en>

European Commission. (n.d.i). *Smart Cities*. https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en

European Committee of the Regions. (2007, 30 May). *CoR welcomes the adoption of the Leipzig Charter on cities and the Territorial Agenda promoting territorial cohesion*. COR/07/72. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/COR_07_72

European Committee for the Regions, *Opinion on Media literacy and Creative content online*, Official Journal of the EU, C 325/70 of 19.12.2008.

European Parliament (2021), *Committee of the Regions*, Available at: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/16/the-committee-of-the-regions>

European Youth Forum. (2022). *Applications For European Youth Capital are now Open!*. <https://www.youthforum.org/applications-be-european-youth-capital-2025-are-now-open>

European Union. (2014). European Regional Development Fund 2014 - 2020, European Territorial Cooperation URBACT III OPERATIONAL PROGRAMME, adopted by the European Commission on 12 December 2014. https://urbact.eu/sites/default/files/u_iii_op_oct_2015.pdf

European Union. (2016). Urban Agenda for the EU 'Pact of Amsterdam', agreed at the Informal Meeting of EU Ministers Responsible for Urban Matters on 30 May 2016 in Amsterdam, The Netherlands, available at https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/urban-development/agenda/pact-of-amsterdam.pdf

European Union. (2021, 23 November). *Being the European Capital of Youth or of Culture*. https://europa.eu/youth/get-involved/intercultural%20understanding/being-european-capital-youth-or-culture_en.

European Union. (n.d.). European Week of regions and cities. <https://europa.eu/regions-and-cities/>

European Urban Knowledge Network. (2021). <https://www.eukn.eu>

EU-ICP. (2008). The Intercultural City: what it is and how to make it work. In European Commission and Council of Europe (Eds.). *Introductory Documents for Cities Participating in the Pilot Phase of the Intercultural Cities Programme*.

EU-ICP. (2012). *The origins of the intercultural city concept*. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/Cities/origin_en.asp

Gauchi, J.P. (2020). Study on the Integration of Migrants in middle and small cities and in rural areas in Europe. *Committee of the Regions*.

<https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/Integration%20of%20Migrants.pdf> Gomes, P. & Librero-Cano, A. (2016, 27 September). Evaluating three decades of the European Capital of Culture Programme: a difference- in -differences approach. *Journal of Cultural Economics*, 42, 57-73(2018). <https://doi.org/10.1007/s10824-016-9281-x>.

Guidikova, I. (2014, 1 January). Cultural diversity and cities-the intercultural integration approach. *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. PP 2014/02* <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2380692>

Hall, P. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics* 25(3), 275-296.

Hamza, C., Frangenheim, A., Charles, D. & Miller, S. (2014). *The Role of Cities in Cohesion Policy 2014-2020*. Publications Office of the EU.

Heinelt, H. (2017). *The Role of Cities in the Institutional Framework of the EU*. Publications Office of the EU.

Kemmer, L., & Müller, F. (2013, Αύγουστος). *Diversity as a Resource? Decolonizing urban regeneration programs between*

Berlin-Neukölln and Mexico City. Paper presented at the International RC21 Conference 2013 RT 21.1: Making up cities: urban policy mobilities, assemblages and urban politics in a global age, Resourceful Cities Berlin. <https://paperzz.com/doc/7808304/resourceful-cities-diversity-as-a-resource%3F-laura-kemmer->

Kousis, P. (2020). 'Article 13' in Skouris, V. (ed) *The Treaty of Lisbon: A Commentary*. Athens-Thessaloniki, Sakkoulas Publications, pp. 137-143.

Lambertz, K. H. (2018). *The State of the EU: the View of Regions and Cities*. Directorate for Communication of the European Committee of the Regions.

Naess-Schmidt, S. & Jensen, J. B. (2018). *Subsidiarity and Proportionality in the Single Market: An EU fit for inclusive growth*. Gütersloh, Bertelsmann Stiftung. <http://aei.pitt.edu/102690/>

Nicola, F. (2011). The False Promise of Decentralization in EU Cohesion Policy *Tulane Journal of International and Comparative Law*, 20(1), 65-122. (doi? <https://ssrn.com/abstract=1997358>)

OECD. (2019, May). The EU: A People-Centred Agenda - An International Perspective. <https://www.oecd.org/eu/The-European-Union-a-people-centred-agenda.pdf>

OECD. (2020, 23 July). *OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19): Cities policy responses*. <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/cities-policy-responses-fd1053ff/>

Patel, K.K. (2013). Integration by interpellation: The european capitals of culture and the role of experts in EU cultural policies. *Journal of Common Market Studies*, 51(3), 538-554.

Purkarthofer, E. (2019). Investigating the partnership approach in the EU Urban Agenda from the perspective of soft planning. *European Planning Studies*, 27(1), 86-105.

Rauhut, D. & Humer, A. (2020). EU Cohesion Policy and Spatial Economic Growth: trajectories in economic thought. *European Planning Studies*, 28(11), 2116-2133.

Saputelli, G. (2019, 23 October). EU and Regions relationships between challenges, reactions and initiatives: what's next?, *European Futures*. <https://www.europeanfutures.ed.ac.uk/eu-and-regions-relationships-between-challenges-reactions-and-initiatives-whats-next/>

Saputelli, G. (2020). Regional Differentiation in Europe, between EU Proposals and National Reforms. *European Journal of Law Reform*, 22(3), 303-329.

Saputelli, G. (2021, 6 July). Lessons to learn from the EU and its cities during the pandemic, *Policy Options*. <https://policyoptions.irpp.org/magazines/july-2021/lessons-to-learn-from-the-eu-and-its-cities-during-the-pandemic/>

Sielker, F., Rauhut, D. & Humer, A. (2021). EU Cohesion Policy and European spatial governance: an introduction to territorial, economic and social challenges in Rauhut, D., Sielker, F. & Humer, A. (Eds.). *EU Cohesion Policy and Spatial Governance*, 1-16. <http://dx.doi.org/10.4337/9781839103582.00008>

Tosics, I. (2020, July). *Cities Against The Pandemic*. Foundation for European Progressive Studies, FEPS COVID RESPONSE PAPERS, 6. <https://www.feps-europe.eu/attachments/publications/feps%20covid%20response%20cities%20ivan%20tosics.pdf>.

UNESCO. (2019, 31 October). *UNESCO World Cities Day 2019 Changing the world: innovations and better life for future generations*. https://en.unesco.org/system/files/en_world-cities-day_concept-note.pdf

United Nations. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Urban Intergroup. (2011). *Urban Intergroup at the European Parliament*. <http://urban-intergroup.eu/about-us/>

Van Lierop, C. (2021, January). Members' Research Service, PE 679.065. European Parliamentary Research Service. (?syndesmos)

Wassenberg, B. (2020). The History of the Committee of the Regions: 25 years of cities and regions furthering European integration. *European Committee of the Regions Publications*.

White, B. (2021). City-based inclusion networks in a post-multicultural world: the intercultural cities programme of the council of Europe. *Local Government Studies*, 1-21.

Wood, P., Landry, C. & Bloomfield, J. (2006, May). *The Intercultural City- making the most of Diversity*. COMEDIA.

<http://charleslandry.com/panel/wp-content/uploads/downloads/2013/04/The-Intercultural-City.pdf>

Wood, P., & Landry, C. (2008). *The intercultural city: Planning for diversity advantage*. Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9781849773089>

Yanaze, M. H. & Chibas Ortiz, F. (2020). Introduction in Yanaze, M. H. & Ortiz, F. C. (Eds.). *From Smart Cities to Mil Cities: Metrics Inspired by UNESCO's Vision, Applications in Education and Training* (pp. 8-11). University of São Paulo,

Zapata-Barrero, R. (2017). The intercultural turn in Europe: process of policy paradigm change and formation. *The promise and challenge of intercultural dialogue: from theory to policy and practice*, 169-193.

Zimmerman, K. & Atkinson, R. (2021). *Urban Policy in European Cohesion Policy* in Rauhut, D., Sielker, F. & Humer, A. (eds) *EU Cohesion Policy and Spatial Governance*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 83-97.

Barreiras Culturais à Comunicação na transformação dos campi da Universidade Autônoma de Barcelona e da Universidade de São Paulo em Cidades Universitárias MIL

Felipe Chibás Ortiz ⁷⁵

Santiago Tejedor ⁷⁶

Karin Milani Zottis ⁷⁷

Introdução

Este artigo apresenta a comparação entre dados de pesquisas sobre Barreiras Culturais à Comunicação (BCC) com alunos de algumas faculdades nos Campus da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil e da Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, Barcelona, Espanha, considerando a possibilidade de constituir projetos piloto de Cidades Universitárias MIL (*Media and Information Literacy*) em ambos os Campi Universitários.

⁷⁵ Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

⁷⁶ Profesor y director del Departamento de Periodismo y Ciencias de la Comunicación de la Universidad Autónoma de Barcelona (España) santiago.tejedor@uab.cat

⁷⁷ Vice-President BPW Bento Gonçalves - RS; Coordinator National Education Committee - BPW Brazil; member of the research groups Toth CRIARCOM-ECA-USP and of the IEPP - Institute for Teaching and Research in Psychotherapy; member of the UNESCO MIL Alliance Latin America and Caribbean Committee; Coordinator of the Brazil Chapter of UNESCO MIL Alliance. karinmzt@yahoo.com.br

Foi realizada no Campus da USP - Universidade de São Paulo, Brasil, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, uma pesquisa sobre Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade, na perspectiva das Cidades MIL (*Media and Information Literacy* - Informação Midiática e Informacional), defendida pela UNESCO, considerando a possibilidade de pensar em Cidade MIL num contexto menor, numa experiência piloto, em Cidade Universitária, visando a consolidação de uma postura cidadã nesse espaço e de ajudar numa melhor gestão do espaço acadêmico, de forma inclusiva, ecológica e sustentável. Esta pesquisa já foi realizada em mais de 11 países através do GAPMIL-UNESCO.

Por sua vez, a UAB - Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha, desenvolve o projeto "*Planeta UAB: El viaje al otro - Iguales en las diferencias*", com as faculdades de Ciências da Comunicação, Veterinária e Direito, tendo como objetivo gerar consciência crítica na comunidade universitária. Planeta UAB organiza atividades e ações de sensibilização que partem da concepção do campus como um "planeta", para tratar temas de grande envergadura, como cultura de paz, sustentabilidade, meio ambiente, interculturalidade, trocas e transformação.

A fim de contextualizar melhor as universidades USP e UAB, consideramos alguns dos *rankings* universitários. O Brasil é o país com o maior número de universidades que compõem a edição 2021 do *ranking* latino-americano do *Times Higher Education* (*THE*) (2021), onde a Universidade de São Paulo aparece em primeiro lugar em cinco *rankings* consultados. Nas listas gerais, a

USP é a única faculdade brasileira nas colocações entre 100^a e 150^a. Entre as demais universidades do top 10 *THE*, sete são brasileiras, a começar pela USP e outro aspecto que se destaca é que a maioria das universidades brasileiras listadas no topo do *ranking* é pública.

Nesta edição de 2021, um recorde de 177 universidades de 13 países latino-americanos se classificaram para o *ranking*, sendo que o país mais representado na lista é o Brasil, com 67 universidades, sendo 46 entre as 100 melhores.

A Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) foi considerada a segunda e terceira melhor Universidade da Espanha no *ranking El Mundo e Times Higher Education (THE)*, respectivamente, em 2014/2015.

No *ranking da Academic Ranking of World Universities (ARWU) (2020)* encontramos as duas universidades pesquisadas, sendo que encontram-se próximas na classificação:

- Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil: em 2020: 101 (intervalo 101 - 150);

- Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha: em 2020: 201 (intervalo 201 - 300).

No *Quacquarelli Symonds (QS) World University Rankings (2021)* o Brasil tem duas entre as 10 melhores universidades da América Latina e a USP é uma delas. Com o maior número de universidades entre as mais reconhecidas na América Latina, segundo a última avaliação da QS, o Brasil tem 27 instituições no *ranking* deste ano, 13 a mais que no ano passado.

A UAB encontra-se entre as universidades melhor classificadas na Espanha em 2021/2022, com pontuação 213 no *QS Ranking 2021*.

Na classificação da *World Ranking Universities*, que seleciona as melhores universidades do mundo por país, encontramos a Espanha em 9º lugar e o Brasil em 22º.

A União Europeia tem colocado em prática o *Erasmus*, um projeto revolucionário para o ensino superior dos países membros, através de alianças entre universidades europeias de vários países, visando melhorar radicalmente qualidade e competitividade do ensino superior, com modelos de cooperação para criação da universidade do futuro, permitindo a obtenção de grau acadêmico através da combinação de estudos realizados em vários países da União Europeia.

O Projeto *Erasmus + (European Region Action Scheme for the Mobility of University Students)* (Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários) é o programa da União Europeia de apoio à educação, formação, juventude e desporto na Europa.

Com orçamento estimado em 26,2 bilhões de euros, o programa 2021-2027 enfatiza fortemente a inclusão social, as transições verdes e digitais e a promoção da participação dos jovens na vida democrática. Apoia as prioridades e atividades no Espaço Europeu da Educação, no Plano de Ação para a Educação Digital e na Agenda Europeia de Competências.

O Brasil é um país parceiro e a UAB também participa do Erasmus.

Os valores que orientam este plano europeu de revolução cultural apresentam sinergia com os conceitos de Barreiras Culturais à Comunicação e Alfabetização Midiática e Informacional, apresentados neste artigo.

Nas universidades citadas, no Brasil e na Espanha, foi realizado levantamento das Barreiras Culturais à Comunicação, embora, sem a utilização da mesma nomenclatura na pesquisa e na UAB não foi pesquisado paralelamente sobre Criatividade, como foi na USP. Desta forma, o artigo foca apenas nas Barreiras Culturais à Comunicação.

O objetivo da pesquisa é identificar as Barreiras Culturais à Comunicação existentes em algumas das faculdades nos campi, visando a possibilidade de superá-las para criar melhores condições de criação de uma possível Cidade Universitária MIL nos espaços estudados.

O modelo de Cidade *MIL* pode ser aplicado a diferentes grupos, com diferentes graus de diversidade. Além de cidades grandes, metrópoles ou capitais, pode ser aplicado a pequenas cidades e comunidades, condomínios e campi universitários, onde a implantação pode ser mais rápida, ágil e os efeitos mais facilmente percebidos, conforme Chibás Ortiz e Yanaze (2020).

Nesta perspectiva, é importante qualificar os campi universitários, centros de pesquisa e construção de saber, para apoiarem o desenvolvimento humano nas comunidades, centros maiores e países. Uma universidade que possa capacitar seus integrantes e estes difundirem saberes quanto à alfabetização midiática e informacional torna-se cada vez mais necessária no

contexto atual. A ideia de qualificar os campi universitários passa pelo diagnóstico das Barreiras Culturais à Comunicação, pois após identificá-las será possível buscar condições de interferir para sua superação, em nome de melhor e maior convívio humano na diversidade que ali se apresenta.

Wüsten (1998) a bastante tempo afirmava que as universidades fazem a diferença nos locais onde se localizam e Baumgartner (2015) reforça que percebe-se transformações significativas nas cidades onde estão inseridas, face a grande circulação de pessoas, de variadas culturas e pensamentos, que rompem padrões, facilitando acesso às novidades, estimulando a criatividade local. Segundo Claval (1998,) em cidades médias e pequenas as universidades podem integrar estratégias de desenvolvimento urbano e até regional, melhorando padrões educacionais, qualificando para o trabalho e desenvolvimento tecnológico e cultural. Cassiolato (1999) complementa que a produção do conhecimento conecta o sistema educacional, universidades, empresas e políticas de informação e Baumgartner (2015) acrescenta que universidades, além de contribuírem para o desenvolvimento educacional/cultural, constituem grandes agentes econômicos e políticos, participando ativamente na produção do espaço urbano. Assim sendo, entende-se as razões de trabalhar para torná-las Cidades *MIL*.

Fundamentação Teórica

O tema Cidades *MIL*, como nova tendência do *MIL - Media and Information Literacy*, foi levantado juntamente com o das

Barreiras Culturais à Comunicação, pois não há como construir uma cidade, bairro ou comunidade *MIL* sem ética e com muitas barreiras culturais, conforme Chibás Ortiz (2020).

O desenvolvimento da sociedade da informação criou a noção de **alfabetização informacional** em meados dos anos 1970, termo usado pela primeira vez em 1974, por Paul Zurovski, chefe da indústria da informação americana, que definiu alfabetização informacional como o uso da informação no contexto de resolução de problemas, conforme nos conta Bawden (2001).

A definição mais usada, porém, é de 1989, definindo a literacia da informação como a capacidade de encontrar, avaliar, transferir de forma eficiente e usando as informações disponíveis em ampla variedade de meios de comunicação, em ambiente de informações cada vez mais complexo. Esta noção inclui e amplia as de informação e alfabetização digital nela contidas e aborda o uso bem-sucedido de serviços e ferramentas disponíveis em tecnologias de informação e comunicação, como informa a American Library Association (ALA, 1989).

Webber e Johnston (2000) trazem definição ainda mais ampla de alfabetização informacional, abordando a aquisição do comportamento informativo adequado para obter a informação satisfatória para a necessidade, independentemente do meio, envolvendo consciência crítica sobre uso sábio e ético da informação. Eles viam a alfabetização informacional não como conhecimentos de biblioteca ou informática, mas como resposta

ao desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade da informação.

A alfabetização informacional constitui-se base do desenvolvimento da sociedade moderna, importante para a alfabetização humana em geral, pois uma pessoa alfabetizada em informação saberá como aprender, de que forma determinado conhecimento foi organizado, como encontrar a informação que necessita e como processar e utilizar uma informação para que outras pessoas aprendam com ela (Nadrljanski, 2006 como citado em Cvetković, 2018, p.).

A noção de **alfabetização midiática**, conforme Aufderheide (1992), foi definida na *National Leadership Conference on Media Literacy, 1992*, como “a capacidade de abordar, analisar, avaliar e enviar mensagens pela mídia”. Em 2007, foi introduzida pela Comissão Europeia a noção de literacia mediática como importante forma de educação, atualmente já percebida como necessidade do homem moderno.

É um conceito complexo e existem inúmeras definições, porém, a mais usada é a capacidade de acessar, analisar, avaliar e produzir uma mensagem em várias formas de comunicação (Rašević, 2014 como citado em Cvetković, 2018, p.). Cvetković (2018) comenta duas posições, a de autores que entendem a alfabetização midiática como a capacidade de consumir informações recebidas através da mídia de massa (TV, rádio, jornais, etc.) e pensar criticamente sobre elas e a da maioria dos autores, que consideram alfabetização midiática a capacidade de usar a mídia tradicional e também as novas mídias digitais.

Para a UNESCO estas questões são extremamente relevantes, sendo que, entre outras ações, promoveu o Programa Informação para Todos - IFAP (2001), enfatizando a importância e incentivando o desenvolvimento da alfabetização informacional.

O sonho da UNESCO levar a alfabetização de mídia e informação ao mundo, surgiu com a Declaração de *Grunwald* sobre Educação para a Mídia, em 1982, enquanto a estrutura das Cidades MIL foi lançada em 2018, como junção dos conceitos de MIL, de Cidades Inteligentes e Cidades do Conhecimento, constituindo uma evolução destes dois últimos. A adoção da estrutura MIL Cities engloba, na verdade, cidades resilientes, inteligentes, saudáveis, criativas e inovadoras, entre outras (Grizzle, 2019 apud Chibás Ortiz, 2020, p.).

Conforme Chibás Ortiz(2020), o conceito de Cidade MIL inclui ações em espaços físicos e digitais, com atores tradicionais da educação formal, o que inclui universidades, instituições públicas e privadas, de mídia, artistas, entre outros, difundindo a utilização ética, ecológica, sustentável e respeitosa das diversidades, como também diz Romano (2020). Em suma, as cidades da AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) utilizam novas tecnologias sem abandonar as antigas, mas baseadas no desenvolvimento humano sustentável de todas as camadas sociais, de forma ética, inclusiva, participativa e cívica, não considerando apenas o crescimento financeiro e tecnológico.

Desde 2018 a UNESCO se propôs a desenvolver espaços urbanos com ou sem tecnologia, em condições de garantir um desenvolvimento mais humano, sustentável, diverso e

participativo, com a colaboração de *startups*, empresas, ONGs, projetos socioculturais, agências de marketing e minorias, bem como governos, universidades, escolas, bibliotecas e educadores, em parceria com as redes relacionadas à *MIL*, como menciona Chibás Ortiz (2020).

Neste contexto, a literacia midiática e informacional torna-se relevante, considerando que as novas tecnologias e mídias interligam o mundo, exigindo o desenvolvimento de novas competências de comunicação e proporcionando oportunidades de trabalho, pesquisa e estudo em redes colaborativas.

A Alfabetização de Mídia e Informação tem seu foco no cidadão, buscando promover um conjunto de habilidades para pesquisar, avaliar e usar criticamente a informação, bem como, contribuir com sabedoria para melhoria da informação e conteúdo da mídia. O cidadão precisa ter conhecimento sobre os direitos do universo online, compreender como combater o ódio online e o *cyberbullying*, as questões éticas ligadas ao acesso e uso da informação e interagir com meios de comunicação e TICs em prol da igualdade, liberdade de expressão e diálogo intercultural (UNESCO, 2018).

Como bem coloca Wilson (2012), alfabetização midiática e informacional também envolve conscientização sobre o direito de acesso à informação e importância do uso ético de tecnologias de informação. A tecnologia permite diálogo intercultural da 'aldeia global', cidadania global com o uso responsável da mídia e tecnologia, evoluindo da autonomia crítica à solidariedade crítica.

Entende-se impossível separar a definição de alfabetização midiática do conceito da alfabetização informacional, pois a informação (conteúdo de mídia) e a mídia (tecnológica, com sistemas baseados em comunicação de informação) são inseparáveis e mutuamente influenciadas (Turčilo, 2015 como citado em Cvetković, 2018, p.).

A alfabetização midiática, no entanto, não pode ser tratada como uma panaceia, como lembram Bulger e Davison (2018). Tradicionalmente é concebida como um processo ou conjunto de competências baseado no pensamento crítico, desenvolvendo-se entre proteção e participação. Os programas de educação para a mídia também encontram desafios, como falta de dados de avaliação abrangentes. Pesquisas mostram que os esforços podem ter pouco ou nenhum impacto para certos materiais ou produzir condições prejudiciais de excesso de confiança.

Zollmann (2017) observa que estudos contemporâneos de comunicação, mídia e jornalismo negligenciaram avaliar criticamente o papel da mídia de notícias na produção e distribuição de propaganda, sendo que poucos são os que se dedicam à elaboração de uma compreensão sistemática das múltiplas técnicas de propaganda atualmente aplicadas.

Além destas dificuldades, a aceitação da diversidade e o direito de todos à cidadania se mostram como problemas a serem geridos na atualidade e no contexto das cidades. Como lembra Chibás Ortiz(2020), um dos principais desafios das cidades de hoje é superar barreiras culturais na comunicação e integrar o universo on-line ao real.

Maricato (2019) nos conta que a necessidade sentida pela população de repensar as cidades tem inspirado a formação de movimentos para debate e formulação de projetos a médio e longo prazos. Sendo as cidades fundamentais como instância participativa na democracia, cidades divididas, inseguras, insustentáveis, não interessam à maioria, mas sim, cidades cooperativas, solidárias, diversas, humanas, pacíficas e criativas, embora sua construção seja tarefa para muitas gerações.

Considerando o que é importante para a constituição de uma cidade melhor, percebeu-se, recentemente, que esses aspectos também podem ser interessantes e significativos para outros espaços, menos amplos, de convivência urbana, como grandes condomínios, bairros e campi universitários. Os princípios e estrutura das Cidades *MIL* também podem ser aplicados no espaço físico de cidades universitárias - Cidades Universitárias *MIL*, que apresentam padrões semelhantes aos centros das cidades.

Para a constituição de uma Cidade *MIL* inspirada na estrutura da UNESCO, Chibás Ortiz (2020) propõe 13 indicadores de análise adequáveis às cidades universitárias. A cada um destes indicadores correspondem várias métricas, totalizando 160. Os indicadores considerados são:

- 1) Governança da Câmara Municipal ou Prefeitura, instituições públicas e cidadãos;
- 2) Planejamento urbano, vias, modos, meios de transporte priorizados e mobilidade;
- 3) Bibliotecas;
- 4) Saúde;
- 5) Cultura, patrimônio, arte, esporte, espiritualidade, diversidade religiosa, lazer e turismo;
- 6)

Educação; 7) Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais; 8) Agências de mídia, comunicação e marketing;

9) Inteligência artificial, startups e canais digitais; 10) Segurança cidadã; 11) Meio ambiente e sustentabilidade; 12) Jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+ e outros grupos vulneráveis; 13) Métricas gerais de integração.

A avaliação e promoção destes indicadores através de métricas específicas levarão à constituição de Cidade Universitária *MIL*, o que também pode ocorrer com bairros e cidades. O respeito a todas as diversidades deve ser buscado para alcançar as condições necessárias a uma cidade *MIL*. Facilitando ações nesse sentido, significativa é a análise das 20 Barreiras Culturais à Comunicação (Chibás Ortiz, 2017), importante conceito a embasar esta pesquisa, revelando muitos e diferentes vieses da comunicação, inclusive negativos, influenciando na participação social, no tranquilo exercício da cidadania e na constituição de uma Cidade Universitária *MIL*.

As 20 modalidades das Barreiras à Comunicação, culturalmente construídas, apresentam dois polos, como forte/fraco ou explícito/implícito, encontrando-se entre eles diversos graus. Neste espectro ocorrem diversas dificuldades na comunicação, que podem ser geradoras de conflitos entre os envolvidos, podendo levar a desfechos injustos e indesejados.

As Barreiras Culturais à Comunicação assumem diferentes modalidades:

1) Etnocentrismo: valorização extrema da origem, país, estado / não valorização;

2) Individualismo/coletivismo: valorização extrema do pensamento e bem-estar individuais / valorização do pensamento e bem-estar coletivos;

3) Distância hierárquica: valorização excessiva dos cargos e hierarquia organizacional / não valorização;

4) Controle de incertezas: tendência a planejar e tentar controlar fatos e incertezas / aceitação dos fatos com tranquilidade;

5) Sexismo: tendência a valorizar mais a masculinidade em detrimento da feminilidade ou vice-versa; preconceito com homossexuais;

6) Sensualismo: explícita ou implícita valorização de um belo corpo / não valorização do mesmo.

7) Religiocentrismo: tendência a perceber apenas a própria religião como certa e as demais erradas / aceitação da religião dos outros;

8) Internalidade / externalidade: perceber a causa do sucesso ou insucesso como interna / perceber que esta causa é externa ou está nos outros;

9) Urbano / rural: entendimento da origem urbana superior à rural ou vice-versa;

10) Relação distorcida com a ética: respeito rígido pelas regras / desrespeito a elas;

11) Supervalorizar / não valorizar a idade: ter mais idade é melhor que ter menos ou vice-versa;

12) Estilos de comunicação autocráticos ou laissez-faire: tendência a tomar todas as decisões autoritariamente / deixar a equipe fazer e decidir, sem interferência do líder;

13) Imediato / mediato: querer resultados imediatamente / aceitá-los a longo prazo;

14) Barreiras Tecnológicas: obstáculo psicológico dificultando/impedindo aprendizado e uso adequado da tecnologia, embora exista acesso a ela;

15) Tendência Ecológica / não ecológica: capacidade / dificuldade de pessoas e entidades usarem responsavelmente recursos naturais locais;

16) Rejeição a deficientes físicos: forte resistência em admitir profissional e socialmente, pessoas com alguma deficiência física;

17) Posturas jurídicas diferentes: envolve os aspectos culturais da regulamentação jurídica e condições legais, que devem ser respeitadas;

18) *Bullying*: atos de violência física/psicológica, geralmente acompanhados de escárnio, praticados intencional e repetitivamente por indivíduo/grupo, causando dor e angústia, executados numa relação desigual de poder;

19) Barreira Financeira ou Tendência à Valorização Financeira versus Desvalorização dos Pobres: discriminações, ganhos ou expectativas a respeito da condição financeira, levando aos mais abastados, maiores vantagens que aos economicamente desfavorecidos;

20) Barreira do Idioma: discriminação de quem não domine o idioma no meio de convivência. Percebe-se quanto estas

situações podem interferir no comportamento humano, inclusive nos campi universitários, valorizando ou humilhando acadêmicos, professores, funcionários e na repercussão que podem ter em todos os graus de variação entre os extremos. A forma como estes aspectos são vivenciados pode beneficiar ou não a vida nos campi e inclusive a própria aprendizagem, o que justifica a preocupação em saber mais a respeito deles, como no caso desta pesquisa.

Lembramos um aspecto que tem afinidade com as BCC, abordado por Hedler et al. (2015), de que o sucesso na criação, disseminação e compartilhamento de informações não depende somente da existência de sistemas tecnológicos de informação, mas sobretudo da percepção e valores dos indivíduos envolvidos na comunicação, que merecem atenção, mesmo sendo difíceis de monitorar.

Lembrando que as barreiras à comunicação dependem do individual e do coletivo, como já enunciava Penteado (1980), o ambiente cultural de um campus universitário suscita muitas reflexões a respeito e ainda mais quando se pensa em relações entre universidades de diferentes países e continentes, como neste caso.

Se considerarmos que a comunicação e a alfabetização midiática e informacional são as principais bandeiras de uma Cidade MIL, partindo do conceito de MIL, promovendo na população a capacidade de usar crítica e eticamente a informação, encontramos talvez a maior barreira à comunicação, atualmente, que é a disseminação de notícias falsas.

Carvalho (2020) denuncia o jogo de forças que se estabelece entre incentivos econômicos e interesses políticos e incentivos provenientes da reputação e da regulação estatal. A produção de notícias estruturadas neste jogo de forças sofre um desequilíbrio nas redes sociais, pela difusão generalizada de notícias falsas, levando à deterioração do espaço público virtual e real, impactando mundialmente a sociedade.

Tamanha a seriedade destas novas barreiras, tratadas pela expressão em inglês, *fake news*, que medidas governamentais e de tantas outras organizações tem sido implementadas em todo o mundo. Apresentamos alguns exemplos dos contextos sociais das universidades pesquisadas, no Brasil e na Espanha.

Em 2016, a Comissão Europeia criou um grupo de peritos de alto nível em finanças sustentáveis, o *High-Level Expert Group on sustainable finance (HLEG)*, para aconselhar sobre iniciativas políticas para combate à divulgação de notícias falsas e desinformação online. O relatório apresentado define desinformação como fenômeno que vai muito além de meras notícias falsas, que na verdade são desagradáveis, imprecisas ou enganosas, elaboradas intencionalmente, visando dano público ou retorno financeiro. Desinformação e mídia digital se entrelaçam pelo uso manipulativo de infraestruturas de comunicação para produzir, circular e amplificar desinformação em maior escala que antes, de maneiras novas e ainda mal compreendidas.

A comunicação em massa por cidadãos na era digital foi anunciada como importante meio de oposição à propaganda da

elite, porém, seguimos encontrando desinformação, manipulação, agressão e hostilidade. A propaganda, por exemplo, segundo Sparkes-Vian (2018), deveria ser melhor compreendida, pois com evolução de técnicas e mecanismos, veicula facilmente a propagação de ideias e ações questionáveis, à qual podemos justapor a contrapropaganda. Vemos que os problemas não desaparecem neste contexto tão tecnológico, transformam-se e seguimos com barreiras a superar.

Voltando à análise comparativa entre os campi da USP e UAB, entende-se que conforme Matthes (1992) a experiência da alteridade é um aspecto importante, pois o outro, diferente, não é apenas uma medida de comparação, pelo contrário, o familiar e o estranho se encontram numa relação de referência mútua, conforme Weller (2017).

A questão do outro, das relações interculturais, ocupa lugar central nas ciências sociais e projetos internacionais de cooperação, fundamentados em analogia e comparação, inerentes à vida humana, conforme Souza e Batista (2017). As diferentes soluções que outros países/povos encontram para seus problemas, sempre auxiliaram no desenvolvimento. A relação com o outro é consensual para a definição, propósito e métodos da Educação Comparada, "usar a experiência do outro como um espelho analítico adicional". Tal modelo favorece melhor distanciamento analítico do contexto, objeto e questões relativas a determinada realidade ou problema, facilitando compreensão e intervenções.

Buscando sempre o progresso da ciência, da educação e a expansão universitária, também encontramos o movimento de Internacionalização Universitária, considerado e realizado progressivamente pelas universidades, que segundo a descrição de Knight (2004), é um processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos e funções da educação superior, visando alcance ou aprimoramento de objetivos socioculturais, políticos, acadêmicos, econômicos, mercadológicos, entre outros, suscitando muita reflexão e apresentando muitas dificuldades a superar. Conforme Maringe et al. (2013), com a Internacionalização as universidades podem promover quatro tipos de valores importantes: estratégico e simbólico; criação de conhecimento (capital social e intelectual); integração cultural e de mercado global.

Se as Cidades Universitárias se apresentarem com menos barreiras à comunicação e à diversidade, esses processos também serão facilitados, onde quer que venham a acontecer, o que constitui outro motivo para a identificação e abordagem das BCC nos campi.

Outra questão abordada por Kosztyán et al. (2021) diz respeito às avaliações das universidades, que ainda se concentram apenas nas propriedades (características) das universidades, deixando de analisar suas relações de rede, como podem estabelecer as universidades de São Paulo e Barcelona, visando estabelecer campi *MIL* ou as associações em rede entre as universidades, como no caso da Associação Internacional de Universidades (IAU), vinculada à UNESCO e da qual a USP é um

dos membros. A união para fortalecimento tem acontecido muito entre as universidades.

Um exemplo de caso no Brasil, que busca ainda maior evolução a partir de resultados muito bons já alcançados é o da FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba, relatado por Romano (2020). Tendo como pilares inovação, empreendedorismo, internacionalização e sustentabilidade, com diretrizes de flexibilidade, vivência digital, ecossistema de inovação, experiência em desafios, além de infraestrutura de ponta, destaca-se no cenário do ensino superior. Está alinhada aos ODS da ONU e pretende transformar seu campus em Cidade Universitária MIL. Os vários núcleos e laboratórios, desenvolvendo aprendizagens significativas pela integração teoria e prática aplicadas ao mercado, vem motivando estudantes e levando a instituição a maiores inovações e avanços.

Metodologia e Caracterização da Amostra

A USP - Universidade de São Paulo, Brasil, das mais conceituadas universidades públicas brasileiras, teve realizada em seu campus uma pesquisa sobre Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade, na perspectiva das Cidades MIL (*Media and Information Literacy* - Informação Midiática e Informacional), considerando a possibilidade de se pensar em Cidade MIL num contexto menor, numa experiência piloto, em Cidade Universitária.

Os participantes da pesquisa no campus da USP, Brasil, integram a FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, a maior unidade de ensino da USP, distribuída em seis prédios na capital paulista. Organizada em 11 departamentos, com 27 programas de pós-graduação, dezenas de centros, núcleos e laboratórios e uma comunidade de mais de 15 mil pessoas, oferece cinco cursos de graduação: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras, contando atualmente com 11.871 alunos e acolhendo 1.669 novos alunos por ano. Com 85 anos de história é considerada o principal centro de estudos em humanidades do Brasil e tem por objetivo atender integralmente à tripla vocação: ensino, pesquisa e extensão.

No período entre setembro e novembro de 2020, 204 acadêmicos responderam ao questionário on-line. Participaram da pesquisa acadêmicos na faixa dos 18 aos 51 anos. Entre os participantes, 58,4% são mulheres e 41,6% são homens.

A UAB - Universidade Autônoma de Barcelona é uma universidade pública líder e um centro de referência na Espanha e na União Europeia. Pioneira na implementação de diversos planos de ação focados no aumento da sustentabilidade e medidas ecológicas no campus, desenvolve projeto intitulado "*Planeta UAB: El viaje al otro - Iguales en las diferencias*" - "*Planeta UAB: a viagem ao outro - iguais nas diferenças*", conjuntamente com as faculdades de Ciências da Comunicação, Veterinária e Direito, tendo como objetivo gerar consciência crítica na comunidade universitária. Planeta UAB organiza uma série de ações de sensibilização que partem da concepção do Campus como um "planeta", para tratar temas de grande envergadura, como cultura

de paz, sustentabilidade, meio ambiente, interculturalidade, trocas e transformação.

O projeto parte da necessidade de promover um espaço para reflexão e debate interdisciplinar entre as faculdades, que permita aos professores, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas temáticas participarem com diferentes pontos de vista, de iniciativas conjuntas de desenvolvimento de atividades e projetos pela melhoria da universidade.

O campus da UAB conta com mais de 40.000 pessoas das mais variadas origens, mais de 50 nacionalidades, culturas e idiossincrasias, constitui-se um espaço com uma mistura rica e estimulante, uma grande oportunidade para reflexão, debate e desenvolvimento de ações para combate a preconceito, exclusão, desigualdades, degradação ambiental e discriminação em todas as suas dimensões.

Os dados da pesquisa na Espanha derivam de uma investigação em que participaram estudantes da Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, dos cursos de Comunicação das Organizações, Tecnologia de Alimentos, Direito, além dos estudantes do Mestrado em Jornalismo de Viagens, Comunicação e Educação. Responderam ao questionário 221 acadêmicos destas faculdades da UAB, no período entre novembro de 2020 e maio de 2021.

A maioria dos que responderam à pesquisa estão na faixa dos 18 aos 65 anos (94,6% tem entre 18 e 25 anos, 4,1% tem entre 26 e 35 anos). O restante das idades equivale a menos de 2% das respostas. Dos participantes, 64,7% são mulheres e 35,3%

homens. Entre todos destacam-se os alunos das Faculdades de Ciências da Comunicação e de Direito.

Em ambas as universidades, no Brasil e na Espanha, foi utilizado o método qualiquantitativo e indutivo e o inventário das 20 Barreiras Culturais à Comunicação, recomendado pela UNESCO, embora sem usarem a mesma nomenclatura na pesquisa, o que não impediu de relacionar os dados levantados e as barreiras pesquisadas, baseado em Pesquisa Comparada.

Como aponta Carvalho (2013), a metodologia comparada é um rico instrumento analítico dos sistemas educativos, pois auxilia na identificação de semelhanças e diferenças, amplia o campo de análise e compreensão da realidade nacional em relação a outros países, contribuindo especialmente no campo de políticas públicas. Assim, alarga o campo de visão sobre os efeitos da globalização na reformulação dos sistemas educativos em diferentes países, indicando o que é comum, além de alternativas para possível padronização internacional das políticas públicas para a educação.

Lima e Afonso (2002) comentam que apesar das diferenças políticas, culturais e econômicas de cada Estado-nação, encontra-se uma relativa sintonia das reformas, semelhanças entre alguns eixos estruturantes e estratégias adotadas. Isso tem mostrado que a globalização, por um processo de regulação transnacional, tem promovido crescente integração ou interdependência econômica mundial. Gradualmente, como considera Ball (2001), em lugar de políticas específicas, ocorre uma convergência de políticas ou de paradigmas, uma invocação de políticas com base em princípios,

tecnologias e mecanismos operacionais comuns e efeitos semelhantes.

Bereday (1968) percebe o estudo comparado não como um simples método, mas como uma ciência para distinguir semelhanças e diferenças entre sistemas educacionais.

Esse movimento da história da educação comparada, conforme Silva (2016), nos coloca diante de procedimentos de pesquisa marcados pela identificação e análise de questões educativas geograficamente definidas, mas marcadas por elementos de certos mercados simbólicos, que transcendem limites geográficos.

Observou-se, também, que na UAB não houve pesquisa paralela sobre Criatividade, como foi feito na USP, embora não apresentado neste artigo, para poder focar na comparação.

Resultados

Apresentam-se comparativamente em tabelas os resultados encontrados nas pesquisas realizadas nos dois campi, da USP e da UAB. No Quadro 1, Comparativo Relacionando Temas das Questões Apresentadas nas Pesquisas e na Tabela 2, Comparativo das BCC Identificadas.

Quadro 1 - *Comparativo Relacionando Temas das Questões Apresentadas nas Pesquisas USP / UAB*

Atributos ou Indicadores - USP Barreiras Culturais à Comunicação	Brasil	Atributos ou Indicadores Espanha - UAB Planeta UAB: A viagem ao outro Iguais nas diferenças
1. Etnocentrismo		2. Origem dos estudantes
2. Coletivismo / individualismo		1. Como definem a alteridade 3. A importância do trabalho em grupo INDIVIDUALISMO
3. Distância hierárquica		4. Relação entre aluno e professor
4. Controle de incertezas		5. Planificação e desempenho no trabalho
5. Sexismo		6. Aprendizagem ligada a gênero e beleza
6. Sensualismo		
7. Religiocentrismo		7. Falemos de religiões
8. Internalidade / externalidade		8. Reconhecemos nossos erros e acertos INTERNETNALIDADE
9. Urbano / rural		9. Influência do meio urbano na aprendizagem
10. Relação distorcida com a ética		10. Civismo no campus
11. Supervalorizar ou não a idade		11. Contraste geracional alunos/professores
12. Estilo de comunicação autocrático		12. Liderança
13. Imediato / mediato		13. Exigências e resultados dos estudos IMEDIATISMO
14. Barreira tecnológica		14. Tecnologia: ferramenta para o estudo
15. Barreira ecológica		15. O uso de recursos naturais
16. Barreira com deficientes		16. Deficiências físicas ou de outro tipo
17. Barreira jurídica		17. Regras e direitos da educação
18. <i>Bullying</i>		18. Combater o <i>bullying</i> , uma prioridade
19. Barreira financeira		19. A educação, meio para ascender de classe social
20. Barreira do Idioma		20. O idioma: barreira ou oportunidade?

Fonte: arquivo dos autores.

Considerando as Barreiras Culturais à Comunicação, é possível ver no Quadro 1 que a relação não é biunívoca em todas elas, mas em sua maioria. Temos a Barreira do Individualismo na USP abordada em duas questões da UAB (nºs 1 e 3) e duas barreiras na USP, as Barreiras do Sexismo e Sensualismo, condensadas em uma única questão da UAB (nº 6).

Observa-se, também, que a sequência do questionamento das Barreiras Culturais à Comunicação não é rigorosamente a mesma nos questionários dos dois campi, mas assim mesmo existe correspondência entre elas (USP questão 1 / UAB questão 2), inclusive na mesma situação descrita no parágrafo acima (USP questão 2 / UAB questões 1 e 3; USP questões 5 e 6 / UAB questão 6).

É possível visualizar, no Quadro 2, que foram encontradas oito BCC comuns, a saber: Individualismo, Controle de Incertezas, Religiocentrismo, Internalidade, Idade, *Bullying*, Financeira e Idioma. Estas também foram as oito BCC encontradas no campus da USP. Além destas, apresentaram-se apenas na UAB, as BCC: Distância Hierárquica, Urbano/Rural, Liderança e Imediatismo. Assim, encontramos na USP oito BCC e na UAB 12, o que permite entender que a UAB tem quatro Barreiras a mais do que a USP para superar.

A seguir, apresenta-se o comparativo USP - UAB, considerando as faculdades em que foram aplicados os questionários de pesquisa, de acordo com o apresentado na Tabela 1, enumerado conforme a primeira coluna, das BCC/USP.

1. No Brasil, sobre a Barreira do Etnocentrismo, que na Espanha corresponde à questão 2, referente a origem dos estudantes, 78 % dos inquiridos na USP não consideram que alunos de famílias de origem europeia tenham melhor desempenho escolar que os de famílias de outras origens; número muito próximo do obtido na Espanha, 76,5%, para a mesma questão. Entre os que responderam à pesquisa no Brasil, 86% não sentem nenhum tipo de desconforto em relação aos alunos oriundos de outros bairros ou municípios, assim como, 98,2% entre os questionados na Espanha também não.

Nesta pesquisa nos campi da UAB e USP não foi percebida a Barreira do Etnocentrismo e os dados da UAB parecem indicar maior abertura em relação a pessoas de outros lugares, contrariamente ao que se costuma ouvir sobre eurocentrismo.

2. Na pesquisa da USP, a segunda questão, referente à Barreira Individualismo / Coletivismo, corresponde ao que investigou a UAB nas questões 1 e 3. Na questão 1, sobre como cada pessoa definia a alteridade. Entre os estudantes da USP, existe uma tendência levemente maior pelo Individualismo 62%, em relação ao Coletivismo 58%. Entre os estudantes da UAB, 23% desconheciam o termo "alteridade" e 12,6% deram uma definição errônea. No entanto, 64,4% definiram corretamente o conceito.

Percebe-se na USP a Barreira do Individualismo, embora haja um equilíbrio entre individualismo e coletivismo, com uma tendência maior ao individualismo, enquanto os percentuais das respostas da UAB sugerem que haja mais abertura ao coletivismo,

pela compreensão do termo e conceito de "alteridade", embora não haja clareza a este respeito.

Ainda referente à Barreira Individualismo / Coletivismo, que corresponde também à questão 3 da UAB, sobre a importância do trabalho em grupo na Espanha, temos na UAB 83,7% que o consideram uma ferramenta de avaliação importante, enquanto na USP, a preferência pelo coletivismo nesses trabalhos é de 58%. Na universidade paulista percebe-se uma preferência um pouco maior pela individualidade, 62% para a solicitação dos trabalhos acadêmicos, enquanto na Universidade de Barcelona 51,6% falam sobre um encorajamento de trabalhos individuais.

Embora haja reconhecimento da importância dos trabalhos em grupo, encontramos nos dois campi a Barreira do Individualismo, sendo que na UAB existe uma tendência maior ao Coletivismo em relação à USP. A tendência maior ao Individualismo na USP, em relação a UAB, já se encontra ilustrada na questão anterior deste comparativo.

3. A respeito da Barreira Hierárquica, correspondente à relação professor-aluno entre os alunos da universidade espanhola, 56,1% dos alunos consultados na UAB consideram que deve existir uma distância entre professor e aluno. Na USP, apenas 16% também acreditam que deva haver distância, 52% pensam que apenas às vezes e 26 % entendem que não deva haver distância entre professor e aluno. Na UAB 77,8% não sentem incômodo se os professores, os superiores ou os alunos não mantêm essa distância, enquanto na USP, 52% dos alunos

consultados também não sentem nenhum incômodo e 32% apenas às vezes.

Na UAB apresenta-se a Barreira Hierárquica, que na USP não é percebida. Estranhamente, contrastando com isso, na UAB não há incômodo quando o distanciamento professor-aluno não ocorre, o que também é percebido na USP.

4.Quanto à Barreira de Controle de Incertezas no campus brasileiro, correspondente ao planejamento e desempenho no trabalho para o campus espanhol, 94,6% dos alunos consultados no campus espanhol dão importância ao planejamento das tarefas e 70,6% dá muita importância. Dos alunos consultados no Brasil, 96% dá muita importância ao planejamento. Além disso, na UAB, 55,7% costumam perceber e lidar com imprevistos que surgem como algo “consideravelmente” negativo no desempenho de seu trabalho, enquanto na USP, 44% não vê maiores problemas na existência de imprevistos.

Nos campi das duas universidades percebe-se a existência em alto grau da Barreira do Controle de Incertezas, sendo que na USP os imprevistos são percebidos com maior tranquilidade, o que pode sugerir maior flexibilidade do que na UAB.

5. Sobre a Barreira do Sexismo, que equivale à indagação sobre desempenho conforme o gênero, no Campus da UAB, 83,3% responderam que não veem nenhuma diferença no desempenho de aprendizagem de meninos e meninas ou de pessoas de diferentes gêneros, enquanto no Campus da USP, 80% responderam que também não veem diferença. Entre os estudantes consultados na Espanha, 85,1% não considera que o

gênero ou sexo do professor faça diferença na aprendizagem dos alunos, enquanto, entre os estudantes consultados no Brasil, 76% também consideram que o sexo ou gênero do professor não interfere na aprendizagem. Não foi identificada Barreira de Sexismo nos campi pesquisados.

6. Considerando a Barreira do Sensualismo, equivalente no campus espanhol ao questionamento sobre a influência da beleza no processo ensino-aprendizagem, temos na USP 54% dos estudantes respondentes que não acreditam na influência da aparência atraente na aprendizagem, 28% apenas às vezes e 8% acreditam que haja interferência. Na UAB 31,2% dos que responderam acreditam que professor (a) ou estudante atraente provoque interferência na aprendizagem e 8,1% responderam que influencia em alta medida a aprendizagem. Na UAB, 71,9% dos estudantes envolvidos não acredita que há algum tipo de tratamento diferenciado no espaço acadêmico quando um (a) aluno (a) é classificado (a) como uma pessoa bonita. No campus brasileiro, 40% também não acredita em tratamento diferenciado por este motivo, 32% entende que às vezes possa acontecer e 22% acredita que haja algum tipo de tratamento diferenciado a quem seja visto como uma pessoa bonita. Nos dois campi considerados, não se identifica Barreira de Sensualismo, embora na USP possa haver uma tendência maior.

7. Falando de Barreira Religiosa, equivalente ao questionamento sobre religiões na Universidade de Barcelona, 33,9% dos alunos participantes dizem que é permitido em "grande" medida que se tratem sobre temas religiosos, enquanto

na Universidade de São Paulo 72% dos participantes não esperam que hajam manifestações religiosas em sala de aula. Na UAB 42,1% consideram não serem conhecedores de outras religiões, em relação a 8% da USP, com 72% afirmando conhecerem outras religiões.

Na USP revela-se muita informação a respeito de religiões, embora não esperem manifestações religiosas em aula. Estas informações parecem contraditórias e suscitam dúvidas, sugerindo a Existência da Barreira Religiosa na USP, que também está subentendida nos dados da UAB.

8. A respeito da Barreira de Internalidade / Externalidade, equivalente na pesquisa espanhola ao reconhecimento dos próprios erros e sucessos, 20% dos universitários brasileiros que participaram da pesquisa não atribui a outros a causa de seus insucessos e 36% o faz somente às vezes, enquanto 76% dos estudantes no campus espanhol não atribui a causa de seus erros a terceiros, como por exemplo, coordenação, família ou políticas. Na USP, 54% dos participantes da pesquisa atribuem seu sucesso acadêmico a si mesmos, enquanto na UAB, 70,1% atribuem a si mesmos as causas de seu desempenho bem-sucedido em sala de aula. Nos dois campi encontramos a prevalência da Barreira da Internalidade.

9. Considerando a Barreira Urbano / Rural, equivalente à influência do entorno urbano na aprendizagem, entre os acadêmicos consultados na UAB, 81% considera que o entorno urbano dos alunos traz benefícios para a aprendizagem, enquanto apenas 20% dos acadêmicos consultados na USP concordam com

isso, 30% entendem que às vezes pode trazer algum benefício e 40% pensam que o meio urbano não traz vantagens à aprendizagem. Entre os alunos na Espanha, 67,9% consideram que a origem urbana influi positivamente na formação profissional e na USP, 31% dos alunos pesquisados pensam que somente às vezes. Na UAB 7,2% dos alunos consultados acredita que a origem urbana influencia positivamente em grau "muito alto", em relação a 26% dos alunos no Brasil que acreditam que a origem urbana influencie muito positivamente. Na UAB revela-se em grau elevado a Barreira de Origem Urbana.

10. A questão sobre a Barreira de Relação Distorcida com a Ética, entendida como civismo no campus espanhol, revelou que 78% dos acadêmicos consultados na USP tendem a cumprir as regras da universidade, mesmo quando discordam pessoalmente delas, enquanto 92,8% dos acadêmicos consultados na UAB também o fazem. Entre os estudantes brasileiros, 90% geralmente são tão respeitosos com as regras e prazos administrativos, quanto pedem que seus colegas também o sejam, sendo que 97,7% dos estudantes consultados na Espanha também. Em ambos os campi consultados percebe-se alto grau de respeito à ética e cumprimento de regras.

11. A Barreira da Idade, que corresponde ao contraste geracional entre alunos e professores na pesquisa espanhola, mostra que na UAB, 76,9% dos participantes da pesquisa acreditam que a idade é um elemento que facilita o relacionamento com seus colegas e professores, sendo que na USP, apenas 46% dos participantes entende assim, contra 54%

que não percebe a idade como elemento facilitador das relações. Entre os estudantes espanhóis, 67% relatam que às vezes sentem que há um contraste geracional entre eles e seus professores, contra 56% dos estudantes brasileiros, que efetivamente percebem o contraste geracional. Nos dois campi pesquisados encontra-se a Barreira da Idade.

12. Investigando a Barreira do Estilo de Comunicação / Liderança, que corresponde à liderança no campus espanhol, 77,4% dos alunos consultados na UAB declararam não liderarem as decisões de seu grupo de amigos, para 30% no campus brasileiro, com 46% declarando que lideram apenas às vezes. Na USP, 48% acreditam que a tomada de decisões deve quase sempre ser conduzida pelo professor, mas com alguma consulta aos alunos e na UAB, 62,9% concordam como mesmo.

É possível supor que na UAB sejam mais liberais quanto à liderança do grupo de amigos do que na USP, que sugere um controle maior. Nos dois campi a tomada de decisão é esperada dos professores, desde que haja consulta aos estudantes, sendo que neste aspecto há uma predominância do percentual na UAB, sugerindo maior controle em relação à tomada de decisão do que na USP.

13. A respeito da Barreira Imediato / Mediato, equivalente a exigências e resultados dos estudos na UAB, 84,2% dos acadêmicos no campus espanhol sentem-se pressionados, diariamente, pela necessidade de acompanhar e atender às demandas de seus estudos; já entre os estudantes da USP, 26% sentem-se assim apenas às vezes e 34% não se sentem

pressionados. Na USP, 36% sentem-se pressionados em “alto grau”, enquanto na UAB, 27,1% sentem-se assim. Além disso, no campus espanhol, 71,9% dos participantes acredita nos resultados do seu trabalho, mesmo que não possa vê-los até o final do ano letivo, enquanto no campus brasileiro são 82%.

Na UAB verifica-se a Barreira do Imediatismo, embora haja noção de que as coisas levam tempo para darem resultados.

14. Sobre a Barreira Tecnológica, pesquisada na Espanha considerando a tecnologia como ferramenta para o estudo, temos 99,1% dos entrevistados no campus espanhol utilizando novas tecnologias em seu trabalho como estudante, sendo 41,6% deles utilizando num grau “muito alto”; enquanto 35% dos entrevistados no campus brasileiro declara que a tecnologia é muito utilizada. Entre os entrevistados no campus espanhol, 82,8% não considera que o uso desta tecnologia atrapalhe as aulas e entre os entrevistados no campus brasileiro, 35% declaram que não atrapalha, outros 35% que é muito utilizada e 30% consideram que é utilizada sem muita segurança. Não se identifica Barreira Tecnológica nos campi pesquisados.

15. Considerando a Barreira Ecológica, equivalente ao uso de recursos naturais, 64% dos estudantes consultados na USP acreditam que fazem uso responsável dos recursos naturais no campus da universidade, enquanto 92,3% dos alunos consultados na UAB pensam o mesmo. Além disso, 64% no campus brasileiro, atuam ou intervêm em sala de aula ou fora dela, para educar seus colegas e professores sobre o uso responsável dos recursos

naturais, enquanto no campus espanhol, 36,7% dos alunos participantes também dizem fazer o mesmo.

Não se identifica a existência de Barreira Ecológica, embora na UAB os estudantes se percebam mais responsáveis em suas ações e menos orientadores, enquanto na USP, orientadores em maior percentual do que responsáveis em seu comportamento.

16. Em relação à Barreira de Deficiência Física, pesquisada no campus espanhol como deficiências físicas ou de outro tipo, 97,3% dos acadêmicos consultados na UAB não sentem nenhum impacto negativo em compartilhar suas aulas com alunos ou professores com deficiência física ou diversidade funcional, enquanto 86% dos acadêmicos brasileiros consultados também não vê como negativo este convívio. Na UAB, 97,3% não desaprova profissionais ou alunos com deficiência física ou outras, que trabalhem em suas universidades, sendo que na USP, temos 94% dos entrevistados que também não desaprovam o trabalho de deficientes na universidade. Ambos os campi não apresentaram Barreira de Deficiência Física.

17. A respeito da Barreira Jurídica, investigada entre os espanhóis como regras e direitos da educação, 85,5% dos estudantes consultados no campus espanhol sente necessidade de que sejam mais regulamentados legalmente os direitos e deveres dos alunos, contra um percentual de 30% pensando assim entre os estudantes consultados no Brasil e 34% deles não vendo necessidade de maior regulamentação. Na UAB, 82,4% dos entrevistados reconhece que a atual legislação espanhola para a educação é burocrática e dificulta o ensino e o trabalho para

alunos e professores. Na USP, apenas 28% dos entrevistados concordam com isso, 40% percebe assim apenas às vezes e 26% não concordam. Na UAB manifesta-se a Barreira Jurídica, que não é identificada na USP.

18. Sobre o combate ao *bullying* ser uma prioridade, como na Barreira do *Bullying*, 99,5% dos alunos consultados no campus espanhol acreditam que os professores devem investir na prevenção do *bullying* e 71,9% deles acreditam que é necessário fazê-lo em grau "muito alto", sendo que entre os estudantes do campus brasileiro consultados, 82% concordam com a atuação dos professores no combate ao *bullying*.

Pela preocupação manifestada nos dois campi pesquisados, entende-se que a Barreira do *Bullying* esteja presente em ambos, porém, parece haver consciência sobre sua existência e necessidade de abordagem e enfrentamento.

19. A Barreira Financeira, investigada na UAB como a educação como meio para ascender de classe social, encontramos que 78,3% dos acadêmicos consultados no campus espanhol consideram que o nível econômico da família dos alunos é determinante para sua aprendizagem, enquanto apenas 56% dos acadêmicos consultados no Brasil pensa assim. No campus brasileiro, 82% dos entrevistados crê que através da educação é possível que os estudantes ascendam de classe social, no que concordam 90% dos entrevistados no campus espanhol.

A Barreira Financeira encontra-se presente nos dois campi participantes, embora com percentuais um pouco maiores na UAB do que na USP.

20. À Barreira do Idioma, correspondente entre os espanhóis à indagação sobre o idioma ser uma barreira ou uma oportunidade, 92,3% dos acadêmicos da UAB que responderam consideram que o aluno que não domina totalmente o idioma falado no espaço de ensino pode ter seu desempenho limitado, enquanto 68% dos acadêmicos da USP que participaram, concordam. A respeito de sotaque, no entanto, 81,4% dos consultados no campus espanhol não acreditam que alunos ou professores com sotaque diferente possam ter desempenho limitado, assim como 78% dos brasileiros consultados também não acreditam. Ambos os campi apresentam a Barreira do Idioma, com percentuais mais elevados na UAB do que na USP.

No quadro 2, encontram-se as BCC que mais se destacaram, comparativamente, nos campi.

Quadro 2 - *Comparativo das BCC Identificadas na Pesquisa*

USP	UAB	DESTACAM-SE
Individualismo	Individualismo	-----
Controle de Incerteza	Controle de Incerteza	Controle de Incertezas (USP/UAB)
Religiocentrismo	Religiocentrismo	Religiocentrismo (+UAB/USP)
Internalidade	Internalidade	Internalidade (USP/UAB)
Idade	Idade	Idade (USP/UAB)
Bullying	Bullying	Bullying (USP/UAB)
Financeira	Financeira	Financeira (USP/UAB)
Idioma	Idioma	Idioma (USP/UAB)
-----	Distância Hierárquica	-----
-----	Urbano/Rural	Urbano/Rural (UAB)
-----	Liderança	-----
-----	Imediatismo	Imediatismo (UAB)

Fonte: arquivo dos autores.

Entre todas as BCC encontradas, as que mais se destacam, conforme apresentado no Quadro 2, considerando o percentual mais elevado (observável na descrição do Quadro 1), são: Individualismo (USP/UAB), Controle de Incertezas (USP/UAB), Origem Urbana (UAB), Religiosa (+UAB/USP), Internalidade (USP/UAB), Origem Urbana (UAB), Idade (USP/UAB), Imediatismo (UAB), *Bullying* (USP/UAB), Financeira (USP/UAB), Idioma (USP/UAB).

Conclusões

Entre as 20 Barreiras Culturais à Comunicação investigadas em algumas faculdades nos campi da USP e da UAB, encontramos oito BCC comuns, a saber: Individualismo, Controle de Incertezas, Religiocentrismo, Internalidade, Idade, *Bullying*, Financeira e Idioma. Estas também foram as oito BCC encontradas no Campus da USP. Além destas, apresentaram-se apenas na UAB, as quatro BCC: Distância Hierárquica, Urbano/Rural, Liderança e Imediatismo (conforme Tabela 1). Assim, encontramos na amostra da USP oito BCC e na amostra da UAB 12 a serem superadas, para que seja facilitado um possível processo de tornarem-se Cidades Universitárias MIL.

Considerando todas as Barreiras, no Brasil em faculdades da USP e na Espanha em faculdades da UAB, podemos dizer que as que mais se destacam, por seus indicadores elevados, são: Individualismo (USP/UAB), Controle de Incertezas (USP/UAB), Origem Urbana (UAB), Religiosa (+UAB/USP), Internalidade (USP/UAB), Idade (USP/UAB), Imediatismo (UAB), *Bullying*

(USP/UAB), Financeira (USP/UAB), Idioma (USP/UAB) (conforme Tabela 2).

Nos dois campi pesquisados não foram detectadas as Barreiras do Sexismo e Sensualismo, Tecnológica, Ecológica e da Deficiência Física. Além disso, em ambos os campi consultados percebe-se alto grau de respeito à ética e cumprimento de regras.

Havendo o conhecimento sobre estes aspectos limitadores e também sobre a sinergia das intenções entre as universidades envolvidas nesta pesquisa, melhores são as condições de conjuntamente buscarem reduzir ou eliminar as barreiras identificadas.

Seria interessante, também, se na pesquisa na UAB estivesse incluído, paralelamente ao levantamento das 20 Barreiras Culturais à Comunicação, o levantamento dos Indicadores de Criatividade, da forma como costuma ser trabalhada a metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões de Criatividade, para que ao mesmo tempo que se tornam visíveis as BCC, também se possa visualizar os aspectos criativos do grupo para enfrentá-las, o que pode ser um bom elemento motivador e de autoconhecimento.

Uma Cidade Universitária MIL não conseguirá se desenvolver ao máximo em suas possibilidades se prevalecer o Individualismo (USP/UAB), num contexto que demanda justamente pela parceria e fomenta a integração. A discriminação ou diferenciação de tratamento a pessoas de diferentes origens, religiões, idade e condições financeiras [Origem Urbana (UAB), Idioma (USP/UAB), Religiosa (+UAB/USP), Idade (USP/UAB),

Financeira (USP/UAB), *Bullying* (USP/UAB)] certamente provocará atritos, impedirá o desenvolvimento e enriquecimento cultural, contrariando os objetivos dos espaços universitário, de abrirem portas para o mundo e promoverem conhecimento e desenvolvimento. Para o andamento de pesquisas, que tem nas universidades seu local de excelência, é preciso saber que um tempo de espera para que as coisas aconteçam, se mostrem e se resolvam é importante e até mesmo inevitável. Não é interessante e recomendável que prevaleça uma postura imediatista e controladora, mas sim, também tolerante e observadora, para que os projetos possam se realizar [Imediatismo (UAB), Controle de Incertezas (USP/UAB)]. Importante, de igual maneira, realizar uma adequada leitura de situações e contextos, bem como *feed-back* pessoal, para compreender se as medidas a serem tomadas dizem respeito ao meio ou a aspectos pessoais [Internalidade (USP/UAB)].

Além do conhecimento das BCC é importante que o conceito de *MIL* e Cidades *MIL* possa ser difundido entre os acadêmicos e comunidades universitárias, para que os ganhos com interação social e virtual possam ser maiores e apoiados em ética, equidade e respeito.

Muito além da preocupação com a realidade de cada campus, individualmente, está a questão da internacionalização das universidades, da circulação de alunos entre diferentes meios universitário, em seu próprio estado, país e/ou em outros, como já ocorre na União Europeia no caso do Projeto Erasmus, com abertura para associados pelo mundo; em São Paulo, na FACENS

ou com a Associação Internacional de Universidades (IAU), vinculada à UNESCO, conforme já comentado neste artigo.

A flexibilidade e a aceitação das diferenças culturais, da diversidade em todas as suas formas, são fundamentais para que se possa pensar e implementar projetos tão ousados, promissores e que abram canais de circulação real e virtual pelo mundo, como para um convívio com tantas diferenças e infinitas oportunidades de conhecimento, pesquisa e atuação. Aliado a isso, a necessidade de conviver e sobreviver a avalanches de informações, sabendo encontrar as necessárias e confiáveis, como também, de gerar conteúdos sérios, éticos e em prol do bem comum.

As pautas do futuro já se encontram entre nós, cabe assumirmos as responsabilidades como cidadãos conscientes, promotores de desenvolvimento e mudanças, em busca do saber, de equidade, justiça social e de uma vida melhor e de qualidade para todos, num convívio de diversidades, com possibilidades infinitas de comunicação e avanços.

Referências

Academic Ranking of World Universities - ARWU (2020). <http://www.shanghairanking.com/rankings/arwu/2020>.

ALA (1989). *Presidential Committee of Informational Literacy: Final Report, Information Literacy and K-12*. American Association of School Librarians, American Library Association. <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>

Aufderheide, P. & Firestone, C. M. (1993). *Media Literacy - A Report of The National Leadership Conference on Media Literacy*.

<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED365294.pdf>

Ball, S. J. (2001) Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 99-1116.

Baumgartner, W. H. (2015). Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos Campi Universitários. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, 5(1), 73-93. ISSN 2237-3071
<file:///C:/Users/user/Downloads/Dialnet-CidadesUniversitariasCidadesMediasCidadesPequenas-5522534.pdf>

Bawden, D. (2001). Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of Documentation*, 57(2), 218 - 259.
<https://doi.org/10.1108/EUM0000000007083>

Bereday, G. Z. F. *El método comparativo en pedagogia*. Herder, 1968.

BrCidades - Um projeto para as Cidades do Brasil.
<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/agenda-nacional-bridades-um-projeto-para-as-cidades-do-brasil/>

Bulger, M. & Davison, P. (2018). The Promises, Challenges and Futures of Media Literacy. *The National Association for Media Literacy Education's. JMLE - Journal of Media Literacy Education* 10 (1), 1 - 21

Carvalho, E. J. G. (2013) Reflexões sobre a importância dos estudos de educação Comparada na atualidade. *Revista HISTEDBR On-line*, 52, 416-435.
<file:///C:/Users/user/Downloads/8640251-Texto%20do%20artigo-10809-1-10-20150902.pdf>

Carvalho, L. B. de (2020). A democracia frustrada: fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais. *Internet & Sociedade*. 1(1), 172-199.

https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/ilab.01.revista01_0214-B-arrastado-2.pdf

Cassiolato, J. E. (1999). *A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas*. In Lastres, H. M. M & Albagli, Sarita (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Campus, 164-190.

Chibás Ortiz, F. & Zottis, K.M. (2017). Barreiras culturais à comunicação e criatividade: perspectiva vygotskyana / bioniana e da alfabetização midiática. Um estudo de caso com professores do Ensino Fundamental. *Revista Acadêmica Drummond - READ*, 8(10),154-180.

<https://drummond.com.br/media/media/Revista%20Cient%C3%A9fica/READNOVEMBRO.pdf> Acesso em: 20/09/2020.

Chibás Ortiz, F.; Aguaded, I.; Civila, S. & Dias, A. P. (2020). Cidades MIL, campus inteligente e e-saúde: prevenção epidemiológica. Chasqui - *Revista Latino-americana de Comunicação*, 145, Seção Monográfica, 197-214. CIESPAL. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4370/3348>

Chibás Ortiz, F. (2020). In Yanaze, Mitsuru & Chibás Ortiz, F. (Orgs.) *Das cidades inteligentes às cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. ECA-USP. 9-12 e 46.

Claval, P. (1998). *Politics and the university*. In: Wüsten, Herman van der (Edt.). *The urban university and its identity*. Roots, locations, roles. Kluwer Academic Publishers, 29-46.

Comissão Europeia (2018). A multidimensional approach to disinformation: report of the independent High Level Group on fake news and online disinformation. Directorate-General for Communication Networks, Content and Technology.

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1> Acesso em:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2018). Recomendação nº 4, de 11 de junho de 2018.

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27129495/do1-2018-06-25-recomendacao-n-4-de-11-de-junho-de-2018-27129463

Cvetković, B. N.; Stošić, L. & Belousova, A. (2018). Medijska I Informacijska Pismenost - osnova za primjenu digitalnih tehnologija u nastavi iz diskursa obrazovnih [Media and Information Literacy - the basis for applying digital technologies in teaching from the discourse of educational needs of teachers]. *Croatian Journal of Education* 20(4), 1089-1114 <https://doi.org/10.15516/cje.v20i4.3001>

Maricato, E. (2019). *As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso*. Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-erepensar-o-brasil-e-preciso?sfns=mo>

European Commission (2007). *Communication from the Commission to the European*

Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. A European approach to media literacy in the digital environment. COM (2007) 833 final. <https://www.cedefop.europa.eu/en/news-and-press/news/european-approach-media-literacy-digital-environment>

Faculdade de Engenharia de Sorocaba - FACENS <https://www.facens.br/>

Ferreira, J. M. C. (Org.) (1996). *Psicossociologia das organizações*. McGraw-Hill,.

Franco, M. C. (2000). Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *Educação & Sociedade*, ano XXI, (72), 197. <https://www.scielo.br/j/es/a/xGMSnNdj7LYCdPrgFNp7C5Q/?format=pdf&lang=pt>

Grizzle, A. (2019). 193 Countries Proclaimed Global Media and Information Literacy Week: It is now oficial!, UNESCO. In *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. Nota Preliminar, Universidade de São Paulo, 12.

Hedler, H. C.; Silva, R. B.; Alonso, L. B. N.; Campos, R. P. de. & Carmo, E. A. do (2015). Barreiras à comunicação organizacional: um estudo em uma organização pública do governo do Distrito Federal. *Rev. Estud. Comun.*, 16(40), 165-181. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22676/1/ARTIGO_BarreirasComunicacaoOrganizacional.pdf

European Commission (2020). *High-Level Expert Group on sustainable finance (HLEG)*. https://ec.europa.eu/info/publications/sustainable-finance-high-level-expert-group_en

European Commission (2016). *Text of the Commission decision on the creation of the HLEG*. https://ec.europa.eu/info/files/commission-decision-creation-high-level-expert-group-sustainable-finance-context-capital-markets-union-text-decision_en

Information for All Program - IFAP (2001). <https://en.unesco.org/programme/ifap>

International Association of Universities (IAU) <https://www.iau-aiu.net/List-of-IAU-Members?lang=en>

Lima, L. C. & Afonso, A. J. (2002) *Reformas da Educação Pública-Democratização, Modernização, Neoliberalismo*. Edições Afrontamento (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem).

Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. *Journal of studies in international education*, 8(1), 5-31.

Kosztayán, Z.T., Fehérvölgyi, B., Csizmadia, T. et al. (2021). Investigating collaborative and mobility networks: reflections on the core missions of universities. *Scientometrics* 126, 3551-3564. <https://doi.org/10.1007/s11192-021-03865-7>

Maringe, F.; Foskett, N. & Woodfield, S. (2013). Emerging internationalisation models in an uneven global terrain: Findings from a global survey. *Compare: a journal of comparative and international education*, 43(1), 9-36.

Matthes, J. (1992). The Operation Called 'Vergleichen'. *Soziale Welt, Göttingen, v. especial, 8*, 75-99.

Penteado, J. R. W. (1980). *A técnica da comunicação humana*. Pioneira.

Prolo, I., Vieira, R. C., Lima, M. C., & Leal, F. G. (2019). Internacionalização das Universidades Brasileiras - Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras. *Administração: Ensino E Pesquisa, 20(2)*, 319-361. <https://doi.org/10.13058/raep>

QS World University Rankings. (2021). <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2021>

Romano, R. R. (2020). *As Cidades Universitárias como Cidades MIL: um estudo de caso do Centro Universitário FACENS*. In *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. Cap. 6.3, 248. Universidade de São Paulo.

Silva, F. de C. T. (2016) Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. *Rev. Bras. Educ., 21* (64). <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216411>

Souza, D. B., & Batista, N. C. (2017). Perspectiva comparada em políticas públicas de educação: Estudos Brasil-Espanha. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 25(19)*. <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275050047014.pdf>

Sparkes-Vian, C. (2019). Digital Propaganda: The Tyranny of Ignorance. Symposium: Deception, coercion and propaganda. *Critical Sociology, 45(3)*, 393-409 <https://doi.org/10.1177/0896920517754241>

UNESCO (2018). MIL Cities - Global Media and Information Literacy Week. <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>

Webber, S., & Johnston, B. (2000). Conceptions of information literacy: new perspectives and implications. *Journal of Information Science, 26(6)*, 381-397. <https://doi.org/10.1177/016555150002600602>

Weller, W. (2017). Compreendendo a Operação Denominada Comparação. Seção temática: métodos de educação comparada. *Educ. Real.*, 42(3) - Scielo Brasil. <https://doi.org/10.1590/2175-623665106>

Wilson, C. (2012). Media and information literacy: Pedagogy and possibilities. [Alfabetización mediática e informacional: Proyecciones didácticas]. *Comunicar*, 39, 15-24. <https://doi.org/10.3916/C39-2012-02-01>

World University Rankings (THE) (2021). <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2021>

Wusten, H. van der (1998). A warehouse of precious goods. The university in its urban context. In WÜSTEN, Herman van der (Edt.). *The urban university and its identity. Roots, locations, roles. Kluwer Academic Publishers*, 1-13.

Zollmann, F. (2019). Bringing Propaganda Back into News Media Studies. Symposium: Deception, coercion and propaganda. *Critical Sociology*, 45 (3), 329-345. <https://doi.org/10.1177%2F0896920517731134>

Cidades MIL, educomunicação e a necessidade dos indicadores objetivos de impacto social

Marciel Corsani⁷⁸

Introdução

Nossas vivências com a Educomunicação remontam ao longínquo ano de 2002, quando acompanhamos o projeto Educom.radio, ação que ambicionava reduzir os níveis de violência nas escolas municipais de São Paulo em atendimento às demandas propostas pelo Projeto Vida (HORTA ALVES, 2007).

Embora, na ocasião, tendo atuado como Assessor técnico Educacional (ATE⁷⁹) designado para, entre outras funções acompanhar a implementação do Educom.radio, é forçoso reconhecer a insuficiência de uma sistemática de avaliação consistente para contribuir com o desenho das políticas públicas, notadamente daquelas voltas para a inclusão e atendimento das demandas relativas à vulnerabilidade social.

Em nosso texto apresentaremos os pressupostos metodológicos da Educomunicação (seção 1) destacando os diferenciais da *práxis* (Gutiérrez. 1988) educacional. Na seção 2, trataremos da questão dos indicadores referenciados no conceito de *MIL Cities* que dialogam com a abordagem

⁷⁸ Professor da Licenciatura em Educomunicação do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP. mconsani@usp.br

⁷⁹ Profissional encarregado de promover a formação Técnico-Pedagógica de professores da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

educomunicativa, abrindo a possibilidade de se estabelecer padrões de métricas quantitativas comuns.

Na seção 3 indicaremos alguns encaminhamentos metodológicos possíveis visando operacionalizar as métricas da Unesco no âmbito das ações educacionais, apresentando ainda, as perspectivas de incorporação de tais medidas de impacto nos projetos de intervenção social que se apoiem na matriz epistemológica da Educação.

Na parte final deste artigo, elencaremos algumas conclusões, buscando apontar perspectivas e tendências em relação aos tópicos discutidos.

A Educação, ontem e hoje

A Educação pode ser descrita como uma abordagem comunicacional na educação consolidada numa práxis isto é, na integração permanente entre a teoria e prática, referenciada a partir de suas interfaces sociais, descritas inicialmente por SOARES (1999) como um conjunto de quatro interfaces, sendo: (a) Educação para a Comunicação, (b) Mediação Tecnológica na Educação, (c) Gestão da Comunicação em espaços educativos; (d) Reflexão Epistemológica (da relação Comunicação/Educação). Essa taxonomia inicial tinha caráter prospectivo, isto é, se baseava no levantamento de práticas junto a estudiosos e atores sociais que se identificavam com ambos os campos de conhecimento, quase que indistintamente. Desde então, ela passou por várias retificações de modo que, nas referências mais atuais, as práticas educacionais englobam, hoje, um conjunto de oito vertentes

de atuação, descritas como segue (Soares, Viana & Brasil Xavier, 2017):

- a) Infância e Juventude
- b) Gestão da Comunicação em Espaços Educativos
- c) Educação para a Comunicação
- d) Mediação Tecnológica na Educação
- e) Pedagogia da Comunicação
- f) Expressão Comunicativa por meio das Artes
- g) Educomunicação Socioambiental
- h) Reflexão Epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação

Vários autores nesta linha de estudo e prática, vêm retrabalhando a Educomunicação, em sua própria ontologia no que diz respeito àquilo que a torna única. Não seria exagerado afirmar que, em linhas gerais, a abordagem educacional se diferencia objetivamente de outras correntes epistemológicas, tais como a *Media Education* (Buchingham, 2007), a Literacia Mediática (Pereira, Pinto & Moura, 2015) e a *Competencia Mediatica* (Aguaded, 2011), por priorizar a transformação política como um objetivo programático, relativizando (mas não desconsiderando) as mudanças pontuais inerentes à inserção das tecnologias e mídias nos contextos educacionais.

Um grande protagonista nesta linha de atuação foi, sem dúvida, o radialista e educador popular argentino Mário Kaplún, cuja obra "El Comunicador Popular" menciona, em mais de uma passagem, o termo "educadores", tornando-se, assim, uma referência permanente para os estudiosos da Educomunicação.

Inicialmente, este trabalho era desenvolvido, majoritariamente, em ambientes não-formais de aprendizagem, mas, nos últimos vinte anos, podemos constatar uma apropriação e reconhecimento maiores da abordagem educacional junto ao Poder Público, particularmente na educação formal. Esta ênfase “escolar” pode ser considerada como relativamente recente na cronologia histórica da Educação, mas ela revela uma convergência originada já no contexto da luta por democratização dos meios de comunicação, influenciada pelos ideais defendidos por Freire (1997) em sua luta contra a Educação “Bancária”. Tanto Freire quanto Kaplún, garantiram uma grande consistência epistemológica para apoiar a abordagem educacional seja, por seus escritos ou por suas respectivas trajetórias de vida marcadas pela militância em favor das classes trabalhadoras e populares.

Por outro lado, podemos apontar que a mesma consistência não se construiu de forma tão substancial no plano didático da Educação e, particularmente em seus procedimentos quantitativos e qualitativos para avaliação de impacto das ações. É neste sentido que o presente artigo se propõe a introduzir uma discussão necessária, ainda que incipiente, sobre a pertinência de quais indicadores são cabíveis e podem ou devem ser adotados para mensurar o impacto social das intervenções educacionais.

Como hipótese de trabalho, apontamos os indicadores e métricas pertinentes ao conceito MIL Cities (Chibás Ortiz et al,

2021), defendidos pelo Unesco e sobre os quais nos debruçaremos na próxima seção.

MIL Cities e a questão das métricas

A Media Information Literacy, traduzida pelo acrônimo MIL (ou AMI - Alfabetização Mediática e Informacional - em língua portuguesa) se consolidou como uma matriz epistemológica ainda na primeira década dos anos 2000 (Wilson et al., 2013). Naquela época, esta abordagem se oferecia como um referencial consistente e coeso para orientar os professores nas atividades de integração das mídias e tecnologias correlatas em sala de aula.

O conceito de alfabetização mediática equivale, em grande parte, ao de letramento digital (Valente, 2008), bastante disseminado no meio acadêmico brasileiro pelo NIED⁸⁰, e que enfoca particularmente, as atividades desenvolvidas e, contextos educacionais. Este era o enfoque apresentado pela Unesco no seu guia “Currículo para formação de professores” (Wilson et al., 2013) e que, mais recentemente se diversificou para atender demandas de diversas naturezas em contexto urbano, passando a ser denominado de MIL Cities ou, como adotaremos em nosso texto, pela versão da expressão em português: “Cidades MIL”.

Segundo Chibás Ortiz *et al*:

(...) espaços urbanos que podem ou não utilizar Inteligência Artificial, Aprendizagem das Máquinas, Robótica, Internet das

⁸⁰ O Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) foi criado em 17/05/1983 junto à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas e institucionalizado através da Deliberação do Conselho Universitário de 27/11/1991. Constitui uma unidade especial de pesquisa interdisciplinar, vinculada diretamente à Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa - COCEN/Unicamp.

Coisas, Nanotecnologia e outras novas tecnologias, mas, com ética, respeito pelas diversidades, empoderamento orgânico de todos os cidadãos educando o pensamento crítico e criativo, valorizando a ecologia de forma sustentável, nova afetividade, estabelecendo a luta contra a infodemia que pode manifestar-se como notícias falsas, fake news, deep fakes, pós-verdades e discursos de ódio. (Chibás *et al.*, 2021, p.15).

Além de abranger um leque muito mais amplo de áreas de atuação, o MIL Cities se destaca pela preocupação com um conjunto de métricas avaliativas, que incidem sobre o conjunto de políticas públicas comuns a diversos arranjos de conglomerados urbanos, de bairros e distritos a comunidades e agrupamentos populacionais, passando por *campi* universitários que reproduzem, em menor escala, toda a complexidade do modelo urbano.

Por este viés, podemos recorrer ao conjunto de indicadores denominado *framework* das Cidades MIL. O *framework* se traduz num conjunto de treze indicadores objetivos que foram compilados a partir de dois conceitos combinados: a MIL e as Cidades Inteligentes e do Conhecimento. Este conjunto de métricas é suficientemente flexível para ser aplicado a diversas instâncias e esferas organizativas do Poder Público nos âmbitos da administração direta e também nos regimes de parceria com as entidades privadas e Organizações da Sociedade Civil, independentemente de suas especificidades.

O Quadro-resumo desta página apresenta uma versão consolidada de tais métricas.

QUADRO RESUMO 1: Framework de Métricas Aplicáveis ao enfoque Cidades MIL

INDICADOR	PARÂMETRO
1. Bibliotecas	Ações e workshops com autores realizados anualmente priorizando jovens e adolescentes.
2. Vias, prédios, meios de transporte e mobilidade	Presença de uma proposta planejada de comunicação sobre o aproveitamento criativo do espaço para os modais de transporte.
3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania	Presença de uma Comissão de Ética para combate efetivo às Fake News; Existência de levantamento diagnóstico sobre as Barreiras Culturais à Comunicação por bairros e municípios.
4. Saúde	Quantidade e percentual de equipamentos de Saúde públicos e privados veiculando campanhas informativas confiáveis sobre medicamentos e saúde, incluindo vacinação.
5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer	Quantidade de parques realizando campanhas de bem-estar e qualidade de vida; quantidade e percentual de Cinemas e Teatros articulados como sistema escolar.
6. Educação	Quantidade e percentual de escolas que incluem matérias relacionadas ao enfoque MIL no currículo; quantidade e percentual de professores incluídos em formação neste enfoque.
7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais	Quantidade e percentual de Organizações da Sociedade Civil que se abrem para a discussão com outros setores sociais.
8. Mídias e meios de comunicação	Quantidade e percentual das agências de Comunicação que operam no enfoque MIL.
9. Inteligência artificial, startups e canais digitais	Quantidade e percentual de tecnologias como IA, RV e RA aproveitadas nas áreas de saúde, cultura e educação; quantidade e percentual de empresas e produtos tecnológicos disponíveis.
10. Segurança	Quantidade e percentual de aplicativos e câmeras dedicados à Defesa Civil; existência de estratégias formativas voltadas para os órgãos de Segurança Pública.
11. Meio ambiente e sustentabilidade	Quantidade e percentual de plataformas web e aplicativos desenvolvidos para discutir e resolver problemas ambientais.

12. Jovens, idosos, mulheres, LGBTi, negros, indígenas, emigrantes, deficientes e outros grupos vulneráveis	Quantidade e percentual de lideranças representativas dos grupos vulneráveis no governo.
13. Métricas de Integração	Quantidade e percentual de soluções inovadoras sustentáveis implementadas pela cidade.

Fonte: Yanaze & Chibás Ortiz, 2020 p.12-13 (adaptado pelo autor)

Note-se que o framework acima pode ser considerado como um trabalho em progresso, passível de aperfeiçoamentos no que tange à delimitação dos objetos analisados e do escopo de aplicabilidade das métricas de avaliação. A inclusão de novos indicadores e a depuração daqueles já propostos faz mais sentido pelo viés de sua necessária contextualização aos objetivos e matrizes de intervenção social. Nossa modesta contribuição se volta agora para estabelecer um diálogo profícuo entre o enfoque Cidades MIL e a Educomunicação.

Educomunicação e Cidades MIL: em busca de indicadores contextualizados

Em complemento às classificações iniciais apresentadas em nossa seção 1 e, partindo do conjunto de ações encampadas nos projetos educacionais, podemos organizar, mesmo de forma incipiente, uma taxonomia alternativa alinhada com o enfoque Cidades MIL. Ainda não é o caso, na brevidade pretendida para este artigo, de atualizarmos um diretório de projetos e ações educacionais distribuídas por setor de governança, tal como

aquele apresentado em nossa tese de doutoramento (CONSANI, 2008).

Não obstante, a vasta produção acadêmica e não acadêmica referenciada na Educomunicação – constituída por trabalhos científicos (TCCs, Dissertações e Teses), relatos de prática, matérias jornalísticas e guias de atividades, entre outros materiais – vem sendo mapeada e sistematizada por centros de pesquisa e organizações *non-profit* como a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação⁸¹.

Assim, dentro do nosso escopo, nos limitaremos a cruzar as vertentes de atuação (ou “Interfaces Sociais”) mencionadas na seção 1 deste artigo com algumas das métricas sintetizadas no quadro-resumo da seção 2. O resultado pode ser conferido no quadro-resumo desta página, que se limita a apontar as conexões diretamente relacionadas entre os enfoques da Educomunicação e das Cidades MIL.

QUADRO-RESUMO 2: Cruzamento entre as Vertentes Sociais da Educomunicação e as Métricas Cidades MIL

VERTENTES SOCIAIS DA EDUCOMUNICAÇÃO (Soares, Viana & Brasil Xavier, 2017)	INDICADORES CIDADES MIL (Yanaze & Chibás Ortiz, 2020)
(a) Infância e Juventude	1. Bibliotecas; 3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania; 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 7.

⁸¹ A ABPEducom possui “(...) caráter educativo, científico-cultural, interdisciplinar, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, com duração de tempo indeterminado, regida por legislação e estatuto próprio”. Ver site: <https://abpeducom.org.br/abpeducom/quem-somos/>.

	Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais; 12. Jovens, idosos, mulheres, LGBTi, negros, indígenas, emigrantes, deficientes e outros grupos vulneráveis.
(b) Gestão da Comunicação em Espaços Educativos	1. Bibliotecas; 3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania; 4. Saúde; 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais; 8. Mídias e meios de comunicação; 11. Meio ambiente e sustentabilidade.
(c) Educação para a Comunicação	3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania; 4. Saúde; 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 8. Mídias e meios de comunicação.
(d) Mediação Tecnológica na Educação	1. Bibliotecas; 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 8. Mídias e meios de comunicação; 9. Inteligência artificial, startups e canais digitais.
(e) Pedagogia da Comunicação	7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais; 6. Educação; 8. Mídias e meios de comunicação.
(f) Expressão Comunicativa por meio das Artes	5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais.
(g) Educomunicação Socioambiental	3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania; 4. Saúde; 5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer; 6. Educação; 7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio culturais e outros atores não tradicionais; 11. Meio ambiente e sustentabilidade.

Fonte: o próprio autor (2022)

Este exercício de cruzamento de dados nos traz informações significativas, a começar pela proximidade programática entre o universo de interesses e protagonismo social crítico, características compartilhadas entre a Educomunicação e Cidades MIL.

Com base nos desenvolvimentos apresentados até aqui, apresentaremos nossas considerações provisórias as quais, como já mencionado, se destinam a iniciar uma linha de estudos e diálogo entre a expertise compartilhada pela Unesco e a *práxis* já exercitada pelos educadores há pelo menos quatro décadas.

Conclusões

À primeira vista, fica evidente que a aderência das vertentes educacionais aos indicadores Cidades MIL se aplica, de forma mais direta, e com mais propriedade, às ações inerentes aos campos da Educação e da Comunicação (como se pode ver nos parâmetros "6" e "8").

Além dos parâmetros mais abrangentes – como os de número "3", "7" e "12" – que aglutinam um rol extenso de sujeitos sociais (ou *stakeholders*), contamos com outros mais específicos – como "1", "2" e "10" – que são mais pertinentes à idiossincrasia da administração urbana. No primeiro caso dos primeiros, a convergência entre os enfoques Educom/Cidades MIL favorece o alinhamento de conceitos e práticas, o que já não acontece com o segundo grupo de parâmetros.

Por outro lado, o caráter inter/transdisciplinar reivindicado pela Educação estabelece "pontes" entre instâncias da gestão urbana que se desdobram em áreas muito distintas. Esta característica favorece a mencionada convergência de princípios e objetivos nos parâmetros "4", "5", "9" e "11", a qual pode ser aferida, por exemplo, na correlação dos indicadores com os

marcos referenciais já consolidados em Educom: respectivamente com os Direitos Humanos ("4" e "5"), a Produção de conteúdos educativos digitais e midiáticos ("9") e a Educação socioambiental ("11").

Faltam elementos para analisarmos com precisão o indicador Cidades MIL de número "13", uma vez que a relação entre a Integração das Métricas e as soluções inovadoras sustentáveis, não parece, num primeiro momento, diretamente conectadas. No mínimo, poderíamos considerar a necessidade de uma definição mais aprofundada do indicador e de seus respectivos parâmetros.

Ressalte-se ainda que esta aproximação entre a abordagem Cidades MIL e a Educomunicação pode ser considerada como uma via de mão dupla, já que a *práxis* educacional também traz consigo uma grande expertise e repertório de estratégias e recursos validados com potencial para colaborar na proposição de novos parâmetros quantitativos e na integração dos mesmos com metodologias qualitativas.

Longe de encerrar esta discussão, nossas conclusões se apresentam apenas como marco inicial na construção de uma metodologia fiável e eficaz aproximando as duas matrizes epistemológicas que abordamos aqui.

Referências

Aguaded, J. Ignacio et al. (2011) *El grado de competencia mediática en la ciudadanía andaluza*. Huelva: Grupo Comunicar

Ediciones / Grupo de Investigación Ágora de la Universidad de Huelva.

Buckingham, David (2007). *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo, Loyola.

Chibás Ortiz, Felipe; Novomisky, Sebastián (Eds.) (2022). *Navegando em la Infodemia com AML: Alfabetización Mediática e Informacional*. Buenos Aires, Unesco y Defensoria del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual de Argentina.

Chibás Ortiz, Felipe et al. (2021). *Red de Ciudades Mil de Unesco y Agenda 2030: Métricas, Educación, Comunicación y Salud sostenibles*. Editorial Pueblo y Educación, La Habana (Cuba).

Consani, Marciel A. (2008). *Mediação Tecnológica na Educação: Conceito e Aplicações*. Tese de Doutorado em Ciência da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-27042009-115431/es.php>>. Acesse em 12 set. 2022.

Freire, Paulo R. (1997). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gutiérrez, Francisco (1988). *Educação como Práxis Política*. São Paulo, Summus.

Horta Alves, Patrícia (2007). *Educom.rádio: uma política pública em Educomunicação*. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da ECA-USP. São Paulo, ECA/USP,

Kaplún, Mario (1998). *Una Pedagogia de La Comunicación*. Madri: Ediciones de La Torre.

Pereira, S., Pinto, M. & Moura, P., (2015). *Níveis de Literacia Mediática: estudo exploratório com jovens do 12º ano*. Braga, CESC- Universidade do Minho.

Soares, Ismar de Oliveira (1999). *Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. In *Revista Contato*, Ano 1, nº2.

Soares, Ismar de Oliveira; Viana, Claudemir Edson; Brasil Xavier, Jurema (orgs.). (2017). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. São Paulo: ABPEducom.

Valente, José Armando (2008). Os Diferentes Letramentos como Expansão da inclusão Digital: Explorando os Potenciais Educacionais das Tecnologias da informação e Comunicação In: Darcy Raiça. (Org.). *Tecnologias para a Educação Inclusiva*, Avercamp.

Wilson, Carolyn *et al* (2013). *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasília, Unesco e UFTM.

Yanaze, Mitsuru; Chibás Ortiz, Felipe (Orgs.) (2020). *Das cidades inteligentes às cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. São Paulo: ECA-USP.

UNESCO MIL City Indicators and Innovation: ISO 56002 standard, GRC approach and main ISO Management Systems

Andrea Leonardi ⁸²

Introduction

The UNESCO⁸³ initiative “Media and Information Literate Cities” (MIL Cities) was conceived on the occasion of Global Media and Information Literacy (MIL) Week 2018, which was celebrated under the theme “MIL Cities: Voices, Power, and Change Makers”⁸⁴. As reported on the Organization's website “ The main objective of the “MIL Cities” initiative is to set cities on a path to innovatively empower more citizens with MIL competencies while connecting with other cities across the world:”

ISO⁸⁵ (International Organization for Standardization) is an independent, non-governmental international organization with a membership of 167 national standards bodies. As reported on the Organization's website “...Through its members, it brings together experts to share knowledge and develop voluntary, consensus-based, market relevant International Standards that support innovation and provide solutions to global challenges”.

⁸² Vice President of Minerva Group Service⁸² and Managing Partner of Alpemi Consulting. International Business Partner for Italy for WBAF World Business Angel Forum⁸². Speaker and trainer for itSMF Switzerland⁸²
andrea.leonardi@minervagroupservice.it

⁸³<https://www.unesco.org/en>

⁸⁴<https://en.unesco.org/milcities>

⁸⁵www.iso.org

Innovation is therefore a fundamental topic for both MIL Cities and ISO.

MIL Cities Indicators and Innovation

“MIL Cities” (Media and Information Literacy) is a framework proposed by UNESCO and the Global Alliance for Media and Information Literacy Partnerships (GAPMIL), a group led by UNESCO. The proposal is to develop cities that not only use new technologies but also bring various stakeholders in an ethical, sustainable, innovative way. At this scope a set of metrics based on 13 indicators has been established (Chibas Ortiz, Grizzle et. al, 2021).

Each single indicator is in turn related to a series of aspects such as: the quality of the services provided, the environment, the occupational health and safety, the social responsibility of Organizations, the IT Services, the Information Security and Data Protection, the Business Continuity and Resilience, the Anti Bribery and Transparency, etc.

An integrated approach to innovation in its various aspects, based on a common GRC approach, makes it possible to efficiently and effectively pursue innovation for all the MIL Cities indicators.

In recent years, the theme of innovation has assumed growing importance in all sectors, in all geographic areas and for individual organizations of all kinds and sizes. It is therefore not surprising that even the ISO (International Organization Standardization) has recognized the importance of this issue and

has therefore decided to release a specific standard. In 2019, ISO therefore released the ISO 56002: 2019 standard which represented a milestone in the world of management systems based on ISO standards.

MIL Cities Indicators, relations and stakeholders: the context

UNESCO developed the Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities). Based on this UNESCO Framework for MIL Cities, a proposal was drawn up by Chibás Ortiz⁸⁶ (Chibas Ortiz, Grizzle et. al, 2021) to establish the parameters and metrics.

According to this proposal, 13 main indicators were established:

- 1 Libraries;
- 2 Roads, buildings, means of transport and mobility;
- 3 City Hall, public institutions and citizenship;
- 4 Health
- 5 Culture, heritage, art, sport, tourism and leisure
- 6 Education
- 7 Associations, trade unions, NGOs, socio-cultural projects and other non-traditional actors
- 8 Media
- 9 Artificial intelligence, startups and digital channels
- 10 Security

⁸⁶Chibas Ortiz Felipe, Yamaze Mitsuru (2020), From Smart cities to MIL Cities, Metrics inspired by the vision of UNESCO, Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo

11 Environment and sustainability

12 Youth, the Elderly, Women, LGBT, Blacks, Indigenous, Migrants, Disabled and Other Vulnerable Groups

13 Integration Metrics

The topics covered by these indicators are huge, articulated and heterogeneous.

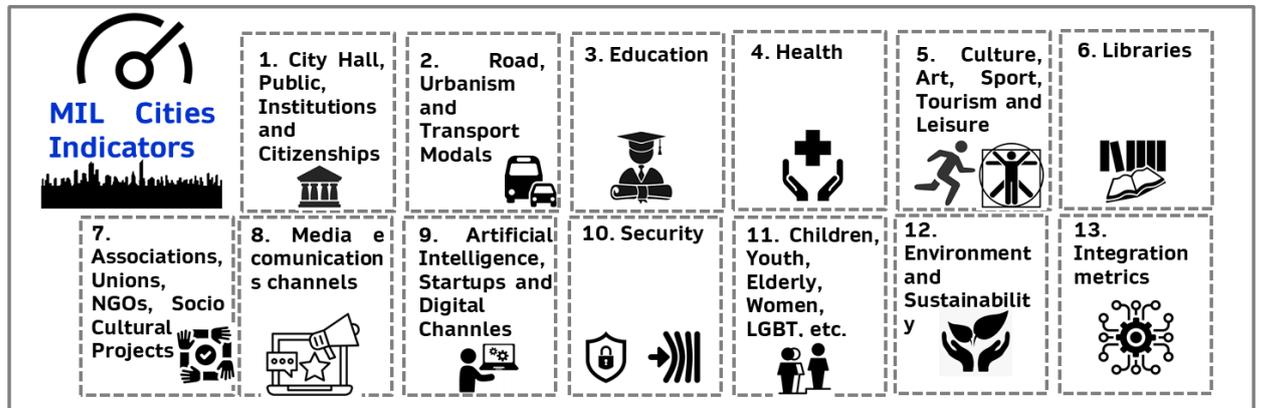
This despite the direct and indirect correlations that may exist between them and which contribute to making the context even more complex.

More. The indicators mentioned above involve a series of stakeholders that are very different for nature, size and objectives such as municipalities, universities and research centers, public regulators, large companies (often with an international dimension), small and medium-sized enterprises, innovative start-ups, associations and non-profit organizations.

Finally, each of the MIL City indicators mentioned above is in turn related to a series of transversal issues such as:

- 1 Quality (the degree of compliance and customer satisfaction of product / services delivered by an Organization);
- 2 Environment;
- 3 Occupational Health and Safety;
- 4 IT Services and related IT infrastructures;
- 5 Information Security and personal data protection;
- 6 Business Continuity and Resilience;
- 7 Anti Bribery and Transparency;
- 8 Corporate Social Responsibility.

Figure No. 1 - MIL City Indicators and main innovation topics



  **ISO management systems may effectively support MIL Cities Indicators!**



Source: Author, 2020

MIL Cities Indicators, improvement objectives and innovation management

The MIL Cities indicators therefore draw a very complex and articulated context. In particular, there is evidence that each individual indicator is correlated to a series of aspects that must be managed simultaneously. Many of these aspects are addressed by the main ISO standards management systems. Each ISO management system in turn requires the definition of measurable objectives and indicators also with a view to continuous improvement.

In such a dynamic and interrelated context, any significant improvement objective of the single indicators seems inevitably correlated to innovative solutions, capable of creating added value directly for the single indicator and indirectly also for other indicators.

But what is innovation? In scientific literature, there are several definitions of innovation. In this paper we will refer to the definition provided by the standard ISO 56000: 2020 "Innovation management – Fundamentals and vocabulary" standard. ISO 56000 standard provides the following definition:

"

3.1.1 innovation new or changed entity (3.2.5), realizing or redistributing value (3.7.6)

Note 1 to entry: Novelty and value are relative to, and determined by, the perception of the organization (3.2.2) and relevant interested parties (3.2.4).

Note 2 to entry: An innovation can be a product, service, process (3.1.5), model, method, etc.

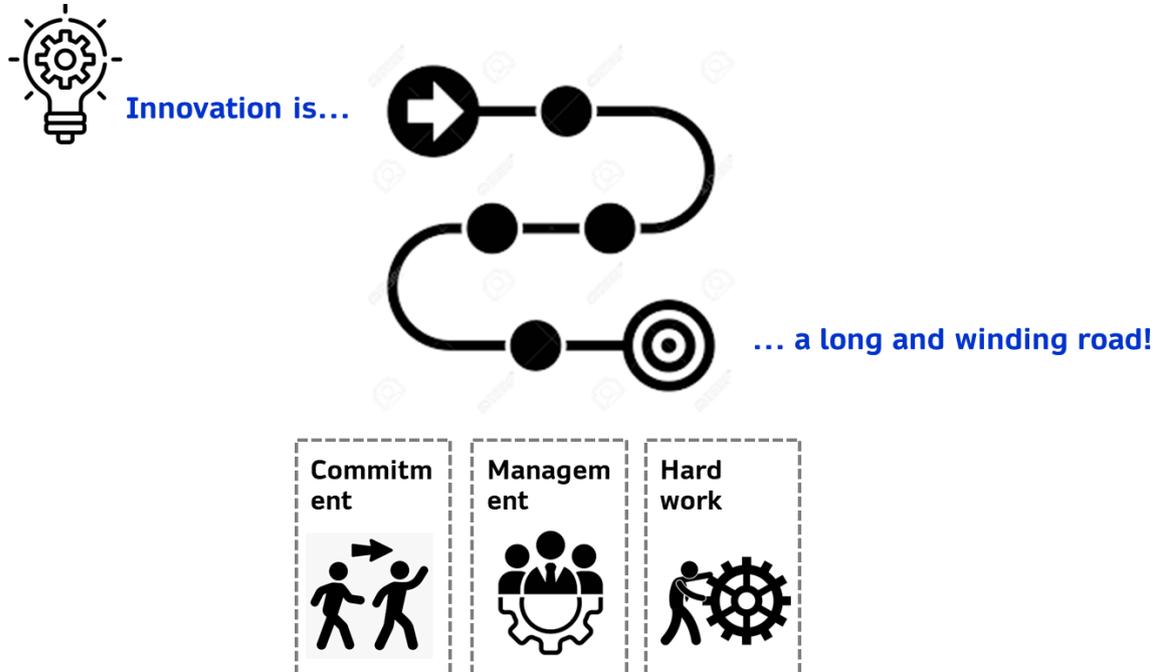
Note 3 to entry: Innovation is an outcome. The word "innovation" sometimes refers to activities or processes resulting in, or aiming for, innovation. When "innovation" is used in this sense, it should always be used with some form of qualifier, e.g. "innovation activities".

"

We are therefore faced with the great challenge: how to manage innovation in such complex and heterogeneous contexts? Innovation does not happens... we have to make it happens!

Innovation is ... a long and winding road!

Figure No. 2 - The road to innovation



Innovation does not happens... You have to make it happens!

Source: Author, 2020

In particular, each innovation process requires:

- 1 a strong commitment from top management;
2. resources and operations ("hard work");
3. managerial skills of both hard and soft skills.

How to face this challenge?

An approach based on ISO 56002 can help!

ISO 56002:2019 Innovation management – Innovation management system – Guidance provides requirement for establishing an effective management systems in order to support innovation.

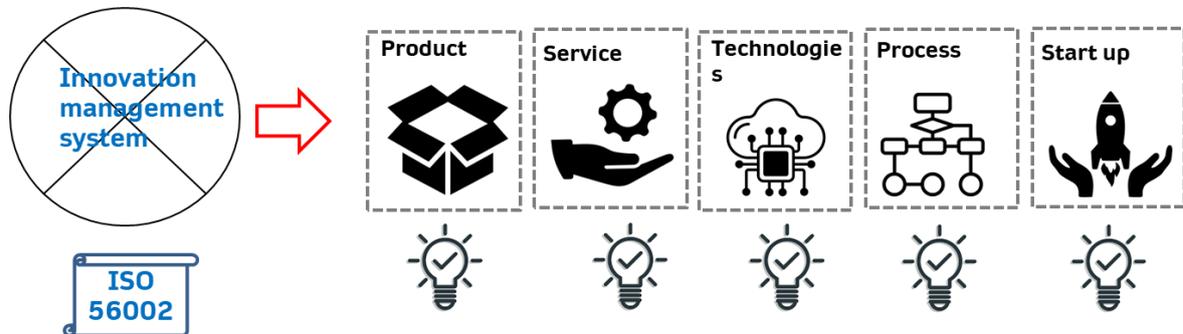
A standard is essentially a repeatable and shared way of doing something according to criteria of effectiveness and

efficiency. ISO standards are international standards and therefore recognized all over the world. In essence, they represent the state of the art of a particular issue, in this of innovation management. The process of creating and releasing an ISO standard is a collective process that involves various stakeholders, both public and private. The process is quite complex and involves several stages: from the formation of the committees, to the review of the approval of various drafts, up to the validation and release of the standard. All standard sli are periodically reviewed and subject to updating.

ISO 56002 standard, like all ISO management systems standard, is generic and, as the same standard points out, it is intended to be applicable to:

- a) all types of organizations, regardless of type, sector, or size (start up organizations included).
- b) all types of innovations, e.g. product, service, process, model, and method, ranging from incremental to radical;
- c) all types of approaches, e.g. internal and open innovation, user-, market-, technology-, and design-driven innovation activities.

Figure No. 3 - The scope of ISO 56002 Innovation Management System



Source: Author, 2020

More particularly, ISO 56002 standard is also applicable to policy makers, aiming for higher effectiveness of support programs targeting the innovation capabilities and competitiveness of organizations and the development of society.

4 MIL Cities Indicators, innovation management and GRC approach

We first highlighted how the MILCity indicators (Chibas Ortiz, Grizzle et. al, 2021). are related to a series of transversal topics. These topics are in turn the subject of various management systems, such as:

- Quality according to ISO 9001 standard;
- Environment according to ISO 14001 standard;
- Occupational Health and Safety according to ISO 45001 standard;
- IT Services according to ISO 20000-1 standard;
- Information Security according to ISO 27001 standard;

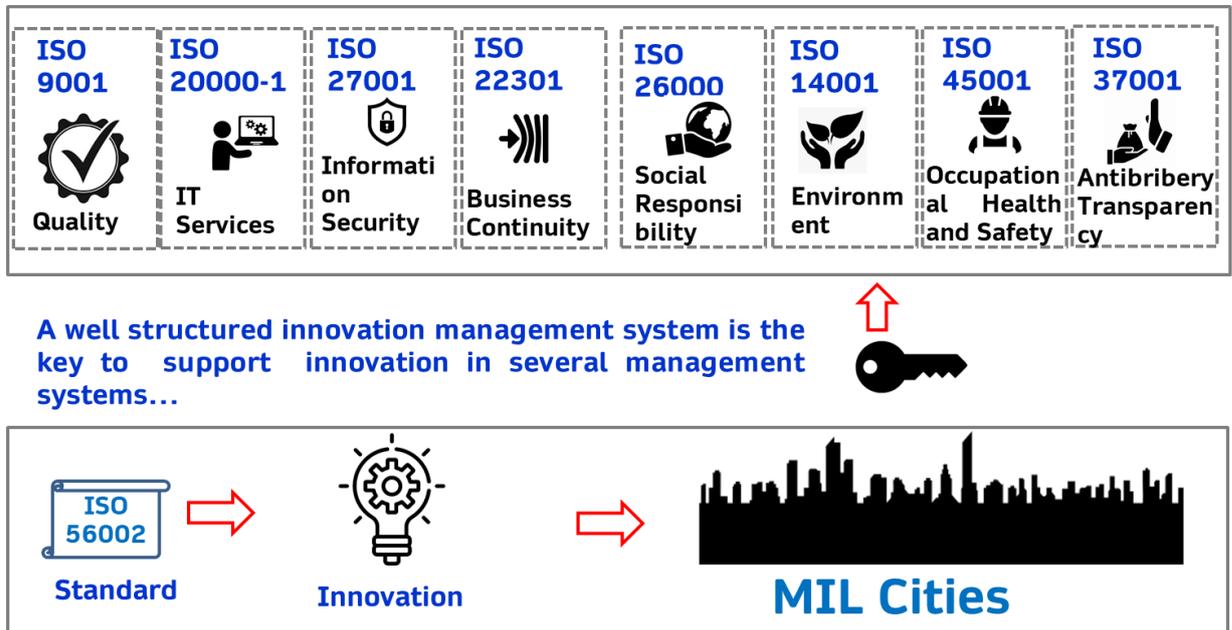
- Business Continuity according to ISO 22301 standard;
- Antibribery according to ISO 37001 standard;
- Corporate Social Responsibility according to ISO 26000 standard.

The relationship between MIL City Indicators and the main ISO management systems is very broad and would be interesting to explore more fully. Unfortunately, the space limitations of this paper do not allow us to explore this topic further. We will limit ourselves to giving a small example. Let's consider the "4. Health" indicator.

It is immediately evident that improving this indicator implies managing innovation in each of the following fundamental aspects:

- quality of health services provided
- environmental aspects and impacts (energy consumption, medical waste, etc.)
- occupational health and safety of health personnel (especially in times of pandemics)
- social responsibility of public and private health organizations
- transparency and integrity in supply relations and in relations between private health organizations and public regulators
- availability and accessibility of IT services (e.g. telemedicine services)
- security of information and personal data of patients
- resilience and availability of health facilities and services

Figure No. 4 - MIL Cities Indicators, innovation management and other management systems



Source: Author, 2020

A well-structured innovation management system makes it possible to support innovation for all these topics and, consequently, to support innovation across the board for all MIL City Indicators.

But how to integrate Innovation Management Systems with other ISO Management Systems in order to support MIL Cities indicators?

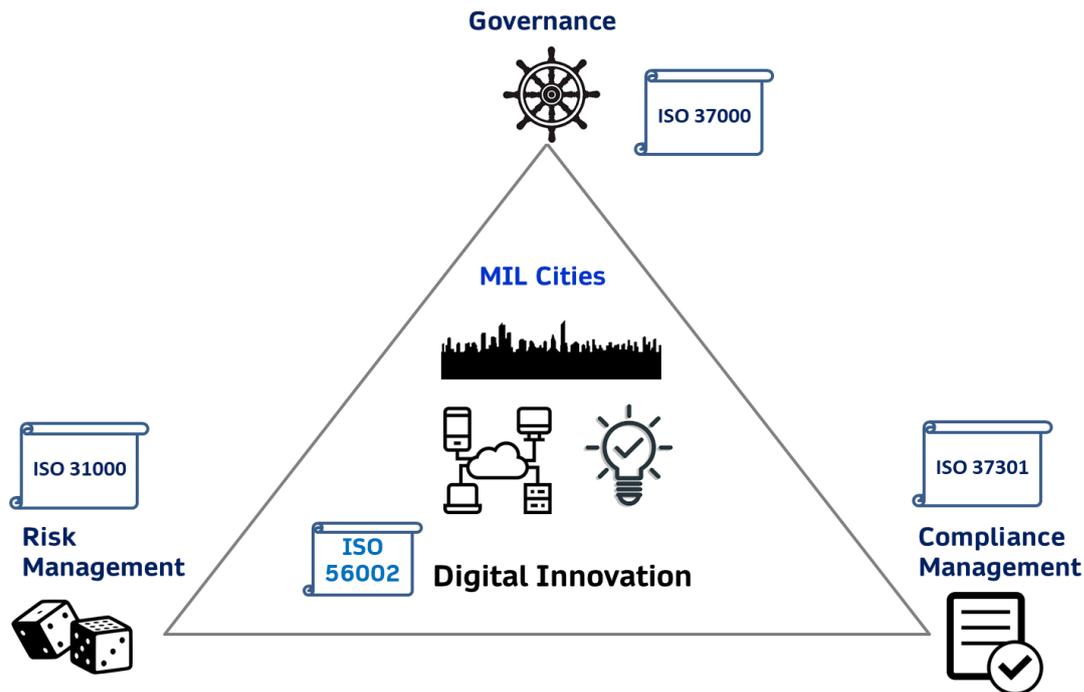
A common GRC approach may support integration of different management systems.

A GRC (Governance, Risk Management, Compliance) model can be build based on following ISO standards:

- ISO 37000:2021 Governance of organizations – Guidance
- ISO 31000:2018 Risk management – Guidelines

- ISO 37301:2021 Compliance management systems – Requirements with guidance for use.

Figure No. 5 – MIL Cities Indicators, innovation management and GRC approach



Source: Author, 2020

Structure of an Innovation Management System (ISO 56002 standard)

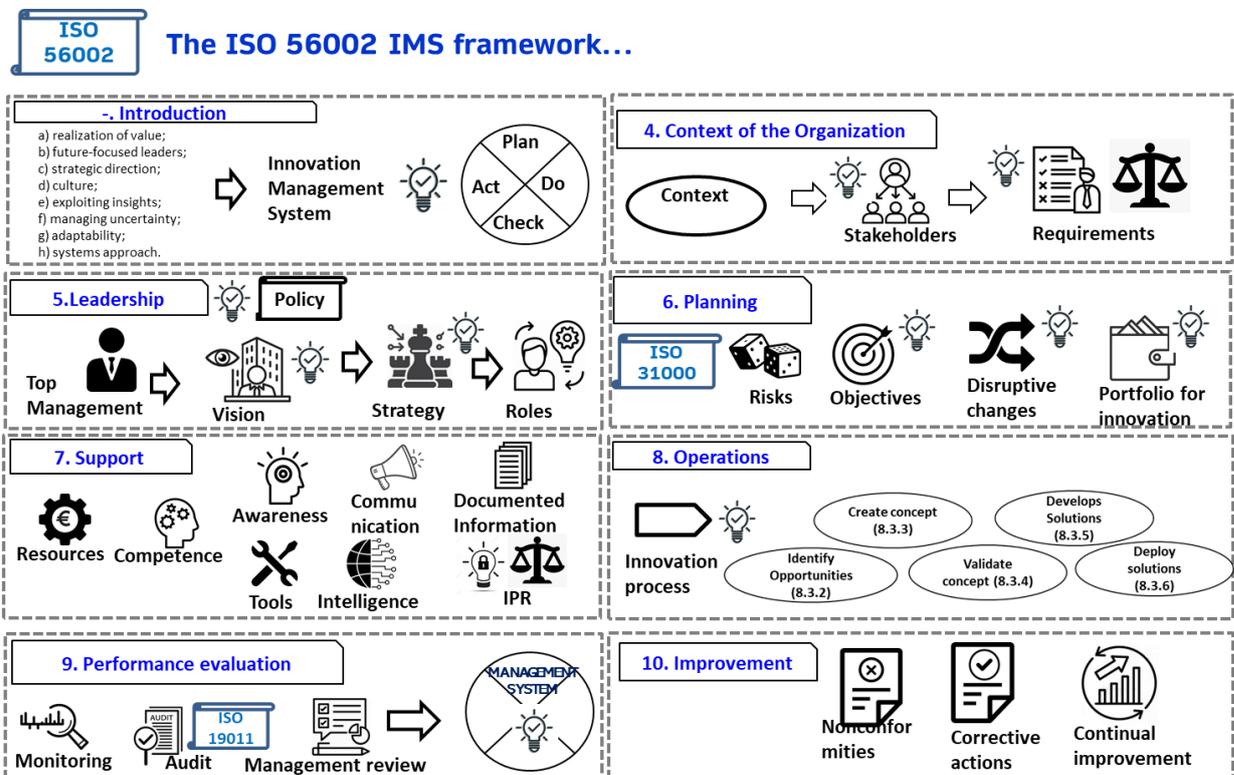
ISO 56002 standard is based on ISO High Level Structure as defined by ISO (the International Standardization Organization).

ISO HLS is a structure common to all the new ISO standards in order to achieve the best interaction between multiple management systems integrated with each other.

HLS is based on following items:

1. Purpose and field of application
2. Normative requirements
3. Terms and definitions
4. Context of the organization
5. Leadership
6. Planning
7. Support
8. Operating activities
9. Performance evaluation
10. Improvement

Figure No. 6 – Innovation Management System ISO 56002 framework



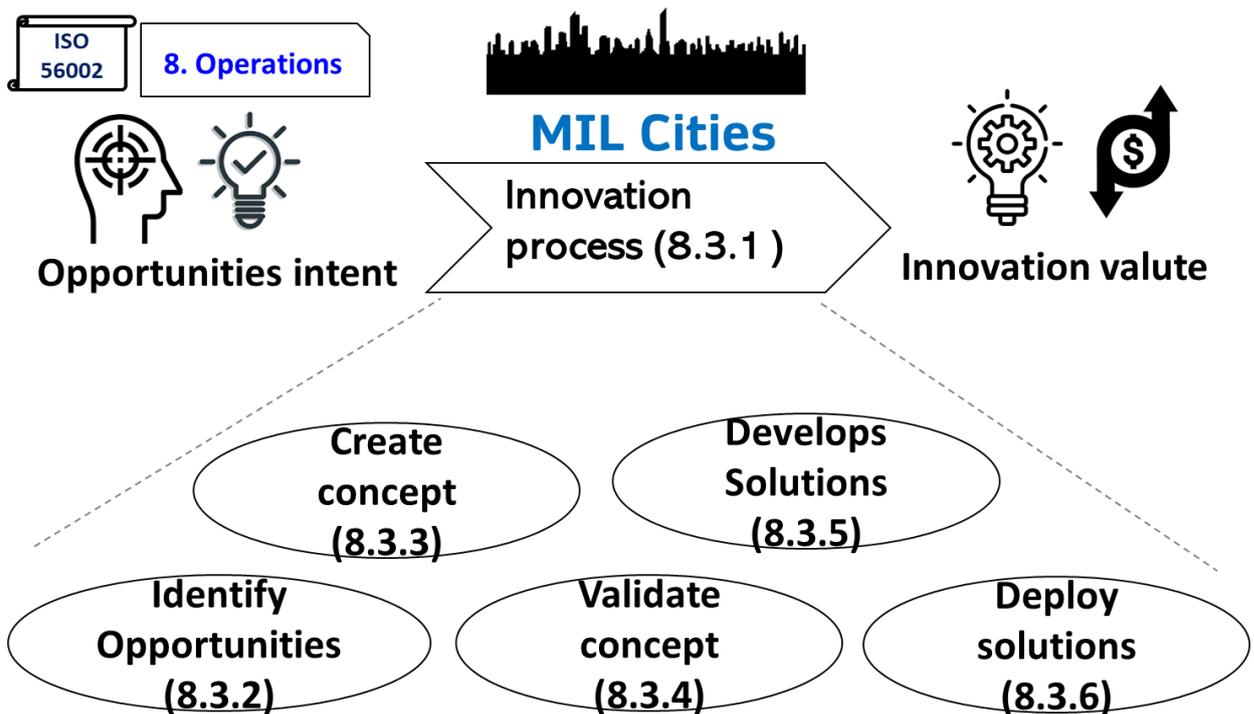
Source: Author, 2020

The core of an ISM ISO 56002 are the innovation processes.

5 main innovation processes are individuuated:

1. Identify Opportunities
2. Create concept
3. Validate concept
4. Develops Solutions
5. Deploy solutions

Figure No. 7 - Innovation processes according to ISO 56002 standard



Source: Author, 2020

Here a synthetic illustration of the scope of each innovation processes:

Identify Opportunities process.

We could say that the core of this process is... in search of innovation! We said that innovation does not happen, we have to make it happens. And the starting point is monitoring the context. A Smart City context continuously offers opportunities for innovation. So it is important to continuously monitoring the context in which the Organization live with with the specific intent of detecting every opportunity for improvement. We could say that "intelligence" and "commitment" are the 2 key words. Top Management have so strongly commit the Organization for innovation and Organization have to activate "intelligence" for detecting innovation.

Create concept process.

Innovation is not just a brilliant idea or intuition. Every opportunity of innovation need to be shaped in a sort of structured concept. It is not so easy. It is a really delicate and challenging intellectual activity which requires a difficult balance of visionary and realism, creativity and pragmatism. A concept can take different forms depending on the object of innovation: for example the concept of a new product (including a software or an app) or service, of a new technology, of an organizational change following digitization (digital innovation), the business plan of a new start up, etc. In any case, when creating the concept, it is also

necessary to define what the value generated by the innovation will be. Economic value but also more generally a utility value for the various stakeholders who are directly or indirectly involved.

Validate concept process.

We have said that innovation is not just vision but also concreteness and pragmatism. And indeed it is. Each concept must be validated and to be validated it must be challenged. Also in this case the validation can take place in different ways: e.g. feasibility studies, tests, trials, comparisons, pilot projects, research, opinions, etc. The critical aspect, however, is not so much the method chosen for the validation, although obviously this has its importance. The real critical aspect is what we might call “intellectual honesty”. That is the ability to objectively evaluate the real feasibility and usefulness of the concept.

Develops Solutions process.

A brilliant concept, even if validated, is little more than a brilliant idea. Each concept must become a solution in order to be then brought to reality. Specific design and development activities are often required, where the requirements applicable to the concept are transformed into the characteristics that the solution to be developed must have.

Deploy solutions

“Genius is one percent inspiration and ninety-nine percent perspiration”, used to say Thomas Edison. Deploy a solution

requires hard work...and resources. It is also a process that inevitably is based on errors and trials and on lessons learned from errors. Even the most carefully designed solution will inevitably be subject to modifications and variations during deployment.

Conclusions

In an increasingly complex and interdependent world, the role of standardization is increasingly important in all sectors and in all geographical contexts. It can be observed that, also in the MIL City context, standardization plays an increasingly important role as a facilitating and enabling factor for all the stakeholders involved. and also of communication, last but not least important aspect. Technical standards perform in a certain sense the function of a common language between actors of different origins, natures, backgrounds and cultural backgrounds. A sort of "cultural mediators" that allow the development of synergies and exchanges of value between all the different stakeholders.

The above is further confirmed if we try to identify some or main trends concerning the management of innovation:

1. professionalism. Innovation management will increasingly require specific skills and specific professional figures (innovation manager)

2. structuring. Management for innovation increasingly requires a structured approach within the individual organization, independent of the nature, sector and size of the organization itself.

The main conclusion of this paper is that Innovation Management Systems according to ISO 56002 standard can really support the improvement of MIL Cities Indicator by the integration of knowledge, experiences, ideas, values of all stakeholders that operate in a MIL City context (e.g. public administrations, business companies, no profit organizations, etc.).

In particular, the implementation of an ISO 56002 Innovation Management System through a GRC approach allows for the integration and extension of innovation management also towards a series of issues specific to other ISO management systems such as quality, environment, occupational health and safety, IT services, information security and data protection, resilience and business continuity, transparency and antibribery, corporate social responsibility.

An integrated approach to innovation empower an integrated improvement for all MIL City indicators, allowing also to better manage and align the interdependencies between the different MIL City indicators.

References

Chibas Ortiz Felipe, Yamaze Mitsuru (2020), *From Smart cities to MIL Cities, Metrics inspired by the vision of UNESCO*, Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo

ISO 56002:2019 *"Innovation management – Innovation management system – Guidance" standard*

ISO 56000: 2020 *"Innovation management – Fundamentals and vocabulary" standard.*

ISO 37000:2021 "Governance of organizations – Guidance" standard

ISO 31000:2018 "Risk management – Guidelines" standard

ISO 37301:2021 "Compliance management systems – Requirements with guidance for use" standard

ISO 9001:2015 "Quality management systems – Requirements" standard

ISO 14001:2015 "Environmental management systems – Requirements with guidance for use" standard

ISO 45001:2018 "Occupational health and safety management systems – Requirements with guidance for use" standard

ISO 37001:2016 "Anti-bribery management systems – Requirements with guidance for use" standard

ISO 26000:2010 "Guidance on social responsibility" standard

ISO/IEC 20000-1:2018 "Information technology – Service management – Part 1: Service management system requirements" standard

ISO 22301:2019 "Security and resilience – Business continuity management systems – Requirements" standard

ISO/IEC 27001:2013 "Information technology – Security techniques – Information security management systems – Requirements" standard

Puebla, territorio de MIL posibilidades

Daniela Calderón Porter⁸⁷

PUEBLA DE LOS ÁNGELES

Un sitio de gran riqueza arquitectónica y urbana, el cual, mantiene la interrelación con su pasado, un gran testimonio vivo para nuestras generaciones. Nuestra ciudad nace como el primer experimento para



congregar a los nuevos habitantes de Mesoamérica, que, gracias a ello, creció.

El 16 de abril de 1531 se funda la Ciudad de Puebla, como un sueño que se convirtió en leyenda, el lugar es el corazón de un valle entre montañas, ríos y praderas; en el denominado "Códice de Cuautinchan", se denotan la Malinche, el Iztaccíhuatl y el Popocatepetl como una fortaleza, envolviendo a un lugar denominado Cuetlaxcoapan, que en náhuatl significa "Lugar donde cambian de piel las víboras", Montero (2008) refiere "este mapa es un puente excepcional para comprender la cosmovisión indígena del pasado, nos permite adentrarnos en el entorno mesoamericano como muy pocos documentos lo pueden hacer", en el Mapa de Cuauhtinchan II se representa al volcán La Malinche

⁸⁷ Directora General de Patrimonio Cultural de la Secretaría de Cultura del Estado de Puebla. dancalpor@gmail.com

como un espacio sacro en el que se veneraba a distintas deidades asociadas a la fertilidad agrícola. Consideramos que este registro permitió a las sociedades prehispánicas regular el ciclo del cultivo del maíz en distintas áreas del valle de Puebla-Tlaxcala (Tucker, 2008).

En el año de 1558, recibió el título de Noble y Leal Ciudad de Los Ángeles, es por ello que se le suele llamar también “Angelópolis”, sus edificios más representativos fueron construidos en los siglos XVI y XVII, conservando el estilo barroco y que poseen elementos arquitectónicos recurrentes como el petatillo y el azulejo.



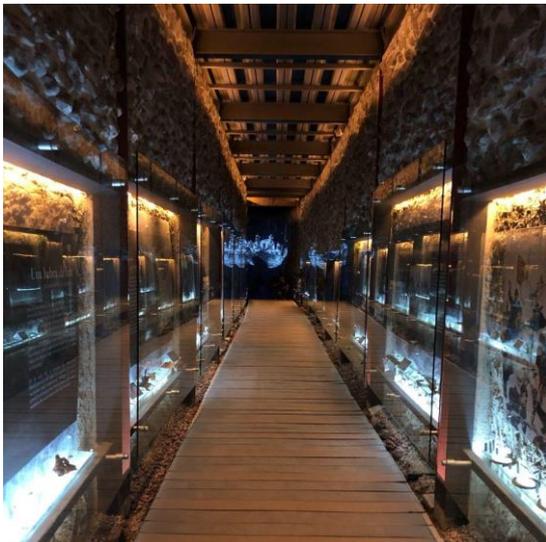
La traza de la ciudad, se realizó en damero, que, mediante el diseño de sus calles en ángulo recto, proyectando manzanas equilibradas; el trabajo para delinear y formar las calles fue dirigido por el fraile franciscano Toribio de Benavente, conocido por los indígenas como Motolinía, es así como, se convirtió en la segunda ciudad en importancia de la Nueva España después de la Ciudad de México.

El escudo de Puebla lleva a su alrededor una cinta con la frase en latín del salmo 90 de David, versículo 11 que dice: “Angelus suis Deus mandavit de te custodiant te in omnibus viis tuis” es decir “Dios ordenó a sus ángeles que te guarden en todos sus caminos”.

RECONOCIMIENTOS UNESCO

El patrimonio cultural es el legado de nuestros antepasados, que vivimos en el presente y transmitiremos a las generaciones futuras, constituye una serie de elementos asociados con las raíces, la identidad, la ubicación espacial y la procedencia de las personas. no se limita a monumentos y objetos, incluye, expresiones heredadas de nuestros antepasados, prácticas, así como saberes y técnicas vinculadas a la artesanía tradicional.

México cuenta con 35 sitios inscritos en la lista de Patrimonio Mundial realizada por la UNESCO, todos ellos representan el legado de riqueza cultural y natural de nuestro país, de los cuales 6 bienes son naturales, 27 bienes son culturales y 2 son mixtos, que representan nuestra identidad cultural, una serie de elementos asociados con las raíces, la identidad, la ubicación espacial y la procedencia de las personas.



El Centro Histórico de Puebla, forma parte de la lista de sitios denominados "Patrimonio mundial", en 1987 obtuvo el reconocimiento por su enorme riqueza cultural, con una extensión de 391 manzanas y 2619 edificios catalogados, se ubica en el Estado de Puebla a 129 kilómetros de distancia de la capital del país, es la cuarta ciudad más grande de México, su extensión territorial es de 546 kilómetros cuadrados.

Actualmente, se mantiene el nombramiento como patrimonio cultural de la humanidad por parte de la UNESCO que, con base a los criterios de valor universal, ubicación estratégica, conservación de integridad y autenticidad, lo han hecho acreedor a este importante mérito, es cierto que “uno de los más grandes retos a los que se enfrentan las ciudades patrimonio mundial consiste en compatibilizar la conservación de los valores y personalidades propios de sus centros históricos, con las necesidades de sus habitantes en el silo XXI” (UNESCO, 2009).

El Estado de Puebla, cuenta con dos sitios más registrados como Patrimonio Mundial, siendo estos los Primeros Monasterios del siglo XVI en las faldas del Popocatepetl: **Convento de San Francisco de Asís**, en San Andrés Calpan, **Convento de San Miguel Arcángel**, en Huejotzingo y el **Convento de la Asunción de Nuestra Señora**, en Tochimilco, los cuales fueron fundados en lugares estratégicos, densamente poblados por indígenas, inscritos el 17 de diciembre de 1994 y destacados por existir como un testimonio de patrón arquitectónico diseñado para lograr la evangelización de un extenso territorio, cuya característica principal era el uso de espacios abiertos, como los grandes atrios.



Otro de ellos es la denominada Reserva del valle de Tehuacán-Cuicatlán, que abarca 20 municipios del Estado de Puebla, el 2

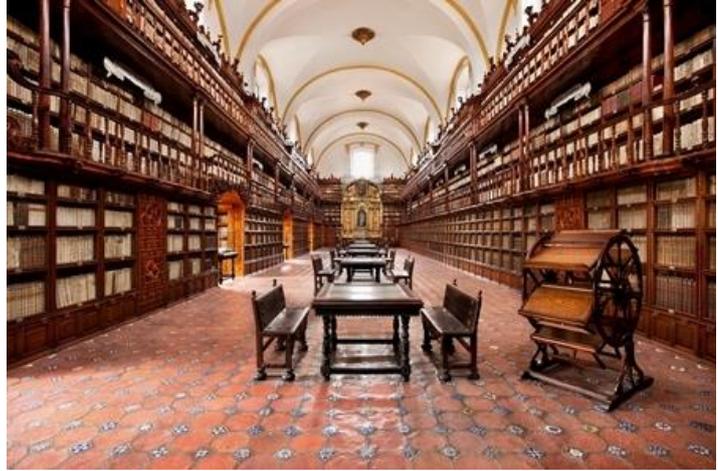
de Julio de 2018 fue declarado Bien Mixto de Patrimonio Mundial por la UNESCO, considerado como la zona árida o semiárida con mayor biodiversidad de América, se trata de un área de diversificación y especiación de plantas, es un sitio clave para el origen y desarrollo de la agricultura en Mesoamérica.

Del mismo modo, diversas manifestaciones culturales originarias del Estado de Puebla, han sido consideradas dentro de la lista de Patrimonio Cultural Inmaterial, entre las que se encuentran las Fiestas Indígenas dedicadas a los muertos (4 de noviembre de 2008), La ceremonia ritual de los voladores (30 de septiembre de 2009), La cocina tradicional mexicana: cultura comunitaria, ancestral y viva (16 de noviembre de 2010), Procesos artesanales para la elaboración de Talavera de Puebla y Tlaxcala y la cerámica de Talavera de la Reina y el Puente del Arzobispo España (11 de diciembre de 2019).



Como parte de los documentos inscritos en el programa “Memoria del mundo” se encuentran la Biblioteca Palafoxiana (2005), Música colonial americana (2007), Suplementos de cabildo 1532-1686; memoria de la Fundación de Puebla (2010), Documentos primigenios de la ciudad de los Ángeles (2010), Colección de placas astrofotográficas (2014), Ópera Medicinalia: Primer impreso de medicina de América (1570), entre otros.

Cabe hacer mención de la designación de Puebla como parte de la red de ciudades creativas de la UNESCO (2015), en el ámbito del diseño, para promover la cooperación hacia y entre las ciudades que identifiquen la creatividad como factor estratégico de desarrollo urbano sostenible. Las 246 ciudades que actualmente



forman la Red trabajan juntas hacia un objetivo común: posicionar la creatividad y las industrias culturales en el centro de su plan de desarrollo local y cooperar activamente a nivel internacional en la materia.

Igualmente, se declaró a Puebla como ciudad de aprendizaje (2020), convirtiéndose en la séptima ciudad mexicana en integrarse a esta red, con un plan de acción encaminado a los objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030, formando parte de una red dinámica de prácticas de todas las regiones del mundo.

Es así como Puebla trabaja constantemente por el desarrollo sostenible, con un gran compromiso social, de la mano de nuestro patrimonio cultural, promoviendo la igualdad para todas las comunidades y la revaloración de las manifestaciones y bienes que nos dan identidad.

PAISAJE URBANO HISTÓRICO: LA CIUDAD DE LOS CAMINOS CORTOS

Enfrentando los nuevos desafíos, entre ellos el crecimiento exponencial de las ciudades y con ello las crecientes necesidades de sus habitantes, donde tienden a dejarse de lado los espacios públicos y las viviendas de uso común, se debe entender a las ciudades como contenedores de la historia, patrimonio e identidad cultural y reconocerse por su valor universal



excepcional, en la actualidad, la lista conformada por 300 ciudades alrededor del mundo incluye a la Ciudad de Puebla, que trabaja en la protección de las características locales únicas y en su integridad como depositaria de una gran riqueza cultural, adoptando la recomendación de UNESCO del

año 2011, sobre el Paisaje Urbano Histórico.

Cuando nos referimos a “La ciudad de los caminos cortos” (teoría acuñada por el arquitecto Felipe Delmont) se propone un cambio de paradigma en las formas de hacer ciudad, apostando a una sinergia histórica en sinergia con su paisaje como modelo perfectible de solución, reestableciendo la milenaria distribución de la ciudad a escala del ser humano.

El trabajo continuo en la importancia del Paisaje Urbano Histórico en la Ciudad de Puebla, ha perpetuado con actividades

continuas, como los talleres implementados en el año 2016, del cual se crea una publicación y la participación de Puebla en el Foro sobre PUH en 2021, haciendo hincapié en proyectos detonadores e incluyentes.

La ciudad de los flujos es la extensión y separación de funciones, contrario a aquella de los caminos cortos es compacta, densa y prioriza la calidad de vida de sus habitantes, donde se vive, se trabaja, se goza y se descansa, sin la violencia de los grandes flujos, es decir, una ciudad sostenible.



Es, ante todo, la racionalización del tejido urbano para apaciguar los flujos, activando la ciudad en todas sus partes, la puesta en marcha de esta iniciativa en Puebla, va de la mano con el Paisaje Urbano Histórico, siendo proyectos complementarios, que se han trabajado de manera constante durante los últimos años.

Este impacto se da, gracias a la diversidad social y funcional en todas partes, haciendo público lo privado, apostando por la diversidad social y funcional, no solo en el espacio abierto sino en las edificaciones, optimizando su uso, es por ello que se ha trabajado en hacer de nuestra ciudad un territorio diversificado, planteando nuevos modos de relacionarnos con la ciudad, buscando ante todo la calidad de vida de las y los ciudadanos.

La ciudad del paisaje histórico urbano, es ciudad en todas sus partes, porque satisface en el camino corto las necesidades de sus habitantes y desarrolla la autonomía política y económica de sus partes, sin segregación, una ciudad transitable y compacta, hiperconectada en red de caminos físicos y virtuales.

MIL CITIES

Los modelos de habitabilidad de la ciudad contemporánea han planteado importantes desafíos, en una era donde todos podemos estar conectados casi de forma inmediata, sin importar la distancia aún resulta un reto el plantear soluciones que nos inviten a vivir una ciudad más integradora, donde sin importar nuestra ubicación geográfica, condición social y económica, ocupación o raza, funcionemos globalmente.

El propósito de toda ciudad (especialmente en tiempos de crisis), debe ser funcionar adecuadamente para las personas que la habitan, es fundamental la suma de esfuerzos de los diversos actores, tanto gubernamentales como sociales para construir ciudades inclusivas, saludables, sostenibles y preparadas para el futuro; emprender políticas que mejoren la calidad de vida tanto de las zonas urbanas como de las rurales y así fortalecer los vínculos entre ellas.

La iniciativa MIL CITIES sobre alfabetización mediática e informacional ha sido creada por la UNESCO y está diseñada para construir puentes entre varios actores de la ciudad, en particular las autoridades gubernamentales locales, bibliotecas de la ciudad, museos, archivos, operadores de transporte público, instalaciones

de salud, instituciones educativas formales, no formales e informales, agencias de desarrollo urbano, ONGs y redes relacionadas con MIL, proponiendo también nuevas políticas y estrategias.

Vivimos en un mundo en el que la calidad de la información que recibimos determina en gran medida nuestras elecciones y acciones consiguientes, incluida nuestra capacidad para disfrutar de las libertades fundamentales y la capacidad de autodeterminación y desarrollo. Impulsada por las mejoras tecnológicas en las telecomunicaciones, también hay una proliferación de los medios de comunicación y otros proveedores de información a través de los cuales los ciudadanos acceden y comparten grandes cantidades de información y conocimiento. A este fenómeno se suma el desafío de evaluar la relevancia y la confiabilidad de la información (UNESCO, 2011).



Ciudades MIL es una iniciativa con enfoques multifacéticos, para la expansión del enfoque MIL se necesita un cambio que propicie llegar a más personas en una era de transformación de ciudades y espacios públicos, donde se dirija más información a través de la incorporación de tecnologías, es decir, enseñar a todos los actores sociales a tener una lectura crítica de la realidad (física o digital) para realizar propuestas creativas, fomentando el uso de la tecnología de forma ética, ecológica y sostenible, para que las organizaciones y habitantes de la ciudad tengan poder de decisión, desarrollando valores éticos, con respecto a la

diversidad y su capacidad de pensamiento independiente y creativo. Una ciudad MIL también puede ser una ciudad que no tiene una alta inversión tecnológica, pero aprovecha al máximo su desarrollo (Chibás, 2020).

En 2020, Grizzle menciona "la red mundial de ciudades MIL de la UNESCO, ofrece una oportunidad para que las ciudades den pasos más audaces en esta dirección mientras promueven la inclusión, la seguridad, la resiliencia, la interculturalidad y la sostenibilidad en la vida de la ciudad".

Toda comunidad "inteligente", es aquella donde las personas deben adquirir las competencias (es decir, conocimientos, habilidades y actitudes) necesarias para navegar en las complejas y cambiantes redes sociales y tecnológicas. Al ayudar a las sociedades a pensar y actuar de una manera más crítica y reflexiva, podemos encaminarnos hacia un cambio positivo y sostenible.

Una aspiración clave es la vinculación de ciudades MIL en todas las regiones del mundo para crear una red de apoyo, que también puede ayudar a estimular la AMI como herramienta al diálogo intercultural e interreligioso, fomentar la tolerancia, contrarrestar el odio, la desinformación y permitir el desarrollo en general.

Dicha relación, apoyará en la formación y motivación de los distintos colectivos de usuarios logrando así una alfabetización integral que nos capacite como ciudadanos activos y críticos del siglo XXI. Es decir, crear políticas de información y / o estrategias en los medios para comunicarse e informar a sus habitantes, estas

políticas y estrategias también deben incluir compromiso y acciones creativas para transmitir la AMI.

El proyecto [Ciudades MIL](#) de la UNESCO, involucra una nueva forma de ver la ciudad, a través del desarrollo de competencias de alfabetización mediática en los ciudadanos. Esto implica involucrar a stakeholders, no solo los relacionados con el sector educación o grupos comunitarios, sino también las empresas startups, agencias de marketing o comunicación, órganos gubernamentales como actores importantes para el desarrollo del Media Information Literacy (Chibás, 2020).

OBJETIVO MIL

En el Estado de Puebla nos encontramos desarrollando proyectos multidisciplinarios, transformando el aprendizaje y fomentando la cooperación, resaltando que no existen barreras para aprender, con contenidos en forma de distintos lenguajes, que, a través de la innovación nos logran conmovir y acercarnos a experiencias y saberes.



Como líder de un gran equipo de trabajo, se enunciarán a continuación los proyectos de mayor alcance, entre ellos se encuentran el denominado “Plan Regulador San Francisco”, que sin duda es un puntual compromiso con la sociedad y con la valorización de su

patrimonio cultural, dentro de éste se han establecido paralelamente a las políticas públicas una serie de estrategias MIL que establezcan un nuevo sistema de interacción, por ejemplo, la Red MIL de bibliotecas. "La biblioteca pública de hoy día es el escenario adecuado para desarrollar programas y abrir nuevas posibilidades de enseñanza y aprendizaje, nuevas formas de trabajar, y nuevos modos de participación e interacción para la ciudadanía." (Pinto M. y Uribe Tirado A. 2012)

Las bibliotecas públicas son espacios óptimos para contribuir al desarrollo de la alfabetización informacional de los ciudadanos y al fomento del aprendizaje a lo largo de la vida, actuando como vaso comunicante que interrelaciona y retroalimenta los distintos tipos de alfabetizaciones que una persona necesita en todas las edades y circunstancias, como tal, se deberá asumir que además de afrontar los crecientes cambios tecnológicos, su funcionamiento ha de cambiar e innovar en los procesos, actitudes y la manera de ofrecer sus servicios a los usuarios.

Otros de los proyectos detonadores son el Museo Franciscano y el Museo de Sitio, así como la escuela Taller de Artes y Oficios, donde la inserción de estas instituciones culturales en Internet permitirá desligar las visitas del espectador de un espacio/ tiempo definido y ha hecho patente la necesaria utilización de nuevas estrategias de difusión, la creación de nuevos perfiles profesionales ligados al soporte tecnológico e incluso la redefinición de los objetivos y concepción de estas instituciones.

Paralelamente, se desarrollan programas como “Artesanalls” que apoya a 50 iniciativas presentadas por artesanas y artesanos, emprendedores, organizaciones o grupos que deseen desarrollar capacidades técnicas empresariales y comerciales, que les permitan generar acciones de innovación y diseño en procesos y productos, y así resignificar la artesanía, el trabajo colaborativo y la construcción de ecosistemas, este programa facilita el conocimiento y herramientas en innovación aplicada, gestión empresarial, ventas, redes de colaboración y liderazgo, que sirven para apoyar la actividad comercial.



Además de proyectos constantes como Capacitaciones de comercio electrónico, donde la colaboración con la plataforma de ventas en línea más importante a nivel mundial se ofrece a los



artesanos profundizar en los aspectos clave del comercio online y persigue orientar y asesorar a los participantes en la gestión con éxito de su web o su comercio digital; siendo estos un reflejo de la constante creación de planes que acerquen a los ciudadanos a la democratización alfabética de los

medios tecnológicos, y que transmiten el conocimiento y herramientas en innovación aplicada.

Por tanto “no se deben construir ciudades fundamentalmente tecnológicas y consumistas patológicas, que se olviden de las personas con menos nivel de vida. Las nuevas tecnologías deben estar al servicio de todos” (Chibás, 2020, p.14).

Sin duda, otra estrategia fundamental es la existencia de las Redes Sociales Oficiales, donde se comparten de manera plural todas las actividades a realizar, es a través de estas que, las personas pueden sostener diálogos directos con políticos, oficiales cívicos e incluso con agencias del gobierno, siendo utilizadas para acceder a la información y los medios, por lo tanto, pueden funcionar como una forma de crear conciencia sobre la importancia de la alfabetización mediática e informacional en todos los niveles de la sociedad, capacitando a las personas en su contexto para ser más competentes.



Como parte del acercamiento de los habitantes de la ciudad al conocimiento continuo de nuestro entorno, se ha creado

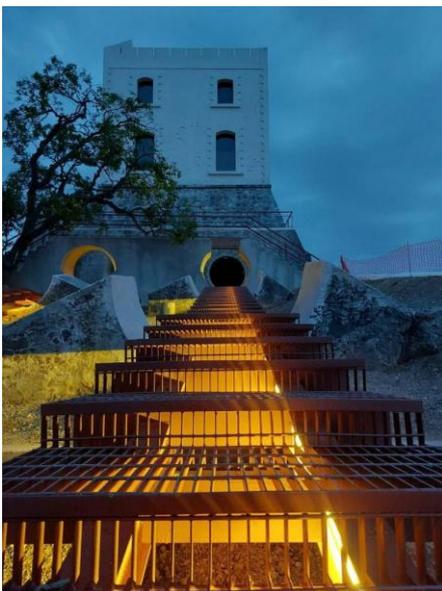
el programa Anual de Arqueoastronomía, que mediante actividades académicas, científicas y prácticas a desarrollarse en diferentes sedes y en línea, se presentan Especialistas en arquitectura, arqueología y antropología impartirán una serie de

conferencias, talleres, observaciones con telescopios, exposiciones y un conversatorio, utilizando la tecnología como un medio de difusión científica cercana a toda la sociedad.

Los resultados de investigaciones recientes presentan la alfabetización mediática como "un recurso importante para cumplir la promesa de la ciudadanía digital" (Martens & Hobbs, 2015). Desde esta perspectiva, la alfabetización mediática surge no como una opción, sino como una necesidad. Chibás menciona:

“Es importante el uso de la tecnología de forma ética, ecológica y sostenible, para que las organizaciones y habitantes de la ciudad tengan poder de decisión, desarrollando valores éticos, con respecto a la diversidad y su capacidad de pensamiento independiente y creativo. Una ciudad MIL también puede ser una ciudad que no tiene una alta inversión tecnológica” (p. 25, 2020).

COMPLEJO CULTURAL “LA CARMELA”



Alrededor del mundo, las actividades industriales han generado una serie de conocimientos, sistemas y espacios productivos que, con el paso del tiempo fueron abandonados, en la actualidad se han ido incorporado a nuestra vida cotidiana.

La ex hidroeléctrica forma parte de este patrimonio industrial, producto

de una reciente apropiación que, mediante la rehabilitación del espacio, cumple con la finalidad de mantener y difundir la herencia cultural de nuestro Estado.

Las instalaciones se convertirán en un espacio museístico que garantice la promoción cultural y el conocimiento del uso del agua como fuerza motriz para la generación de energía, haciendo énfasis en el desarrollo de la industria textil e hidroeléctrica de Puebla.

Las estrategias a implementar son:

- **Cine MIL: alfabetización mediática a través del cine**

Proyectos como CinElmotion, pretenden educar en valores a través del cine, promover el diálogo intercultural entre Europa y Latinoamérica y resaltar el poder del cine como recurso didáctico para abrir la alfabetización mediática y la comprensión crítica de los medios, resulta interesante ya que ofrece la exposición de varios cortometrajes realizados por jóvenes de todo el mundo en los que se habla de desigualdades sociales, migración o exclusión social.

Se busca aprovechar la capacidad natural del cine para captar la atención, atraer e impactar audiencias, además de conocer y comprender a la sociedad, la historia, los valores y cultura propia o ajena, por tanto, se propone un ciclo de cine anual en el que se proyecte material relacionado al enfoque MIL, dentro del espacio de usos múltiples o al aire libre.

- **Talleres MIL**

Como parte de los talleres a impartir, se brindarán talleres de alfabetización digital, en las instalaciones del Centro cultural, destinados a niños y jóvenes de la zona, así como a adultos mayores y personas de escasos recursos que habiten en la zona, teniendo como objetivo, el uso adecuado de las tecnologías (teléfono celular) y el desarrollo de la capacidad de discernimiento de la información.

PROGRAMAS MULTILINGÜES

Plan de trabajo 2022 Alas y Raíces "Desarrollo cultural para infancias y adolescencias libres y creativas del Estado de Puebla" Objetivo General: Impulsar la agencia cultural de las infancias y juventudes a partir del desarrollo e instrumentación de proyectos que fomenten la exploración de los lenguajes artísticos y la diversidad cultural con el



propósito de garantizar el cumplimiento de los derechos culturales de niñas, niños y adolescentes desde el Programa Alas y Raíces.

MEDIOS OFICIALES - REDES SOCIALES

Talleres MIL

Talleres de alfabetización digital como parte de las actividades constantes de la SCP, enfocados en el uso adecuado de las tecnologías, las oportunidades que brindan y la capacidad de discernimiento de la información.



Sitio web y redes sociales

Tanto el sitio web como las redes sociales, son medios oficiales por parte de la Secretaría de Cultura, que comparten información verificada y actualizada, se propone la creación del apartado dentro de los medios digitales, donde se compartan fuentes bibliográficas y enlaces a sitios con contenido de calidad, relacionado al ámbito cultural y educativo



Se han incorporado estrategias MIL en las acciones del gobierno local relacionadas con el desarrollo sostenible, para hacer de nuestra ciudad una ciudad MIL, es indispensable desarrollar proyectos entre gobierno y sociedad civil, crear puentes que construyan una amplia



gama de competencias cognitivas, emocionales y sociales, como las herramientas y tecnologías, las habilidades de pensamiento crítico y análisis, la capacidad de participar en la reflexión y el pensamiento ético, así como la participación activa a través del trabajo en equipo y la colaboración, es así como Puebla marca el camino para ser considerada un detonante en la red de MIL Cities México.

IMÁGENES



Códice de Cuautinchan

Fuente: Instituto Nacional de Antropología e Historia



Escudo de Puebla de los Ángeles

Fuente: Gobierno de México



Pasaje 5 de Mayo, Puebla.

Autor: Daniela Calderón Porter



Reserva del valle de Tehuacán-
Cuicatlán

Fuente: Gobierno de México



Proceso de la Talavera

Autor: Daniela Calderón Porter

Carnaval en Puebla

Autor: Daniela Calderón Porter



Mujer indígena

Autor: Daniela Calderón Porter





Mural en Barrio de Xanenetla
Autor: Daniela Calderón Porter



Mural en Barrio de Xanenetla
Autor: Daniela Calderón Porter



"La Carmela" complejo industrial
Autor: Daniela Calderón Porter



Material de difusión para Artesanialls

Fuente: Secretaría de Cultura, Puebla.



Material de difusión para capacitación de comercio electrónico

Fuente: Secretaría de Cultura, Puebla

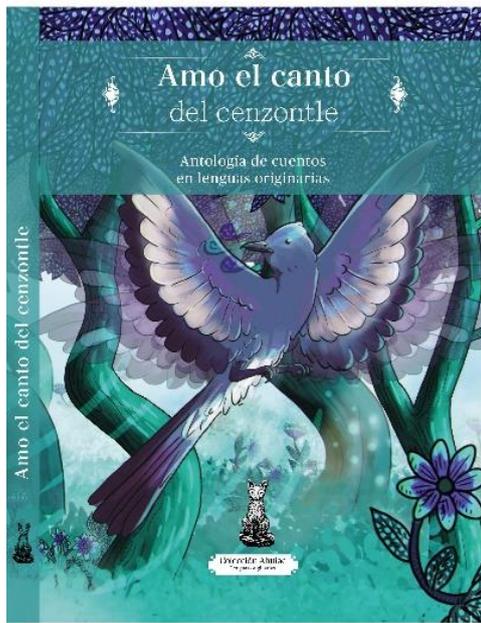


Material de difusión para evento sobre

Arqueoastronomía de Puebla

Fuente: Secretaría de Cultura,

Puebla



Portada oficial "Amo el canto del cenizante"

Autor: Daniela Calderón Porter



Biblioteca Palafoxiana

Fuente: Secretaría de Cultura

Referencias

Chibás Ortiz, F.; Grizzle, A.; Leyser, K.D.S. (2021). Ética poshumana en la educación: apuntes y reflexiones en América Latina. *In*: Chibás Ortiz, F. (Org.). *Red de Ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: métricas, educación, comunicación y salud sostenibles*. 1ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, pp. 330-345.

Forsell M. (2016). Alfabetización mediática: una aproximación cívica y pluralista en el contexto mexicano. DOI: 10.13140/RG.2.2.22553.62560

https://www.researchgate.net/publication/313382744_Alfabetizacion_mediatica_una_aproximacion_civica_y_pluralista_en_el_conte_xto_mexicano

Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities) (2018). UNESCO.

González S. (2019). La alfabetización mediática e informacional como parte importante del Desarrollo Humano y Educativo.

Guerrero M. (2018). Alfabetización mediática en México. *Revista Iberoamericana de Comunicación (RIC)*, (35), pp. 35- 77. <https://ric.iberomx/index.php/ric/article/view/38/29>

Horton F., (2007). Understanding Information Literacy: A primer. IFLA.

Pérez Tornero J (2015). La emergencia de la alfabetización mediática e informacional. Un nuevo paradigma para las políticas públicas y la investigación. *Telos: Cuadernos de comunicación e innovación*, n.100, pp. 99-102.

Pinto, M., & Uribe Tirado, A. (2012). Las bibliotecas públicas híbridas en el marco de la Alfabetización Informacional. *Revista Española De Documentación Científica*, 35(Monográfico), 136-168. <https://doi.org/10.3989/redc.2012.mono.980>.

Programa de formación en alfabetización mediática e informacional destinado a los docentes (2012). UNESCO. Paris, http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/media_and_information_literacy_curriculum_for_teachers_es.pdf

Wilson C., (2012). Media and information literacy: Pedagogy and possibilities. [Alfabetización mediática e informacional: Proyecciones didácticas]. *Comunicar*, 39, 15-24. <https://doi.org/10.3916/C39-2012-02-01>

Os cartoons das Cidades MIL

Dorinho Bastos⁸⁸

Pela quarta vez, tenho a experiência de participar de um livro com um capítulo com cartoons temáticos do Prof. Dr. Dorinho Bastos, com base nas pesquisas atuais e o paradigma das Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) da UNESCO.

O Dorinho, genial professor e cartunista, que generosamente também assina a capa deste livro, nos presenteia mais uma vez com seu olhar sobre este novo conceito de cidades.

A cada colaboração temos entendido muito mais o significado desse novo paradigma que bebe dos demais, mas não é o mesmo que os já mais conhecidos e antigos das Cidades Inteligentes, Criativas, Sustentáveis, Educativas entre outros.

Descreve-se aqui sua visão das cidades com Alfabetização Mediática e Informal (AMI). Dessa forma, com uma narrativa mais sutil, são construídos alguns dos conceitos, essências, indicadores e métricas das Cidades MIL. Busca-se, por meio da arte e do humor, que os leitores tenham sua própria intuição criativa e um maior envolvimento emocional na causa da AMI.

É especialmente importante usar essa linguagem com crianças e jovens, especialmente aqueles das gerações atuais, que têm uma certa tendência a rejeitar textos longos. Por esta e outras razões, como o longo confinamento durante a pandemia causada pelo

⁸⁸ Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

Covid-19, que agora começa a ser pós-pandemia, estes cartoons com sentido crítico e direcionamento criativo, tornaram-se uma ferramenta magnífica para a Alfabetización Mediática e Informativa ou MIL por sua sigla em inglês, correspondentes a Media and Information Literacy. Sem dúvida, essas charges farão parte do currículo da AMI em muitos países.

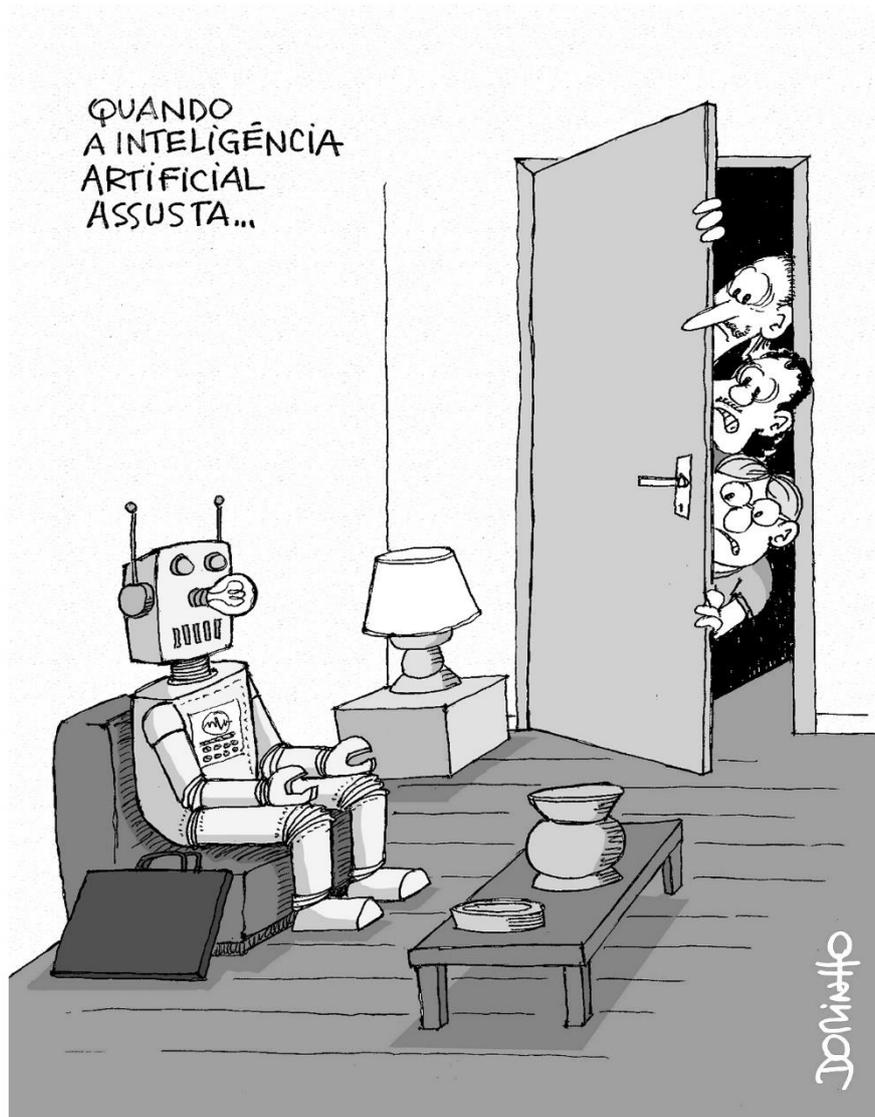
O uso da caricatura como expressão do pensamento acaba gerando um capítulo “disruptivo” neste trabalho. Porque interrompe o acompanhamento normal de um processo que normalmente é feito com textos. Substitui-se a expressão verbal recorrente, a palavra, pela expressão visual, a imagem que é complementada pela imaginação do leitor.

Assim, inspirados nos diversos temas que envolvem as Cidades MIL, apresenta-se aqui uma série de insights que retratam situações universais e atemporais, satirizando os costumes de homens e mulheres vividos em seu habitat, no bairro, comunidade ou na cidade onde vivem ou sobrevivem. Esses costumes cada vez mais tecnológicos, que exigem novas habilidades críticas, criativas e de inovação cotidiana, são vistos aqui de forma leve e bem-humorada, que não propõe exatamente um riso aberto e extrovertido, mas sim uma reflexão íntima sobre temas tão caros a nós, em este novo.

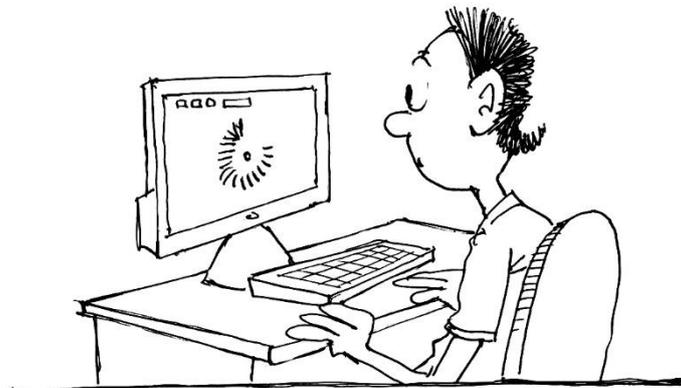
Segue aqui o trabalho do nosso Dorinho. Espero o disfrutem!

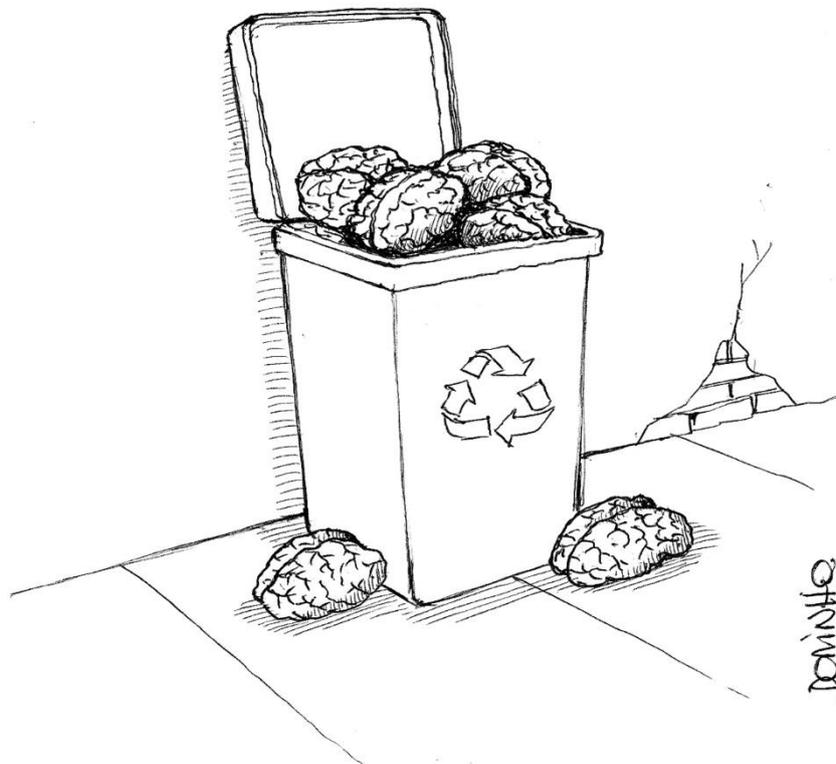
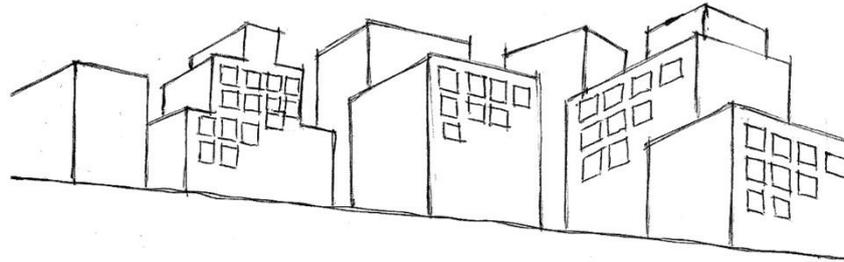
Felipe Chibás Ortiz⁸⁹

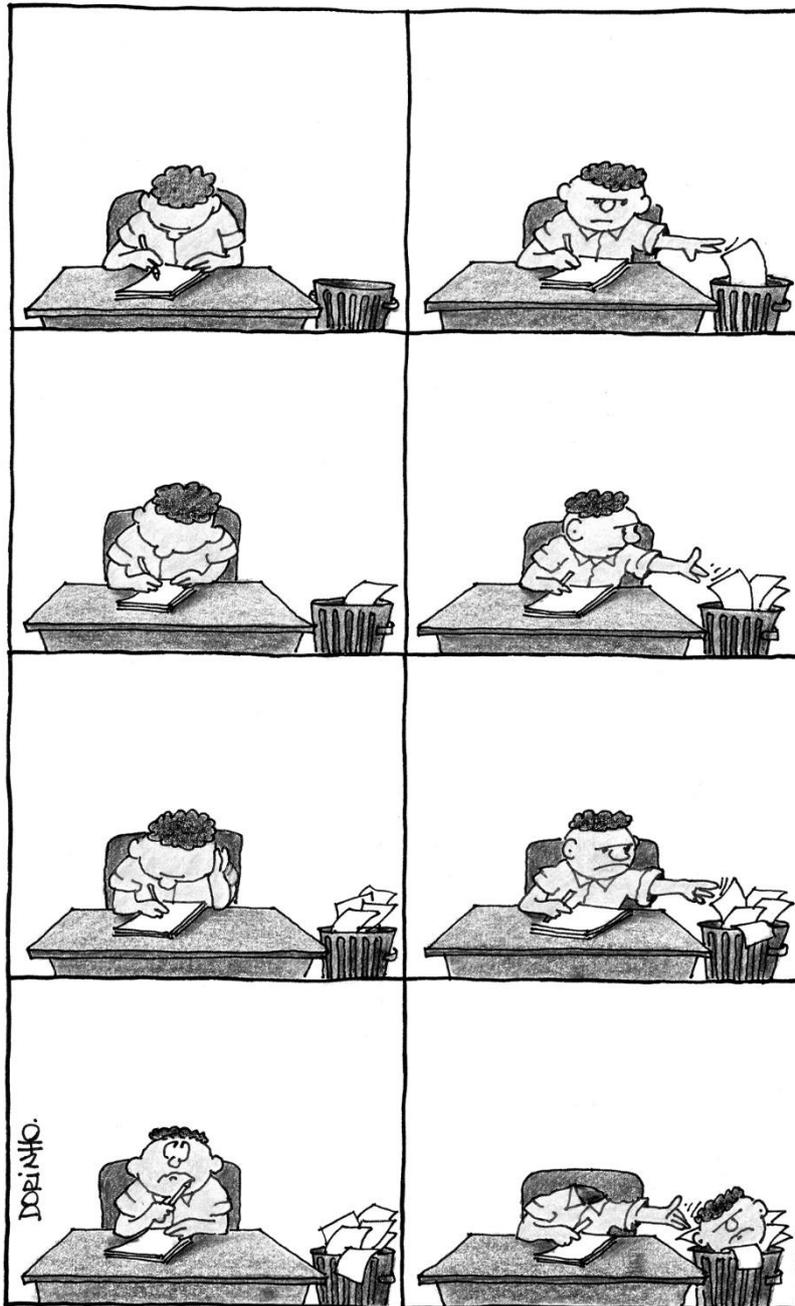
⁸⁹ Professor Associado na Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professor na pós-graduação: ECA-USP, FIA/Fundação Instituto de Administração, INPG/Instituto Nacional de Pós-graduação e SUSTENTARE/Escola de Negócios. Sócio-diretor do estúdio Dorinho Bastos Comunicação & Design.

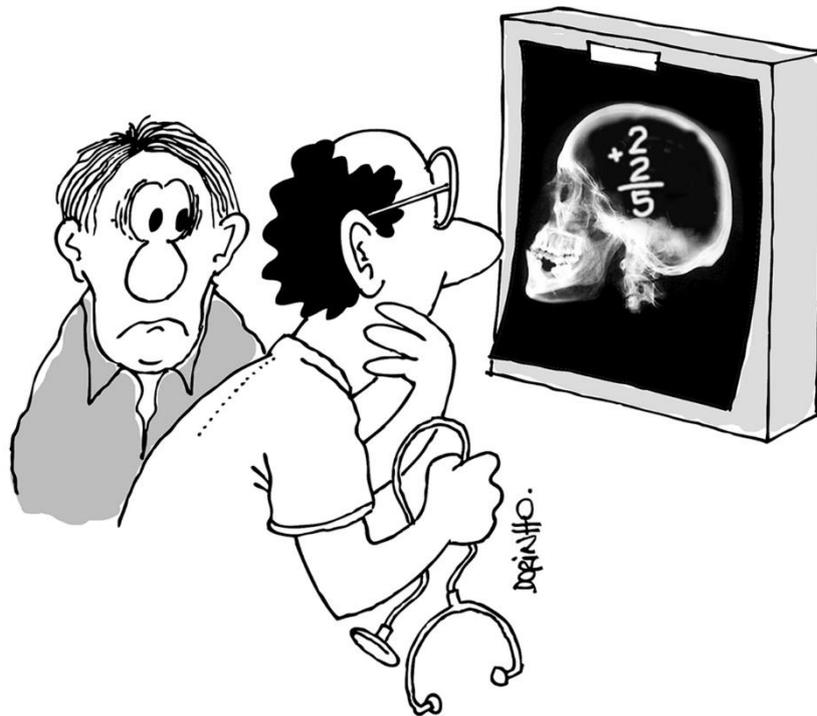


Quando la Inteligencia Artificial asusta.



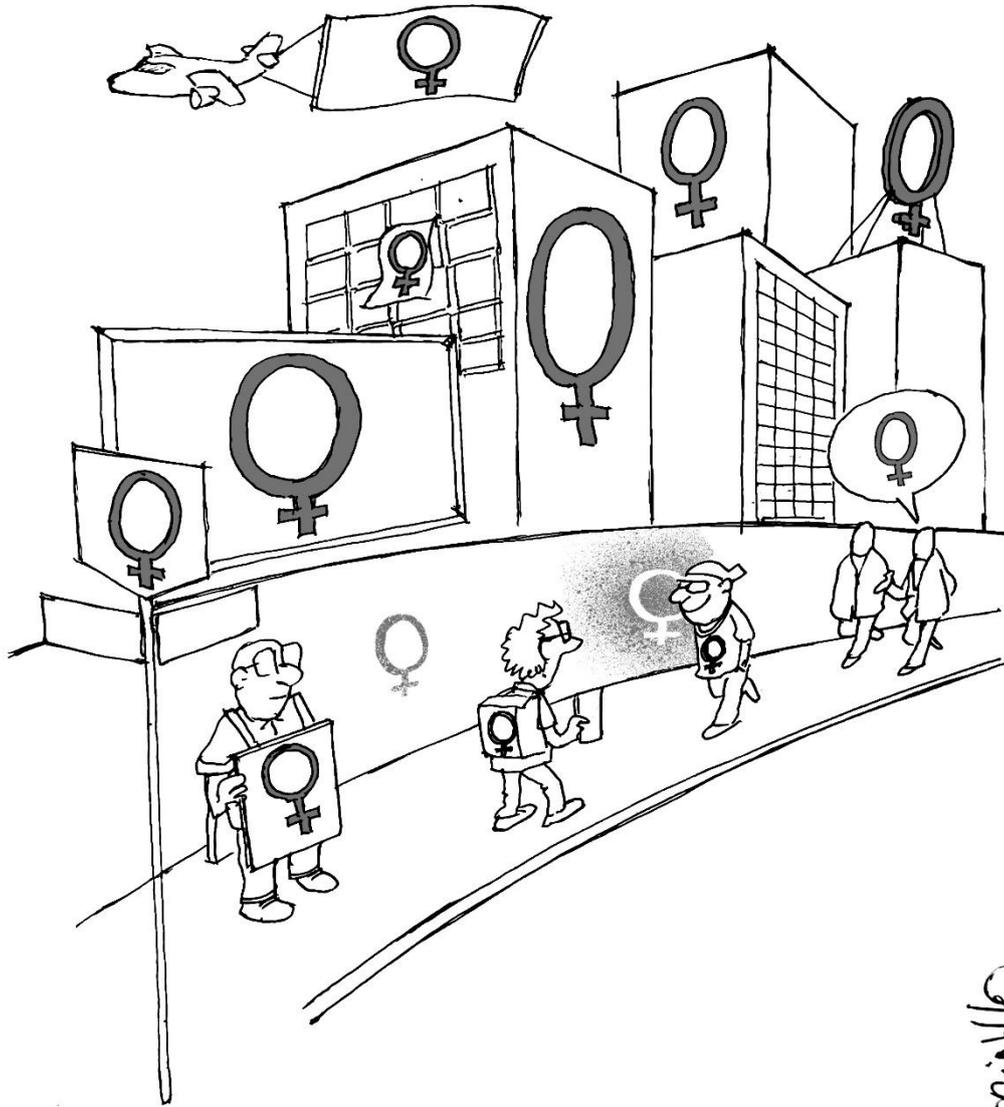




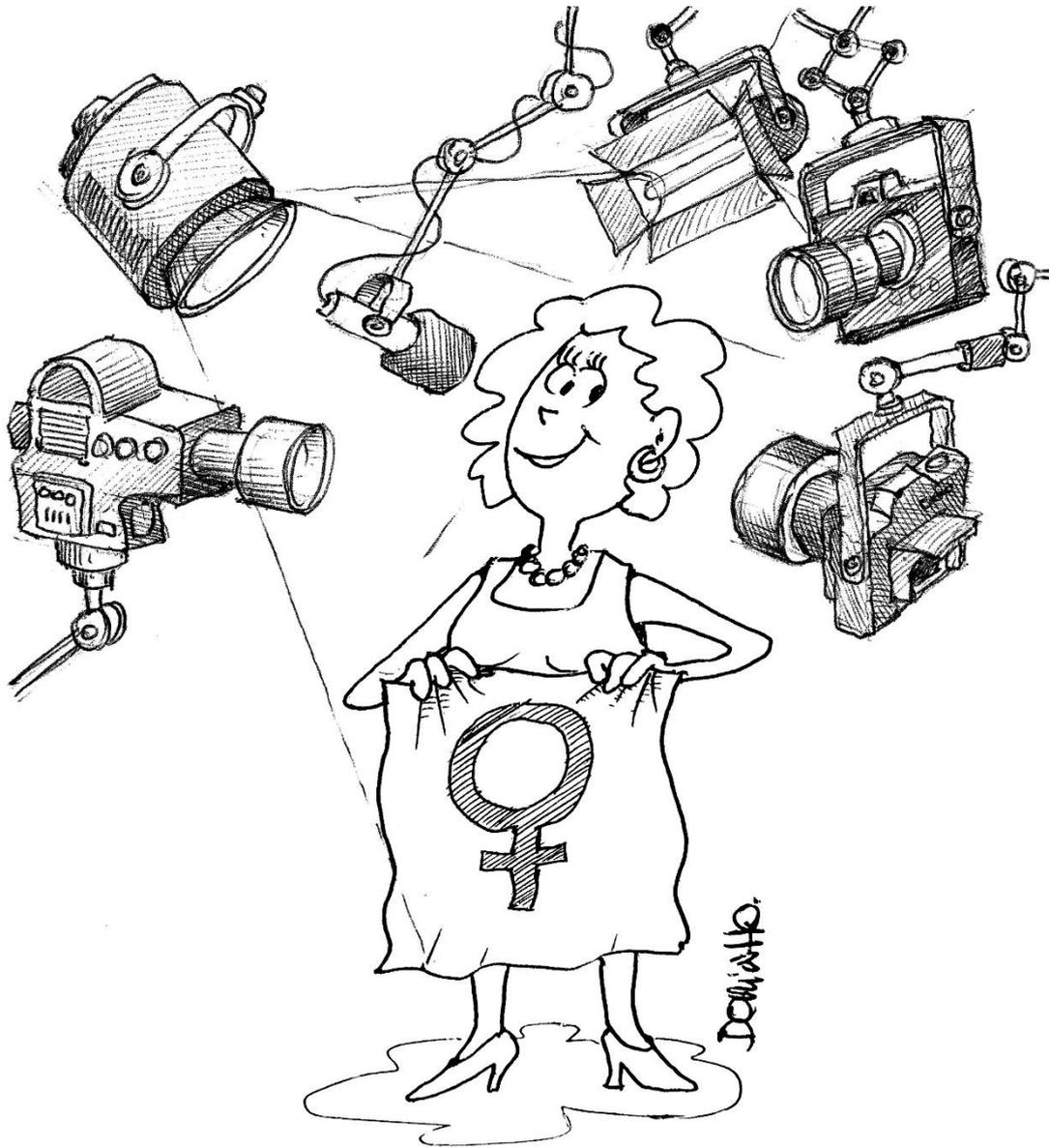


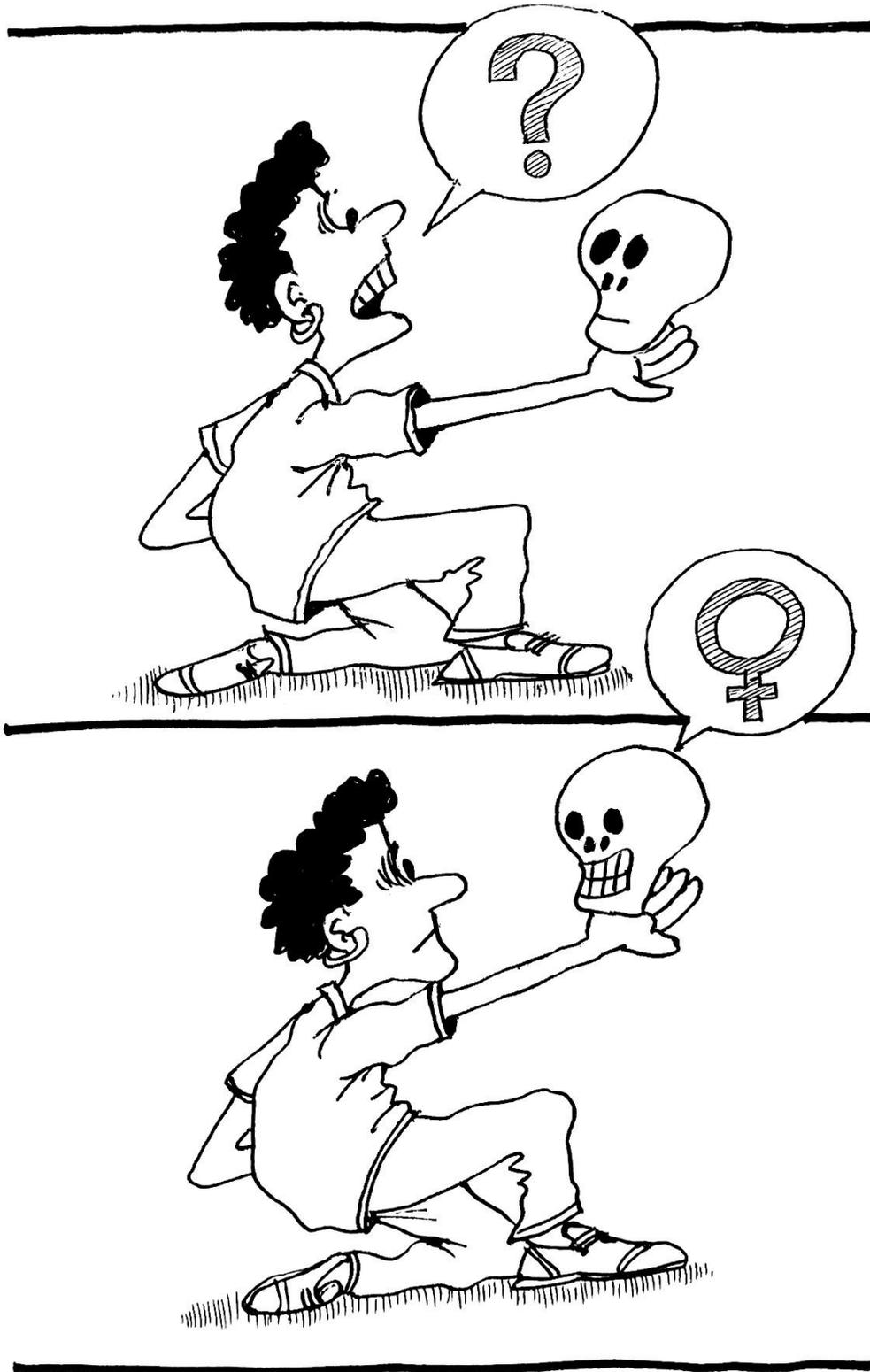


¿Es así que nos tornaremos una ciudad MIL?

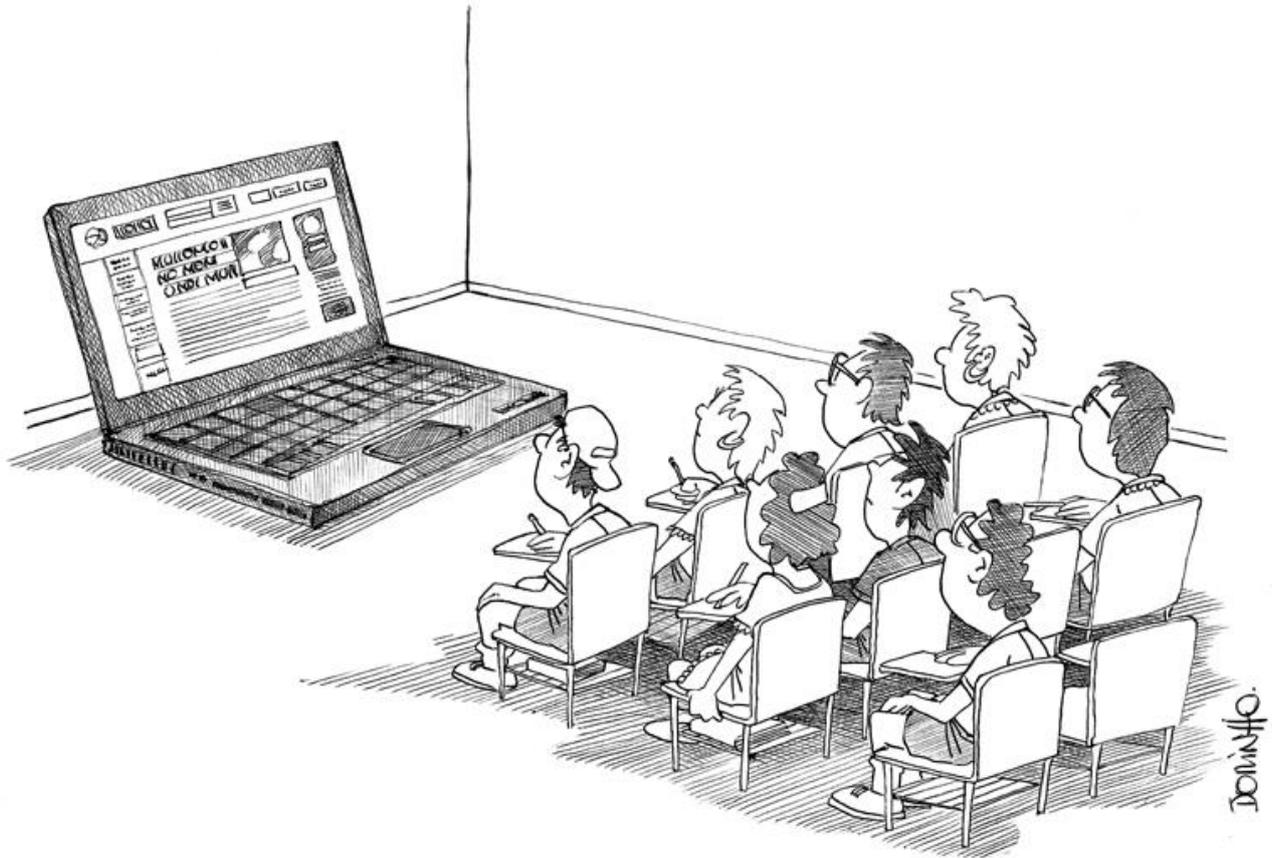


Deninho.











Parte II

Pensando na prática das cidades MIL

Uma perspectiva comparada sobre tecnologia e inteligência artificial como meios de governança

Leila Bijos⁹⁰

Yhasmin M. Oliveira⁹¹

Anna Terra Lima⁹²

Introdução

A inteligência artificial (IA) é uma das tecnologias mais importantes do mundo contemporâneo, interligando países e transformando o ambiente das cidades. Desta forma, é compreensível que a governança, tais quais as cidades sejam afetadas e precisem ser modificadas para poderem melhor acompanhar e servir a população neste cenário. Assim, em 2018 a UNESCO criou o conceito de Cidades Mil⁹³: estrutura global para cidades com alfabetização midiática e informacional. Esta definição dá mais importância a gestão dos cidadãos, cabendo às cidades reconhecer a necessidade de políticas abrangentes de informação e comunicação, atendendo às dimensões digitais e

⁹⁰ Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI), Universidade Federal da Paraíba (2021- Atual). Professora do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), Universidade de Brasília (UnB) leilabijos@gmail.com.

⁹¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), Universidade de Brasília (UnB). yhasminmo@gmail.com.

⁹² Mestranda do Programa em Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI). Colaboradora do Projeto Internacionalização da Educação e Interculturalidade Universitária. annaterralima.ri@gmail.com.

⁹³ Um conceito que aprofundou a noção de Cidade Inteligente.

não digitais, preocupando-se em criar uma comunidade “inteligente” onde as pessoas possuem a capacidade para navegar nas redes sociais e tecnológicas complexas e em permanente mudança (UNESCO, 2018).

A inteligência artificial (IA) vem sendo uma das tecnologias mais importantes do mundo contemporâneo, interligando países e transformando o ambiente das cidades. Trata-se de sistemas interconectados que beneficiam as telecomunicações, a disseminação da informação à comunidade, com acessibilidade a padrões de governança, transparência jurídica e educacional. Como exemplo da união entre governança e tecnologia, elencam-se, neste trabalho, as experiências inovadoras no Brasil, Inglaterra e Estônia, destaques mundiais em suas experiências com a e-governança.

Com base nessas justificativas, os objetivos específicos desse artigo são de: apresentar a cultura de valores no campo da Inteligência Artificial; descrever os meios tecnológicos e seu amparo jurídico; analisar comparativa dos resultados das métricas das IAs do Brasil, da Estônia e do Reino Unido.

Inteligência Artificial e Cultura dos valores

Vivenciamos um momento histórico ímpar, em que seis bilhões de pessoas recebem em tempo real as mais “equipadas” tecnologias informáticas e de mídia em massa, características específicas da cidade globalizada. Esta sociedade dinâmica necessita de estratégias que tenham como objetivo transformar a atual *forma mentis* no relacionamento com o Outro e com a

diversidade e que, antes mesmo de delegar tal serviço a legislações locais, nacionais, supranacionais, delegá-lo aos sistemas educativos-formativos (Pieroni et. al. 2014, p. 7). Esta é uma premissa para podermos viajar em direção ao futuro, como membros de uma cidade tecnohumana.

Nesse contexto, o fator educativo e cultural envolvendo a formação adquire cada vez maior importância (Yanaze & Chibás Ortiz, 2020, p. 26), num período de transição e mudanças exponenciais que caracteriza o século XXI, expresso na urgência de passar de um conceito de cidadania baseada em sentimentos e direitos de pertença para um novo conceito que privilegie a “pessoa” e seus direitos, e deveres (Pieroni, et. al., 2014, p. 8). Imbuídos dessa dialética sobre direitos e deveres, notamos um vazio de uma educação dirigida aos direitos e deveres de cada um, para que o cidadão possa conhecer e entender esse peculiar e novo universo social que está sendo construído nas cidades, dessa forma, é dado ao Estado o controle sobre o desenvolvimento social, pois ele representa a garantia de paz e segurança à sociedade.

A Alfabetização Midiática e Informacional (MIL) visa educar os indivíduos para o questionamento sobre as informações divulgadas, para identificar os preconceitos, preparar para o discernimento e estabelecer julgamentos próprios e sólidos, para depois modificar a realidade criativa, ética e sustentável (Grizzle, 2018). Os desdobramentos se fazem sentir na disseminação inovadora do conhecimento, por redes educativas e culturais de pessoas, organizações como universidades, prefeituras e escolas,

com o devido treinamento dos docentes (Chibás Ortiz et. al, 2020, p. 26).

O uso da Inteligência Artificial (IA), está em gradativa difusão entre os diversos campos de atuação, apontada como protagonista nos processos de inovação, principalmente na área administrativa, jornalística e jurídica. Contudo, formular um conceito exato de IA ainda é um desafio. IA para John McCarthy, um dos primeiros a empregar a expressão "Inteligência Artificial": "It is the science and engineering of making intelligent machines, especially intelligent computer programs" (McCarthy, 2007, p. 2). Para Urwin, inteligência artificial é uma ferramenta construída para auxiliar ou substituir o pensamento humano" (2016, p. 92). Wildisen (2015) concorda, afirmando que a IA é a teoria e o desenvolvimento de sistemas de computador que conseguirão realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana.

No que se refere às inovações jornalísticas, a inteligência artificial tem sido usada como colaboradora dos jornalistas, por notícias com textos escritos automatizadamente, apresentadores artificiais, como a agência Xinhua China (El País, 2018), pioneiros nesse lançamento, com notícias divulgadas por robôs, usando-se aplicações de 'software' que simulam as ações humanas. A avaliação é tanto positiva, como negativa, dado que, através das redes sociais, podem influir nas tendências por diversos interesses. Visto que aqueles que simulam serem uma pessoa, inclusive entabular uma conversação, e divulgar perfis, assim como notícias falsas adentram nos métodos criminais virtuais,

usados com muita frequência para enganar e extorquir os cidadãos (Muñoz, 2021, p. 218).

Para a ciência do Direito, IA é a capacidade de atuação racional visando realizar previsões, o que acontecerá a partir do uso de algoritmos. Na definição de Pedro Domingos (2015), algoritmo é uma sequência lógica e finita de instruções que indicam a um computador o que fazer. Quanto ao seu funcionamento, os algoritmos podem ser definidos em duas espécies: os programados e os não programados. Algoritmos programados seguem as operações definidas, a informação é adicionada ao sistema, o algoritmo trabalha essa informação e o resultado (*output*) é gerado.

Os algoritmos não-programados, conhecidos por usarem a técnica *machine learning*, operam de modo que os dados e o resultado desejado são carregados no sistema (*input*), que no que lhe concerne produz o algoritmo (*output*) que transforma um no outro (Ferrari & Becker, 2017). Forma-se uma cadeia de aprendizagem da máquina onde ela vai criando a própria programação. Essa sofisticação dos algoritmos de *machine learning* ilustra a capacidade e o nível de evolução tecnológica já alcançada pela sociedade e gera novas demandas aos principais atores no campo da inovação, notadamente, governos, indústrias e universidades.

Disponibilidade de meios tecnológicos e estruturais para desenvolver a inteligência artificial ancorada no Direito

Em 2013, em Wisconsin, Estados Unidos, ocorreu o caso que se tornaria paradigmático à discussão do uso de IA e seus limites. Em fevereiro do referido ano, após furtar um veículo, ser perseguido pela polícia e se envolver em um tiroteio, Eric Loomis foi preso em flagrante.

O que chamou atenção no caso foi o fato de a negativa da liberdade provisória e o patamar aumentado da pena terem sido definidos a partir do parecer de que Loomis apresentaria alto risco de violência, reincidência e evasão. Entretanto, esse parecer não foi emitido pelo juiz da causa, mas sim por um software de origem privada chamado COMPAS (Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions), que à época, era alugado pelo Poder Judiciário. Esse programa que funcionava a partir de um algoritmo secreto, ao qual os julgadores não tinham acesso, o que não impediu, entretanto, que a decisão pela prisão de Loomis fosse fundamentada apenas com base no resultado do algoritmo (Israni, 2017).

A defesa, diante de tal resultado, recorreu à Suprema Corte de Wisconsin, requerendo o acesso aos critérios que levaram o software a classificá-lo como uma pessoa de alto risco, ao que obteve uma resposta negativa sob o fundamento de que a questão ainda não estaria madura para julgamento por se tratar de tema ainda muito recente. Desta forma, foi negado a Loomis pela justiça acessar o código-fonte do algoritmo, e na mesma linha, os representantes legais da Northpointe Inc. (atualmente,

Equivant), desenvolvedora do COMPAS, defenderam que a forma de operação do sistema estaria protegida por segredo industrial.

Ainda durante o julgamento na Suprema Corte de Wisconsin, por um relatório emitido pela ONG ProPublica, se descobriu que o COMPAS era enviesado contra afro-americanos (Angwin, 2016). Apesar desse exemplo de distorção no viés do algoritmo, a Suprema Corte de Wisconsin negou o recurso de Loomis, declarando que a sentença recebida por ele seria a mesma que pudesse porventura decorrer de uma avaliação humana. Loomis, então, recorreu à Suprema Corte Americana, apresentando o *writ of certiorari*, que também foi negado.

O caso em questão ilustra o papel de agente decisório que os sistemas de IA estão protagonizando na sociedade. Com essa nova realidade sendo implementada em diversos setores, novos questionamentos e desafios surgem, reforçando a necessidade de uma sólida base regulatória que assegure um patamar de responsabilização pelas decisões tomadas por máquinas. Um dos aspectos que gera preocupação é a opacidade, que surge através da janela entre a programação humana na base do algoritmo e o comportamento autônomo desenvolvido por este, de modo a criar a própria programação. Sobre o problema da opacidade/transparência, Kroll analisa que

The natural antidote to opacity is transparency, and transparency is often cited as at least a component of a solution to problems of governing computers systems [...] In fact, transparency demands a mix of understanding how a system works, understanding why it works in that way, and a perception

on the part of affected people that the mechanisms and processes of a system function to achieve the correct goals [...] when transparency is demanded, it is important to be clear over what transparency is required and to whom that transparency is intended. (Kroll, p. 9, 2018)

Cumpre salientar que a divulgação de código-fonte, por si só, mostra-se apenas parcialmente eficaz aos fins pretendidos, pois o código de programação dos algoritmos que operam em *machine learning* carregam tão somente as regras de aprendizagem do *software*, e a decisão surge da interação entre essas regras e os dados. Motivo pelo qual a IA está em constante mudança. Portanto, a ausência de controle sobre a qualidade desses dados, pode gerar sérias consequências. Nesse sentido,

[...] algoritmos muitas vezes criam ou acentuam assimetrias de poder e oportunidades, afetam a meritocracia e induzem resultados, de modo que a regulamentação deve garantir que seu uso não seja traduzido em decisões ou diretrizes de política pública injustas e ilegais. (Coutinho & Kira, 2019, p. 01)

Tais facetas da IA (dentre outras), impulsionam um esforço, em especial da esfera jurídica, no sentido de regular, sem cercear, a disponibilidade de meios e estruturas para desenvolver a IA. Neste sentido, tem se observado uma onda de iniciativas regulatórias por parte de diversos países de modo a estabelecer uma relação harmônica entre a promoção de inovação e os direitos individuais e coletivos, sem violar os direitos constitucionais (POSNER, 2014, p. 116).

Em maio de 2018, o Comitê de Ciência e Tecnologia da *House of Commons* do Reino Unido, publicou o parecer "*Algorithms in decision-making*" (2018), fruto da inquietação quanto à repercussão jurídica, política e social do crescimento de inovações e tecnologias que propicia a tomada de decisões algorítmicas. Pavlich (2011, p. 168) infere acerca do que tais desenvolvimentos podem significar para o futuro do campo do direito e da sociedade demarcado pela jurisprudência, a sociologia do direito, os estudos sócio jurídicos.

Na oportunidade, o governo do Reino Unido apresentou ao Comitê o plano para a criação do "*Centre for Data Ethics and Innovation*" (Centro de Dados Éticos e de Inovação), cujo objetivo será a "supervisão do futuro desenvolvimento de algoritmos e das 'decisões' que eles tomam" (Londres, 2021).

No Brasil, no que lhe concerne, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, foi elaborada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, 2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Nela também incluem os meios digitais, por pessoa natural e/ou jurídica de direito público e/ou privado, com o fim de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Com isso, a LGPD surgiu como uma ferramenta de tutela coletiva para a proteção de direitos individuais e promoção de modelos econômicos.

Para efetivar essa proteção da LGPD, foi criada também a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Ressalte-se que a Internet trouxe também enormes desafios para inúmeros

ramos do Direito, dentre eles os Direitos Autorais. Em face deste novo ambiente de fácil violação e difícil controle (Lima, 2019, p. 8). Percebe-se um movimento conjunto por parte de países e blocos em tutelar a evolução da implementação da IA no cotidiano, de modo que ela se torne uma aliada, e não uma ameaça.

Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista metodológico para o contexto trabalhado, utiliza-se uma metodologia empírica, ancorada em documentos bibliográficos, com ênfase em estudos de caso de três cidades escolhidas para o comparativo: Brasília (Brasil), Londres (Reino Unido) e Tallinn (Estônia). As três cidades apresentam experiências inovadoras na união entre governança e tecnologia, exemplificando como a democracia digital pode contribuir para o aperfeiçoamento da governança, das comunicações entre países, nas análises jurídicas, no controle social de políticas públicas, nas atividades das Cidades MIL.

Atualmente, as Cidades Mil atuam com 13 indicadores, 222 métricas, neste trabalho daremos enfoque ao indicador 9: inteligência artificial (IA), *startups* e canais digitais (Ortiz, 2020), conduzindo uma análise comparada da Estônia, Reino Unido e Brasil em sua utilização da tecnologia como ferramenta de governança e do acesso da população a mesma. Nesse diapasão, nos guiaremos por quatro métricas: acessibilidade; investimento em supervisão e segurança de dados; inclusão de *startups* nos projetos de IA, e mecanismos de governança. Utilizaremos também a seguinte Escala de Comparação para a construção das

considerações aqui apresentadas: de 0 a 3 - Baixo, de 4 a 5 - Média, de 6 a 7 - Bom (ou Elevado) e de 8 a 10 Excelente (ou Alto). Conforme ilustrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Avaliação da Implementação de E-Government.

INDICADOR MÉTRICA	Notas Cidades			
	Brasília, Brasil	Londres, UK	Tallinn, Estônia	Referência
Investimento em supervisão e segurança dos dados.	5	9	10	10
Inclusão de startups nos projetos de inteligência artificial voltados à soluções para as demandas do governo e da sociedade.	4	9	10	10
Mecanismos de governança.	8	9	10	10
Acessibilidade ao cidadão.	7	9	9	10
Somatória	24	36	39	40
Percentual	60%	90%	98%	100%

Fonte: Autoria nossa.

Análise de Resultados: Inteligência artificial (IA), startups e canais digitais (Brasil, Reino Unido e Estônia)

Os três países aparecem no topo⁹⁴ dos índices do GovTech (Banco Mundial) e da Pesquisa de E-Governo Nações Unidas⁹⁵ (EGDI). O primeiro mede os principais aspectos através de quatro

⁹⁴ "GovTech leaders demonstrating advanced or innovative solutions and good practices in all four focus areas" (Dener, p. 19, 2021) e Very High E-Government Development Index (United Nations, 2021)

⁹⁵ United Nations E-Government Survey.

áreas de foco: apoio aos principais sistemas governamentais; aprimoramento da prestação de serviços; integração do envolvimento dos cidadãos, e promoção dos capacitadores GovTech para apoiar a modernização do setor público (Dener, 2021). Já o EGDI rastreia o escopo e a qualidade dos serviços governamentais on-line, o estado da infraestrutura de telecomunicações e a capacidade de pessoal em 193 estados-membros da ONU (Dener, 2021).

Segundo dados do Banco Mundial⁹⁶, 95% da população do Reino Unido tem acesso à internet, seguido por 89% da população da Estônia e 74% dos brasileiros (79,1% segundo dados do IBGE). Dentre as cidades brasileiras, Brasília possui o maior índice de domicílios com acesso à internet: 94% (IBGE, 2019).

A Estônia pode ser entendida como padrão ouro quando se trata de e-governança. O país reconhece o acesso à internet como um direito humano e possui um governo quase 100% digital, apenas 3 serviços requerem presença física: casamento, divórcio e transferência de propriedade (Bigarelli, 2018). O país também se encontra em segundo lugar dentre 70 países analisados em índice de liberdade na internet (Freedom House, 2021) e em primeiro lugar em qualidade de vida digital segundo uma pesquisa do *Inter Nations* (2019).

O país nórdico também é destaque em cibersegurança, em primeiro lugar na União Europeia e segundo lugar no mundo. Lar do Centro de Excelência de Defesa Cibernética Cooperativa

⁹⁶World Bank, 2021.

(CCDCOE) da OTAN, segundo proposto pelo ministro do empreendedorismo e tecnologia da informação da Estônia, Andres Sutto, o país deve ter um investimento semelhante ao da organização na área de cibersegurança (cerca de 2% do PIB) (Noyan, 2021).

Com a aplicação deste processo, a Estônia tornou-se referência em governo digital. Com isso, os cidadãos podem acessar a maioria dos serviços públicos *online*, deixando a burocracia de filas e longos prazos no passado. Dado o alto tráfego de dados, a arquitetura de informação também passou por transformações. Na Estônia, é utilizado um sistema chamado X-Road, uma camada de dados distribuídos sem um banco de dados central e cujas informações só podem ser acessadas com a autenticação de dois fatores. Cada agência governamental administra seus próprios dados e acessa aqueles que lhe são pertinentes conforme a necessidade e as possibilidades de acesso oferecidas pelo sistema. Isso garante privacidade, evitando que pessoas não autorizadas possam ver ou copiar os dados de outras pessoas, e também integridade, de modo que os dados não possam ser alterados maliciosamente. (Govtech Brasil, 2018).

Finalmente, em Tallinn, existem 122 startups de inteligência artificial (Tracxn, 2021) e cerca de 50% dos sistemas de autenticação para infraestruturas de governo eletrônico são financiados pelo setor privado. Essa infraestrutura digital de serviços públicos (que continua a mesma de 17 anos atrás) é um sistema de código aberto, não proprietário e descentralizado, ou seja, quando uma empresa privada desenvolve um novo serviço,

ela só precisa acoplá-lo à estrutura já existente. Os dados de autoridades, instituições e governos são protegidos com criptografia de ponta a ponta (Bigarelli, 2018).

O Reino Unido encontra-se em oitavo lugar no índice da Freedom House em liberdade na internet e em décimo quinto quando se trata de qualidade de vida na web (Inter Nations, 2019). O grande destaque do país, e de Londres em especial, é o extenso trabalho do governo em programas e investimentos para o desenvolvimento da e-governança e da tecnologia. Iniciativas como DevicesDotNow, Digital Inclusion Innovation Programme (LOTI, 2021); The Government Digital Service (GDS) e a Estratégia Nacional de IA, um plano de 10 anos para investir para tornar a Grã-Bretanha uma superpotência global de IA (United Kingdom, 2021), mostram o grande engajamento do governo de investir em tecnologia e acessibilidade.

Londres é a capital de crescimento IA da Europa, lar de 1,445 startups de inteligência artificial (Tracxn, 2021). O prefeito de Londres contratou a CognitionX para mapear as inovações da inteligência artificial na cidade e identificar seus pontos fortes únicos como um centro global de IA. Os resultados desta pesquisa têm o intuito de contribuir em ações que visam apoiar o crescimento futuro da IA em vários setores, impulsionando a inovação, a produtividade e o crescimento (Londres, 2021). Segundo dados do relatório de 2020 do Escritório de Londres para o Rápido Avanço da Segurança Cibernética (LORCA), de um setor de segurança cibernética em expansão que contribuiu com £8,3 bilhões para a economia do Reino Unido no ano de 2019. O

LORCA excedeu as expectativas iniciais, arrecadando mais de £141 milhões em dois anos, muito acima da meta inicial de £40 milhões (LORCA, 2020).

O Brasil está em vigésimo terceiro lugar no índice de liberdade na internet (Freedom House, 2021) e, segundo o relatório da Inter Nations de 2019, se encontra em 50º lugar dentre 68 países no tocante a qualidade de vida digital. Contudo, segundo os índices GovTech o país é um líder nos principais sistemas e facilitadores do governo, apresentando uma estratégia digital para 2020-22 (Brasil, 2020), bem como estruturas de governança de dados, segurança e privacidade. Possui também uma estratégia de inteligência artificial (a EBIA) (Brasil, 2021) e um portal do governo federal que permite acesso a serviços públicos a mais de 80 milhões de usuários, 40 vezes mais que em 2019 (Dener, 2021).

Segundo dados do Tracxn (2021) o Brasil possui atualmente 270 startups de inteligência artificial, das quais 49 são voltadas à área da saúde. Foi criado também o BrazilLAB, um “hub de inovação que acelera soluções e conecta empreendedores com o Poder Público [...] uma das 80 iniciativas GovTechs pelo mundo e entre as 14 iniciativas lideradas pela sociedade civil nessa pauta” (BrazilLAB, 2021). O acesso à tecnologia e ao meio digital são fundamentais para o exercício da governança na atual conjuntura. Observa-se assim que, através dos dados aqui apresentados, existe uma crescente importância dada pelos governos e pelas Organizações Internacionais em suas agendas ao investimento e ao desenvolvimento nos âmbitos de inteligência artificial e

cibersegurança. Contudo, ao analisarmos este panorama não podemos esquecer os limitantes socioeconômicos de cada sociedade.

Além disso, como podemos exemplificar por dados do Programa de Inovação em Inclusão Digital do Escritório de Tecnologia e Inovação de Londres (LOTI), alguns grupos da sociedade continuam a sofrer com a exclusão digital globalmente: desempregados; famílias de baixa renda; pessoas portadoras de deficiências; idosos; moradores de rua, e pessoas com baixas habilidades em numeração e alfabetização. Desta forma precisamos trabalhar para coordenar cada vez mais os âmbitos, público/privado, nacional/internacional, para diminuir a lacuna de acesso à tecnologia permitindo o uso consciente e democrático, fundamental para diminuição da desigualdade e a construção de uma cidade e uma sociedade MIL.

Nesta escalada rumo à inovação, o Brasil vem caminhando de forma contínua. Em 2000, houve o marco do governo eletrônico, em 2014, o marco civil da internet, em 2016, a estratégia de governança digital e a lei da informação. Já em 2018, a tecnologia começou a ser aplicada no serviço público, a exemplo do robô VICTOR, IA nascida de uma parceria entre a Universidade de Brasília e o Supremo Tribunal Federal com o fito de dinamizar a tramitação de processos com temas de repercussão geral sob sua jurisdição.

O objetivo inicial é aumentar a velocidade de tramitação dos processos por meio da utilização da tecnologia para auxiliar o trabalho do Supremo Tribunal Federal. A máquina não decide,

não julga, isso é atividade humana. Está sendo treinado para atuar em camadas de organização dos processos para aumentar a eficiência e velocidade de avaliação judicial. Os pesquisadores e o Tribunal esperam que, em breve, todos os tribunais do Brasil poderão fazer uso do VICTOR para pré-processar os recursos extraordinários logo após sua interposição (esses recursos são interpostos contra acórdãos de tribunais), o que visa antecipar o juízo de admissibilidade quanto à vinculação a temas com repercussão geral, o primeiro obstáculo para que um recurso chegue ao STF. Com isso, poderá impactar na redução dessa fase em 2 ou mais anos (STF, Jus Brasil, 2018).

Apesar de representar um avanço, o robô VICTOR gera também desconfiança, principalmente quando contraposto ao aspecto do viés da máquina, que seria tendência de adesão por parte do ser humano à sugestão dada pelo *software*. Entretanto, é inegável que ele representa uma tendência, daí a necessidade de aliar os movimentos de inovação às leis, sistemas e processos que regulem o acesso e o uso dessas tecnologias.

Considerações Finais

Como marcos conclusivos ressaltamos as mudanças contemporâneas, o impacto da utilização de novas tecnologias nas atividades das Cidades MIL, com o contexto de novos stakeholders, os governantes, os formuladores de política, influenciadores e jovens. Objetivou-se discutir a implementação de E-Government, e como os países avançados estão disponibilizando investimentos em supervisão e segurança de dados, inclusão de *startups* nos projetos de inteligência artificial

voltados às soluções para as demandas do governo e da sociedade. Embasados nessas proposições, verifica-se que, na atualidade, a acessibilidade de dados tem contribuído para o aperfeiçoamento dos sistemas executivo, legislativo e judiciário.

Comparando as métricas entre Brasil, Inglaterra e Estônia tem-se que a tecnologia, a IA e a e-governança representam um aspecto integral da vivência e cidadania com evidências de que a democracia digital, eletrônica ou 4.0, caminham juntas objetivando uma democracia participativa, com um grau elevado de alcance dos seus mecanismos interativos e de controle, reduzindo ou eliminando os obstáculos existentes na sua fragmentação política tradicional.

Referências

Angwin, J., Larson, J., Mattu, S., & Kirchner, L. (2016, May 23). Machine Bias. *ProPublica*; ProPublica. <https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>

Bigarelli, Barbara. Como a Estônia construiu uma sociedade digital. (n.d.). *Época Negócios*. Retrieved April 2, 2022, from <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/08/como-estonia-construiu-uma-sociedade-digital.html>

Brasil. Estratégia de Governo Digital 2020-2022. (n.d.). *Governo Digital*. Retrieved April 2, 2022, from <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020>

Brasil. *Inteligência Artificial*. (n.d.). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Retrieved April 2, 2022, from <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/inteligencia-artificial>

BrazillAB. (n.d.). BrazillAB. *BrazillAB*. Retrieved April 2, 2022, from <https://brazillab.org.br/>

Chibás, F., Grizzle, A., Borges, A., Ramos, F., Mazzetti, B., & Silva Junior, O. (2020). *Métricas das Cidades MIL, Barreiras Culturais e Inteligência Artificial analisadas sob a visão da UNESCO: caso São Paulo. das Cidades Inteligentes às Cidades MIL, métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. ECA-USP: São Paulo.

Coutinho, D. R., Kira, B. Por que (e como) regular algoritmos? (2019, May 2). *JOTA Info*. <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/regulacao/por-que-e-como-regular-algoritmos->

Dener, C., Nii-Aponsah, H., Ghunney, L., & Johns, K. (2021). *GovTech Maturity Index: The State of Digital Transformation in the Public Sector*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36233>.

Domingos, P. (2015). *The master algorithm: How the quest for the ultimate learning machine will remake our world*. Basic Books.

Ferrari, I., Becker, D. Algoritmo e preconceito. (2017, December 12). *JOTA Info*. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/algoritmo-e-preconceito-12122017>

Freedom House. *Countries*. (n.d.). [Freedomhouse.org](https://freedomhouse.org/countries/freedom-net/scores?sort=desc&order=Total%20Score%20and%20Status). <https://freedomhouse.org/countries/freedom-net/scores?sort=desc&order=Total%20Score%20and%20Status>.

IBGE. (2020). *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019*. Biblioteca IBGE (p. 12). https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

Israni, E. (2017). Algorithmic Due Process: Mistaken Accountability and Attribution in *State v. Loomis*. *Harvard Journal of Law & Technology*. <https://jolt.law.harvard.edu/digest/algorithmic-due-process-mistaken-accountability-and-attribution-in-state-v-loomis-1>

Kroll, J. A. (2018). The fallacy of inscrutability. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 376 (2133), 20180084

Lima, J. P. (2019). *Proposta Legislativa na Lei de Direitos Autorais-LDA: Limitações e exceções com o advento das novas tecnologias.* Disponível em:

http://www.profnit.unb.br/images/PDF/TCC/Turma_2017/TC_Jssica_Pinto_Lima.pdf>. Acesso em: 06.01.2022.

Londres (2018). House of Commons Science and Technology Committee Algorithms in decision-making *Fourth Report of Session 2017-19 Report, together with formal minutes relating to the report by authority of the House of Commons.* <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmsctech/351/351.pdf>

Londres. (2021). *London: The AI Growth Capital of Europe.* GOV. UK. Disponível em:

https://www.london.gov.uk/sites/default/files/london_theaigrowthcapitalofeurope.pdf. Acesso em: 21.01.2022.

Lorca. Lorca Report 2020. (n.d.). LORCA. Retrieved April 2, 2022, from <https://www.lorca.co.uk/report2020/>

LOTI. Digital Inclusion Innovation Programme. (n.d.). LOTI. Retrieved April 2, 2022, from <https://loti.london/projects/diip/>

McCarthy, J. *What is Artificial Intelligence?* (n.d.). Revised November 2007 Www-Formal.stanford.edu. <http://www-formal.stanford.edu/jmc/whatisai/whatisai.html>

Muñoz, E. L. (2021) Desafíos de los jóvenes y las redes sociales en la pospandemia. Hacia un aprendizaje consciente, resiliente, ético y saludable en las Ciudades MIL. *Word in Science, International Scientific Journal.* São Paulo: *VII International Congress Culture, Communication, Marketing and Community*, January 28, 2020, n. 1 (2), 2021, p. 212-223.

Noyan, O. (2021, September 8). *Estonia proposes NATO-like expenditure rule for cybersecurity.* Wwww.euractiv.com. <https://www.euractiv.com/section/cybersecurity/news/estonia-proposes-nato-like-expenditure-rule-for-cybersecurity/>

Ortiz, F. C., Fischer, R., & Dias, A. P. (2020). MIL (Media and Information Literacy) University Cities: new metrics for education and urban health. *Медиа. Информация. Коммуникация*, (33), 4-13.

Pavlich, G. (2011). *Law & society redefined*. Oxford University Press.

Pieroni, V., Fermino, A., & Caliman, G. (2014). *Pedagogia da alteridade: para viajar a Cosmópolis*. Brasília: Liber Livro.

Posner, E. A. (2014). *The twilight of human rights law. Inalienable Rights*.

STF. Supremo Tribunal Federal. (2018). *Estratégia de Governança Digital e a Lei da Informação: robô VICTOR*. Brasília: Notícias STF. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>.

Tracxn. AI in Healthcare Startups in Brazil. (n.d.). *Tracxn.com*. Retrieved April 2, 2022, from <https://tracxn.com/explore/AI-in-Healthcare-Startups-in-Brazil>

Tracxn. Artificial Intelligence Startups in Brazil. (n.d.). *Tracxn.com*. Retrieved April 2, 2022, from <https://tracxn.com/explore/Artificial-Intelligence-Startups-in-Brazil>

Tracxn. Artificial Intelligence Startups in London. (n.d.). *Tracxn.com*. Retrieved April 2, 2022, from <https://tracxn.com/explore/Artificial-Intelligence-Startups-in-London>

Tracxn. Artificial Intelligence Startups in Tallinn. (n.d.). *Tracxn.com*. Retrieved April 2, 2022, from <https://tracxn.com/explore/Artificial-Intelligence-Startups-in-Tallinn>

UNESCO. (2018, May 6). *Global Media and Information Literacy Week 2018. MIL Cities*. UNESCO. <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>

United Kingdom. (2021). New ten-year plan to make the UK a global AI superpower. GOV.UK. <https://www.gov.uk/government/news/new-ten-year-plan-to-make-britain-a-global-ai-superpower>

URWIN, R. *Artificial Intelligence: The Quest for the Ultimate Thinking Machine*. London: Arcturus, 2016. Arquivo Kindle. posição Kindle, 324-333.

Wildisen, G. (2015). Is artificial intelligence the key to unlocking innovation in your law firm? (n.d.). *Law.com International*. Retrieved April 2, 2022, from <https://www.law.com/international-edition/2015/11/12/is-artificial-intelligence-the-key-to-unlocking-innovation-in-your-law-firm/>

World Bank. Individuals using the Internet (% of population) - United Kingdom, Estonia, Brazil | Data. (n.d.). *Data.worldbank.org*. Retrieved April 2, 2022, from https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2020&locations=GB-EE-BR&most_recent_value_desc=true&start=1960&view=chart.

Métricas de Espiritualidade e Religião e sua influência na Saúde na perspectiva das Cidades MIL

Paz Rodríguez ⁹⁷

Claudia Ayres ⁹⁸

Luciane Midori Kadomoto Bezerra ⁹⁹

Djane Borba ¹⁰⁰

Introdução

Este artigo estuda a concepção de religião e espiritualidade e sua influência que há na saúde. Nele, foi utilizada a metodologia das 20 Barreiras culturais na Comunicação e Criatividade recomendada pela UNESCO (2019). Com esta metodologia, se pode estudar as barreiras do sexismo, religiocentrismo, distorsão ética e estilo autocrático.

Através do paradigma de Cidades MIL (Chibás, 2020) se realizou a análise de oito dos treze indicadores. Neste caso, se estudou através da municipalidade e instituições públicas, saúde, educação, associações e tecido social, meios de comunicação, inteligência artificial, startups, minorias e diversidade de grupos

⁹⁷ Profesora en Universidad de Sao Paulo. luzenlafinestra@gmail.com

⁹⁸ Participante em Toth-Criarcom no projeto Cidades MIL con apoio de UNESCO. claudia.ayres7@gmail.com

⁹⁹ Docente, multiplicadora de Diversidade e Inclusão no Senac SP. kadomotoluciane@gmail.com

¹⁰⁰ Djane Borba. Artista multimídia autodidata. Produtora cultural especializada em curadoria, criação e produção de eventos artísticos ligados à economia criativa e diversidade. Membro Consultivo da Rede de Economia Brasil, integrante da comunidade de aprendizagem Passarim. djaneborba@gmail.com

vulneráveis. Os indicadores contextualizam a realidade das cidades em estudo.

A pergunta principal é a análise da religião e se há influência no desenvolvimento social e individual dos indivíduos das cidades em estudo.

Dentro deste paradigma das Cidades MIL se empregam as métricas para cada um de seus indicadores que permitem mergulhar em aspectos onde se analisa sistematicamente cada indicador com múltiplas perguntas que sustentam o estudo geral e melhoram as conclusões.

O paradigma das Cidades MIL mantém um uso ético das tecnologias com a finalidade de empoderar os cidadãos. Sua principal ferramenta é a educação para o pensamento crítico na cidade, bem como da presença especial dos coletivos mais vulneráveis, sustentando valores éticos que geram um impulso no direito à cidadania.

As perguntas realizadas através do paradigma das Cidades MIL e suas métricas e o estudo das 20 Barreiras Culturais na Comunicação permitiram conhecer a influência da religião na saúde, como se sustenta a religião católica frente a outras, graças aos marcos jurídicos de três das quatro cidades estudadas. Este fato permite ver a união que a religião tem com as instituições políticas e como se pode encontrar falta de sustentação ética. Também se entende como distante a instituição católica, que aparece como majoritária, de práticas espirituais que aproximem a espiritualidade da resposta de apoio que, muitas vezes, o indivíduo busca.

O método que se utiliza é teórico prático de caráter exploratório, utilizando as técnicas de revisão bibliográfica e sitiográfica, a análise crítica dos contextos de interação do indivíduo, a religião e a sua influência na saúde.

Saúde

O conceito de saúde tratado pela Organização Mundial de Saúde nos traz que:

A saúde de todos os povos é uma condição fundamental para alcançar a paz e a segurança e depende da cooperação mais ampla dos indivíduos e dos Estados. O gozo do mais alto padrão de saúde é um dos direitos fundamentais de cada ser humano sem distinção quanto à raça, religião, ideologia política ou status econômico ou social (OMS, 1946).

O modelo tradicional de saúde leva em consideração a avaliação médica, a qual é pautada no modelo biológico, sem relacionar outras variáveis que contribuem para uma saúde plena e de inclusão social.

Para ampliar o conceito de saúde no século XXI, podemos entender de acordo com o modelo proposto por George L. Engel (1977), nas quais as avaliações médicas passam a considerar aspectos biopsicossociais, trazendo uma maior compreensão sobre a natureza da doença, diferente do estudo de causas e efeitos de fatores somente biológicos.

Espiritualidade e religião

A etimologia da palavra espiritualidade nos ajuda a saber que esta vem do grego *spiritus*, que significa "respiro", *alis* se refere ao "relativo a" e o sufixo "dade" indica qualidade. Então espiritualidade significa qualidade relativa a respirar, espiritualidade é o bem-estar e, para isso, as pessoas buscam bases éticas e morais formadas por grupos sociais, como nos grupos religiosos.

Já a concepção de religião está relacionada com o pertencimento de um grupo que compartilham crenças de transcendência baseadas em alguma divindade e, além disso, supõe a prática de determinados rituais, como cerimônias, princípios e práticas determinadas por cada uma delas.

Etimologicamente, o vocábulo 'religião' provém do latim *religiō, religiōnis*, que por sua vez vem do verbo *religãre*. Este é formado pelo prefixo *re*, que indica repetição, e pela palavra *ligare*, que significa 'ligar ou amarrar'. Unir uma pessoa com alguma entidade divina (Deus ou Deuses).

O comportamento religioso varia em suas expressões, porém refere-se ao transcendental ou sobrenatural. Através de rituais e liturgias, geralmente são acompanhados por músicas, danças e orações, além de estabelecer algumas normas de moralidade e virtude.

Desta forma, a Espiritualidade se uniu à religião porém, o que acrescenta à sua etimologia é que se separa do material. Em questões de correntes filosóficas e antropológicas, se pode ver ligado o termo a uma confluência religiosa, a uma congregação

ou a uma busca pessoal identitária, que se aproxima da interpretação pessoal da busca de sentido e transcendência na vida.

No que tange à questão da espiritualidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo 18º assegura que todos nós temos o direito às nossas próprias crenças, a ter uma religião, a não ter nenhuma ou mudá-la.

Na época, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi muito progressista ao afirmar que os crentes de todas as religiões e aqueles com crenças secundárias deveriam viver em paz, tendo seus direitos garantidos pelo Estado e sem serem forçados a seguir uma religião nacional ou patrocinada pelo Estado. Dentro deste contexto e da proposta de nosso estudo, se faz relevante tratarmos sobre o significado de espiritualidade e religião, visto que nas fontes levantadas e tratadas neste estudo, a presença da religião foi o dado mais presente, com pouca ou nenhuma menção à espiritualidade.

Expressões religiosas nas cidades

Madri A escolha religiosa majoritária é o catolicismo com 63,19%, tendo a seguir aqueles que declararam não seguir nenhuma religião com 29,69%, seguido por evangelista ou protestante com 2,04%, mulçumanos 1,67%, Ortodoxa 1,20% para completá-lo com Budistas, Testemunhas de Jeová, Cristão e outros.

Em levantamentos realizados, foi possível identificar a relação entre a prática religiosa declarada e o nível de estudos da

população. Percebemos que quanto menor a escolaridade, mais católica é a população ao mesmo tempo que, quanto maior a formação acadêmica, menor a prática católica, atingindo algo em torno de 19% dos que participaram da pesquisa (Observatório do Pluralismo Religioso na Espanha, 2015).

Outro dado levantado mostra a relação entre ideologias políticas e prática religiosa. Há uma união inequívoca na crença católica unida à direita. Em relação à esquerda, os não crentes aparecem com um percentual de 48,6% e 47% que se consideram católicos contra 85,3% da direita que se consideram católicos. Protestantes ou evangelistas quase não têm representação à direita e os ortodoxos têm 1,3% (Observatório do Pluralismo Religioso na Espanha, 2015).

São Paulo é atualmente considerada como um dos maiores pólos econômicos do Brasil e, conseqüentemente, um local de imigração de população de outros estados, que buscam melhores condições de vida e oportunidades de trabalho.

Segundo IBGE de 2010, grande parte dos paulistas se autodeclararam como brancos, com o número de 90.621.281 pessoas, seguidos de pardos (82.820.452) e pretos (14.351.162). 2.105.353 pessoas se autodeclararam amarelos, 821.501 como indígenas e 36.051 não se declararam em nenhum dos grupos.

Em relação a religião, a mais representada é Católica (58,5%), em seguida temos: Evangélica (22,10%), Sem Religião (9,4%), Espírita (4,7%), Religiões Afrodescendentes (1,2%), Judaicos (0,4%). As autodeclarações em outras religiões seguem

com menos de 0,4%, sendo elas: Budista, Espiritualista, Islamismo, outras religiões cristãs, orientais, entre outras.

Os dados chamam atenção pelo domínio da religião Católica (próximo de 60%, cuja origem veio da população branca), já que somados a quantidade da população parda e negra é maior do que as outras, sendo esperado uma maior mistura de crenças religiosas, principalmente das religiões de matrizes africanas, mas nas quais são representadas somente por 1,2% do total.

Salvador de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2010), há 10.639.336 pessoas que se autodeclararam religiosas no estado, sendo que algo em torno de 54% são mulheres e os outros 46% são homens (esta é a designação usada na pesquisa e a retratamos aqui). Na cidade de Salvador, temos 52 religiões declaradas no censo, sendo a Católica Apostólica Romana a que aparece com maior porcentagem de declarantes a professarem a mesma (51,5%), seguidos de religiões identificadas dentro das Evangélicas (aproximadamente 34%). As outras religiões apresentam uma menor participação.

Este contexto, por si só, já chama atenção se considerarmos que a cidade de Salvador tem sua colonização diretamente ligada ao movimento da escravidão do povo africano e, por consequência, toda a matriz religiosa advinda de suas raízes. Isto significa que era esperado maiores participações de religiões como Umbanda e Candomblé, o que não se observou na pesquisa realizada.

Havana é a capital e maior cidade de Cuba, sendo a mais populosa do Caribe atualmente. Com 2892,0 habitantes por km² (ONEI, 2012), concentra 100% da população urbana. A influência da igreja católica sofreu uma ruptura desde o êxito da Revolução de 1959, e, a abertura religiosa dos anos 90, trouxe o caráter laico do Estado representando mais uma importante dinâmica para a sobrevivência do socialismo, onde todas as igrejas obedecem a Lei Das Associações, respondendo perante o Estado como pessoas jurídicas, sem interferência no Sistema de Saúde ou Educação. Não existem dados sobre religiões no Censo de 2012. No entanto, há 11.167.325 de estrangeiros residentes. Estes estrangeiros são originários de diversos continentes e há evidências de que esta diversidade étnica possui liberdade para expressar suas práticas religiosas. Esta informação pode ser confirmada nas investigações publicadas pelo Departamento de Estudos Sócio Religiosos do Centro de Investigação Psicológica e Sociológica (CIPS; 1982-2021). Natália Bolívar (1995), no artigo *El Legado Africano em Cuba*, afirma que houve uma contrapartida da Revolução Cubana em relação às religiões afro-cubanas e que “La Regla de Ocha ou Santeria, atualmente é praticada por 80% da população”. A novela “Biografia de um Cimarrón”, de Miguel Barnet(1980) revela de maneira sensível que as mudanças sociais revolucionárias em Cuba criaram condições favoráveis para a auto-reivindicação de grupos marginalizados.

Esses fatores diferenciam Havana das demais cidades, mas não conseguem apagar por completo vestígios da superestrutura anterior à Revolução. Percebemos no mesmo Censo de 2012 que

64,1% se auto declaram brancos, 26% mestiços, 9,3 % negros, o que pode sub representar a população não branca de Cuba. O grande bloqueio que tem sido imposto pelos Estados Unidos, o que limita e muito seu desenvolvimento”, como declarou Efrain Pantaleón Matamoros (Entrevista Extraprensa, jan/junho,2020) e a agressão comunicacional denunciada pelo Ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez (Cuba Periodistas, 2021), tornam ainda mais complexa a compreensão da realidade contemporânea.

Indicadores e métricas nas cidades MIL

Neste estudo, oito dos treze indicadores foram identificados como apresentando inter-relações com a religiosidade e a saúde. São eles: instituições governamentais, saúde, educação, associações, meios de comunicação, inteligência artificial e startups e minorias. As interconexões serão tratadas mais adiante, com apontamentos em cada uma das cidades. No que tange às métricas, foram tratadas as que apresentaram maior conexão com os estudos realizados.

INDICADORES	PARÂMETROS DE COMPARAÇÃO	
Municipalidade, Instituições Públicas e Cidadania	MADRI	Decreto 594/2015, de 3 de julho, pelo qual o Registro de Entidades Religiosas é regulado. Duas instituições estão incluídas: o Governo da Comunidade de Madrid e o Ministério do interior.
	SÃO PAULO	A Lei 17.346/2021 institui liberdade religiosa no Estado de SP. Lei 17463/2020 institui no Município de São Paulo o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa (COMPLIR).

	SALVADOR	LEI N° 9.451/2019 garante a liberdade religiosa. Há ações sancionais sobre a questão da "intolerância" religiosa em qualquer instância do governo municipal.
	HAVANA	Artigo 57. Toda pessoa tem direito de professar ou não crenças religiosas, mudá-las e praticar a religião de sua escolha, com o devido respeito pelos outros e de acordo com a lei. A República estabelece que as instituições religiosas são separadas da Lei das Associações Estaduais. SNS - Sistema Nacional de Saúde.
SAÚDE (sistema de saúde como direito de acesso à todos e relacionados à alguma religião)	MADRI	Os hospitais católicos têm mais de 36.000 milhões de euros por ano, 1/3 do orçamento anual. Madrid tem 11 centros hospitalares católicos. Há privilégios fiscais por ser considerada sem fins lucrativos. São 34 audiências e em todas elas um ofício católico.
	SÃO PAULO	Há o programa SUS (Sistema de Saúde Pública de Saúde), com vínculo a algumas universidades públicas e instituições religiosas. A Lei 9.992/2020 dá o direito de atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que não estejam no gozo de suas faculdades mentais.
	SALVADOR	Há portaria (de 19/08/2016) que garante assistência religiosa nas unidades hospitalares. 13 % dos recursos totais do município são investidos em saúde. Os terreiros de camdomblé e umbanda desempenham forte papel de orientação em saúde em suas comunidades. No total, há 1563 unidades de saúde, entre os quais 20 hospitais, maternidades públicos e 10 privados (6 ligados à igreja católica)
	HAVANA	38 % do orçamento da cidade de Havana é investido na saúde. O sistema de saúde opera sob o princípio de que a saúde é um direito social inalienável, de modo que todos têm direito a serviços de saúde integrais.
Educação (existe influência de alguma religião ou espiritualidade)	MADRI	Em 1976 foi assinado um pacto entre o Estado Espanhol e a Santa Sé, especificamente com a cidade do Vaticano. Ref BOE-A-1976-18294.
	SÃO PAULO	Lei 17.346/2021: Direito à liberdade religiosa , assim como construção e manutenção de escolas relacionadas à religião e o direito de ausências em provas ou trabalhos em dias de recolhimento conforme a crença religiosa.

na educação)	SALVADOR	Decreto nº 1764 de 05/04/1956 inclui o ensino da religião nos currículos das escolas municipais. O responsável por estas aulas é escolhido pelo bispado da arquidiocese local. Há 2306 unidades de ensino (IBGE, 2010). Há 3 universidades católicas e 21 de educação básica.
	HAVANA	Departamento de Estudos Sócio-Religiosos Centro de Pesquisa Psicológica e Sociológica Agência de Ciências Sociais e Humanísticas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
Associações, sindicatos, ongs, projetos sócios culturais e outros atores não tradicionais	MADRI	Protestantes ou evangelistas, Testemunhas de Jeová, Igrejas Muçulmanas e outros, como associações budistas têm os seus próprios espaços.
	SÃO PAULO	Há 369 ONGs. Algumas prestam serviços de saúde e estão vinculadas a algumas faculdades e organizações religiosas, como a Santa Casa de Misericórdia, Casas André Luiz, entre outros.
	SALVADOR	Há 63 ONGs ligadas a saúde, sendo as Obras Sociais da Irmã Dulce a mais reconhecida nacional e internacionalmente. As religiões de matriz africana, como umbanda e camdomblé, possuem estatutos e são reconhecidas como associações.
	HAVANA	Estrutura Del Estado inclui Associações de Saúde, sindicatos, ongs e projetos socio culturais Associações Religiosas separadas do Estado.
Mídias e meio de comunicação	MADRI	A Igreja Católica possui dois canais de televisão, jornais, estações de rádio. Transmissão de televisão muçulmana encerrada em 2018.
	SÃO PAULO	Dos 26 canais de TV Aberta, um está vinculado à igreja evangélica. Dos 33 rádios, três estão vinculados à religião evangélica.
	SALVADOR	Há um canal de TV aberta da igreja evangélica (IURD), 1 canal católico em UHF, duas emissoras de rádio católicas (AM e FM) e duas evangélicas (AM e FM). Também há o site da Arquidiocese, da IURD e uma revista, também da Igreja Católica, chamada Primaz.
	HAVANA	O artigo 52 proíbe explicitamente a existência de veículos de imprensa privados. Estrutura do Estado inclui mídias e meios de comunicação.
Inteligência artificial, Startups e canais digitais	MADRI	Liderança Européia de Startups em Madrid. Exemplos: Marsi biônica e IDOVEN
	SÃO PAULO	Existe o portal 156 e o e-Saúde, com agendamentos e teleconsultas. 8.4% das Startups de São Paulo estão voltadas à saúde. Em 2020 criou-se o projeto 'Psicólogos na Escola', com parceria de atendimento virtual de startup com o SEDUC SP, para atendimento às escolas públicas

		do Estado .
	SALVADOR	Gestão informatizada de leitos, prontuário eletrônico, central de regulação e telemedicina. Orientações de saúde: canais telefônicos, email ou fale conosco no site da SMS. 8ª cidade com mais startups no país (200) - SANAR (Startup focada na educação de profissionais de saúde). Apresenta o programa Pitch Salvador
	HAVANA	A coleta, processamento e disseminação de informação sanitária é da responsabilidade da Direcção Nacional de Ficheiros Médicos e Estatísticas de Saúde do Ministério da Saúde Pública de Cuba (DNE-MINSAP)
Jovens Idosos Mulheres LGBTQIA+ Negros indígenas emigrantes e outros grupos vulneráveis	MADRI	Instituto de Desarrollo y Persona: “vamos aprender a amar”. Unidade de intervenção psicossocial da U. de Comillas Fundação Humana Solidariedade.
	SÃO PAULO	Atendimento específico às mulheres, no Hospital e Maternidade Pérola Byington . Hospital das Clínicas e no SUS: há uma área de atendimento e acolhimento às pessoas transexuais. SESC e SENAC apresentam projetos de inclusão educacional e na equipe de funcionários às pessoas com deficiência, LGBTQIA+, indígenas, afrodescendentes e refugiados de guerras. Há a Secretaria da Educação, Promoção de Igualdade Racial, Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Política para as Mulheres, Direitos Humanos.
	SALVADOR	Projeto Áwùre, (UNICEF e MPT) - fortalecer grupos vulneráveis, estimulando ações de trabalhos decentes, enfrentamento ao trabalho infantil, sexismo, racismo. Programa Corra pro Abraço propõe atividades de arte-educação para pessoas em condição de vulnerabilidade social.
	HAVANA	Cuba defendeu na UNESCO o desenvolvimento da inteligência artificial a partir de um enfoque ético e inclusivo. Sociedades de Sexologia e Educação Sexual, Associação Internacional de Lésbicas e Gays

Barreiras culturais na comunicação

Além da análise dos oito indicadores, empregamos a metodologia das 20 Barreiras Culturais da Comunicação

recomendada e endossada por UNESCO (Chibás Ortiz *et al*, 2020). Foi importante como análise social, pois encontramos distintas barreiras como o sexismo, o religiocentrismo, a distorção ética e um estilo autocrático nas quatro cidades estudadas.

Em Brasil e em Cuba se evidenciou também o etnocentrismo, em razão das distintas colonizações que ocorreram por lá e pelas quais se submeteu a outras religiões as que já existiam.

Métricas das cidades MIL

As métricas empregadas sobre os indicadores são um suporte para a investigação e nos mostram esclarecimentos sobre os dados obtidos. Através de perguntas, se pode analisar minuciosamente e aglutinar aspectos como o posicionamento de umas religiões frente a outras. A legislação vigente e as liberdades que, na prática, permitem um maior desenvolvimento de algumas comunidades religiosas comparativamente a outras. Neste estudo, não se pretendeu esgotar a análise de todas as métricas de cada indicador mas sim, tratar de algumas que, em nossa análise, se fizeram mais relevantes. Através delas, também foi possível conhecer o trabalho, muitas vezes humanitário e necessário para coletivos vulneráveis

Quadro 1 - Comparação entre as cidades, com as avaliações
(metodologia Robert Yin)

	Perguntas	MADRI	SÃO PAULO	SALVADOR	HAVANA
Indicador 1: instituciones públicas...	Existe uma legislação de livre prática de culto religioso?	SIM	SIM	SIM	SIM
	Percebe-se alguma crença religiosa como majoritária?	SIM	SIM	SIM	SIM
	AVALIAÇÃO	9	9	8	10
Indicador 5: Espiritualidade	Quantas crenças religiosas aparecem como referência nos centros hospitalares?	1	2	1	0
	Existem centros médicos e hospitalares religiosos?	11	19	6	0
	Porcentagem de hospitais religiosos que existem na cidade	24,40%	11,11%	20%	0
	AVALIAÇÃO	8	9	7	perguntas não aplicáveis
Indicador 6: EDUCAÇÃO	Porcentagem de centros educativos religiosos	15%	22 centros 0,54%	24 centros - 11%	-
	Existe ensino religioso em algum nível de educação?	100%	100%	2306 - 100%	1*
	AVALIAÇÃO	7	6	7	10
Indicador 7: ASSOCIAÇÕES, ONGS, SINDICATOS, PROJETOS SÓCIO CULTURAIS	Existe na cidade algum tecido associativo religioso?	990	83.053	776	sim
	Existe na cidade associações e sindicatos de saúde?	25	134	68	2
	AVALIAÇÃO	9	9	6	10
Indicador 8: Mídia e Meios de Comunicação	Existem meios de comunicação vinculados às crenças religiosas?	SIM	SIM	SIM	NÃO
	Utilizam-se canais digitais nas comunidades religiosas?	SIM	SIM	SIM	SIM
	AVALIAÇÃO	8	7	5	5

Indicador 9: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, STARTUPS CANAIS DIGITAIS	Existem startups relacionadas com a saúde?	SIM	SIM	SIM	SIM
	Existem startups relacionadas com a espiritualidade?	NÃO	SIM	_____	_____
	AVALIAÇÃO	6	8	4	8
Indicador 11: Grupo de Pessoas Vulneráveis	Há contradição nos valores religiosos nos centros educativos com os direitos humanos, como a identidade sexual?	SIM	SIM	SIM	SIM
	Existe, Sociedade de Sexologia e Educação Sexual?	SIM	SIM	_____	SIM
	Existem instituições religiosas em projetos comunitários para grupos de jovens, pessoas idosas, coletivos LGBTQIA+, imigrantes, pessoas com deficiência?	SIM	SIM	SIM	_____
	AVALIAÇÃO	9	9	5	8
AVALIAÇÃO FINAL (média da notas)		9,4	8,14	6,14	?

Nota: Dados obtidos a partir do estudo comparado realizado pelas autoras (2021)

Conclusões

Embora, por legislação, as quatro cidades sejam laicas, a interferência do catolicismo, manifestado pela Igreja Católica (com exceção de Havana) permeia o tecido social como um todo. Desta forma, o cidadão fica, muitas vezes, inconscientemente exposto e influenciado pelas proposições de somente um caminho religioso, que o direciona a olhar o seu entorno através deste viés.

As barreiras culturais identificadas durante esta investigação como o sexismo, o religiocentrismo e a distorção ética apresentam a prática do catolicismo que interfere no desenvolvimento livre do direito à cidadania, por ser a instituição mais representativa, que apresenta mais poder. Este fato faz duvidar da livre disposição dos cidadãos para ter uma liberdade religiosa, porque se veem influenciados pela exposição quase sistemática desta religião. Um de seus maiores expoentes é no educacional.

Em Madri, São Paulo e Bahia, nas escolas se apresenta a religião católica como opção mais fortalecida para estudar e praticar nos colégios, com exceção de Havana, que não tem ensino religioso. Este fato coloca em clara desvantagem ter um conhecimento do restante das religiões e a livre escolha de cada estudante para uma formação mais alheia a qualquer credo. Esta é a barreira cultural na comunicação no que tange ao religiocentrismo.

Outro fato que se manifesta neste estudo é o sexismo quanto à presença da figura masculina nas ordens religiosas majoritárias: católica, evangelista, budista, cristã. A mulher tem uma clara desvantagem quanto à representatividade há séculos, sem conseguir equilibrar sua presença em cargos e instituições das diferentes religiões que as representam.

Em Madri, a distorção ética está relacionada na parte da contradição com seus próprios dogmas de fé ou mais que suas virtudes, como a humildade, quando rejeitam a comunhão à pessoas com diversidade funcional. Outra forma de distorção é

antepor a objeção às próprias leis, quando as equipes médicas se posicionam contrárias à legislação vigente, impedindo de realizar interrupções voluntárias da gravidez ante suas crenças religiosas.

Outra contradição ética é o lucro que possuem quanto à posição que adotam ao receber um favorecimento ao não pagar impostos sobre seus prédios, um privilégio que lhe dá aos governos espanhol e brasileiros. Assim como tampouco pagam impostos em seus serviços sociosanitários no cuidado de residências de idosos e hospitais e serviços médicos, já que se consideram como associações sem fins lucrativos.

Ter esta percepção clara, permite que o indivíduo faça suas escolhas de forma crítica, a partir de escolhas que efetivamente é autor. É esta construção de um cidadão crítico e consciente de suas escolhas que está alinhada com o paradigma das Cidades MIL.

O olhar para a saúde através da abordagem biopsicossocial envolve a análise crítica dos paradigmas e crenças do que é implantado na sociedade, como as avaliações pautadas somente na análise biológica e o preconceito implantado desde a antiguidade às pessoas com deficiência, a história da escravidão dos africanos, a exclusão da mulher como cidadã, o preconceito da diversidade de crença em sociedade nos quais há o religiocentrismo e traz questões de exclusão social que interfere diretamente na saúde mental e biológica.

Uma formação holística do ser humano envolve a formação espiritual como busca de respostas nas atitudes cotidianas na

vida. Uma busca interior que longe de encontrar uma informação, encontra preconceitos culturais que desinformam e estigmatizam.

Cidade MIL é um paradigma de busca de informação livre e verdadeira. Uma cidade MIL é um espaço de oportunidades de aprendizagem, de empoderamento, de visibilidade aos grupos minoritários. Uma cidade que gere uma educação desde um modelo biopsicossocial onde o indivíduo pode contemplar a espiritualidade ou a religiosidade ou nenhuma delas, como opção e possibilidade de sua expressão e formação como ser humano.

Uma cidade MIL gera princípios éticos sem desigualdades de gênero, sem discriminação para qualquer identidade sexual.

Pela exposição que se fez concluímos que a religião, neste caso, interfere entre os interesses pessoais como a saúde, a educação, a acessibilidade, a equidade, a livre identidade sexual ou o desenvolvimento de liberdades pelas quais concluímos que se distancia de um paradigma como é a Cidade MIL para o pleno desenvolvimento pessoal.

Referências bibliográficas e sitiográficas

Arquidiocese de São Salvador da Bahia. (2021). Disponível em: <https://arquidiocesosalvador.org.br/>

Assembléia Nacional do Poder Popular República de Cuba. (1985, 27 de dezembro) *Parlamento Cubano Ley de Asociaciones*. Disponível em: <https://www.parlamentocubano.gob.cu/index.php/documento/ley-de-asociaciones>

Barnet, M. (1980, 1993,2001,2010). *Biografia de um Cimarrón*. Editoria Letras Cubas BRASIL (2019).

Barrio, Fernando (2020). *Eldiário.es*. Disponível em: https://www.eldiario.es/sociedad/entidades-comunidad-madrid-sexualidad-concertados_1_1274827.html

Bertalanffy, Ludwig von (1972). *Teoria geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Tradução Francisco Guimarães (2010). 5ª ed. Editora Vozes. Rio de Janeiro.

Campelo, A. (2015) *A Cidade e o Espaço Religioso em Salvador, Brasil. Construir o poder na paisagem urbana*. Geografia Ensino e Pesquisa, v. 19, n. especial, p. 25 - 36. Disponível em: <C:/Users/55119/Downloads/19337-90323-1-PB.pdf>,

Chibás Ortiz, Felipe; Yanaze, Mitsuru (Org.) (2020). *Métricas das Cidades MIL Barreiras Culturais e Inteligência Artificial analisadas sob a visão da UNESCO: caso São Paulo*. São Paulo

Chibás Ortiz, Felipe; Grizzle, Alton; Borges, Aline; Ramos, Flávia; Mazzetti, Barbara; Silva Junior, Orlando.(2020) Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo (ed.). *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL. Métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. São Paulo (pp 22 - 46). 1º edição. São Paulo.

Dados sobre a fé dos baianos indicam pluralidade.(2021) *Oficina de Jornalismo UFBA*. Disponível em: Portaria que garante assistência religiosa nas unidades hospitalares,

Datos Macro. Sócio Geografia Religiones (2010). *En Cuba retrocede el Cristianismo*. Disponível em:<https://datosmacro.expansion.com/demografia/religiones/cuba>

Departamento de Estudos Sócio Religiosos do Centro de Investigação Psicológica e Sociológica. Disponível em: <http://www.cips.cu/investigaciones-grupo-de-estudios-sociorreligiosos/>

Dominguez-Alonso E, Zacca E.(2011) *Sistema de salud de Cuba. Salud Publica Mex;53 supl 2:S168-S176*. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342011000800012

Domínguez, Iñigo; Núñez, Julio; Grasso, Daniele (2021) *El País*. Disponible em: <https://elpais.com/especiales/pederastia-en-la-iglesia-espanola/>

Europapress (2020). Disponible em: <https://www.europapress.es/sociedad/noticia-iglesia-madrid-lanza-proyecto-repara-atender-victimas-abusos-20200115081945.html>

Franco, Lala. (2018) Alandar.org. Disponible em: <https://www.alandar.org/perspectiva/tierno-galvan-centenario-entrevista/>

García de Herreros Madueño, T., Garabato González, S., Martínez Blanco, M.L. (coords.) y Grupo de Trabajo {2017}. *Guía de actuaciones sanitarias para la prevención de la Mutilación Genital Femenina en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Red de Prevención de la Mutilación Genital Femenina en la Comunidad de Madrid. https://www.madrid.es/UnidadesDescentralizadas/IgualdadDeOportunidades/Publicaciones/Mutilaci%C3%B3n%20genital%20femenina/Guia_actuaciones_sanitarias_MGF.pdf

Guia de Mídias - Jornais.(2021). Disponible em: <https://www.guiademidia.com.br/bahia/jornais-de-salvador.htm>,

Gobierno de Havana. Disponible em: <https://www.lahabana.gob.cu/entidades?page=1>

Grogg Patricia, Inter Press Service en Cuba {IPS CUBA} .2020 *Religiones en Cuba continúan tendencia a la diversidad y crecimiento*. Disponible em: <https://www.ipscuba.net/sociedad/religiones-en-cuba-continuan-tendencia-a-la-diversidad-y-crecimiento/>

IBGE (2010). Censo 2010. *Amostra Religião São Paulo*. Disponible em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/23/22107>

Inter Press Service en Cuba.{IPS CUBA.} (2019) *Las Religiones en Cuba*. Disponible em: <https://www.ipscuba.net/debate/las-religiones-en-cuba-durante-tiempos-de-cambios>

Lei 9394 de 1996 (1996, 20 dezembro). *Lei de Bases e Diretrizes da Educação.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei 9.982 de 2020. *Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9982.htm

Lei 14.463 de 2020 (2020, 9 de setembro). *Institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - COMPLIR.* Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17463-de-9-de-setembro-de-2020>.

Lei 17.346 de 2021 (2021, 12 de março). *Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.* Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17346-12.03.2021.html>

Lei Municipal institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa(2019). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2019/946/9451/lei-ordinaria-n-9451-2019-institui-o-estatuto-da-igualdade-racial-e-de-combate-a-intolerancia-religiosa-no-mbito-do-municipio-de-salvador-e-da-outras-providencias?q=religiosidade>

Leis Municipais de Salvador/BA. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/decreto/1957/177/1764/decreto-n-1764-1957-inclui-o-ensino-da-religiao-nos-curriculos-das-escolas-municipais-e-dos-cursos-mantidos-pela-prefeitura-da-cidade-do-salvador?q=religi%C3%A3o>,

Leis Municipais de Salvador/BA. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1991/431/4304/lei-ordinaria-n-4304-1991-estabelece-normas-sobre-educacao-no-municipio-e-da-outras-providencias?q=religi%C3%A3o>,

Movimento Misionero Mundial Madrid. Disponível em: <http://mmmenmadrid.com/>

N.Bolivar (1997) *El Legado Africano em Cuba*. Revista de Sociología. papers 155-186

Neto, Silva (2015) Madrilanea.com. Disponível em: <https://madrilanea.com/2015/02/19/luces-y-sombras-sobre-la-solidaridad-evangelica-en-alcala-de-henares/>

Obras Sociais da Irmã Dulce. Disponível em: <https://www.irmadulce.org.br/>

Oficina Nacional de Estadística e informacion República de Cuba. *Censo (2012)*. Disponível em: <http://www.onei.gob.cu/publicaciones-censos/Poblaci%C3%B3n%20y%20Vivienda>

ONGS Brasil. Disponível em: ONGS - Salvador,

Presidência Governo Cubano - Constituição de Cuba. Disponível em: <https://www.presidencia.gob.cu/media/filer/public/2019/04/11/constitucioncuba.pdf>

Portaria estadual garante assistência religiosa nas unidades hospitalares da Sesab. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2016/08/19/portaria-estadual-garante-assistencia-religiosa-nas-unidades-hospitalares-da-sesab/>,

Portal do governo de São Paulo (2007). *HC - SP auxilia transexuais a elevar a auto-estima e a enfrentar o preconceito*. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/hc-sp-auxilia-transexuais-a-elevar-auto-estima-e-enfrentar-preconceito/>

Projeto Áwure. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/com-unicef-awure-chega-ao-reconcavo-baiano-e-a-salvador>. Acessado em 07/09/21.

Projeto Corra pro Abraço. Disponível em: <http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>, acessado em 07/09/21

Santos, Fabrício Barroso dos (2021) . *Escrita da história do Brasil. Brasil Escola.* Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escrita-historia-brasil.htm>

São Paulo Guia Fácil (2021) . *Emissora de TV em São Paulo, SP.* Disponível em: <https://www.saopauloguiafacil.com.br/comunicacao/emissora-de-tv/3/> .

São Paulo Guia Fácil (2021). *Rádios em São Paulo, SP.* Disponível em: <https://www.saopauloguiafacil.com.br/comunicacao/rádios/4/>

São Paulo Saúde (2021). *Plataforma de Saúde Paulistana: e-sapudesp.* Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=299693 .

SEDUCSP (2021). *Governo inicia programa psicólogos na educação.* Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-inicia-o-programa-psicologos-na-educacao-partir-desta-quarta-feira-17/> .

SENAC (2018). *Programa de Inclusão e Diversidade.* Disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21497.htm&testeira=457&l&template&unit>

SESC SP (2016) . *Programa de Trabalho Sociocultural com Refugiados no Sesc São Paulo.* Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/programa-trabalho-sociocultural-com-refugiados-no-sesc-sao-paulo> .

Startup (2020). *Startup de São Paulo recebe quase 3 bilhões em investimentos entre 2019 e 2020.* Disponível em: <https://startupi.com.br/2020/04/startups-de-sao-paulo-receberam-quase-r-3-bilhoes-em-investimentos-entre-2019-e-2020/> .

Startups em Salvador. Disponível em: <https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/conheca-startups-baianas-de-sucesso-e-saiba-o-que-elas-fizeram-para-alavancar-os-negocios/>

TCESP (2020). *Painel de Saúde Hospitais*. Disponível em: <https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3ApainelSaude%3ApainelSaude.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero>

Torres, W., & Fischer, R. (2020). *Ciência, tecnologia, inovação, comunicação e ética nos tempos da Covid-19 na América Latina: entrevista com Efrain Pantaleón Matamoros e Felipe Chibás Ortiz*. Revista Extraprensa, 13(2), 163-182. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.170887>

UNESCO. (2015). Disponível em: Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015: nós conseguimos?

UNIVESP TV História (2015, 16 de abril) *História de Cuba - Silvia Cezar Miskulin* [vídeo] Youtube. Disponível em: História: História de Cuba - Silvia Cezar Miskulin

Vigo, Elentir (2020) Outono.net. Disponível em: <https://www.outono.net/elentir/2020/05/20/80-obras-catolicas-en-madrid-que-ayudan-a-los-necesitados-cuantos-medios-hablan-de-ellas/>

Yin, Robert (2003). *Estudo de caso. Planejamento e Métodos*. Tradução: Daniel Grassi. Editora Artmed. São Paulo

Educação e Cultura nas cidades de Guarulhos (Brasil), Braga (Portugal) e Cidade do México (México) à luz do Paradigma Cidades MIL da UNESCO

Eli Ferreira ¹⁰¹

Guido Marco Brem ¹⁰²

Valesca C. Bender ¹⁰³

Introdução

Este texto resulta do Seminário apresentado por seus autores a colegas e professores da disciplina *Diversidades Pós-Humanas e Ética do Cuidado no Paradigma Cidades MIL de UNESCO*, integrante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA), proposta e conduzida por Ronilda Iyakemi Ribeiro (IPUSP) e Felipe Chibás Ortiz (ECA-USP) no segundo semestre de 2021.

Os docentes dessa disciplina chamam atenção ao fato de ter ficado reservada à Universidade de São Paulo a honra de ser a primeira universidade do mundo a abrigar uma disciplina - de

¹⁰¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Professor do Ensino Superior e Pós-graduação - ONG SOEUAFROBRASILEIRA-SP-2021. eli.ferreira39@usp.br

¹⁰² Palestrante e Consultor de boas práticas em Cidades MIL de UNESCO. Responsável pelas Pastas de Turismo, Cultura e Relações Internacionais na Prefeitura de Aparecida de Goiânia. guidmarco@gmail.com

¹⁰³ Mestranda em Design de Comunicação de Moda (UMINHO). Revisora da Revista Lusophone Journal of Cultural Studies. Consultora e Pesquisadora de Criatividade, Inovação, Futures Literacy e Cidades MIL da Unesco. valescabender@gmail.com

pós-graduação - que tem por objeto os paradigmas MIL e Cidades MIL da UNESCO. Embora haja diversos cursos MIL em todos os continentes, por primeira vez o tema Cidade MIL da UNESCO integrou um Programa de Pós-Graduação. Este fato é relevante dada a importância do Paradigma Cidades MIL, proposto pela UNESCO em 2018.

No contexto planetário se mostra inquestionável a necessidade de preparar cidadãos, especialmente os jovens, para a adoção de um olhar crítico que lhes possibilite ver para além das aparências e os capacite para superar e/ou contornar de forma criativa as barreiras culturais à comunicação com as quais todos nos deparamos em nosso dia a dia. Como poderia ocorrer a formação de um pensamento crítico e a adoção de uma postura crítica dos cidadãos em relação aos conteúdos mediáticos se não fosse por meio do conhecimento, das habilidades e das atitudes? E todas essas competências são promovidas pela Educação.

Tendo como umas das suas proposições principais o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo da cidade e a promoção da comunicação e da informação com o uso das tecnologias de forma ética. Por isso se atribui grande importância à educação e à cultura e para a Alfabetização Mediática e Informacional (AMI) isto é particularmente verdadeiro, pois um de seus objetivos é o de educar os indivíduos de modo que se tornem capazes de questionar toda e qualquer informação recebida e de discernir a respeito do que vêm e ouvem para, com base nisso, estabelecerem julgamentos sólidos e modificarem a realidade de modo criativo, ético e sustentável (GRIZZLE, 2018).

Os processos educacionais ocorrem permanentemente, sem descanso, tanto no âmbito da educação formal, nas redes educativas das organizações de ensino e instituições, quanto em todo e qualquer tipo de interação, seja interpessoal, grupal, comunitária, social. Em todo lugar onde pessoas e coletivos tecem a trama cultural com mestres do saber e do fazer, ali estão guardados e são transmitidos costumes e tradições que constituem os Patrimônios Material e Imaterial das cidades.

Para compreender o paradigma Cidades MIL (*Media and Information Literacy*) é indispensável o reconhecimento da educação e da cultura como fatores de grande importância em sua constituição. O entendimento dos espaços urbanos exige a compreensão do paradigma Cidades MIL da UNESCO, que associa aos setores e atores tradicionais da educação, da tecnologia e da cultura, o envolvimento ativo de indivíduos e organizações educacionais e culturais dos três setores da sociedade: Primeiro Setor, o Público; Segundo Setor, o Empresarial, cuja lógica é o lucro, e o Terceiro Setor, o das organizações da sociedade civil de todos os portes.

É fato bastante conhecido que muitas cidades do mundo se beneficiaram enormemente da revolução tecnológica e dos benefícios trazidos pelos meios eletrônicos que oportunizam o acesso a todo tipo de informações. A revolução tecnológica contribuiu significativamente para o aumento da eficiência e da eficácia nesses três setores da sociedade e oportunizou novas possibilidades nos âmbitos econômico, social, cultural e organizacional, entre outros. Esse avanço favoreceu também a

transparência da informação e maior participação das pessoas nos diversos âmbitos e setores.

Em alguns segmentos sociais ficou mais evidente do que em outros a importância da gestão da informação e do conhecimento para a ampliação de oportunidades que foram surgindo durante o prolongado período da pandemia do Coronavírus (COVID-19), vírus letal que dizimou milhares de vítimas de março de 2020 até os dias atuais. As circunstâncias determinadas pela pandemia, que incluíram a exigência de isolamento social, oportunizaram às pequenas, médias e grandes organizações dos três setores da sociedade, a adoção parcial ou total, de recursos e meios tecnológicos para que pudessem atender ao novo contexto e às novas demandas de sua produção nesse novo mundo: o digital, cuja expansão se fez acompanhar da contração do mundo analógico.

A pesquisa por nós realizada

Ao estabelecermos como objeto de investigação as Ações de Educação e Cultura nas cidades de Guarulhos (Brasil), Braga (Portugal) e Cidade do México (México) à luz do Paradigma Cidades MIL da UNESCO, definimos como objetivo principal gerar subsídios úteis à **formulação de Políticas Públicas e à ação de gestores do poder público nessas e em outras cidades. E definimos como objetivo específico** identificar conhecimentos, competências e ações criativas, individuais e coletivas, relativas à Cultura e à Educação nas cidades estudadas. Adotado o método

de estudo de caso múltiplo, de Robert Yin, a coleta de dados incluiu consulta em sites oficiais dos municípios e obtenção de informações junto a cidadãos. Para a análise e comparação dos dados foram utilizados Indicadores e Métricas de “Cultura, Patrimônio, Arte, Esporte e Lazer” e de “Educação” (Chibás-Ortiz, 2020).

Do ponto de vista da produção acadêmica, o tema aqui abordado se mostra relevante por haver escassa fonte de informações sobre o Paradigma Cidades Mil da UNESCO. Do ponto de vista da relevância social deste estudo, cabe chamar atenção ao fato de ele contribuir para o reconhecimento e a divulgação do Paradigma Cidades MIL, que abriga em si todos os paradigmas de cidade que o antecederam e propõe promover o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade e despertar em todos os cidadãos do mundo o apreço às diversidades e a adoção de postura ética para a conquista do bem-estar de todos e para a promoção da paz.

Os Paradigmas MIL e Cidades MIL da UNESCO

O Paradigma MIL (AMI) da UNESCO MIL Alliance foi o primeiro esforço de promoção da cooperação internacional para garantir que todos os cidadãos do mundo tenham acesso a habilidades em mídia e informação. Essa iniciativa foi lançada em 2013, com o objetivo de articular parcerias concretas para impulsionar globalmente o desenvolvimento e o impacto da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI).

Conforme Chibás Ortiz (2020), o Paradigma Cidades MIL, que abriga em si todo os paradigmas de cidade que o antecederam, descreve 13 Indicadores e algumas centenas de métricas que desempenham a função de instrumentos de avaliação da qualidade de serviços oferecidos por organizações dos três setores da sociedade. Tal avaliação é realizada para identificar a qualidade de gestão das cidades, sua base de inteligência, seu *know how*, suas potencialidades etc. Este paradigma inclui um intenso uso de novas tecnologias, sem dispensar o uso de tecnologias já consagradas e visa colocar todas elas a serviço do desenvolvimento humano e do bem-estar individual e coletivo.

Relevante fator a ser mencionado é o uso ético, ecológico e sustentável da tecnologia para que cidadãos e organizações tenham poder decisório apoiado em valores éticos, em respeito às diversidades em estímulo à atualização do potencial humano de pensamento crítico, de criatividade e de discernimento.

Sem dúvida instrumentos como este oferecem suporte para a gestão de governos e de cidades e, em relação às cidades, oportunizam a tomada de decisões estratégicas relativas a questões que afetam direta ou indiretamente a vida cultural de um lugar, particularmente, no que se refere à Economia, por permitir avaliar a contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico; à Educação, por analisar a prioridade concedida à cultura no âmbito do sistema educacional; à Governança, por examinar o sistema nacional de gestão cultural; à Participação Social, por dar a conhecer o impacto das práticas, valores e

atitudes culturais sobre o progresso social; à Diversidade de Gênero, por avaliar a contribuição da cultura na aquisição e percepção da igualdade de gênero; à Comunicação, por analisar as condições propícias para a difusão e acesso aos conteúdos culturais: ao Patrimônio, por avaliar as políticas públicas de proteção, promoção e sustentabilidade dos patrimônios.

Estudar a cultura, bem como o seu desenvolvimento, e conhecer as interfaces por ela estabelecidas com os mais distintos setores da sociedade, cria condições para desenvolver e aperfeiçoar mais e mais a cultura e, assim, contribuir cada vez mais com a solução de questões históricas e vivenciais de indivíduos pertencente às mais diversas sociedades.

Segundo Alonso (2018), a cultura é definida em dois sentidos: primeiramente, em sentido amplo (antropológico), é definida como o conjunto de normas, valores, saberes, crenças, modos de vida e práticas simbólicas que orientam o comportamento individual e organizam o comportamento coletivo. Em seu sentido restrito (setorial) é definida como o setor de atividade responsável pela organização das múltiplas e diversas manifestações de criatividade intelectual e artística - passada e presente - que inclui indivíduos, organizações e instituições envolvidos em sua transmissão e renovação. Entender a cultura é compreender que a sociedade se constrói de ações que envolvem, não somente questões materiais e imateriais e os diversos saberes de um povo, mas também suas manifestações em outras áreas, entre as quais a Arte, o Esporte, o Turismo e o Lazer.

A cultura compreende hábitos de uma sociedade; práticas, relações e manifestações pessoais e coletivas; crenças, valores, atitudes e distintas modalidades de comunicação e de expressão; modos de interconexão entre as pessoas e delas com diferentes contextos. A cultura material pode ser mais bem conhecida por meio de indicadores e métricas da UNESCO utilizados para compreensão de subtemas, como arquitetura, artes plásticas - escultura, pintura, artesanato; artes cênicas - teatro, cinema, televisão e circo; música; dança; fotografia; artesanato; museus; diversas exposições de arte e diversas manifestações artísticas da cultura material e imaterial do ambiente sociocultural e artístico brasileiro.

Os 13 Indicadores e as 223 Métricas

Os 13 indicadores são os seguintes: (1) Prefeituras, Instituições Públicas e Cidadania; (2) Planejamento urbano, vias, urbanismo e meios de transporte; (3) Bibliotecas; (4) Saúde; (5) Cultura, Arte, Esporte, Turismo e Lazer; (6) Educação; (7) Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais; (8) Mídias, meios e agências de comunicação e marketing; (9) Inteligência artificial, startups e canais digitais; (10) Segurança; (11) Crianças, Jovens, Mulheres, Negros, Indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis; (12) Meio ambiente e sustentabilidade; (13) Métricas de Integração Geral.

Figura 1. Os 13 Indicadores do Paradigma Cidades MIL



Fonte: Chibás Ortiz, 2020, p. 429)

Métricas dos Indicadores Cultura e Educação

No presente estudo particularizamos dois dos 13 Indicadores (Chibás e Grizzle (2021), a saber: Indicador (5) Cultura, Arte, Esporte, Turismo e Lazer e Indicador (6) Educação. Seleccionamos Métricas de cada um desses Indicadores para analisar e comparar as três cidades, escolhidas: Guarulhos, Brasil; Braga, Portugal e Cidade do México, capital do México.

O método Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade

O método das Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade (BCC), proposto por Chibás Ortiz (2016), foi indicado pela UNESCO na Declaração de Belgrado em 2019, na Declaração de Seul em 2020 e no Resumo do Curriculum AMI, conhecido como Cidadãos alfabetizados em mídia e informação: pense criticamente, clique com sabedoria!" em 2021. Esse método é integrado por

um conjunto de factores, de orden simbólica o concreta de origen cultural (entendiendo la cultura como estilo de vida), que van más allá de las diferencias idiomáticas y que pueden dificultar la comunicación entre personas u organizaciones de diferentes valores, etnias, edad, genero, países, pueblos, religiones etc. (Chibas Ortiz, 2015, p. 49).

Trata-se de um método de diagnóstico de conflitos culturais e propostas de soluções para superar conflitos. Inclui indicadores e métricas de análise e interpretação. Esse autor identificou 20 barreiras que podem se manifestar em grau baixo, médio ou alto, configurando um sistema aberto sujeito a novas inclusões, por serem muitos os fatores de intolerância e de recusa do diferente, geralmente considerado inferior. Na Figura 2, apresentada a seguir, estão reunidas as 20 Barreiras Culturais à Comunicação:

Figura 2 - Barreiras Culturais à Comunicação

1 Tendência ao Etnocentrismo	2 Tendência ao individualismo (ou ao coletivismo)	3 Tendência ao Sexismo	4 Tendência a supervalorizar o sensualismo (belo corpo)	5 Tendência ao Religiocentrismo	6 Tendência a supervalorizar a origem urbana (ou a rural)	7 Tendência a respeitar rigidamente as regras éticas (ou desrespeitá-las)	8 Tendência a supervalorizar o fator idade
20 Dificuldade para dominar outro idioma (ou para aceitar variantes linguísticas)	 <p>20 Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade</p> <p>Felipe Chibás Ortiz</p>						9 Tendência a assumir postura autoritária (ou postura 'laissez faire')
19 Tendência a menosprezar pessoas de outro nível socioeconômico							10 Tendência a exigir resultados com brevidade (ou protelar)
18 Bullying	17 Dificuldade para entender e/ou aceitar formulações jurídicas distintas das de seu próprio país	16 Tendência a menosprezar pessoas descapacitadas	15 Tendência a menosprezar o uso responsável de recursos naturais	14 Dificuldade para superar obstáculos tecnológicos	13 Tendência a atribuir exclusivamente a si próprio os méritos por um sucesso (ou exclusivamente a outras pessoas)	12 Tendência a controlar fatos e incertezas (ou deixar acontecer)	11 Tendência a supervalorizar as posições hierárquicas

Fonte: Chibás Ortiz, 2016

O método de pesquisa utilizado

Partindo dos pressupostos de que teoria e método são áreas intimamente articuladas e colocadas a serviço da consecução do objetivo de pesquisa e de que a escolha de um método eficiente e eficaz garante a legitimidade das conclusões, nesta investigação foi realizado um Estudo de Caso Múltiplo e adotada a técnica de comparação de fenômenos, como proposto por Robert Yin (2005).

A esse procedimento de pesquisa foram associados recursos diagnósticos integrantes do Método de Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade, proposto por Felipe Chibás-Ortiz e o Método de Análise de Indicadores por meio de Métricas, proposto por Felipe Chibás Ortiz e Mitsuru Yanaze. Nesse contexto de pesquisa são bastante utilizadas as técnicas de observação direta

dos acontecimentos e de entrevistas com pessoas integrantes do fenômeno a ser estudado. Os estudos de caso lidam com ampla variedade de evidências - documentos, artefatos e entrevistas, entre outras. Depois de coletados em sites oficiais dos municípios e com cidadãos, e realizada sua análise com base em parâmetros sugeridos por Chibás Ortiz e Grizzle (2021), os dados foram organizados nos Quadros 1 e 2 apresentados a seguir.

Quadro 1. Reunião de dados Qualitativos e Quantitativos do Indicador Cultura

Indicador/Métricas		Notas das Cidades			
		Guarulhos	Cidade do México	Braga	Referência
CULTURA	Quantidade e percentual de campanhas de comunicação desenvolvidas na Cidade com foco em informação sobre bem-estar e qualidade de vida.	8	7	8	10
	Quantidade e percentual de startups com foco na arte que a possui a Cidade.	8	7	8	10
	Quantidade e porcentagem de atividades esportivas e culturais promovidas em espaços públicos ao ar livre com enfoque na Cidade e comunidade no entorno, a fim de promover a interação entre pessoas, apropriação do espaço público de forma criativa e fortalecer o vínculo de pertencimento para com o espaço, sem relações monetárias envolvidas.	9	7	8	10
	A prefeitura, através de seu órgão de preservação, publica uma base de dados em que justifica e relaciona seus bens históricos, artísticos, arquitetônicos e arqueológicos, assim como o seu patrimônio imaterial.	9	7	8	10
	A cidade tem um programa que estabelece e divulga em campanha de comunicação um calendário e lugar para as manifestações culturais e celebrações de forma a difundir seu patrimônio imaterial.	9	7	9	10
	A cidade tem uma resposta planejada de aproveitamento do espaço para promoção da cultura de forma criativa e inclusiva.	9	7	9	10
	Somatória	53	42	50	60
Percentual	88%	70%	83%	100%	

Fonte: Arquivos dos autores

Métricas do Indicador Cultura, Patrimônio, Arte, Esporte e Lazer

Ranking das Cidades

Guarulhos Brasil	88
Braga (Portugal)	83
Cidade do México (México)	70

Quadro 2. Reunião de dados qualitativos e quantitativos do Indicador Educação

Indicador/Métricas		Notas das Cidades			
		Guarulhos	Cidade do México	Braga	Referência
EDUCAÇÃO	Quantidade e percentual de matérias e disciplinas relativas ao enfoque MIL e anti fake news presentes no currículo de ensino dos alunos de escolas de ensino fundamental a universidades.	8	7	8	10
	Quantidade de ações promovidas por escolas e universidades para estimular os alunos a usarem bibliotecas e a lerem em meios físicos e digitais.	8	7	8	10
	Quantidade e percentual de startups com foco na educação.	10	7	9	10
	Quantidade e percentual de aplicativos criados na cidade em função da educação.	9	7	8	10
	Quantidade e percentual de cursos EAD gratuitos disponibilizados pelo campus para a comunidade escolar e população em geral, sobre cultura, arte, projetos socioculturais, gestão de projetos e temas MIL.	9	7	8	10
	Quantidade de manuais orientando sobre como trabalhar e educar crianças e adolescentes quando se trabalha no regime <i>home office</i> .	9	7	8	10
Somatória		53	42	49	60
Percentual		88%	70%	82%	100%

Fonte: Arquivos dos autores

Métricas do Indicador Educação - Ranking das Cidades

Guarulhos Brasil	88
Braga (Portugal)	82
Cidade do México (México)	70

Considerações Finais

Este estudo, de caráter exploratório, propiciou a produção de conhecimentos teórico-metodológicos para subsidiar (1) a ação de gestores do poder público; (2) a formulação de Políticas Públicas; (3) a elaboração de Programas e Projetos de Capacitação de Gestores do Poder Público e (4) o preparo de assessores, consultores e lideranças para implementação do paradigma Cidades MIL da UNESCO. Propiciou, ainda, um aprofundamento da compreensão (1) dos Indicadores “Cultura, Turismo, Arte, Esporte e Lazer” “Educação” e de suas Métricas na análise e comparação das cidades de Guarulhos (Brasil), Braga (Portugal) e Cidade do México (México) e (2) do papel dos cidadãos como peças-chave do desenvolvimento das cidades. Possibilitou, finalmente, identificar conhecimentos, competências e ações criativas, individuais e coletivas, relativas à Cultura e Educação e à Educação nas cidades estudadas.

Oportunizou, ainda, o aprofundamento de debates a respeito do volume de Métricas propostas para cada Indicador-Paradigma, o que na opinião do grupo poderá dificultar uma saudável evolução do conceito e, em alguns casos, perceber

algumas Métricas quase iguais e a ausência de outras mais relevantes e abrangentes. No caso do Indicador Cultura, Turismo, Arte, Esporte e Lazer, por exemplo, são 5 grandes temas para apenas 15 indicadores, basicamente, sendo apenas 3 para cada área, o que os autores deste estudo consideraram insuficiente.

Também foi possível levantar alguns questionamentos relativos à pertinência e confiabilidade dos métodos utilizados para estudo dessas três cidades. Ao considerarmos que as cidades estudadas estão em distintos continentes; que há expressivas diferenças relativas à sua densidade demográfica, localização geográfica, condições econômicas, tecnológicas, comunicacionais e educacionais; que há notáveis diferenças relativas aos recursos disponíveis para investimentos em iniciativas culturais, artísticas, de esporte, lazer, educação e turismo. Para aperfeiçoamento do método será muito importante a revisão e aperfeiçoamento do método para que ele se torne mais criterioso e mais eficiente. Neste estudo se mostrou possível questionar, por exemplo, se não será questionável compararmos Braga, com menos de 200.000 mil habitantes, localizada na Europa, com Guarulhos, com cerca de 1.400.000 habitantes, localizada na América do Sul e Cidade do México, com mais de 9.000.000 de habitantes, localizada na América do Norte.

A realização deste estudo foi uma experiência extremamente benéfica, produtiva e oportuna para o grupo de pesquisadores por seu aspecto desbravador e por se tratar de estudos exploratórios sobre os 13 Paradigmas-Indicadores e as 223 Métricas sugeridas pela UNESCO para as Cidades MIL.

Consideramos muito positivas, entre outras questões, as peculiaridades e potencialidades das cidades e suas gestões (públicas e privadas), bem como a oportunidade de ampliar nosso repertório cognitivo e nossa visão de realidade. Os horizontes se expandem quando nos defrontamos com conceitos, ideias e ideais que prometem melhorar a qualidade de vida nas cidades. Principalmente quando se opta por privilegiar as multiculturas, as diversidades e a pluralidade de cada cidadão, ator principal das Novas Cidades, desejadas por todos.

Referências

Alonso, G. (2020). Indicadores de cultura da UNESCO para o desenvolvimento (IUCD). *Revista Cultura e Desenvolvimento*. Itaú Cultural.

Chibás Ortiz, F. (2016). Ética e barreiras culturais à comunicação: fronteiras líquidas da organização na era digital. *Revista ENIAC*, 2016, v. 5, n. 2, pp. 257-277. <http://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/353>.

Chibás Ortiz, F., Grizzle,, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O.(2020), *Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case*. In: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F.(Org.). *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO*, ECA-USP, São Paulo
Recuperado de https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO.

Grizzle, A. (2018). *Assessing Citizens' Responses to Media and Information Literacy Competencies through an online course: an Empirical Study and Critical Comparative Analysis of Experts' Views*. Doctoral Thesis. Autonomous University of Barcelona, Spain. Xarxa (TDX). ISBN: 9788449084775: <http://hdl.handle.net/10803/666860>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2018). Global Media and Information Literacy Week 2018, Kaunas. <https://en.unesco.org/globalmilweek2018/milcity>.

Yanaze, M. H. & Chibás Ortiz, F. (Org.). (2020). *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL: métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. ECA-USP.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Bookman.

Cidades Universitárias MIL

Métricas, Indicadores e Perspectivas

Jesús Enrique García Rivero ¹⁰⁴

Wagner Giovanni Silva ¹⁰⁵.

O artigo *Cidades Universitárias MIL: Métricas, Indicadores e Perspectivas* se baseia na necessidade de projetar universidades que utilizem de maneira extensiva tecnologias como a inteligência artificial (AI), a computação na nuvem, a robótica, o metaverso e até mesmo incorporem conhecimentos de coletividades diversas como as dos povos originários. Isto com o objetivo de gerar processos administrativos e comunicativos digitais eficientes através da Internet, além de desenvolver modelos educativos que promovam o contorno das barreiras culturais, o respeito à diversidade humana, a promoção da saúde, bem como o pensamento independente e criativo dos estudantes.

Se busca contribuir também para os estudos acadêmicos e na geração de dados sobre o conceito de cidades MIL (*Media and Information Literacy*) da UNESCO, mediante a aplicação e análise do seu *framework* composto por 13 indicadores e suas respectivas métricas com foco nas universidades Federal de Minas Gerais

¹⁰⁴Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e membro do grupo de pesquisa Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing jegrivero@me.com.

¹⁰⁵ Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas na Univille e membro do grupo de pesquisa Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing (Toth-CRIARCOM). administradorwagner@gmail.com.

(UFMG), de Buenos Aires (UBA) e Autónoma Metropolitana (UAM), instituições altamente representativas de Belo Horizonte (BH), Buenos Aires (BA) e Cidade do México (CDMX), respectivamente. Da mesma forma, se pretende examinar sua potencialidade para se transformarem em entidades MIL.

Considerado o anterior, a questão norteadora do trabalho é a seguinte: Pode a análise das páginas web das instituições superiores elencadas indicar a sua potencialidade para se converterem em entidades MIL?

Metodologia

Foi utilizada uma abordagem teórico-prática, de essência qualitativa, além de uma primeira análise exploratória comparativa baseada na metodologia multicaso de Robert Yin (2012, citado em Chibás Ortiz 2021: 203) que facilita a leitura de dados e evidencia semelhanças e diferenças entre múltiplos objetos de estudo. Na coleta de dados foi realizado o trabalho bibliográfico e a revisão das páginas web das universidades.

Ressalta-se que não foi realizada uma visita física às instituições educativas. As páginas web necessariamente atualizadas das referidas entidades representam, de fato, o recorte espacial e temporal. Tampouco foram utilizados juízes ou especialistas externos, que em uma hipotética etapa posterior poderiam contribuir para a formação em Alfabetização Midiática e Informacional, bem como na avaliação de programas, ferramentas

tecnológicas e qualidade dos serviços digitais oferecidos pelas universidades e seus funcionários.

As notas de qualificação utilizadas na tabela comparativa multicaso foram atribuídas de acordo com a evidência da existência, ou não, dos indicadores e métricas aplicáveis e foram baseadas em uma avaliação qualitativa das informações sobre o uso criativo da tecnologia na gestão educativa e de serviços, na comunicação com os públicos internos e externos, bem como no trabalho feito para contornar as barreiras culturais.

Do Conceito MIL ao *Framework* MIL

A Alfabetização Midiática e Informacional (*Media and Information Literacy*) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2021) remete em sua concepção mais recente ao início dos anos 2000, quando uma profunda reforma educacional foi realizada em Hong Kong. Nesse lugar perceberam a necessidade de ampliar o conceito de Alfabetização Midiática (*media literacy*) para Alfabetização Midiática e Informacional (Kuzmin e Parshakova, 2013: 261).

Em 1974, Paul Zurkowski, ex-presidente da Associação da Indústria da Informação dos Estados Unidos (*US Information Industry Association*), já havia usado o termo de alfabetização informacional (*information literacy*) para expressar a necessidade de enfrentar a superabundância de informação na sociedade do seu país que, segundo ele, supera a capacidade humana de avaliação, o que tornou necessário o surgimento de pessoas

alfabetizadas no processamento da informação (Kuzmin e Parshakova, 2013: 34).

A alfabetização tornou-se, em todo caso, um conceito de debate constante na sociedade. Hoje existem inúmeras definições e o conceito continua a evoluir. Nesse sentido, é possível afirmar que a Alfabetização Midiática e Informacional (MIL) busca educar os indivíduos a questionarem-se “sobre as informações divulgadas, a fim de identificar preconceitos, preparar discernimento e estabelecer juízos próprios sólidos para posteriormente modificar a realidade de forma criativa, ética e sustentável” (Grizzle, 2018, citado em Chibás Ortiz e Yanaze, 2020: 25).

O conceito MIL é essencial também para o desenho das cidades MIL, entidades que podem ser entendidas como cidades inteligentes, mas que em seu desenvolvimento integram “a responsabilidade social e o objetivo de desenvolvimento humano sustentável das cidades com novas tecnologias; a exemplo, o *blockchain* e a inteligência artificial. Elas integram também os principais agentes da sociedade como *expertise* de universidades, empresas, representantes do governo e artistas” (Chibás Ortiz e Yanaze, 2020: 24).

Por sua vez, o *framework* MIL serve como a ferramenta para implementar o enfoque MIL nas cidades e é composto por 13 indicadores (Chibás et al., 2021: 204) que considerados na gestão das universidades, podem orientar o uso de tecnologia de forma eficiente, ética e sustentável, promovendo entre professores,

alunos e funcionários de todas as áreas o pensamento independente, criativo, ético e no respeito à diversidade.

Da Cidade MIL à Universidade MIL

O enfoque MIL inclui também outros modelos de cidade propostos antes pela UNESCO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) como são a inteligente, criativa, inovadora, educadora, saudável ou do conhecimento, mas desde uma perspectiva que visa colocar o ser humano, a natureza e a tecnologia no mesmo patamar:

Antes o ser humano era o centro. Mas não qualquer ser humano. Não era o ser humano feminino, nem o LGBT. Esse centro agora está sendo compartilhado também pelas pessoas trans por exemplo. O modelo das cidades MIL considera todas essas diversidades: diversidades pós-humanas, diversidades tecnológicas. Hoje temos que pensar por exemplo na ética dos robôs. Por exemplo, eu posso tratar mal um robô feminino? É um tema pós-humano. Temos que respeitar não só as mulheres, mas também a mulher robô (Programa Inova360, 2021, 8m 08s).

É importante assinalar que a tecnologia *per se*, não consegue resolver muitos dos desafios de coexistência e de qualidade de vida das pessoas. Se precisa da educação também como um dos eixos de qualquer projeto de cidade. Nesse sentido, a universidade como promotora da cultura, as artes, as mudanças sociais e o desenvolvimento tecnológico, dentre outras qualidades, tem um papel fundamental no fomento do

pensamento criativo, independente e sobretudo respeitoso das diferenças culturais e pós-humanas.

O enfoque MIL pode auxiliar na visão de uma universidade que ultrapasse o aspecto funcional e unidirecional da educação bancária que frequentemente converte os estudantes em “depósitos” de conhecimento do professor, das instituições educativas (Paulo Freire, 2013), ou até da própria tecnologia.

A transcendência do *framework* MIL para as universidades seria que a sua aplicação permitiria transcender aspectos puramente técnicos da administração das universidades e do próprio conteúdo educativo, ajudando no contorno das barreiras culturais à comunicação, integrando “o universo on-line e off-line num novo multiverso *blended*, ou seja, que mistura a realidade física e virtual” (Chibás et al., 2021: 199) assim como “a comunicação institucional, mercadológica, administrativa e interna de uma organização, projeto, equipe, instituição pública ou privada” (Chibás Ortiz e Yanaze, 2020: 25).

Indicadores do *framework* MIL

Os 13 indicadores do *framework*, bem como algumas das suas respectivas métricas, foram considerados para serem aplicados e examinados por se inserirem nos âmbitos de ação jurídica, prática, de atribuições e ensino da UFMG (2021), UBA (2021) e UAM (2021).

Além dos âmbitos de ação, se ponderam outros critérios na análise: O uso extensivo da tecnologia, a qualidade dos serviços digitais oferecidos através da Internet e a qualidade da

comunicação com os públicos interno e externo, sobretudo com grupos e atores sociais para estabelecer sinergias em prol da diversidade, a tolerância e a comunicação política necessária na superação das barreiras culturais e no funcionamento eficiente das instituições.

Quadro 1. Os 13 Indicadores do *framework* MIL

Os 13 Indicadores do <i>framework</i> MIL
1. Bibliotecas
2. Prefeitura, instituições públicas e cidadania ^[L] _[SEP]
3. Vias, edifícios, urbanismo, meios de transporte e mobilidade
4. Saúde
5. Cultura, arte, espiritualidade - religiosidade, esporte, turismo e lazer
6. Educação
7. Associações, sindicatos, ONG, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais
8. Mídia meios de comunicação
9. Inteligência artificial, <i>startups</i> e canais digitais
10. Segurança
11. Meio ambiente e sustentabilidade
12. Crianças, jovens, idosos, mulheres, LGBTQIAPN+, negros, indígenas, imigrantes, obesos e outros grupos vulneráveis
13. Métricas de integração

As Universidades

Se escolheram universidades representativas de cidades relevantes no contexto latino-americano (BH, BA, CDMX), seja por razões econômicas, políticas, culturais ou por apresentarem um alto índice de desenvolvimento humano e utilizar a tecnologia de

forma extensiva. No caso, trata-se de entidades que já possuem características das cidades inteligentes, por exemplo, são a base para numerosas *startups* dedicadas à tecnologia aplicada ao transporte, à saúde, à gestão financeira ou à educação.

Por outro lado, o quadro comparativo multicaso mostra a avaliação dos sites oficiais da UFMG, UBA e UAM. A análise contemplou a gestão dos serviços digitais e a qualidade da informação disponível na Internet. O quadro expõe também os resultados para avaliar a potencialidade MIL das universidades.

Tabela 1. Nota Comparativa das Métricas MIL na Universidade

Métrica	UFMG - Belo Horizonte	UBA - Buenos Aires	UAM - Cidade do México	Referência
1. Bibliotecas	8	8	9	10
2. Vias, prédios, meios de transporte e mobilidade	8	6	7	10
3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania	10	9	9	10
4. Saúde	8	9	8	10
5. Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo e lazer	8	9	8	10

6. Educação	8	9	9	10
7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais	7	6	7	10
8. Mídias e meios de comunicação	8	8	7	10
9. Inteligência Artificial, startups e canais digitais	10	9	7	10
10. Segurança	5	3	8	10
11. Meio ambiente e sustentabilidade	4	4	6	10
12. Jovens, idosos, mulheres, LGTBi, negros, indígenas, emigrantes, deficientes e outros grupos vulneráveis	6	4	5	10
13. Métricas de integração	4	4	4	10
Somatória	94	88	94	130
Percentual	73%	68%	73%	100%

Nota 1. As notas de qualificação da tabela são: 0 a 3 baixa; 4 a 5 média; 6 a 7 boa; 8 a 10 excelente.

Particularização das Notas

A seguir, a particularização das notas relacionadas aos indicadores e as métricas correspondentes para a tabela comparativa multicaso:

1. Bibliotecas.

As três universidades possuem um completo sistema de bibliotecas físicas e virtuais, daí as qualificações de boas a excelentes. Destaca-se neste último ponto a UAM, devido ao seu amplo catálogo digital focado na ciência e na tecnologia, em parceria com editoriais de instituições como Oxford ou Cambridge.

2. Vias, prédios, urbanismo, meios de transporte e mobilidade.

Trata-se de grandes instituições educativas em termos de infraestrutura que inclui diferentes campus com laboratórios dedicados à ciência e tecnologia, museus, unidades de saúde, múltiplos espaços culturais e património cultural como prédios históricos e obras de arte. Destacam-se as notas da UFMG e a UAM; a primeira pelo sistema de transporte interno e a segunda pela utilização e promoção do aprendizado virtual mediante um campus virtual. A UBA apresenta informação escassa sobre o transporte interno e sobre a utilização da tecnologia para aplicações práticas relativas à modalidade.

3. Prefeitura, instituições públicas e cidadania.

As universidades em estudo dispõem de informação pública de fácil acesso, por meio de diferentes leis, regulamentos, plataformas digitais, conselhos e outros organismos, e dessa

forma garantem uma excelente transparência pública sobre os recursos financeiros e a gestão administrativa, razão pela qual as notas são de excelência.

4. Saúde. ISEP

Neste rubro se obtêm notas excelentes já que as três universidades contam com hospitais e clínicas docentes além de unidades veterinárias: o caso da UBA. Se utilizam também aplicativos digitais na promoção da saúde em geral, da vacinação e na prevenção do COVID-19. A UBA trabalha em um aplicativo para identificar o COVID-19 através da tosse.

5. Cultura, patrimônio, arte, espiritualidade - religiosidade, esporte, turismo e lazer.

As notas excelentes são resultado de uma ampla infraestrutura cuja missão é a promoção da cultura, artes e a ciência. Todas as instituições têm patrimônio urbano e acervo pictórico, plástico, editorial, bem como espaços para a prática e difusão do teatro, dança, música, cinema, etc. A UBA tem *workshops* para crianças, adolescentes, adultos e idosos relacionados com a arte. Oferecem cursos também sobre mídia, jornalismo e comunicação.

6. Educação. ISEP

A ampla oferta educativa das três universidades resulta em notas excelentes. Destacam-se os campi virtuais da UBA e da UAM pelo desenvolvimento digital de cursos e projetos educativos. A UAM oferece um aplicativo com todos os trâmites e serviços da universidade.

7. Associações, sindicatos, ONG, projetos socioculturais e outros atores não tradicionais.

As três universidades dispõem de órgãos e associações encarregadas de lutar pelos direitos dos professores e de projetos para impactar de forma positiva as condições socioeconômicas e educativas dos estudantes. A UFMG disponibiliza restaurantes e moradias universitárias para alunos de baixa renda. A UAM tem um escritório de vinculação para a cooperação em investigação, educação, promoção cultural e desenvolvimento institucional com instituições de educação superior europeias. As notas são apenas boas porque não se achou informação da relação com atores não tradicionais nem de como a tecnologia tem melhorado a comunicação com os públicos internos e externos.

8. Mídia e meios de comunicação. [L] [SEP]

Os oito pontos para cada instituição baseiam-se na existência de diversas plataformas tradicionais e digitais de TV, rádio e editoriais das universidades para difundir conteúdos educativos, artísticos, culturais e tecnológicos.

9. Inteligência artificial, startups e canais digitais. [L] [SEP]

A UFMG tem parcerias com *startups* e centros privados e públicos com o objetivo de desenvolver novas tecnologias aplicadas aos negócios e na prestação de serviços. A UBA faz parte do projeto *Urban Nature Lab*, financiado pela União Europeia para desenvolver soluções inovadoras baseadas na natureza para melhorar a resiliência em relação ao câmbio climático e o desenvolvimento urbano. As universidades sul

americanas obtêm notas de excelência, no entanto a mexicana obtém nota boa para este indicador.

10. Segurança.

Neste indicador as notas sofrem uma variação maior. As universidades UFMG e UAM contam com sistemas de câmeras de segurança. Ainda a universidade mexicana, em colaboração com o governo da CDMX, coordena-se com o Centro de Controle, Comando, Comunicações e Cômputo (C4) na atenção de desastres ou ocorrências de violência. Em contrapartida, não foram encontradas evidências de que o pessoal de segurança interna tenha algum tipo de treinamento MIL, por isso as notas não chegam à excelência.

11. Meio ambiente e sustentabilidade.

A UAM aplica 10 programas de mitigação do cambio climático. UFMG e UBA têm escassa informação sobre ações em prol do meio ambiente.

12. Crianças, jovens, idosos, mulheres, LGBTQIAPN+, negros, indígenas, imigrantes, obesos e outros grupos vulneráveis.

Neste indicador destaca a UFMG com a Rede Direitos Humanos UFMG, que promove discussões na matéria, mediante 20 grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa. A UAM, através de distintos órgãos internos, promove os direitos dos estudantes, vigia os direitos de acessibilidade das pessoas deficientes, atua na prevenção e contra a violência de gênero, além de promover a inclusão de todos os grupos que compõem a

universidade. Na UBA se encontrou escassa informação sobre o contorno das barreiras culturais ou sobre políticas de inclusão; porém contam com um protocolo contra a violência de gênero.

13. Métricas de integração.

As três universidades contam com convênios de cooperação educativa com instituições de educação superior de vários lugares do mundo. Há pouca informação sobre outras métricas de integração.

Considerações finais

O estudo tem as limitações de uma etapa inicial já que considera, apenas, a análise dos sites oficiais das universidades. Nesse sentido, a incorporação de juízes e públicos interessados, bem como de especialistas no enfoque MIL e nos temas que dizem respeito à gestão das universidades, contribuiria para uma avaliação mais precisa das ferramentas tecnológicas, a comunicação e os serviços oferecidos para estudantes, professores, funcionários, autoridades e outros públicos internos e externos. Isto modificaria as notas apresentadas na tabela comparativa multicaso.

O artigo foi elaborado também com o objetivo de descobrir o potencial das universidades elencadas para se transformarem em MIL. Deve-se ressaltar que, mesmo em um estágio inicial, o *framework* MIL é capaz de gerar dados que, neste caso, indicam que a UFMG, a UBA e a UAM têm elementos qualitativos para se transformarem em MIL: As três universidades utilizam de forma extensiva a tecnologia e são líderes no contexto latino-americano.

Desfrutam também de uma ampla infraestrutura física e o tema digital é importante nas suas gestões educativas e administrativas.

Em contrapartida, não há dados sobre a aplicação do *framework* MIL, o que é condizente com a novidade do tema. Similarmente, a comunicação nas páginas web das três universidades é limitada em relação às sinergias que de forma ideal deveriam se estabelecer com diversos grupos da sociedade na geração de projetos produtivos, tecnológicos, educativos, artísticos ou culturais; a informação sobre o contorno das barreiras culturais, o cuidado do meio ambiente, dentre outros, é escassa também.

Por último, indicar que a tendência desejada na América Latina deve ser a multiplicação deste tipo de estudos com o intuito de reduzir as lacunas em termos de desenvolvimento humano e qualidade de vida com países considerados avançados. Se precisa, evidentemente, da participação decidida de governos, políticos, empresas e lideranças da sociedade civil, para trabalharem o conceito MIL junto com as universidades.

Referências

Chibás Ortiz, F. et al. (2021) Ciudades MIL, Smart Campus y e-Salud. Prevención Epidemiológica. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, No. 145. Ecuador. 197-214.

Chibás Ortiz, F. y Yanaze, M. (Organizadores). (2020). *Das cidades inteligentes às cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. São Paulo, Brasil: ECA-USP.

Freire, P. (2013) *Pedagogia do oprimido*. eBook. ISBN 978-85-7753-228-5 [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2013.

Grizzle, A. (2018). *Assessing Citizens' Responses to Media and Information Literacy Competencies through an online course: An Empirical Study and Critical Comparative Analysis of Experts' Views*. Doctoral Dissertation. ISBN: 9788449084775: <http://hdl.handle.net/10803/666860>. Tesis Doctorals en Xarxa (TDX). Autonomous University of Barcelona, Spain.

Kuzmin, E. y Parshakova, A. (Compilers). (2013). *Media and Information Literacy for Knowledge Societies*. Moscow: Interregional Library Cooperation Centre. - 432 p. ISBN 978-5-91515-047-3
Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377858?1=null&queryId=56d6ad4e-26e5-426b-8bd2-28de245ddaf9>

Programa Inova360 na Record News. (8 junho de 2021). *O desafio de tornar cidades inteligentes em realidade com Felipe Chibás*. [Arquivo de Vídeo]. YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=LzPN9dll7r4>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (24 de agosto de 2021). <https://ufmg.br/>

Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). (23 de agosto de 2021). <https://www.uam.mx/>

Universidad de Buenos Aires (UBA). (23 de agosto de 2021). <https://www.uba.ar/>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (23 de agosto de 2021). *Media and Information Literacy*. Recuperado de: <https://en.unesco.org/themes/media-and-information-literacy>

Yin, R. K. (2012). Case study methods. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T.

Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA handbook of research methods in psychology* [Manual APA de métodos de investigación en psicología], Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological. 141-155. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13620-009>

Comparativo de três cidades à luz de cinco paradigmas de cidades contemporâneas

Karin Milani Zottis ¹⁰⁶

"As cidades são oportunidades para enfrentar os desafios globais. Precisamos demonstrar que a mudança é possível por meio do engenho, criatividade e audácia das pessoas e dos tomadores de decisões. Precisamos modificadores de cidades para um futuro melhor".

Joan Clos (*)

(*) Secretário-geral de ONU-Habitat, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20).

Introdução

Apresenta-se aqui um comparativo de 3 cidades: Bogotá, na Colômbia; Paris, na França e Bento Gonçalves, no Brasil, à luz de 5 paradigmas de cidades contemporâneas selecionados, que foram: Cidades Inteligentes, MIL, Sustentáveis, Saudáveis e Criativas.

A escolha pelas cidades foi orientada pela residência da autora, uma cidade pequena e para incluir cidades grandes ao

¹⁰⁶ ¹⁰⁶ Vice-President BPW Bento Gonçalves - RS; Coordinator National Education Committee - BPW Brazil; member of the research groups Toth CRIARCOM-ECA-USP and of the IEPP - Institute for Teaching and Research in Psychotherapy; member of the UNESCO MIL Alliance Latin America and Caribbean Committee; Coordinator of the Brazil Chapter of UNESCO MIL Alliance. karinmzt@yahoo.com.br

comparativo, com realidades distintas, uma cidade europeia e uma cidade da América Latina.

Os dados apresentados no comparativo foram extraídos principalmente dos sites governamentais, onde se percebe haver pouca alimentação e disponibilidade de dados.

A pesquisa ofereceu noção bastante adequada e clara de como aplicar realmente uma metodologia comparativa de análise de indicadores, que será muito útil para o trabalho a ser realizado pela UNESCO MIL Alliance no Comitê América Latina e no Capítulo Brasil.

Justificativa

O presente trabalho integra o programa da disciplina “Diversidades Pós-humanas e Ética do Cuidado no Paradigma das Cidades MIL de UNESCO” e consiste numa oportunidade de análise e integração de conteúdos por ela apresentados, constituindo ótimo e interessante exercício prático de caracterização e diagnóstico de cidades contemporâneas.

A atividade de busca de informações virtuais sobre as 3 cidades selecionadas foi muito interessante e despertou curiosidade, além de oferecer uma ideia clara sobre a metodologia comparativa e sua utilidade.

Objetivos do trabalho

- Identificar características reais das cidades selecionadas, em sítios virtuais como os sites e outros recursos oferecidos pela governança ou outras fontes, exercitando esta busca.

- Comparar as cidades, considerando suas características, percebendo as dificuldades e pontos fortes que as aproximem ou afastem dos paradigmas das 5 cidades contemporâneas selecionadas.

- Identificar quais dos 5 paradigmas de cidades contemporâneas escolhidos se aplicam a cada uma das cidades selecionadas.

- Oferecer oportunidade de várias comparações, em diferentes propostas, para diversificar e ampliar a percepção e capacidade de análise da autora e dos colegas de turma a respeito dos temas explorados pela disciplina.

- Promover o ODS 11 da Agenda 2030 da ONU: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Questão norteadora

- Quais dos 5 paradigmas de cidades Contemporâneas escolhidas se aplicam nas 3 cidades selecionadas para análise?

Desenvolvimento

Buscando na história, percebemos que há muito tempo os homens se preocupam com seus espaços de habitação, pois os vestígios encontrados em ruínas e outros tipos de registros mostram que muitas foram as cidades antigas preocupadas com planejamento, com desenho urbano, sustentabilidade, em vários exemplos de cidades planejadas.

Um exemplo disso encontra-se num curioso artigo do Correio Brasiliense (2000) que chamou atenção por abordar Semelhanças entre Brasília e Akhetaton, antiga cidade egípcia. O texto remete ao livro "Brasília secreta - Enigma do Antigo Egito", onde a egiptóloga Iara Kern e o professor Ernani Figueira Pimentel comparam as duas capitais.

Akhetaton era uma cidade do antigo Egito, construída, assim como Brasília, para ser centro político do país. Na parte arquitetônica, um dos aspectos mais explorados por estudiosos é a enorme quantidade de pirâmides e formas triangulares encontradas em Brasília, o que demonstra, no mínimo, uma forte influência da antiga arquitetura egípcia no mundo atual.

Em Brasília muitos templos, igrejas e edifícios são subterrâneos, como no Antigo Egito, onde quase tudo era subterrâneo. As 12 esculturas dos apóstolos na entrada da Catedral Metropolitana também são relacionadas aos antigos deuses egípcios, que sempre eram representados em grandes esculturas nas entradas das construções religiosas do Egito.

Muito provável que no futuro outros homens se encantem ou assustem com nossa forma de organização urbana e quem sabe também a estudem para seus propósitos.

Atualmente, pressionados pelas dificuldades e necessidades da vida urbana, especialmente nas grandes cidades e capitais, nossa sociedade já observa, estuda e projeta mudanças, melhorias, avanços que permitam uma vida melhor no contexto urbano, evitando colapsos e adoecimento.

Já temos à nossa disposição vários paradigmas de Cidades traçando meios e perspectivas para uma melhor organização urbana e melhoria da qualidade de vida.

Entre esses paradigmas, encontramos Cidades: resilientes, educadoras, do conhecimento, sustentáveis, inteligentes, criativas, blockchain e o mais novo framework de UNESCO, as Cidades MIL, entre outras.

Entre tantos Paradigmas de cidades, este trabalho destacou 5, conforme percepção de sua relevância: Cidades Inteligentes, MIL, Sustentáveis, Saudáveis e Criativas.

Além dos conceitos, de forma prática, é necessário conhecer os aspectos a serem observados em cada paradigma, para caracterizar os diferentes tipos de cidades. Assim, na sequência relacionam-se os conceitos dos perfis de cidades e as características que devem possuir, conforme filosofia e valores.

Entre vários conceitos de Cidades Inteligentes que a Wikipédia nos apresenta, está o de territórios caracterizados pela alta capacidade de aprendizado e inovação de sua população, instituições de geração de conhecimento e infraestrutura digital para comunicação e gestão do conhecimento.

São 9 os critérios que definem uma Cidade Inteligente: 1) Capital humano, 2) Coesão social, 3) Economia, 4) Governança, 5) Meio ambiente, 6) Mobilidade e transporte, 7) Planejamento urbano, 8) Conexões internacionais e 9) Tecnologia.

Encontra-se no site da UNESCO (2018) a definição de Cidade MIL como aquela que tem foco nos cidadãos, que busca capacitá-los em competências midiáticas e informacionais, para

que se conectem com o mundo em condições de compreender o papel e as funções da mídia e outros provedores de informação, analisando e usando a mídia e a informação de forma crítica e eficiente para se expressar.

Para avaliação e construção de uma Cidade MIL, são propostos 13 Indicadores, conforme Chibás Ortiz (2020): 1.Bibliotecas, 2.Vias, prédios, meios transporte e mobilidade, 3.Prefeitura, instituições públicas e cidadania, 4.Saúde, 5.Cultura, patrimônio, arte, esporte, turismo, lazer, 6.Educação, 7.Associações, sindicatos, ONGs, projetos socioculturais, outros atores não tradicionais, 8.Mídias e meios de comunicação, 9.Inteligência artificial, startups e canais digitais, 10.Segurança, 11.Meio ambiente e sustentabilidade, 12.Jovens, idosos, mulheres, LGBTi, negros, indígenas, emigrantes, deficientes e outros grupos vulneráveis e 13.Métricas de integração.

Uma Cidade Sustentável, segundo a Wikipédia, é aquela projetada considerando os impactos socioambientais, onde o modelo e a dinâmica de desenvolvimento e consumo respeitam e cuidam dos recursos naturais para as futuras gerações.

O site Programa Cidades Sustentáveis aponta que para ser considerada Cidade Sustentável uma cidade deve trabalhar sobre 12 eixos: 1.Ação local para a saúde, 2.Bens naturais comuns, 3.Consumo responsável e opções de estilo de vida, 4.Cultura para a sustentabilidade, 5.Do local para o global, 6.Economia local dinâmica, criativa e sustentável, 7.Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, 8.Equidade, justiça social e cultura de paz, 9.Gestão local para a sustentabilidade,

10.Governança, 11.Melhor mobilidade, menos tráfego e 12.Planejamento e desenho urbano.

A OMS define como Cidade Saudável aquela onde há ambiente físico limpo, seguro, ecossistema estável e sustentável, ausência de espoliação humana, alto grau de participação social, necessidades básicas satisfeitas, orgulho e respeito pela herança biológica natural e cultural, meios de produção e serviços públicos acessíveis a todos e alto nível nos indicadores de saúde.

São indicadores de Cidades Saudáveis, por Categorias de Determinantes: 1.Demográficos, 2.Sociais e econômicos, 3.Recursos para o crescimento, 4.Ambientais, 5.Cobertura vacinal, 6.Acesso ao diagnóstico precoce de doenças, 7.Consumo excessivo de drogas, 8.Atividade física, 9.Nutricionais, 10.Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, 11.Prevenção de acidentes, 12.Saúde bucal e 13.Bem-estar mental.

Segundo Neves et al. (2019), falar de Cidade Criativa envolve o crescimento de uma cidade desde seus aspectos econômicos como na valorização dos seus aspectos culturais e aponta, conforme pesquisas, seis dimensões conceituais para mensurar uma Cidade Criativa, sendo elas: 1.economia criativa, 2.cultura/turismo, 3.hibridismo cultural, 4.mobilidade, 5.design urbano e 6.performance urbana.

Metodologia

Definidas as questões conceituais e selecionados os indicadores, a Metodologia utilizada para responder à questão

norteadora na realização deste trabalho foi a Metodologia Multicasos, de Robert Yin (2003), que possibilita reunir os dados de pesquisa em quadros comparativos que evidenciam, por meio de parâmetros, as semelhanças e diferenças entre os casos analisados.

Os 5 paradigmas de cidades Contemporâneas escolhidas foram: Cidade Inteligente, Cidade MIL, Cidade Sustentável e Cidade Criativa.

Cada paradigma define Indicadores diferentes, conforme as suas especificidades. Ao analisá-los, foram identificados pontos semelhantes a respeito de aspectos percebidos como significativos. O eixo de escolha foi centrado em 3 Indicadores, buscando nos 5 paradigmas os que mais se aproximavam deles: 1) educação/desenvolvimento, 2) meio ambiente, 3) tecnologia.

Apresentam-se a seguir, os 5 paradigmas e indicadores escolhidos em cada um deles:

- Cidade Inteligente: Capital Humano, Meio Ambiente e Tecnologia

- Cidade MIL: Educação; Meio Ambiente e Sustentabilidades; Inteligência Artificial, startups e canais digitais.

- Cidade Sustentável: educação para sustentabilidade e qualidade de vida; bens naturais comuns; do local para o global.

- Cidade Saudável: recursos para o crescimento; ambientais; acesso ao diagnóstico precoce de doenças.

- Cidade Criativa: economia criativa; design urbano; performance urbana.

Para o comparativo de 3 cidades, foram selecionadas Bogotá, na Colômbia; Paris, na França e Bento Gonçalves, no Brasil. A escolha pelas cidades foi orientada pela residência da autora, uma cidade pequena no Brasil, considerando que para ser uma Cidade MIL, não é necessário ser uma metrópole e para incluir cidades grandes de diferentes continentes e realidades distintas, uma cidade europeia e uma cidade da América Latina.

A cada conteúdo encontrado, sobre os 3 indicadores dos 5 paradigmas de cidade, foi atribuída uma nota, a partir de análise comparativa. A Escala de Comparação utilizada foi:

de 0 a 3 - Baixo / de 4 a 5 - Média / de 6 a 7 - Bom (ou Elevado) / de 8 a 10 Excelente (ou Alto).

Cada cidade pontuou conforme o somatório de notas por indicador, fazendo-se, ao final, um comparativo entre estas notas para identificar, a partir da nota mais alta a cidade mais propensa às características de cada paradigma.

A atividade de busca de informações virtuais sobre as 3 cidades selecionadas foi muito interessante e despertou curiosidade, além de ótima noção de como aplicar realmente uma metodologia comparativa de análise de indicadores. Será muito útil para o trabalho a ser realizado pela UNESCO MIL Alliance no Comitê América Latina e no Capítulo Brasil.

Percebe-se diferenças de clareza e volume na oferta de informações, que podem não fazer justiça ao trabalho desenvolvido nas cidades. Muitas informações precisam ser buscadas em fontes que não sejam governamentais. Acredita-se que muitos dados não são ofertados virtualmente, talvez até por

falta de noção da importância que teriam para o exercício da cidadania. No caso de Bento Gonçalves, por ser a cidade de residência da autora, são conhecidos aspectos que não se encontram nos sites.

Resultados

Partindo da organização já descrita, apresentam-se em Quadros Comparativos os dados coletados para análise dos 3 cases, utilizando a metodologia comparativa *multicase* de Robert Yin (2003) e das notas atribuídas aos indicadores.

Os dados localizados apresentam-se repetidos em vários quadros, pois servem à caracterização de mais de um paradigma de cidade.

Em sequência, apresentam-se os Quadros de 1 a 5, ilustrando o comparativo das cidades em cada paradigma:

Quadro 1 - CIDADE INTELIGENTE;

Quadro 2 - CIDADE MIL;

Quadro 3 - CIDADE SUSTENTÁVEL;

Quadro 4 - CIDADE SAUDÁVEL;

Quadro 5 - CIDADE CRIATIVA.

O Quadro 6 - QUADRO DAS NOTAS FINAIS DAS CIDADES, CONFORME DADOS ANALISADOS é o último a ser apresentado, revelando quais cidades se aproximam mais de cada paradigma.

Quadro 1 - CIDADE INTELIGENTE

INDICADOR	BOGOTÁ	N	PARIS	N	B. GONÇALVES	N
CAPITAL HUMANO	-Medidas assist. humanitária para redução de efeitos deslocamento forçado e subsistência mínima; vale-alimentação vítimas violência interna; Socialização, Orientação e Implementação de Código de Ética (Serv.Públ.); Plano de Bem-estar Social [2021]; identificação de discriminações.	6	- Mais de 100 novas formações, mts à distância, cerca 46 profissões, 17 cursos e + form. específicas; Cursos de Adultos, qualidade com 850 formadores especializ.; promoção de cultura geral pelo grande nº de estímulos, museus, galerias, bibliotecas.	8	- 96,6 % [2010] Taxa escolariz. 6 a 14 anos; 39 [2009] Estab. SUS; 7,06 (1.000) [2019] Mortalidade Infantil; 3,1 [2019] Salário méd. mês trab. Formais; 0,778 (IDHM) [2010]; Trab. preventivo em saúde, desde pré-natal; prevenção e atendimento à violência contra a mulher.	7
MEIO AMBIENTE	- Horto municipal, alim. e medicinal; equipe de compras públicas sustent.; práticas sustent.: gestão pomares, conservação jardins, telhados verdes; coleta seletiva, aprovto de resíduos orgânicos, política Papel Zero e uso tecnol., Plataforma STORM USER, mobilid. sustentável, sistema carregamto veíc. elétricos, biciparque, app de mobilidade - moviapp ; uso eco-eficiente água e energia.	9	- Capital Mundial Ciclismo, 150 milhões € p. extensão ciclovias até 2020; 1.102Km Ciclovias em [2020]; desde 2014 321.866 m ² espaços verdes a mais e 34.408 árvores plantadas.	8	-86.9% domicílios com esgotamento sanitário adequado; 72,5 % [2010] vias públicas arborizadas; coleta seletiva; educação ambiental	7

TECNOLOGIA	- Bogotá Te Escuta , entre outros canais de atendimento on-line ao cidadão; áreas de Wi-fi público gratuito.	6	- Aplicativo Doctolib , na saúde municipal; MonParis -uma única conta p. acessar 100 serviços conectados; DansMaRue .	8	- Site da Prefeitura; comunicação on-line com órgãos públicos	7
	21		24		21	

Fonte: arquivo da autora.

Quadro 2 - CIDADE MIL

INDICADOR	BOGOTÁ	N	PARIS	N	B. GONÇALVES	N
EDUCAÇÃO	- Educação Ambiental; adoção linguagem clara e inclusiva em cartilhas de orient. Popular.	7	- Facil' familles - aplicativo para escolas, aproxima e facilita; mais de 100 novas formações, muitas à dist., cerca 46 profissões, 17 cursos e mais formações específicas.	8	- 96,6 % [2010] Taxa escolarização de 6 a 14 anos; várias universidades/faculdades na cidade (4) e outras com sedes p. EaD (4)	7
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	- Horto municipal, aliment e medicinal; equipe de compras públicas sustent.; práticas sustent.: gestão pomares, conserv. jardins, telhados verdes; coleta selet., aprovto de resíd. orgânicos, política Papel Zero e uso tecnol., Plataforma STORM USER, mob. sustent., sist. carregamento veíc. elétricos, biciparque, app de mobilidade moviapp ; uso eco-eficiente água e energia.	9	- Cap. Mund. Ciclismo, 150 milhões € p. extensão ciclovias até 2020; 1.102Km [2020] Ciclovias; desde 2014 321.866 m ² espaços verdes a+ e 34.408 árvores plantadas.	9	- 86.9% domicílios com esgotam. sanit. adeq.; 72,5 % [2010] vias públicas arborizadas; coleta seletiva; educação ambiental	7
	- Bogotá Te	6	- Facil' familles -	9		6

I.A., STARTUPS, CANAIS DIGITAIS	Escuta , entre outros canais de atendimento on-line ao cidadão; áreas de Wi-fi público gratuito; app de mobilidade - moviapp .	aplicativo escolas, aproxima e facilita; site da prefeitura por bairro; Mon Paris -uma única conta p. acessar 100 serviços conectados; DansMaRue .	- Canais de comunicação com o poder público e para prestação de serviços; wi-fi gratuito praças; eventos p. startups.
	22	26	20

Fonte: arquivo da autora.

Quadro 3 - CIDADE SUSTENTÁVEL

INDICADOR	BOGOTÁ	N	PARIS	N	B. GONÇALVES	N	T
EDUCAÇÃO PARA SUSTENTA- BILIDADE E QUALIDADE DE VIDA	- Socialização, Orientação e Implementação de Código de Ética (Serv.Públ.); Tolerância Zero à Corrupção , canal denúncias; educação ambiental.	8	-Centro de Triagem Anônimo Grat., Centros Informação Saúde, Centros médico-sociais e aplicativo Doctolib ; Cursos de Adultos, qualidade com 850 formadores especializados.	8	- Educação ambiental nas escolas; várias universidades/faculdades na cidade (4) e outras com sedes p. EaD (4).	7	
BENS NATURAIS COMUNS	- Horto municipal, alimentação e medicinal; equipe de compras públicas sustentáveis; uso eco-eficiente da água e energia.	8	-Cap. Mund. Ciclismo, 150 milhões € p. extensão ciclovias até 2020; 1.102Km [2020] Ciclovias; desde 2014, 321.866 m ² espaços verdes a+ e 34.408 árvores plantadas.	9	-86.9% domicílios c. esgotam. sanit. adeq.; 72,5 % [2010] vias públicas arborizadas; 0,778 (IDHM) [2010].	7	
DO LOCAL	- Uso eco-eficiente da água e energia;	8	-Prefeituras	9		8	

PARA O GLOBAL	Instit. Distrital de Ciência, Biotecnol. e Inovação em Saúde (IDCBIS).		dos bairros; Mon Paris- uma única conta p. acessar 100 serviços conectados.		- Turismo cultural e de negócios; feiras de negócios, ensino superior.		
	24		26		22		

Fonte: arquivo da autora.

Quadro 4 - CIDADE SAUDÁVEL

INDICADOR	BOGOTÁ	NT	PARIS	NT	B. GONÇALVES	NT	TOT.
RECURSOS PARA O CRESCIMENTO	- Bogotá Te Escuta , entre outros Canais de atendimento on-line ao cidadão; Tolerância Zero à Corrupção , canal denúncias.	7	- A/c 2019, 30 milhões refeições/ano municipais, Plano Alim. Sustent. atingiu 53,1% de alimentos sustent. municip.; Cursos de Adultos, qualidade com 850 formadores especializ.	9	- 43,4 % [2019] Pop. ocupada; 0,778 (IDHM) [2010]; PIB per capita [2018] R\$ 50.090,88; BG é Cidade do Conhecimento ; 4 universidades/faculdades na cidade e outras 4 com sedes p. EaD; crescimento rede hoteleira; feiras e turismo de negóc; <i>gemellaggio</i> c. cidades italianas.	9	
AMBIENTAIS	- Horto municipal, alimentação e medicinal; uso eco-eficiente da água e energia; coleta seletiva e gestão de resíduos.	8	- Capital Mund. Ciclismo, 150 milhões € p. extensão ciclovias até 2020; 1.102Km [2020] Ciclovias; desde 2014 321.866 m ² espaços verdes a mais e 34.408 árvores plantadas.	8	-86.9% domicílios c. esgotamento sanit. adeq.; 72,5 % [2010]vias públicas arborizadas; coleta seletiva; educação ambiental.	7	
	O Instituto Distrital de	8		8		7	

ACESSO A DIAGNÓSTICO PRECOCE DE DOENÇAS	Ciência, Biotecn. e Inovação em Saúde (IDCBIS), soc. mista p saúde indiv./colet sem fins lucrat., vincul. Secret. Distrital Saúde.: objetivo pesquisa, desenvto e inovação à medic. transfusional, terapia e engenhar. avançada de tecidos e células, medic regenerativa, laboratorial, centro treinamto de talentos.		- Centro Triagem Anônimo Gratuito, Centros de Informação em Saúde, Centros médico-sociais e aplicativo Doctolib.		- Atenção ao pré-natal e puerpério, ações ênfase preventiva, -Saúde adolescentes com ênfase preventiva; pesquisa em saúde.		
	23		25		23		

Fonte: arquivo da autora.

Quadro 5 - CIDADE CRIATIVA

INDICADOR	BOGOTÁ	N T	PARIS	N T	B. GONÇALVES	N T	TOT .
ECONOMIA CRIATIVA	- Horto municipal, para alimentação e medicinal.	6	- A/c 2019, 30 milhões refeições/ano municipais, Plano Alimentação Sustentável atingiu 53,1% de alimentos sustentáveis municipais.	8	- BG é Cidade do Conhecimento ; Feiras Livres c. produtos orgânicos; projetos turísticos c. desenvolvimto de rotas que fixam os moradores no interior, valorizando cultura local; feiras e turismo de negócios.	8	
		7	- Capital Mund. Ciclismo,	9		8	

DESIGN URBANO	Acompanhamento e reconstituição de espaços públicos.		150 milhões € p. extensão ciclovias até 2020; 1.102Km Ciclovias [2020]; desde 2014 321.866 m ² espaços verdes a+ e 34.408 árvores plantadas; Concurso Projetos Urbanos Inov., novas lógicas urbanas de inovação/preserv. ambiental, habit. mistas e intergerac. Atividades industr./artesanais densas áreas urbanas; áreas de lazer, verdes, instalações esport., espaços culturais; novas formas negócios, morad. e trabalho, ancoragem local c. lugares fortes e emblemáticos.		- Rotas turísticas: p.ex.: Caminhos de Pedra, Vale dos Vinhedos, Caminhos da Eulália - Corredor de ônibus, Ciclovias; Praças, Arborização.		
PERFORMANCE URBANA	-Áreas de Wi-fi público gratuito; mob. sustentável, sist. carregamento veíc. elétricos, biciparque, app de mobilidade - moviapp ; uso e consumo resp. de bens e serviços; coleta seletiva e gestão de resíduos; Plano de Bem-estar Social [2021].	8	-Mobilib- 1.200 vagas, 300 veículos compart. em 50 estações; 3 bilhões € investidos em projeto habitação, terrenos p. 10 mil unid. habitac./ano e tornar 200 mil m ² de escritórios obsoletos em moradias; Prefeituras dos bairros; Mon Paris -uma única conta p. acessar 100 serv. conectados; DansMaRue .	9	Estacionamento rotativo pago; Wi-fi gratuito praças; feiras de negócios, turismo de negócios; crescimento rede hoteleira.	7	
	21		26		23		

Fonte: arquivo da autora.

Na sequência, o Quadro 6, com somatório das notas recebidas pelas 3 cidades, para cada paradigma selecionado.

Quadro 6 - **QUADRO DAS NOTAS FINAIS DAS CIDADES, CONFORME DADOS ANALISADOS**

PARADIGMA	BOGOTÁ	PARIS	B. GONÇALVES
CIDADE INTELIGENTE	21	26	19
CIDADE MIL	22	26	19
CIDADE SUSTENTÁVEL	24	26	22
CIDADE SAUDÁVEL	23	25	23
CIDADE CRIATIVA	21	26	23

Fonte: arquivo da autora.

Quanto mais uma cidade busca e implementa melhorias, mais variados os paradigmas de que ela consegue se aproximar, pois uma ação impulsiona e congrega outras e os benefícios vão potencializando as ações. Isto foi de alguma forma percebido ao se analisar os dados de Paris, que se mostra propensa e implanta políticas coerentes com vários paradigmas ao mesmo tempo. Se considerarmos que essas melhorias sejam realizadas especialmente com foco no cidadão, tanto maiores os benefícios.

A análise também sugeriu, no caso de Bogotá, que a história e cultura podem interferir facilitando ou dificultando o grau de evolução de uma cidade, conforme o grau e a urgência de lidar com os empecilhos. Várias ações se direcionam para amenizar

problemas ligados à violência, o que concentra o foco e exige demasiada atenção, ao invés de poder prospectar com maior tranquilidade e eficiência, objetivos mais ligados ao progresso e modernizações.

Cidades pequenas contam, em princípio, com menores dificuldades do que as grandes capitais, o que não as isenta de buscarem alavancar seu desenvolvimento, resolvendo os seus problemas e dos cidadãos, prospectando crescimento e desenvolvimento. Há o risco de não terem percepção das possibilidades de crescimento e informações sobre tudo o que podem almejar e promover. Porém poucas mudanças já podem se fazer sentir e mostrarem-se significativas.

Considerações finais

Quando uma cidade tem consciência de sua condição e do que deseja alcançar, percebe-se com clareza pela articulação entre os temas e ações disponíveis para consulta nos órgãos públicos e oficiais para atendimento à população.

Quanto mais uma cidade implementa esforços por melhorias, maiores as possibilidades de atender a variados paradigmas, pois uma ação impulsiona e congrega outras e os benefícios vão se somando, atendendo progressivamente várias propostas e áreas de atenção.

Pelos indicadores escolhidos, preservadas as proporções e diferenças, é possível considerar que as cidades escolhidas sejam assim classificadas: Paris: em condições de ser Cidade Inteligente, MIL, Sustentável, Saudável, Criativa; Bogotá: Cidade Sustentável,

Saudável, podendo evoluir também para outros perfis e Bento Gonçalves: delinea aspectos de Cidade Sustentável, Saudável e Criativa.

A oferta de trabalhos como este a governos e outras organizações e empresas pode contribuir muito numa sondagem e planificação de objetivos, podendo indicar rumos e ações ou mesmo ajustes e medidas de transparência e registro, de serviços e coisas que até podem existir, sem que sejam registrados, impedindo o acesso a informações importantes, de utilidade pública e que possam servir de base para outras ações necessárias e criativas.

Referências Bibliográficas e Sitiográficas

Chibás Ortiz, F. *In*: Yanaze, Mitsuru & Chibás Ortiz, F. (Orgs.) (2020). *Das cidades inteligentes às cidades MIL: métricas inspiradas no olhar UNESCO*. p. 9 a 12 e 46. São Paulo: ECA-USP.

Semelhanças entre Brasília e Akhetaton (19 de abril de 2020). *Correio Braziliense*.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2020/04/19/interna_revista_correio,846144/semelhancas-entre-brasilia-e-akhetaton.shtml

Datos Abiertos Bogotá (s/f.). Secretaria General de La Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.

<https://datosabiertos.bogota.gov.co/organization/secretaria-general-de-la-alcaldia-mayor-de-bogota-d-c>

Empresa de Renovación y Desarrollo Urbano - ERU (s/f.).

<https://datosabiertos.bogota.gov.co/organization/empresa-de-renovacion-y-desarrollo-urbano>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s/f.). *Página Bento Gonçalves*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama>

Instituto Distrital de Ciência, Biotecnología e Innovación en Salud-IDCBIS (s/f.).

<https://datosabiertos.bogota.gov.co/organization/instituto-distrital-de-ciencia-biotecnologia-e-innovacion-en-salud-idcbis>

Kern, Iara e Pimentel, Ernani (2009) *Brasília Secreta - Enigma do Antigo Egito*. Vestcon.

Neves, Brenda Stefanny Batista; Cumarú, Wandeline de Araujo; Morais, Hannah Miranda; Paiva Júnior, Fernando Gomes; Muzzio, Henrique. (2019). O que faz uma cidade ser criativa? Uma análise a partir das dimensões conceituais. vol. 6 num. 3 - 7º *Simpósio Design Sustentável*. Recife.

<https://pdfs.semanticscholar.org/6aeb/d79459d9bedc4eb01396a44830201dec21f3.pdf>

O'Connor, J.; Gu, X. (2010). Developing a Creative Cluster in a Postindustrial City: CIDS and Manchester. *The Information Society*, 26 (2), pp.124-136.

Paris Services. Disponível em: <https://www.paris.fr/services> Acesso em: 14/08/21

Plan Institucional de Gestión Ambiental - PIGA, 2020-2024 (s/f.), Secretaría General Alcaldía Mayor De Bogotá D. C. https://secretariageneral.gov.co/sites/default/files/planeacion/documento_plan_institucional_de_gestion_ambiental_2020-_2024.pdf

Plan de bienestar social e incentivos, informe segundo trimestre 2021. (2021)

<https://secretariageneral.gov.co/sites/default/files/planeacion/informesecondotrimestrebienestar.pdf>

Plan de segurança e saúde prefeitura de Bogotá (2021).
<https://secretariageneral.gov.co/transparencia/planeacion/1-plan-sst-2021-2>

Plano Municipal de Saúde de Bento Gonçalves, 2018-2021 (2017).
<https://bentogoncalves.atende.net/cidadao/pagina/atende.php?rot=1&aca=571&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1629231581932&file=AAB6C705263FD9DE0B3A67CA129A44A92F073E99&sistema=WPO&classe=UploadMidia>

Portal do Cidadão - Bento Gonçalves. (s/d.):
<https://bentogoncalves.atende.net/cidadao>

Programa Cidades Sustentáveis (s/d.).
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs>

Secretaria de Estado de Saúde Governo do Estado de Goiás (s/d.).
<https://www.saude.go.gov.br/noticias/9825-municipios-goianos-sao-cidades-saudaveis-sustentaveis>

Secretaria General Alcaldía Mayor de Bogotá (s/f.).
<https://secretariageneral.gov.co/transparencia/planeacion/participacion-ciudadana>

Site UNESCO. (s/d.). Disponível em:
<https://en.unesco.org/milcities>

Vivre à Paris - La qualité du service public em chiffres (s/d.).
<https://indicateurs-parisdata.opendatasoft.com/pages/home/>

YIN, R.K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. 2003 -Porto Alegre : *Bookman*: yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf

O enfoque das cidades mil aplicado em cidades pequenas ¹⁰⁷

Felipe Chibás Ortiz ¹⁰⁸

Marcio da Costa Pereira ¹⁰⁹

Júlio César Suzuki ¹¹⁰

¹⁰⁷ Nota dos Autores:

Relatos de intervenções em cidades pequenas brasileiras tem trazido à tona algumas inquietações relacionadas aos temas governança e qualidade de vida dos cidadãos e o rebatimento destes temas na infraestrutura urbana destas cidades.

Frequentemente os projetos sociais propostos pelas Universidades e Organizações não governamentais, assim como, as políticas públicas para o enfrentamento da vulnerabilidade sócio econômica destas comunidades não alcançam resultados satisfatórios.

Ao longo destes anos observa-se a existência de barreiras que impedem a concretização destes projetos em sua plenitude.

Uma das barreiras que tem chamado mais atenção está relacionada a dificuldade de acesso aos meios de comunicação e à informação de qualidade que prejudicam a organização social das comunidades invisibilizadas e economicamente vulneráveis.

Este cenário configura-se como uma preocupante barreira cultural à comunicação nas cidades de pequeno porte, com repercussão direta na organização social das comunidades, no urbanismo e na arquitetura.

O grande desafio das cidades e prefeituras hoje é transcender ou contornar as barreiras Culturais à Comunicação e integrar o universo on-line e off-line num novo multiverso blended, ou seja, que mistura a realidade física e virtual, assim como a comunicação institucional, mercadológica, administrativa e interna de uma organização, projeto, equipe, instituição pública ou privada. Chibás Ortiz et al (2020)

¹⁰⁸ Professor livre-docente pela Universidade de São Paulo, Professor no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) chibas_f@yahoo.es felipe.chibas@usp.br

¹⁰⁹ Professor adjunto na Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do PROLAM USP e dos grupos de pesquisa TECNOLOGIAS EM ARQUITETURA e URBANISMO (DAU UFS) e TERRITÓRIOS URBANOS (DAU UFS). marcio.cp@academico.ufs.br

¹¹⁰ Professor livre-docente na Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina. Professor no Prolam-USP e no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). jcsuzuki@usp.br

Este trabalho lança um olhar MIL sobre a cidade de Laranjeiras localizada no estado de Sergipe, no que diz respeito à gestão pública, à estrutura urbana (com foco nas vias de circulação e meios de transporte), às organizações da sociedade civil e a alfabetização midiática e informacional, a partir dos indicadores de cidades MIL correspondentes com enfoque na cidadania e na qualidade de vida.

Parte-se do princípio que a ação transformadora proposta pelas Cidades MIL, tem papel fundamental na gestão e na melhoria das estruturas urbanas e arquitetônicas das cidades.

A temática das cidades pequenas ainda suscita muito debate. Os indicadores demográficos não são suficientes para caracterizar especificidades de aglomerações que na realidade, em alguns casos, ainda apresentam fortes características rurais, podendo portanto, nem serem classificadas como cidades. Portanto, o estudo mais aprofundado sobre essa escala geográfica evidencia a necessidade de compreender e classificar os papéis que as cidades pequenas assumem, considerando sua trajetória histórica.

Uma análise mais aproximada é necessária para identificar como ocorrem as relações de produção e a dinâmica regional revelando o papel das pequenas cidades em relação as cidades médias e grandes. Por exemplo, a rede de transporte para acesso ao mercado de trabalho e produtos, intensificam a articulação da cidade pequena com seu entorno?

É importante considerar o importante papel das cidades pequenas nas redes urbanas e o nível de centralidade que as

pequenas cidades apresentam relacionado a oferta de bens e serviços, a gestão (sede político- administrativa) de outras aglomerações menores do entorno, como vilas e povoados, o que as caracterizariam como centros locais e ainda, é, importante centrar no modo de vida dos cidadãos das pequenas cidades Correa (2009,p.91).

Figura 1. Indicadores Cidades MIL



Fonte: Chibás Ortiz *et al.* (2020, p. 429)

Neste sentido, surge a necessidade de fortalecer o protagonismo do cidadão crítico e criativo resgatando a qualidade de vida das pessoas acima do “deslumbramento” com o conforto advindo do modelo de desenvolvimento centrado no acúmulo, no consumo predatório e na alta tecnologia (high tech).

A visão MIL propõe o uso ético de tecnologias inclusivas e adequadas para a vida saudável e coletiva nas cidades e considera princípios que agregam a diversidade e as diferenças fortalecendo as relações interpessoais e sociais.

A visão das cidades MIL proposta pela UNESCO (2018), pode ser melhor entendida e ter um papel fundamental se aplicada em cidades que tem se deparado com desafios históricos de fragilidade socioeconômica.

O Brasil, apesar de ser a maior economia da América Latina, ocupa a 13º posição no IDH da região, apresentando populações em extrema pobreza, sem acesso a saúde, educação, moradia e lazer. Este é o caso de Laranjeiras SE, que vive à margem dos indicadores socioeconômicos numa crônica precariedade social.

As cidades pequenas não devem ser esquecidas visto a dinâmica de interdependência com as cidades médias e grandes configurando uma relação sistêmica em que a hierarquia não se apoia somente em índices macroeconômicos mas nas micro relações internas nas comunidades e no intercâmbio com as ocupações humanas do entorno gerando “inputs e outputs” que beneficiam a rede como um todo.

Esta visão holística é fundamental para o planejamento das cidades, reduzindo as desigualdades e todos os problemas advindos da precariedade imposta a grande parte da população em cidades pequenas no Brasil.

Procedimentos Metodológicos

Para entender a repercussão destas barreiras culturais à comunicação nas pequenas cidades e seu papel na rede urbana, este artigo apresenta um quadro comparativo das intervenções propostas para a cidade de Laranjeiras sob a visão das cidades Inteligentes (indicadores 6. Governança, 9. População e

condições sociais 14. Telecomunicação 15. Transporte e 17. Planejamento Urbano) e das cidades MIL (indicadores 1. Vias, Prédios, Urbanismo e Meios de Transporte, 2. Prefeitura, Instituições Públicas e Cidadania, 7. Associações, Sindicatos, ONG's, Projetos Socioculturais e outros atores não tradicionais e 8. Mídia e Meios de Comunicação).

As propostas de intervenção apresentadas neste artigo, à luz do estudo comparativo entre a visão das cidades MIL e das cidades inteligentes, é um importante relato de ações possíveis enxergando melhores condições de vida aos moradores da cidade. As propostas foram desenvolvidas por uma equipe de alunos e professores, juntamente com gestores e moradores da cidade¹. O documento contendo o detalhamento de todas as propostas foi entregue ao prefeito de Laranjeiras como sugestão de possíveis intervenções que poderiam ser implantadas a partir de parcerias com a iniciativa privada e/ou financiamento público.

A coleta de dados em documentos, a observação direta e as entrevistas de natureza aberta- fechada formarão um escopo de evidências sobre o caso em estudo. "Estas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre o tópico em estudo." Yin (1989, p.91)

A interpretação dos dados, as análises e inferências do Estudo de Caso, são feitas por analogia de situações e buscam responder à seguinte questão: **Como os indicadores e métricas apontados pela visão das cidades MIL podem colaborar no desenvolvimento de propostas de intervenção em cidades pequenas direcionadas à qualidade de vida dos cidadãos?**

Laranjeiras

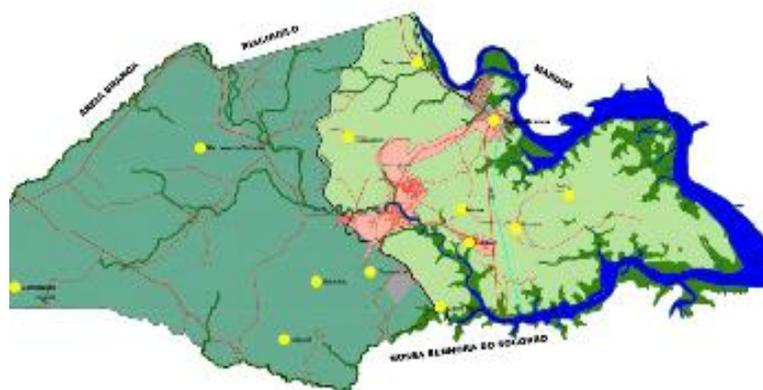
Figura 2. *Laranjeiras Localização*



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Cidades. Laranjeiras (2021).

O estudo de caso Laranjeiras SE tem como objeto os povoados de Pastora, Mussuca e Pedra Branca localizados ao longo da rodovia Br 101 que atravessa o município de Laranjeiras, os eixos de integração (rodoviário, ferroviário e hidroviário) e o triângulo industrial (Usina Pinheiro, UNIGEL e Votorantim cimentos).

Figura 3. Os Bairros e Povoados de Laranjeiras.



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras. Plano Diretor Participativo de Laranjeiras - Produto 5 Relatório Final - Volume I Anteprojeto de Leis. Laranjeiras: Technum Consultoria, 2008, alterado pelo autor

As propostas de intervenção estão vinculadas ao planejamento estratégico e estão ancoradas no conceito de povoados em rede, e desta forma, enfatiza vocações e potencialidades e a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural na cidade de Laranjeiras.

O intuito principal é integrar tanto FISICAMENTE quanto VIRTUALMENTE o território de Laranjeiras, formado por assentamentos humanos de diferentes escalas na hierarquia socioeconômica, pulverizados dentro dos limites do município.

Neste sentido tem como objetivo superar as barreiras culturais à comunicação ultrapassando as distâncias geográficas, realizando trocas de informações virtuais (pontos de acesso à internet e aplicativos por exemplo) que universalizam o acesso a informação, aos serviços, a interação dos povoados e a autonomia, possibilitando uma gestão da prefeitura mais colaborativa e próxima da população.

Para minimizar estas barreiras culturais à comunicação nas pequenas cidades e potencializar seu papel na rede urbana este artigo utilizou as seguintes propostas de intervenção: 1. Corredores de integração/ mobilidade, 2. Postos avançados / aplicativos, 3. Fábrica social, 4. Centro de Integração, 5. Centro de tradições e, transversalmente a estas intervenções, as metodologias colaborativas.

A seguir algumas propostas de intervenção para Laranjeiras:

Propostas de intervenção

Proposta de intervenção : corredores de integração/mobilidade.

Indicador mil 2: vias, predios, urbanismo, meios de transporte e mobilidade

Indicador cidades inteligentes 17: planejamento urbano

Figura 4. Corredores de Integração.



Fonte: Pereira, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: A junção dos três corredores viários formaria um anel viário que integraria os povoados Pastora, Pedra Branca e Mussuca com o centro de Laranjeiras, aproximando e melhorando o deslocamento entre os povoados e o centro administrativo da cidade. Este anel viário permitiria a implantação de uma linha de transporte público para atender os moradores que hoje encontram-se isolados, dependendo do deslocamento a pé.

Proposta de intervenção: postos avançados / aplicativos

Indicador mil 8: mídias e meios de comunicação

Indicador cidades inteligentes 14: telecomunicação]

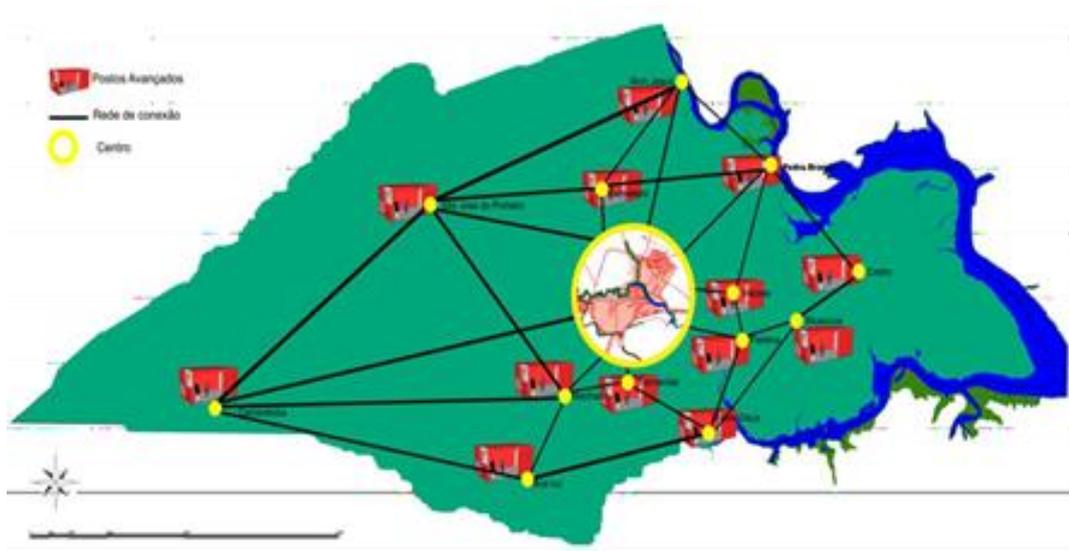
Figura 5. Postos Avançados



Fonte: Pereira, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: Seu objetivo é criar uma rede de conexão entre os povoados e ampliar a possibilidade e a oportunidade dentro de cada comunidade, unindo atendimento social integrado por uma central de informações dos diversos serviços públicos. Cada contêiner/ambiente deste teria à disposição da população totens de informação e serviços, WI-FI aberta, segurança patrimonial, monitor para autoatendimento, e seria alimentado por energia solar (placas fotovoltaicas).

Figura 6. Rede de conexão entre os povoados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras. Plano Diretor Participativo de Laranjeiras - Produto 5 Relatório Final - Volume I Anteprojetos de Leis. Laranjeiras: Technum Consultoria, 2008, alterado pelo autor

Figura 7. Aplicativos.



Fonte: Pereira, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: O aplicativo DESCARTE tem como objetivo a destinação apropriada do “lixo”. Quem produz os resíduos pode entrar em contato com empresas de reciclagem e catadores cadastrados ou obter informações sobre locais de descarte. As empresas/pessoas que trabalham com o beneficiamento dos materiais descartados podem se cadastrar especificando o material, o local de atuação e a forma de recolhimento (coleta ou recebimento).

Conceito: O aplicativo CARGAS SERGIPE, é responsável pela intermediação no transporte de cargas. Pequenos produtores podem cadastrar suas cargas e contatar diretamente caminhoneiros disponíveis, bem como as transportadoras existentes podem cadastrar suas cargas periódicas para o transporte. Tudo tabelado pelos valores nacionais de preços e fretes.

Proposta intervenção: fábrica social

Indicador mil 7: projetos socio culturais e outros atores não tradicionais

Indicador cidades inteligentes 9: população e condições sociais

Figura 8. Fabrica Social.



O Sabão Odoiyá é a expressão das crenças que envolvem a Mussuca. Cada essência representa um simbolismo do Candomblé, tão presente nos terreiros do povoado. Essas essências são cultivadas e extraídas na própria fábrica, uma maneira sustentável de usufruir da biodiversidade botânica da região. Nosso objetivo é mobilizar a própria comunidade através de uma rede de pessoas capazes de integrar conhecimento empírico passado de geração em geração e o trabalho artesanal da rica cultura Mussuquense.

Fonte: Pereira, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: Produção, Geração de renda e formação. Tem como objetivo oferecer fonte de renda fixa e estável, bem como garantir a formação profissional aos moradores. TECNOLOGIAS TRADICIONAIS

A finalidade da Fábrica Social é promover educação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e criar oportunidades concretas aos alunos para que consigam ser inseridos no mercado de trabalho e tenham autonomia socioeconômica.

A fábrica Social proposta esta voltada para a produção de sabão a partir do óleo de cozinha usado e descartado. As essências do sabão são cultivadas num espaço anexo à fábrica, a Farmácia Viva e todas elas estão relacionadas com a cultura quilombola (cravo, laranja, canela) . Além das essências, são cultivadas, ainda, plantas medicinais para produção de remédios e chás que preservam as tradições do povoado.

Proposta intervenção: centro de integração.

Indicador mil 2: vias, predios, urbanismo, meios de transporte e mobilidade

Indicadores cidades inteligentes 17: planejamento urbano e 15: transporte

Figura 9. Centro de Integração



Fonte: Pereira, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: Complexo arquitetônico cujo objetivo se baseia na integração do povoado quilombola Mussuca aos outros, também pertencentes ao município de Laranjeiras. Com a locação de uma infraestrutura voltada ao turismo, o Integra Mussuca traz a proposta de organização da feira já existente, além do corredor gastronômico, espaço para eventos, academia de saúde, parque infantil e o pórtico, feito com placas pré moldadas de cimento, marcando a entrada do povoado e trazendo maior visibilidade

Proposta intervenção: centro de tradições

Indicador mil 7: associações, sindicatos, ongs,
Projetos socio culturais e outros atores não tradicionais

Indicador cidades inteligentes 9: população e condições
sociais

Figura 10. Centro de Tradições.



Fonte: PEREIRA, M.C.(coord.) Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI, 2018.

Conceito: O Centro de Tradições Quilombolas faz parte do projeto de revitalização da antiga Casa de Farinha, onde os moradores utilizavam a produção para próprio consumo da comunidade. Tem o propósito de preservar a edificação existente, e destinar novos usos implantando programas que beneficiem a população. Dentre estes, está o Memorial da Mussuca, onde serão expostos itens que narram a história da comunidade quilombola.

Conta também com espaço cultural, na área externa, que será destinado a realização de eventos e manifestações artísticas.

Metodologias colaborativas

Indicador mil 1: prefeituras, instituições públicas e cidadania

Indicador cidades inteligentes 6: governança

Figura 11. Assembleias para apresentação e debate com moradores.



Fonte: produzido pelo autor.

Conceito: Consulta e apresentação de resultados para as comunidades tendo como referência metodologias colaborativas. As metodologias colaborativas são transversais a todos os projetos, potencializando a participação da população nas decisões de projeto.

Quadro comparativo das propostas, indicadores e métricas cidades mil e cidades inteligentes.

Este quadro compara o desempenho das Propostas de intervenção em Laranjeiras, considerando os indicadores e métricas na visão MIL e nas Cidades Inteligentes e faz algumas considerações críticas que poderão subsidiar o debate e fomentar políticas públicas mais alinhadas a um desenvolvimento sustentável das comunidades, principalmente das cidades pequenas.

PROPOSTA	INDICADOR MIL UNESCO (2018)	MÉTRICAS	INDICADOR CIDADES INTELIGENTES ISO 37122 (2019)	MÉTRICAS	APLICAÇÃO COMPARATIVA DAS MÉTRICAS
CORREDORES DE INTEGRAÇÃO/ MOBILIDADE E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO.	2: VIAS, PREDIOS, MEIOS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE	2.1 A cidade tem uma proposta planejada de aproveitamento do espaço de forma criativa para os diversos veículos de transporte atuais;	17. Planejamento Urbano	17.1 Número anual de cidadãos envolvidos no processo de planejamento por 100.000 habitantes	Caracterização da proposta: Apesar de ser uma cidade pequena já observamos conflitos de estacionamento e circulação de motos, automóveis e pedestres. O plano diretor da cidade é de 2008, o único artigo que aborda a mobilidade, vias e meios de transporte é o art.34 §IV. Hierarquização e melhoria do sistema viário e reordenamento do tráfego nas áreas urbanas; porém não existe nenhum programa ou projeto direcionado a integração de vias. Não existe transporte coletivo no município. Não existe nenhuma estrutura de monitoramento de trânsito na cidade. Considerações:
				17.2 Porcentagem de alvarás de construção enviados através de um sistema de envio eletrônico	
				17.3 Tempo médio para aprovação de alvará de construção (dias)	
				17.4 Porcentagem da população da cidade que vive em densidades populacionais	

				s médias a altas	O indicador MIL 2 (vias, prédios, meios de transporte e mobilidade) tem uma visão integrada. A cidade é vista como um organismo em que a circulação, as edificações e a organização dos espaços tem interdependências organizadas num sistema único. O foco fica no rebatimento que estas estruturas possam ter na qualidade de vida dos cidadãos. Difere da visão das Cidades Inteligentes, focada no desempenho dos equipamentos de alta tecnologia (tecnologias high-tec.) direcionado a cidades com mais de 100.000 habitantes. Ou seja, redução do tempo e de procedimentos para o desenvolvimento de tarefas e para alcançar maior abrangência de ações sem a presença e a utilização da energia humana. Neste caso as métricas estão fracionadas e direcionadas a índices quantitativos que podem mascarar o desempenho qualitativo. As medições na visão MIL estão pautadas em metodologias empíricas que "investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas"
		2.2 A proposta planejada da cidade integra organicamente espaços de lazer com as indústrias, hotéis, centros de compra, moradias outros espaços de trabalho com as vias de transporte para acessá-los;	15. Transporte	15.1 Porcentagem de ruas e vias da cidade cobertas por alertas e informações de tráfego on-line em tempo real	
		2.3 Os veículos de transporte coletivo não utilizam combustíveis fósseis;		15.2 Número de usuários de compartilhamento de transporte econômico por 100.000 habitantes	
		2.4 A cidade tem um departamento de trânsito que utiliza um sistema de Inteligência Artificial, que coleta dados para identificar e corrigir gargalos no sistema		15.3 Percentual de veículos registrados na cidade que são veículos de baixa emissão	
				15.4 Número de bicicletas disponíveis nos serviços municipais de compartilhamento de bicicletas por 100.000	

		de transporte		habitantes	
				15.5	
				Porcentagem de linhas de transporte público equipadas com um sistema em tempo real acessível ao público	
				15.6	
				Porcentagem de serviços de transporte público da cidade cobertos por um sistema de pagamento unificado	
				15.7	
				Porcentagem de lugares de estacionamento público equipados com sistemas de pagamento eletrônico	
				15.8	
				Porcentagem de lugares de estacionamento público equipados com sistemas de disponibilida de em tempo real	
				15.9	
				Porcentagem de semáforos inteligentes	
				15.10	
				Área da cidade mapeada por mapas de ruas interativos em	

				tempo real como uma porcentagem da área total da cidade	
				15.11 Percentual de veículos autônomos registrados na cidade.	
				15.12 Porcentagem de rotas de transporte público com conectividade e à Internet fornecida e / ou gerenciada pelo município para passageiros	
				15.13 Porcentagem de estradas conforme sistemas de condução autônomos	
				15.14 Porcentagem da frota de ônibus da cidade movida a motor elétrico	
POSTOS AVANÇADOS / APLICATIVOS	8. MÍDIAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO	20. Quantidade e percentual de agências de comunicação, marketing da cidade que fazem campanhas MIL e de combate	14. TELECOMUNICAÇÃO	14.1 Porcentagem da população da cidade com acesso à banda larga suficientemente rápida	<p>Caracterização do objeto: Não existe na cidade nenhuma campanha ou iniciativa voltada ao combate à fake News. As emissoras de TV aberta disponíveis em laranjeiras não tem programas que veiculam campanhas MIL e anti Fake News.</p> <p>Considerações: É notório na</p>

		às notícias falsas.			comparação entre estes indicadores a preocupação com os equipamentos, sem considerar os impactos positivos e negativos (fake News) que a pode ter sobre as comunidades e a relevância da alfabetização midiática e informacional neste contexto. Abre-se a discussão da pertinência do acesso aos equipamentos tecnológicos sem a educação midiática e informacional.
		21. Quantidade e percentual de canais de TV aberta e paga participam de campanhas MIL e anti Fake News.		14.2 Porcentagem da área da cidade em uma zona branca / ponto morto / não coberto 20 pela conectividade e de telecomunicações	
				14.3 Porcentagem da área da cidade coberta pela provedora de conectividade e à Internet municipal	
FABRICA SOCIAL E CENTRO DE TRADIÇÕES	INDICADOR 7: ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, ONGS, PROJETOS SOCIOCULTURAIS E OUTROS ATORES NÃO TRADICIONAIS	18. Quantidade e percentual de Associações de classe e Sindicatos que articulam currículo para fora de seus espaços, utilizando-se de espaços públicos e privados para se discutir mídia e acesso a informação, 19. Quantidade e percentual de projetos e	9. POPULAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS	9.1 Porcentagem de edifícios públicos acessíveis por pessoas com necessidades especiais. 9.2 Porcentagem do orçamento municipal alocado para	Caracterização do objeto: Segundo o mapa das Organizações Cívicas IPEA, Laranjeiras conta com 103 OSC (https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa/2803609). Porém a população desconhece a grande maioria das OSC. Não existe na cidade nenhuma campanha ou iniciativa voltada ao combate à fake News. Considerações: As OSC podem ter papel fundamental na inserção social de grande parte da população que é invisibilizada pelas mídias, ou sofrem fortes consequências das barreiras culturais à comunicação. Portanto o combate às fake News e a desinformação tem protagonismo nas ações sociais em comunidades desassistidas pelo poder público.

		<p>peças que receberão algum tipo de treinamento MIL ou de enfrentamento de fake News.</p>		<p>o fornecimento de auxílios à mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a cidadãos com necessidades especiais</p>	<p>A locação de orçamento público para programas de combate ao fosso digital para prover os cidadãos de equipamentos para acesso às mídias digitais é fundamental, mas deve ser acompanhado de campanhas de educação midiática e informacional.</p>
				<p>9.3 Porcentagem de passagens de pedestres sinalizadas e equipadas com semáforos de pedestres acessíveis</p>	
				<p>9.4 Porcentagem do orçamento municipal alocado para a provisão de programas designados para combater o fosso digital.</p>	
<p>METODOLOGIAS COLABORATIVAS</p>	<p>1. PREFEITURAS, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E CIDADANIA</p>	<p>1.1 O poder público fiscaliza a comunicação nas redes sociais coibindo o uso ilegal de dados pessoais e a propagação de informações falsas para evitar a influência indevidas</p>	<p>6. GOVERNANÇA</p>	<p>6.1 Número anual de visitas on-line ao portal municipal de dados abertos por 100.000 habitantes</p>	<p>Caracterização do objeto: Não existe nenhuma iniciativa da prefeitura voltada à alfabetização midiática e informacional, porém existem vários cursos de capacitação promovidos pela secretaria de educação e OSC's. Considerações: Se, por um lado os indicadores são importantes para subsidiar as políticas públicas e o planejamento das cidades, por outro lado é importante que as métricas utilizadas considerem o desempenho destes</p>

		eleições?			<p>índices. Portanto a capacidade proativa da gestão pública buscando qualificar a informação e a comunicação é fundamental para o êxito das ações propostas. Este processo se caracteriza por uma política colaborativa, participativa e transparente com alcance representativo da comunidade.</p>
		1.2 O poder público regulamenta, fiscaliza e penaliza o uso de ferramentas digitais ilegais como o ciberataque, o uso de robôs, o hacking e o deepfake;		6.2 Porcentagem de serviços da cidade acessíveis e que podem ser solicitados on-line.	
		1.3 A cidade possui o diagnóstico e mapeamento das suas "Barreiras culturais à Comunicação" por bairros ou municípios?		6.3 Tempo médio de resposta às perguntas feitas pelo sistema de perguntas não emergenciais da cidade (dias)	
		1.4 A prefeitura promove treinamento de professores para o ensino midiático e informacional nas escolas em cursos dedicados a adultos?		6.4 Tempo de inatividade médio da infraestrutura de TI da cidade	

Algumas considerações

Cidades MIL é uma visão direcionada ao desenvolvimento sustentável das cidades. Surge da necessidade de fortalecer o protagonismo do cidadão crítico e criativo resgatando a qualidade de vida das pessoas acima do “deslumbramento” com o conforto advindo do modelo de desenvolvimento centrado no acúmulo, no consumo predatório e na alta tecnologia (high tech).

A visão MIL propõe o uso ético de tecnologias inclusivas e adequadas para a vida saudável e coletiva nas cidades e considera princípios que agregam a diversidade e as diferenças fortalecendo as relações interpessoais e sociais.

As cidades pequenas não devem ser esquecidas neste contexto visto a dinâmica de interdependência com as cidades médias e grandes. Estamos falando de uma relação sistêmica em que a hierarquia não se apoia somente em índices macroeconômicos mas nas micro relações internas nas comunidades e no intercâmbio com as ocupações humanas do entorno gerando “inputs e outputs” que beneficiam a rede como um todo. Esta visão holística é fundamental para o planejamento das cidades, reduzindo as desigualdades e todos os problemas advindos da precariedade imposta a grande parte da população em cidades no Brasil.

A visão das cidades MIL proposta pela UNESCO, pode ser melhor entendida e ter um papel fundamental se aplicada em cidades que tem se deparado com desafios históricos de fragilidade socioeconômica.

Como evidenciado no quadro comparativo entre os indicadores de Cidades MIL e Cidades Inteligentes, destacamos a importância da Alfabetização Midiática e Informacional, apoiando a inserção de tecnologias da Informação para fortalecer a transparência e a qualidade da governança das cidades pequenas, e desta forma ultrapassar as barreiras culturais à comunicação.

A investigação e a sistematização do desempenho de propostas de intervenção na cidade de Laranjeiras SE poderá colaborar na elaboração futura de projetos urbanos e no entendimento operacional da governança em cidades de pequeno porte no Brasil.

Referências

Almeida, F.S. e Pereira, M.C. (orient.) (2015) *As Faces das Cidades Inteligentes :Um estudo nas escalas global e local em Aracaju-SE*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) -Universidade Federal de Sergipe UFS. Laranjeiras, SE, Brasil. Recuperado de <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13926>.

Chibás Ortiz, F, et al (2021). *La red de ciudades MIL de UNESCO y Agenda 2030: educación, comunicación y salud sostenible* La Habana: Pueblo y Educación. Recuperado de <https://bit.ly/3Egi8gJ>.

Chibás Ortiz, F. (2012) Educomunicação na gestão educacional criativa em projetos corporativos EAD: um estudo de caso, *In: Revista Científica Hermes*, v. 6, p. 77-97.

Chibás Ortiz, F. (2016) O olhar do outro: barreiras culturais à comunicação, novas narrativas e marca país Brasil, *In: Revista Científica Hermes* n. 15, p. 242-262, jan-jun, 2016.

Chibás Ortiz, F., Grizzle,, A., Borges, A; Ramos, F.; Mazzetti, B.; Silva Junior, O.(2020), *Metrics of MIL Cities, Cultural Barriers and Artificial Intelligence analyzed under UNESCO's view: São Paulo case*. In: Yanaze, M., Chibás Ortiz, F.(Org.). *From Smart Cities to MIL Cities, Metrics inspired by UNESCO*, ECA-USP, São Paulo
Recuperado de https://www.academia.edu/43369259/FROM_SMART_CITIES_TO_MIL_CITIES_Metrics_inspired_by_the_vision_of_UNESCO.

Cidades Históricas do Nordeste. (1970) *Plano Urbanístico da cidade de Laranjeiras: convenio Secretaria de Planejamento da Presidência da república, Governo do Estado de Sergipe e Universidade Federal da Bahia* (coordenação: Paulo Ormindo David de Azevedo 4 volumes). Salvador: IPHAN.

Corrêa, R.L.(1994) *A rede urbana*. São Paulo: Ática.

Endlich,A.M. (2009) *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP.

Guzzi, D. (2010) *Web e Participação: A democracia no século XXI*. São Paulo: Escola do Futuro. USP. Senac.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE.(2021) *Cidades. Laranjeiras*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/laranjeiras/panorama>.

Observatório de Sergipe (2021) (Secretaria de Estado Geral de Governo). *Mapas e Cartogramas*. Recuperado de <https://www.observatorio.se.gov.br/app/mapascartogramas>.

Pereira, M.C.(coord.) (2018) *Território Híbrido: articulação de estratégias para o município de Laranjeiras do sec. XXI*. Universidade Federal de Sergipe - UFS. Laranjeiras, SE, Brasil. Recuperado de <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15466> .

Prefeitura Municipal de Laranjeiras (2008) . *Plano Diretor Participativo de Laranjeiras - Produto 5 Relatório Final - Volume I Anteprojeto de Leis*. Laranjeiras: Technum Consultoria.

Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2020). *Territorialização e aceleração dos ODS : diagnóstico situacional de indicadores ODS*. Brasília: PNUD.

Santos, C.A.J. (2002) *Desruralização versus Urbanização: O caso de Laranjeiras - Sergipe*. (Dissertação Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil.

UNESCO (2019) *Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)*, Recuperado de https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf .

UNESCO (2021). *Media and Information Literate Cities. Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)* Recuperado de <https://en.unesco.org/milcities>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Felipe Chibás Ortiz

chibas_f@yahoo.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5506-4560>

Dr. Felipe Chibás Ortiz é Professor livre-docente pela Universidade de São Paulo, ministrando a disciplina *stricto sensu* Cidades MIL (Media and Information Literacy) no PROLAM (Programa de Integração Latino-americana). Coordenador do curso MOOC Cidades MIL ou MIL Cities e do grupo de pesquisa



CRIACOMC. Representante do Comitê Regional para América Latina e Caribe da UNESCO MIL ALLIANCE, Co-líder da iniciativa UNESCO Gown and Town (MIL Cities). Consultor de Alfabetização Mediática e Informacional do Escritório Regional para a América Latina e Caribe de UNESCO em Montevideo, Uruguai. Membro do comitê organizador do Global MIL Week de 2020 a 2022 e palestrante nesse evento nas edições de 2016 a 2022. Palestrante nos eventos mundiais World Urban Forum 11 da ONU e World Press Freedom Day de UNESCO (2022). Autor e organizador de 29 livros publicados em várias línguas e diversos países, entre os que destaca DAS CIDADES INTELIGENTES AS CIDADES MIL, Métricas inspiradas na visão da UNESCO, com autores de capítulos dos 5 continentes. Autor das metodologias Ciclo do Marketing Digital, e 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões de Criatividade. É um dos autores do aplicativo MIL City Metrics. Entrevistador no programa de TV Web Mulheres MIL.

Dr. Felipe Chibás Ortiz is an associate professor at the University of São Paulo, teaching the discipline *stricto sensu* Cities MIL (Media and Information Literacy) at PROLAM (Program for Latin American Integration). Coordinator of the MOOC Cities MIL or MIL Cities course and the CRIACOMC research group. Representative of the UNESCO Regional Committee for Latin America and the Caribbean MIL ALLIANCE, Co-leader of the UNESCO Gown and Town (MIL Cities) initiative. Media and Information Literacy Consultant at the UNESCO Regional Office for Latin America and the Caribbean in Montevideo, Uruguay. Member of the organizing committee of the Global MIL Week from 2020 to 2002 and speaker at this event in the editions from 2016 to 2022. Speaker at the world events World Urban Forum 11 of the UN and World Press Freedom Day of UNESCO (2022). Author and organizer of 29 books published in several languages and different countries, among which he highlights FROM SMART CITIES TO THOUSAND CITIES, Metrics inspired by UNESCO's vision, with chapter authors from 5 continents. Author of the Digital Marketing Cycle methodologies, and 20 Cultural Barriers to Communication and 5 Dimensions of Creativity. He is one of the authors of the MIL City Metrics application. Interviewer on the TV show Web Mulheres MIL.

Dr. Felipe Chibás Ortiz es profesor libre docente de la Universidad de São Paulo, enseñando la disciplina Ciudades MIL (Alfabetización Mediática e Informativa) *stricto sensu* en PROLAM (Programa para la Integración Latinoamericana). Coordinador del curso MOOC Cities MIL o MIL Cities y del grupo de investigación CRIACOMC. Representante del Comité Regional de la UNESCO para América Latina y el Caribe MIL ALLIANCE, Co-líder de la iniciativa UNESCO Gown and Town (MIL Cities). Consultor en Alfabetización Mediática e Informativa en la Oficina Regional de la UNESCO para América Latina y el Caribe en Montevideo, Uruguay. Miembro del comité organizador de la Semana Global MIL de 2020 a 2002 y ponente en este evento en las ediciones de 2016 a 2022. Ponente en los eventos mundiales Foro Urbano Mundial 11 de la ONU y Día Mundial de la Libertad de Prensa de la UNESCO (2022). Autor y organizador de 29 libros publicados en varios idiomas y diferentes países, entre los que destaca DE LAS CIUDADES INTELIGENTES A LAS MIL CIUDADES, Métricas inspiradas en la visión de la UNESCO, con autores de capítulos de los 5 continentes. Autor de las metodologías del Ciclo de Marketing Digital, 20 Barreras Culturales a la Comunicación y 5 Dimensiones de la Creatividad. Es uno de los autores de la aplicación MIL City Metrics. Entrevistador en el programa de televisión Web Mulheres MIL.

Júlio César Suzuki

jcsuzuki@usp.br

ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004), graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002) e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2021). Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.



He holds a degree in Geography from the Federal University of Mato Grosso (1992), a degree in Literature from the Federal University of Paraná (2004), a degree in Chemistry from the Federal Institute of São Paulo (2021), a Master's degree in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo. Paulo (1997), PhD in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo (2002) and Free Teaching, in Political, Social and Economic Foundations of Geography from the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo (2021)). He is currently an Associate Professor at the University of São Paulo and at the Graduate Program (Master's and Doctorate) in Latin American Integration (PROLAM/USP). Has experience in Geography, with emphasis on Human Geography,

working mainly on the following subjects: Agriculture, Urbanization, Geography and Literature and Theory and Method.

Licenciado en Geografía por la Universidad Federal de Mato Grosso (1992), Licenciado en Letras por la Universidad Federal de Paraná (2004), Licenciado en Química por el Instituto Federal de São Paulo (2021), Magíster en Geografía (Geografía Humana) de la Universidad de São Paulo (1997), Doctorado en Geografía (Geografía Humana) de la Universidad de São Paulo (2002) y Docencia Libre, en Fundamentos Políticos, Sociales y Económicos de la Geografía de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (2021). Actualmente es Profesor Asociado de la Universidad de São Paulo y del Programa de Posgrado (Maestría y Doctorado) en Integración Latinoamericana (PROLAM/USP). Tiene experiencia en Geografía, con énfasis en Geografía Humana, trabajando principalmente en las siguientes materias: Agricultura, Urbanización, Geografía y Literatura y Teoría y Método.

Rita De Cássia Marques Lima De Castro

ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022).



Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq - Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Banco Nacional de Avaliadores - Basis - INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública (As Melhores Práticas de Estágio na PMSP - Prefeitura de São Paulo, São Paulo Cidade, Mário Covas, Inovação - Sefaz). Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa.

PhD in Sciences by the Inter-Unit Postgraduate Program in Latin American Integration - PROLAM/USP. Master in Business Administration from the São Paulo School of Business Administration of Fundação Getúlio Vargas. Journalist, graduated from the Faculty of Social Communication Casper Líbero. Bachelor of Business Administration from Centro Universitário Senac SP. Bachelor in Accounting Sciences from Centro Universitário Senac SP. Post-Doctorates: 1) FEA-USP, Department of Administration (2015-2017). 2) FEA-USP, Department of Economics (2019-2022). At USP: Professor and supervisor of Master's and Doctorate - Prolam-USP, since

Jan.2021. Researcher at CORS - Center for Organization Studies and at NESPI - Center for Studies and Research in International Policy, International Studies and Comparative Policies, both at FEA-USP. Researcher at GP--CNPq - Psychology, Society and Education in Latin America, at the Institute of Psychology-USP and in the CRIACOMC (ECA-USP); Researcher at the José Bonifácio Chair - IR-USP. Deputy President for Brazil and Head of International Relations at the Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professor of Higher Education since 2004. Ad hoc course evaluator - National Bank of Evaluators - Basis - INEP-MEC. Awards evaluator in the public area (Best Internship Practices at PMSP - São Paulo City Hall, São Paulo City, Mário Covas, Inovação - Sefaz). In the Academic Area, since 1998 develops projects of International Accreditation, Institutional Self-Assessment, Implementation of Educational Systems, Academic Advisory - Research Support.

Doctora en Ciencias por el Programa Interuniversitario de Posgrado en Integración Latinoamericana - PROLAM/USP. Maestría en Administración de Empresas por la "Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Periodista, egresada de la Facultad de Comunicación Social Casper Líbero. Licenciada en Administración de Empresas por el Centro Universitário Senac SP. Licenciada en Ciencias Contables por el Centro Universitário Senac SP. Post-Doctorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administración (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economía (2019-2022). En la USP: Profesora y supervisora de Maestría y Doctorado - Prolam-USP, desde enero de 2021. Investigadora del CORS - Centro de Estudios de las Organizaciones y del NESPI - Centro de Estudios e Investigaciones en Política Internacional, Estudios Internacionales y Políticas Comparadas, ambos de la FEA-USP. Investigadora del GP--CNPq - Psicología, Sociedad y Educación en América Latina, del Instituto de Psicología-USP y en el CRIACOMC (ECA-USP; Investigador de la Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Vicepresidenta por Brasil y Jefa de Relaciones Internacionales del Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Profesor de Educación Superior desde 2004. Evaluador de cursos ad hoc - Banco Nacional de Evaluadores - Base - INEP-MEC. Evaluador de premios en el área pública (Mejores Prácticas de Pasantía en PMSP - Alcaldía de São Paulo, Ciudad de São Paulo, Mário Covas, Inovação - Sefaz). En el Área Académica, desde 1998 desarrolla proyectos de Acreditación Internacional, Autoevaluación Institucional, Implementación de Sistemas Educativos, Asesoría Académica - Apoyo a la Investigación.

SOBRE OS AUTORES

(*) Currículos apresentados em três línguas, respeitando-se a ordem de origem e/ou envio das informações feito pelos autores

Almudena Barrientos-Báez

alambarri@ucm.es

<https://orcid.org/0000-0001-9913-3353>

Researcher ID 57203433556

Universidad Complutense de Madrid

ACREDITACIÓN ANECA: PROFESOR CONTRATADO DOCTOR

PROFESORA ACREDITADA PCD/ANECA

Doctora con mención internacional Cum Laude en Educación. Ayudante Doctor en la Universidad Complutense de Madrid. Fue Directora del Máster Habilitante de Formación del Profesorado en la Univ. Europea de Madrid. Máster en Dirección de Protocolo, Producción, Organización y Diseño de Eventos - área de COMUNICACIÓN - (Univ. Camilo José Cela) y Máster en Dirección de Alojamientos Turísticos (Univ. Girona). Grado en Turismo (Univ. de La Laguna) y Magisterio (Univ. Valencia). Su labor investigadora está unida de manera directa y también transversalmente al Neuromarketing, Neurocomunicación, Género, uso de las Redes Sociales, Comunicación, RRPP y TIC. Índice h 12. Forma parte del Proyecto Medios audiovisuales públicos ante el ecosistema de las plataformas: modelos de gestión y evaluación del valor público de referencia para España, (PID2021-122386OB-I00), financiado por el MCIN, AEI y FEDER, UE. Ministerio de Ciencia e Innovación. IP1 Miguel Túñez y IP2 Francisco Campos.

Doctor with international mention Cum Laude in Education. Assistant Doctor at the Complutense University of Madrid. She was Director of the Enabling Master's Degree in Teacher Training at the European University of Madrid. Master in Management of Protocol, Production, Organization and Design of Events - COMMUNICATION area - (Univ. Camilo José Cela) and Master in Management of Tourist Accommodation (Univ. Girona). Degree in Tourism (Univ. de La Laguna) and Teaching (Univ. Valencia). Her research work is linked directly and also transversally to Neuromarketing, Neurocommunication, Gender, use of Social Networks, Communication, PR and ICT. h-index 12. It is part of the Public Audiovisual Media Project before the ecosystem of platforms: models of management and evaluation of the public value of reference for Spain, (PID2021-122386OB-I00), financed by the MCIN, AEI and FEDER, EU.

Ministry of Science and Innovation. IP1 Miguel Túñez and IP2 Francisco Campos.

Doutora com menção internacional Suma cum Laude em Educação. Médica Assistente da Universidade Complutense de Madrid. Foi Diretora do Mestrado Habilitador em Formação de Professores da Universidade Europeia de Madrid. Mestre em Gestão de Protocolo, Produção, Organização e Design de Eventos - área de COMUNICAÇÃO - (Univ. Camilo José Cela) e Mestre em Gestão de Alojamento Turístico (Univ. Girona). Licenciatura em Turismo (Univ. de La Laguna) e Pedagogia (Univ. Valencia). O seu trabalho de investigação está ligado direta e transversalmente a: Neuromarketing, Neurocomunicação, Género, uso das Redes Sociais, Comunicação, Relações Públicas e TIC. Índice h 12. Faz parte do Projeto Mídia audiovisual pública diante do ecossistema de plataformas: modelos de gestão e avaliação do valor público de referência para a Espanha, (PID2021-122386OB-I00), financiado pelo MCIN, AEI e FEDER, UE. Ministério da Ciência e Inovação. IP1 Miguel Túñez e IP2 Francisco Campos.

Anastasia Psallida

email: natapsal@hotmail.com

Anastasia Psallida is a PhD Candidate at the Department of International and European Studies of the University of Macedonia and research associate of the UNESCO Chair for Intercultural Policy for an Active Citizenship and Solidarity at the University of Macedonia and collaborator of the Hellenic Cultural and Educational Clud for UNESCO. She holds a degree of the School of Greek Philology (Classical direction) of the National and Kapodistrian University of Athens (1995) and an MA degree of the Department of Ethics and Sociology of the Theological School at the Aristotle University of Thessaloniki, (specialisation "Sociology" - 2013). Her MA thesis was titled "Modern Immigration Flows-Social and Educational Policies for Returnees in Greece" (Excellent). She is a high school teacher since 2003 and a certified trainer in EKEPIS for adult training. She has received further training in Greece and abroad on educational policy, European affairs, the role of UN, e-learning, global education, and she has been trained on the Handbook of Education on human rights for young people (Compass - Council of Europe), eTwinning and the EU programme "Teachers for Europe - Setting an Agora for Democratic Culture". She participated in international, European and national programs or missions, herself as an individual or as a coordinator of groups of high school students in events like Intercultural Society, International Olympiad for Philosophy, European Parliament Ambassadors School Programme, UNESCO Associated Schools Network (ASPNet), "Students in the role of Diplomat", World Cultural Heritage Youth Symposium, 17 United Nations Sustainable Development Goals. She also participates in conferences and in summer schools or online courses on human rights, migration and refugees, Sustainable Development. She also assists the editing of books at the University and coordinates the editing of books by high school students. Her PhD focuses on "The role of the EU in intercultural education and the elimination of hate speech - comparison with other international organisations".

Anastasia Psallida es candidata a doctorado en el Departamento de Estudios Internacionales y Europeos de la Universidad de Macedonia e investigadora asociada de la Cátedra UNESCO de Política Intercultural para una Ciudadanía Activa y Solidaria en la Universidad de Macedonia y colaboradora del Hellenic Cultural and Educational Clud for UNESCO. Tiene un título de la Escuela de Filología Griega (dirección clásica) de la Universidad Nacional y Kapodistriana de Atenas (1995) y una maestría del Departamento de Ética y Sociología de la Escuela Teológica de la

Universidad Aristóteles de Tesalónica, (especialización " Sociología" - 2013). Su tesis de maestría se tituló "Modern Immigration Flows-Social and Education Policies for Returnees in Greece" (Excelente). Es profesora de secundaria desde 2003 y formadora certificada en EKEPIS para la formación de adultos. Ha recibido formación adicional en Grecia y en el extranjero sobre política educativa, asuntos europeos, el papel de la ONU, e-learning, educación global, y ha recibido formación sobre el Manual de Educación sobre derechos humanos para jóvenes (Compass - Council of Europe), eTwinning y el programa de la UE "Teachers for Europe - Setting a Agora for Democratic Culture". Participó en programas o misiones internacionales, europeas y nacionales, como individuo o como coordinadora de grupos de estudiantes de secundaria en eventos como Sociedad Intercultural, Olimpiada Internacional de Filosofía, Programa de Escuelas Embajadoras del Parlamento Europeo, Red de Escuelas Asociadas de la UNESCO (ASPNet) , "Estudiantes en el rol de Diplomático", Simposio de Jóvenes del Patrimonio Cultural Mundial, 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas. También participa en conferencias y en escuelas de verano o cursos online sobre derechos humanos, migración y refugiados, Desarrollo Sostenible. También asiste en la edición de libros en la Universidad y coordina la edición de libros de estudiantes de secundaria. Su doctorado se centra en "El papel de la UE en la educación intercultural y la eliminación del discurso de odio: comparación con otras organizaciones internacionales".

Anastasia Psallida é doutoranda no Departamento de Estudos Internacionais e Europeus da Universidade da Macedônia e pesquisadora associada da Cátedra da UNESCO em Política Intercultural para Cidadania Ativa e Solidária da Universidade da Macedônia e colaboradora da Hellenic Cultural and Educational Clud for Unesco. . É licenciado pela Escola de Filologia Grega (direção clássica) da Universidade Nacional e Kapodistrian de Atenas (1995) e mestre pelo Departamento de Ética e Sociologia da Escola Teológica da Universidade Aristóteles de Salónica, (especialização " Sociologia" - 2013). A sua tese de mestrado intitulava-se "Modern Immigration Flows-Social and Education Policies for Returnees in Greece" (Excelente). É professora do ensino secundário desde 2003 e formadora certificada EKEPIS para educação de adultos. Ele recebeu treinamento adicional na Grécia e no exterior sobre política educacional, assuntos europeus, o papel da ONU, e-learning, educação global e recebeu treinamento sobre o Manual de Educação em Direitos Humanos para Jovens (Compass - Conselho da Europa), eTwinning e o programa da UE "Teachers for Europe - Setting an Agora for Democratic Culture". Participou em programas ou missões

internacionais, europeias e nacionais, como indivíduo ou como coordenador de grupos de estudantes do ensino secundário em eventos como Sociedade Intercultural, Olimpíada Internacional de Filosofia, Programa de Escolas Embaixadoras do Parlamento Europeu, Rede de Escolas Associadas da UNESCO (ASPNet), "Students no papel de Diplomata", Simpósio Juvenil do Patrimônio Cultural Mundial, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ele também participa de conferências e escolas de verão ou cursos online sobre direitos humanos, migração e refugiados, Desenvolvimento Sustentável. Ele também auxilia na publicação de livros na Universidade e coordena a publicação de livros para estudantes do ensino médio. O seu doutoramento centra-se em "O papel da UE na educação intercultural e na eliminação do discurso de ódio: comparação com outras organizações internacionais".

Andrea Leonardi

andrea.leonardi@minervagroupservice.it

Vice President of Minerva Group Service & Managing Partner of Alpemi Consulting. Graduated in business administration from the Bocconi University of Milan Italy, he had various professional experiences in the public and private sectors, in Italy and abroad. He is a GRC (Governance, Risk Management, Compliance) advisor, trainer & speaker, auditor about ISO standards management systems technical requirements and about mandatory requirements such as privacy, etc. He has several experiences as a founder and project manager of innovative start-ups companies and spin-offs companies. He is WBAF (World Business Angels Investment Forum) International Partner for Italy (Ethical Governance, Standards of Excellence, and Quality Leadership Committee) and board member of itSMF Switzerland. andrea.leonardi@minervagroupservice.it

Vicepresidente de Minerva Group Service & Socio Director de Alpemi Consulting. Graduado en administración de empresas por la Universidad Bocconi de Milán Italia, tuvo diversas experiencias profesionales en los sectores público y privado, en Italia y en el extranjero. Es asesor, formador y orador, auditor de GRC (Gobernanza, Gestión de Riesgos, Cumplimiento), auditor de los requisitos técnicos de los sistemas de gestión de normas ISO y de los requisitos obligatorios como la privacidad, etc. Tiene varias experiencias como fundador y director de proyectos de empresas innovadoras. ups y spin-offs. Es socio internacional de WBAF (World Business Angels Investment Forum) para Italia (Gobernanza Ética, Estándares de Excelencia y Comité de Liderazgo de Calidad) y miembro de la junta de itSMF Suiza.

Vice-presidente de Atendimento do Grupo Minerva e Sócio Diretor da Alpemi Consulting. Formado em administração de empresas pela Universidade Bocconi de Milão Itália, teve várias experiências profissionais nos setores público e privado, na Itália e no exterior. É consultor, instrutor e palestrante, auditor de GRC (Governança, Gestão de Riscos, Compliance), auditor dos requisitos técnicos dos sistemas de gestão da norma ISO e requisitos obrigatórios como privacidade, etc. Possui diversas experiências como fundador e gerente de projetos de empresas inovadoras. ups e spin-offs. É sócio internacional do WBAF (World Business Angels Investment Forum) para a Itália (Comitê de Governança Ética, Padrões de Excelência e Liderança de Qualidade) e membro do conselho da itSMF Suíça.

Ana Paula Dias

anapauladias665@gmail.com

Consultora em Marketing Digital e Membro da UNESCO MIL Alliance. Pós-graduada em Transformação Digital pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas pela Universidade de São Paulo com cursos de extensão em Harvard University, University of Virginia e Sciences Po. Mestranda em Comunicação e Cultura pela Universidade de São Paulo e pesquisadora dos grupos Toth-Criarcom CEACOM ECA USP e Centro de Inteligência Artificial USP-IBM-FAPESP (C4AI).

Digital Marketing Consultant and Member of UNESCO MIL Alliance. Postgraduate in Digital Transformation from Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Bachelor in Social Communication with Qualification in Public Relations from the University of São Paulo with extension courses at Harvard University, University of Virginia and Sciences Po. Master's student in Communication and Culture at the University of São Paulo and researcher at the Toth-Criarcom CEACOM ECA USP and USP-IBM-FAPESP Artificial Intelligence Center (C4AI) groups.

Consultora de Marketing Digital y Miembro de la Alianza UNESCO MIL. Postgrado en Transformación Digital de la Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Licenciada en Comunicación Social con Calificación en Relaciones Públicas de la Universidad de São Paulo con cursos de extensión en la Universidad de Harvard, Universidad de Virginia y Sciences Po. Estudiante de maestría en Comunicación y Cultura de la Universidad de São Paulo e investigadora de los grupos Toth-Criarcom CEACOM ECA USP y USP-IBM-FAPESP Centro de Inteligencia Artificial (C4AI).

Anna Terra Lima

aterrallima.ri@gmail.com

Bacharela em Relações Internacionais (2020) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda (2021-2023) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a política externa chinesa durante o governo de Xi Jinping. Colaboradora do Projeto Internacionalização da Educação e Interculturalidade Universitária (03/2021-Atual). Voluntária no Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (09/2019-Atual). Co-autora do livro Guia Prático de Mobilidade Acadêmica Internacional Outgoing para Estudantes de Graduação (2020). Tem experiência, e interesse de pesquisa, na área de Relações Internacionais, com ênfase em Internacionalização da Educação, Análise de Política Internacional e Política Externa Chinesa.

Bachelor of International Relations (2020) by the Federal University of Paraíba (UFPB). Master (2021-2023) of the Post-Graduation Program in Political Science and International Relations at UFPB. He is currently conducting research on Chinese foreign policy during the Xi Jinping government. Collaborator of the Internationalization of Education and University Interculturality Project (03/2021-Current). Volunteer at the Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (09/2019-Current). Co-author of the book Practical Guide to International Academic Mobility Outgoing for Graduation Students (2020). I have experience, and research interest, in the area of International Relations, with an emphasis on Internationalization of Education, Analysis of International Policy and Chinese Foreign Policy.

Licenciada en Relaciones Internacionales (2020) por la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). Estudiante de maestría (2021-2023) del Programa de Posgrado en Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales de la UFPB. Actualmente desarrolla una investigación sobre la política exterior china durante el gobierno de Xi Jinping. Colaborador del Proyecto Internacionalización de la Educación e Interculturalidad Universitaria (03/2021-Actualidad). Voluntaria en el Servicio de Pastoral para Migrantes del Nordeste (09/2019-Actualidad). Coautor del libro Guía Práctica de Movilidad Académica Internacional Saliente para Estudiantes de Grado (2020). Tiene experiencia e interés de investigación en el campo de las Relaciones Internacionales, con énfasis en la Internacionalización de la Educación, el Análisis de Políticas Internacionales y la Política Exterior China.

Claudia Ayres

claudia.ayres7@gmail.com

Participante em Toth-Criarcom no projeto Cidades MIL com apoio de UNESCO. Dra. em Ensino de Ciências da Natureza, Docente de Química na educação básica privada e no ensino superior, assessora em ensino de Ciências da Natureza na Educação Infantil, Especialista em TEA pela UPVM e AUTISMEX (México), formadora docente em atividades experimentais para o ensino de Ciências na Ed. Infantil, reinventora na ONG CORE - Comunidade Reinventando a Educação.

Participant in Toth-Criarcom in the Cities MIL project with support from UNESCO. Dr. in Teaching Natural Sciences, Professor of Chemistry in private basic education and higher education, adviser on teaching Natural Sciences in Early Childhood Education, Specialist in TEA by UPVM and AUTISMEX (Mexico), teacher trainer in experimental activities for teaching Science in Ed. Infantil, reinventor at the NGO CORE - Comunidade Reinventando a Educação (Reinventing Education Community).

Participante en Toth-Criarcom en el proyecto Cities MIL con apoyo de la UNESCO. Dr. en Enseñanza de Ciencias Naturales, Profesora de Química en educación básica privada y en educación superior, asesora en enseñanza de Ciencias Naturales en Educación Infantil, Especialista en TEA por UPVM y AUTISMEX (México), formadora de docentes en actividades experimentales para la enseñanza de Ciencias en ed. Infantil, reinventor en la ONG CORE - "Comunidade Reinventando a Educação." (Comunidad Reinventado la educación)

Daniela Calderón Porter

dancalpor@gmail.com

Arquitecta por la Universidad de las Américas Puebla, Maestra en Conservación del Patrimonio Edificado por la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla y Doctora en Administración Pública con Mención Honorífica por el Instituto de Administración Pública del Gobierno del Estado de Puebla (IAP), miembro de la Asociación Nacional de Cronistas de Ciudades Mexicanas (ANACCIM) y del Seminario de Cultura Mexicana, Capítulo Puebla. A lo largo de su carrera profesional, he colaborado con los distintos órdenes de gobierno, así como con diversas organizaciones sociales, colectivos culturales, embajadas y autoridades internacionales, implementando estrategias y programas intersectoriales, colaborando en el ámbito de la gestión y el desarrollo de proyectos para la conservación del Patrimonio Cultural y la creación de políticas públicas desde hace una década. Actualmente se desempeña como Directora General de Patrimonio Cultural de la Secretaría de Cultura del Estado de Puebla, cargo en el que coordina, dirige y gestiona proyectos que permiten proteger, difundir y conservar las manifestaciones culturales tangibles e intangibles dentro de las áreas de Artesanías, Patrimonio Cultural y Acervo Documental cargo que le ha permitido establecer lazos de apoyo entre los diferentes actores involucrados y participando en la toma de decisiones clave para proyectos de alto impacto dentro y fuera del país.

Architect from the Universidad de las Américas Puebla, Master in Conservation of Built Heritage from the Meritorious Autonomous University of Puebla and Doctor in Public Administration with Honorable Mention from the Institute of Public Administration of the Government of the State of Puebla (IAP), member of the Association National Chroniclers of Mexican Cities (ANACCIM) and the Mexican Culture Seminar, Puebla Chapter. Throughout his professional career, I have collaborated with the different levels of government, as well as with various social organizations, cultural groups, embassies and international authorities, implementing intersectoral strategies and programs, collaborating in the field of project management and development. for the conservation of Cultural Heritage and the creation of public policies for a decade. She currently works as General Director of Cultural Heritage of the Puebla State Culture Secretariat, a position in which she coordinates, directs and

manages projects that allow the protection, dissemination and conservation of tangible and intangible cultural manifestations within the areas of Crafts, Heritage Cultural and Documentary Collection position that has allowed him to establish support ties between the different actors involved and participating in key decision-making for high-impact projects inside and outside the country.

Arquiteta pela Universidad de las Américas Puebla, Mestre em Conservação do Patrimônio Edificado pela Meritória Universidad Autónoma de Puebla e Doutora em Administração Pública com Menção Honrosa pelo Instituto de Administración Pública do Governo do Estado de Puebla (IAP), membro do a Associação Nacional de Cronistas de Cidades Mexicanas (ANACCIM) e o Seminário de Cultura Mexicana, Capítulo Puebla. Ao longo de sua carreira profissional, colaborou com os diferentes níveis de governo, bem como com diversas organizações sociais, grupos culturais, embaixadas e autoridades internacionais, implementando estratégias e programas intersetoriais, colaborando no campo da gestão e desenvolvimento de projetos. do Patrimônio Cultural e a criação de políticas públicas por uma década. Atualmente trabalha como Diretora Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de Puebla, cargo no qual coordena, dirige e gerencia projetos que permitem a proteção, divulgação e conservação de manifestações culturais tangíveis e imateriais nas áreas de Artesanato, Patrimônio Cultural e Cargo de Acervo Documental que lhe permitiu estabelecer laços de apoio entre os diferentes atores envolvidos e participar nas principais tomadas de decisão para projetos de alto impacto dentro e fora do país.

David Caldevilla-Domínguez

davidcaldevilla@ccinf.ucm.es

<https://orcid.org/0000-0002-9850-1350>

Universidad Complutense (UCM)

Licenciado y Doctor en Ciencias de la Información (Comunicación Audiovisual por la U. Complutense). Diplomado en Magisterio (U. de Zaragoza). Profesor titular en la Facultad de Ciencias de la Información de la UCM. Docente en: U. Complutense, U. Europea de Madrid, IED, ESERP e IPAM (Oporto -Portugal-). Índice h 20. 6º autor español en trabajos publicados en el área de comunicación, 13º en artículos citados y 20º en citas recibidas de 747 autores totales. Ponente y conferenciante en diversos cursos y profesor en varios títulos propios (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretario General de la SEECI (Sociedad Española de Estudios de Comunicación Iberoamericana), de Historia de los Sistemas Informativos (HISIN) y del "Fórum Internacional de la Comunicación y Relaciones Públicas" (Fórum XXI). Investigador Principal (IP) del Grupo Complutense de Investigación 'Concilium'. Autor de más de 90 artículos científicos y de 6 libros: Asturias y La Rioja, una historia común, El sello de Spielberg, Cultura y RRPP., Manual de RRPP., Las RRPP y su fundamentación y La cara interna de la comunicación empresarial. Director de 7 tesis doctorales (2 con mención europea). Miembro de comités científicos en numerosos congresos y revistas científicas internacionales. Ponente en más de 90 congresos internacionales. Firma invitada en diversas publicaciones y Tertuliano radiofónico. Índice h 21.

Degree and Doctor in Information Sciences (Audiovisual Communication from the U. Complutense). Diploma in Teaching (U. of Zaragoza). Professor at the Faculty of Information Sciences of the UCM. Professor at: U. Complutense, U. Europea de Madrid, IED, ESERP and IPAM (Oporto -Portugal-). 6th Spanish author in works published in the area of communication, 13th in cited articles and 20th in citations received from 747 total authors. Speaker and lecturer in various courses and professor in several own titles (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretary General of the SEECI (Spanish Society for Ibero-American Communication Studies), of the History of Information Systems (HISIN) and of the "International Forum on Communication and Public Relations" (Forum XXI). Principal Investigator (PI) of the Complutense Research Group 'Concilium'. Author of more than 90 scientific articles and 6 books: Asturias and La Rioja, a common history, Spielberg's seal, Culture and Public Relations, Public Relations Manual, Public Relations and its foundation and The internal face of business communication. Director of 7 doctoral theses (2 with European mention). Member of scientific

committees in numerous congresses and international scientific journals. Speaker at more than 90 international conferences. Invited signature in various publications and radio Tertuliano. h-index 21.

Licenciado e Doutor em Ciências da Informação (Comunicação Audiovisual pela U. Complutense). Diploma em Docência (U. de Saragoça). Professor da Faculdade de Ciências da Informação da UCM. Professor na U. Complutense, U. Europea de Madrid, IED, ESERP e IPAM (Porto -Portugal-). Índice h 20. 6º autor espanhol em trabalhos publicados na área da comunicação, 13º em artigos citados e 20º em citações recebidas de um total de 747 autores. Palestrante e palestrante em diversos cursos e professor em diversos títulos próprios (Telemadrid, Walter & Thompson, McCann...). Secretário-Geral da SEECI (Sociedade Espanhola de Estudos da Comunicação Ibero-Americana), da História dos Sistemas de Informação (HISIN) e do "Fórum Internacional de Comunicação e Relações Públicas" (Fórum XXI). Investigador Principal (PI) do Grupo de Investigação Complutense 'Concilium'. Autor de mais de 90 artigos científicos e 6 livros: Astúrias e La Rioja, uma história comum, selo Spielberg, Cultura e Relações Públicas, Manual de Relações Públicas, Relações Públicas e sua fundação e A face interna da comunicação empresarial. Diretor de 7 teses de doutoramento (2 com menção europeia). Membro de comissões científicas em inúmeros congressos e revistas científicas internacionais. Palestrante em mais de 90 conferências internacionais. Assinatura convidada em várias publicações e na rádio Tertuliano. índice h 21.

Despoina Anagnostopoulou

email: danag@uom.edu.gr

Associate Professor in EU Policies and Institutions at the University of Macedonia, Greece. Since 2014 she has served as the Director of the UNESCO Chair of Intercultural Policy for an Active Citizenship and Solidarity, a member of the UNITWIN network on Interreligious Dialogue. She has been the Jean Monnet Chairholder on New Dimensions on EU Legal Studies (2012-2015), the Academic Coordinator of the Jean Monnet Centre of Excellence on "Research on Crucial Issues of European Integration" and the Academic Coordinator of the Jean Monnet Project on Intercultural Dialogue, EU Values and Diversity (University of Macedonia). In 2021, she was also elected as a member of the Council at the European Law Institute, in Vienna, Austria.

She was awarded a Jean Monnet 3-month scholarship (European University Institute, Florence), a distinction for her contribution in national matters (Democritus University of Thrace) and a distinction for excellent teaching at the Open University Cyprus (2021). She has been stagiaire at the EU Commission Legal Service (also traveled to Japan), and a researcher at the Centre of International and European Economic Law (Thessaloniki), for more than 10 years. She taught courses at the Law School of Capital University, Ohio, US, at the National School of Judges in Greece and at the Law School of the Aristotle University of Thessaloniki, as well as at the Open University of Cyprus. Her current research focuses on digital economy, EU research policy, Single Market EU citizenship, human rights and non-discrimination, EU Area of Freedom, Security and Justice.

Profesora Asociada de Políticas e Instituciones de la UE en la Universidad de Macedonia, Grecia. Desde 2014 es Directora de la Cátedra UNESCO de Política Intercultural para la Ciudadanía Activa y la Solidaridad, miembro de la red UNITWIN sobre Diálogo Interreligioso. Fue titular de la Cátedra Jean Monnet en Nuevas Dimensiones de los Estudios Jurídicos de la UE (2012-2015), Coordinadora Académica del Centro de Excelencia Jean Monnet en "Investigación sobre Cuestiones Cruciales de la Integración Europea" y Coordinadora Académica del Proyecto Jean Monnet sobre Interculturalidad Diálogo, Valores de la UE y Diversidad (Universidad de Macedonia). En 2021, también fue elegida miembro del Consejo del Instituto Europeo de Derecho en Viena, Austria. Recibió una beca Jean Monnet de 3 meses (Instituto Universitario Europeo, Florencia), una distinción por su contribución a los asuntos nacionales (Universidad Demócrito de Tracia) y una distinción por su destacada enseñanza en la Universidad Abierta de Chipre (2021). Fue pasante en el

Servicio Jurídico de la Comisión de la UE (también viajó a Japón) e investigadora en el Centro de Derecho Económico Internacional y Europeo (Tesalónica) durante más de 10 años. Ha impartido cursos en la Facultad de Derecho de la Universidad Capital, Ohio, EE. UU., la Escuela Nacional de Jueces de Grecia y la Facultad de Derecho de la Universidad Aristóteles de Tesalónica, así como en la Universidad Abierta de Chipre. Su investigación actual se centra en la economía digital, la política de investigación de la UE, la ciudadanía de la UE en el mercado único, los derechos humanos y no humanos.

Professora Associada em Políticas e Instituições da UE na Universidade da Macedônia, Grécia. Desde 2014, atua como Diretora da Cátedra UNESCO de Política Intercultural para uma Cidadania Ativa e Solidariedade, membro da rede UNITWIN sobre Diálogo Inter-religioso. Foi titular da Cátedra Jean Monnet em Novas Dimensões dos Estudos Jurídicos da UE (2012-2015), Coordenadora Académica do Centro de Excelência Jean Monnet em "Research on Crucial Issues of European Integration" e Coordenadora Académica do Projeto Jean Monnet sobre Diálogo Intercultural, Valores da UE e Diversidade (Universidade da Macedónia). Em 2021, foi também eleita membro do Conselho do Instituto Europeu de Direito, em Viena, Áustria. Foi premiada com uma bolsa Jean Monnet de 3 meses (European University Institute, Florença), uma distinção por sua contribuição em assuntos nacionais (Democritus University of Thrace) e uma distinção por excelente ensino na Open University Cyprus (2021). Ela foi estagiária no Serviço Jurídico da Comissão da UE (também viajou para o Japão) e pesquisadora no Centro de Direito Econômico Internacional e Europeu (Salônica), por mais de 10 anos. Ela ministrou cursos na Law School of Capital University, Ohio, EUA, na National School of Judges na Grécia e na Law School da Aristotle University of Thessaloniki, bem como na Open University of Cyprus. Sua pesquisa atual se concentra em economia digital, política de pesquisa da UE, cidadania da UE no mercado único, direitos humanos e não discriminação, espaço de liberdade, segurança e justiça da UE.

Dionysia Tsolaki

email: dionatsolaki@gmail.com

She is a PhD Candidate at the Department of International and European Studies of the University of Macedonia and research associate of the UNESCO Chair for Intercultural Policy for an Active Citizenship and Solidarity at the University of Macedonia. She holds an LLM in European Law (Law School of Athens), an LLM in International Private Law and International Transaction Law (Law School of Athens), an MA in European Business Law (Open University of Cyprus) and a BA in English Language and Literature (Open University of England). Her PhD research is focused on the issue of the division of competences between the EU and the Member States in the broader comparative framework of certain economic, monetary and AFSJ governance aspects within the EU. In the past she has held research assistant positions in the context of the Jean Monnet European Center of Excellence of the National and Kapodistrian University of Athens and at the Jean Monnet Centre of Excellence at the University of Macedonia. Author of several articles in peer-reviewed journals and chapters in contributed volumes regarding the economic and the migration crisis, EU youth policies and fundamental human rights protection regimes. She has provided teaching assistance, under a university scholarship, for a total duration of 320 hours in the following courses: "European Union in the International System", "European Regional Policy: General principles, regulations and Cohesion Policy Financial Instruments, "European Union Law" and "International and European Business and Trade law" (April 2021-February 2022 and April 2022-Current).

Es candidata a doctorado en el Departamento de Estudios Internacionales y Europeos de la Universidad de Macedonia e investigadora asociada de la Cátedra UNESCO de Política Intercultural para una Ciudadanía Activa y Solidaria en la Universidad de Macedonia. Tiene una Maestría en Derecho Europeo (Facultad de Derecho de Atenas), una Maestría en Derecho Internacional Privado y Derecho de Transacciones Internacionales (Facultad de Derecho de Atenas), una Maestría en Derecho Comercial Europeo (Universidad Abierta de Chipre) y una Licenciatura en Idioma Inglés y Literatura (Universidad Abierta de Inglaterra). Su investigación de doctorado se centra en el tema de la división de competencias entre la UE y los Estados miembros en el marco comparativo más amplio de ciertos aspectos económicos, monetarios y de gobernanza del ELSJ dentro de la UE. En el pasado, ocupó puestos de asistente de investigación en el contexto del Centro Europeo de Excelencia Jean Monnet de la Universidad Nacional y Kapodistríaca de

Atenas y en el Centro de Excelencia Jean Monnet de la Universidad de Macedonia. Autor de varios artículos en revistas revisadas por pares y capítulos en volúmenes contribuidos sobre la crisis económica y migratoria, las políticas de juventud de la UE y los regímenes de protección de los derechos humanos fundamentales. Ha prestado asistencia docente, en virtud de una beca universitaria, por una duración total de 320 horas en los siguientes cursos: "La Unión Europea en el Sistema Internacional", "Política Regional Europea: Principios generales, normas e Instrumentos Financieros de la Política de Cohesión, "Unión Europea Derecho" y "Derecho Comercial y Comercial Internacional y Europeo" (abril 2021-febrero 2022 y abril 2022-actualidad).

Ela é doutoranda no Departamento de Estudos Internacionais e Europeus da Universidade da Macedônia e pesquisadora associada da Cátedra UNESCO de Política Intercultural para uma Cidadania Ativa e Solidariedade na Universidade da Macedônia. Ela possui um LLM em Direito Europeu (Faculdade de Direito de Atenas), um LLM em Direito Internacional Privado e Direito de Transações Internacionais (Faculdade de Direito de Atenas), um mestrado em Direito Empresarial Europeu (Universidade Aberta de Chipre) e um BA em Língua Inglesa e Literatura (Universidade Aberta da Inglaterra). A sua investigação de doutoramento centra-se na questão da divisão de competências entre a UE e os Estados-Membros no quadro comparativo mais alargado de certos aspetos económicos, monetários e de governação do ELSJ na UE. No passado, ela ocupou cargos de assistente de pesquisa no contexto do Centro Europeu de Excelência Jean Monnet da Universidade Nacional e Kapodistrian de Atenas e no Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade da Macedônia. Autor de vários artigos em revistas com revisão por pares e capítulos em volumes contribuídos sobre a crise económica e migratória, políticas de juventude da UE e regimes fundamentais de proteção dos direitos humanos. Prestou assistência docente, ao abrigo de uma bolsa universitária, com uma duração total de 320 horas, nos seguintes cursos: "União Europeia no Sistema Internacional", "Política Regional Europeia: Princípios Gerais, Regulamentos e Instrumentos Financeiros da Política de Coesão", "União Europeia Direito" e "Direito comercial e comercial internacional e europeu" (abril de 2021-fevereiro de 2022 e abril de 2022-atual).

Djane Borba

djaneborba@gmail.com

Artista multimídia autodidata. Cantora brasileira com temporadas de shows na Itália e Portugal. Jazz Singer Paulistana intérprete do Billie Holiday Tributo. Líder Social do Dia Mundial da Criatividade em Guararema/SP de 2020-2022, premiada na categoria Escolha dos Líderes como Líder Destaque, e na categoria Revelação como Cidade Pequeno Porte. Produtora cultural especializada em curadoria, criação e produção de eventos artísticos ligados à economia criativa e diversidade desde 1.989. Artista Inspiradora do Alto Tietê/SP em 2019; em Braga (Portugal) e Kingskliff (Austrália) 2021. Membro Consultivo da Rede de Economia Brasil, integrante da comunidade de aprendizagem Passarim.

Self-taught multimedia artist. Brazilian singer with seasons of shows in Italy and Portugal. Jazz Singer Paulistana interpreter of the Billie Holiday Tributo. Social Leader of the World Day of Creativity in Guararema/SP 2020-2022, awarded in the Leaders' Choice category as Outstanding Leader, and in the Revelation category as Small Town. Cultural producer specialized in curatorship, creation and production of artistic events linked to the creative economy and diversity since 1989. Inspiring Artist from Alto Tietê/SP in 2019; in Braga (Portugal) and Kingskliff (Australia) 2021. Advisory member of the Brazilian Economy Network, member of the Passarim learning community.

Artista multimídia autodidata. Cantora brasileira con temporadas de espectáculos en Italia y Portugal. Cantante de Jazz Paulistana intérprete de Billie Holiday Tributo. Líder Social do Dia Mundial da Criatividade em Guararema/SP de 2020-2022, premiada en la categoría Escolha dos Líderes como Líder Destaque, y en la categoría Revelação como Cidade Pequeno Porte. Productora cultural especializada en curaduría, creación y producción de eventos artísticos ligados a economía, creación y diversidad desde 1.989. Artista Inspiradora do Alto Tietê/SP em 2019; em Braga (Portugal) y Kingskliff (Austrália) 2021. Membro Consultivo da Rede de Economia Brasil, integrante da comunidade de aprendizagem Passarim.

Dorinho Bastos

dorinhobastos@uol.com.br

Heliodoro Bastos se graduó en Arquitectura por la Universidade Braz Cubas (1974), Maestría (1984) y Doctorado (1992) y Profesor Asociado (2015), en Ciencias de la Comunicación de la Facultad de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo. Desde 1976 es profesor del Curso de Publicidad en la Escola de Comunicações e Artes / ECA-USP. Es profesor en los cursos de posgrado GESTCORP / ECA-USP, Gestión de la Comunicación y Marketing / ECA-USP, en la FIA / Fundação Instituto de Administração, en el INPG / Instituto Nacional de Postgrados y en SUSTENTARE / Escuela de Negocios. Además del área académica, es socio director del estudio Dorinho Bastos Comunicação & Design y dibujante, con trabajos publicados en diversos medios de comunicación, principalmente los vinculados al mercado de Publicidad y Marketing.

Heliodoro Bastos graduated in Architecture from the Universidade Braz Cubas (1974), Master's (1984) and Doctorate (1992) and Associate Professor (2015), in Communication Sciences from the Faculty of Communications and Arts of the University of São Paulo. Since 1976 he has taught the Advertising Course at the Escola de Comunicações e Artes / ECA-USP. He teaches the postgraduate courses GESTCORP / ECA-USP, Communication Management and Marketing / ECA-USP, at FIA / Fundação Instituto de Administração, at INPG / Instituto Nacional de Postgrados and at SUSTENTARE / Business School. In addition to the academic area, he is the managing partner of the Dorinho Bastos Comunicação & Design studio and a cartoonist, with works published in various media, mainly those linked to the Advertising and Marketing market.

Heliodoro Bastos possui graduação em Arquitetura pela Universidade Braz Cubas (1974), mestrado (1984) e doutorado (1992) e Professor Associado (2015) em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Desde 1976 leciona o Curso de Publicidade na Escola de Comunicações e Artes/ECA-USP. Leciona os cursos de pós-graduação GESTCORP/ECA-USP, Gestão da Comunicação e Marketing/ECA-USP, na FIA/Fundação Instituto de Administração, no INPG/Instituto Nacional de Pós-graduação e na SUSTENTARE/Escola de Negócios. Além da área acadêmica, é sócio-diretor do estúdio Dorinho Bastos Comunicação & Design e cartunista, com trabalhos publicados em diversos meios de comunicação, principalmente aqueles ligados ao mercado de Publicidade e Marketing.

Eli Ferreira

eli.ferreira39@usp.br

CV: <http://lattes.cnpq.br/0066350391874541>

Brasileiro, residente em São Paulo (SP). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, Especialização em Teorias da Comunicação; Mestre em Ciências da Comunicação; Doutorando do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Membro do Grupo de Pesquisas (CNPq-UNIP) de Estudos Transdisciplinares das Heranças Africana e Indígena; do Grupo de Estudos Transdisciplinares da Decolonialidade na América Latina e Caribe (USP). Bolsista e Pesquisador CAPES (2022); Pesquisador e Consultor de Cidades MIL da UNESCO; Professor do Ensino Superior e Pós-graduação - Metodologia Científica, Projeto de Pesquisa e Comunicação e Cultura; Direção de Marketing e Planejamento da ONG SOEUAFROBRASILEIRA - SP - 2021; Tese em andamento - Temática: Cultura e Identidades Latino-americanas.

Brazilian, residing in São Paulo (SP). Bachelor of Social Communication - Journalism, Specialization in Communication Theories; Master in Communication Sciences; Doctoral student of the Postgraduate Program in Integration of Latin America (PROLAM-USP). Member of the Research Group (CNPq-UNIP) on Transdisciplinary Studies of African and Indigenous Heritage; of the Group of Transdisciplinary Studies on Decoloniality in Latin America and the Caribbean (USP). CAPES Scholarship Holder and Researcher (2022); UNESCO MIL Cities Researcher and Consultant; Professor of Higher Education and Graduate Studies - Scientific Methodology, Research and Communication and Culture Project; Marketing and Planning Director of the NGO SOEUAFROBRASILEIRA - SP - 2021; Thesis in progress - Theme: Culture and Latin American Identities..

Brasileño, residente en São Paulo (SP). Licenciado en Comunicación Social - Periodismo, Especialización en Teorías de la Comunicación; Maestría en Ciencias de la Comunicación; Estudiante de doctorado del Programa de Posgrado en Integración de América Latina (PROLAM-USP). Miembro del Grupo de Investigación (CNPq-UNIP) sobre Estudios Transdisciplinarios del Patrimonio Africano e Indígena; del Grupo de Estudios Transdisciplinarios sobre la Decolonialidad en América Latina y el Caribe (USP). Becario e Investigador CAPES (2022); Investigador y Consultor de Ciudades MIL de la UNESCO; Profesor de Educación Superior y Posgrado - Metodología Científica, Investigación y Proyecto de Comunicación y Cultura; Director de Marketing y Planificación de la ONG SOEUAFROBRASILEIRA - SP - 2021; Tesis en curso - Tema: Cultura e Identidades Latinoamericanas.

Emmanuel Komi Kounakou,

kounakou@pafeme.ca

Canadian of Togolese origin, Mr. Emmanuel Komi Kounakou holds a master's degree in digital administration of cities and territories and a doctoral degree in information and communication sciences (France) specializing in media and information literacy for children and young people. In 2019, he launched the NPO "Platform of actions and training in media and information literacy for children - PAFEME" which he leads as international director of development and partnership. Since 2019, Komi has been part of UNESCO's MIL Alliance and collaborates with Professor Felipe Chibás Ortiz in the African and Canadian chapter of UNESCO's MILCities Initiative. In addition, Komi is a lecturer in communication and organizes various international conferences with universities and communities on the social issues of a critical, responsible, and ethical use of digital tools and devices.

Canadiense de origen togolés, el Sr. Emmanuel Komi Kounakou tiene una maestría en administración digital de ciudades y territorios y un doctorado en ciencias de la información y la comunicación (Francia) con especialización en alfabetización mediática e informacional para niños y jóvenes. En 2019, lanzó la NPO "Plataforma de acciones y formación en alfabetización mediática e informacional para niños - PAFEME" que lidera como director internacional de desarrollo y asociación. Desde 2019, Komi forma parte de la Alianza MIL de la UNESCO y colabora con el profesor Felipe Chibás Ortiz en el capítulo africano y canadiense de la Iniciativa MILCities de la UNESCO. Además, Komi es conferencista en comunicación y organiza varias conferencias internacionales con universidades y comunidades sobre los problemas sociales de un uso crítico, responsable y ético de herramientas y dispositivos digitales.

Canadense de origem togolesa, o Sr. Emmanuel Komi Kounakou possui mestrado em administração digital de cidades e territórios e doutorado em ciências da informação e comunicação (França) especializado em alfabetização midiática e informacional para crianças e jovens. Em 2019, lançou a NPO "Plataforma de ações e formação em literacia mediática e informacional para crianças - PAFEME" que lidera como diretor internacional de desenvolvimento e parceria. Desde 2019, Komi faz parte da Aliança MIL da UNESCO e colabora com o professor Felipe Chibás Ortiz no capítulo africano e canadense da Iniciativa MILCities da UNESCO. Além disso, Komi é palestrante em comunicação e organiza várias conferências internacionais com universidades e comunidades sobre as questões sociais do uso crítico, responsável e ético de ferramentas e dispositivos digitais.

Felipe Chibás Ortiz

chibas_f@yahoo.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5506-4560>

Dr. Felipe Chibás Ortiz é Professor livre docente pela Universidade de São Paulo, ministrando a disciplina *stricto sensu* Cidades MIL (Media and Information Literacy) no PROLAM (Programa de Integração Latino-americana). Coordenador do curso MOOC Cidades MIL ou MIL Cities e do grupo de pesquisa CRIACOMC. Representante do Comitê Regional para América Latina e Caribe da UNESCO MIL ALLIANCE, Co-líder da iniciativa UNESCO Gown and Town (MIL Cities). Consultor de Alfabetização Mediática e Informacional do Escritório Regional para a América Latina e Caribe de UNESCO em Montevideo, Uruguai. Membro do comitê organizador do Global MIL Week de 2020 a 2002 e palestrante nesse evento nas edições de 2016 a 2022. Palestrante nos eventos mundiais World Urban Forum 11 da ONU e World Press Freedom Day de UNESCO (2022). Autor e organizador de 29 livros publicados em várias línguas e diversos países, entre os que destaca DAS CIDADES INTELIGENTES AS CIDADES MIL, Métricas inspiradas na visão da UNESCO, com autores de capítulos dos 5 continentes. Autor das metodologias Ciclo do Marketing Digital, e 20 Barreiras Culturais à Comunicação e 5 Dimensões de Criatividade. É um dos autores do aplicativo MIL City Metrics. Entrevistador no programa de TV Web Mulheres MIL.

Dr. Felipe Chibás Ortiz is an associate professor at the University of São Paulo, teaching the discipline *stricto sensu* Cities MIL (Media and Information Literacy) at PROLAM (Program for Latin American Integration). Coordinator of the MOOC Cities MIL or MIL Cities course and the CRIACOMC research group. Representative of the UNESCO Regional Committee for Latin America and the Caribbean MIL ALLIANCE, Co-leader of the UNESCO Gown and Town (MIL Cities) initiative. Media and Information Literacy Consultant at the UNESCO Regional Office for Latin America and the Caribbean in Montevideo, Uruguay. Member of the organizing committee of the Global MIL Week from 2020 to 2002 and speaker at this event in the editions from 2016 to 2022. Speaker at the world events World Urban Forum 11 of the UN and World Press Freedom Day of UNESCO (2022). Author and organizer of 29 books published in several languages and different countries, among which he highlights FROM SMART CITIES TO THOUSAND CITIES, Metrics inspired by UNESCO's vision, with chapter authors from 5 continents. Author of the Digital Marketing Cycle methodologies, and 20 Cultural Barriers to Communication

and 5 Dimensions of Creativity. He is one of the authors of the MIL City Metrics application. Interviewer on the TV show Web Mulheres MIL.

Dr. Felipe Chibás Ortiz es profesor libre docente de la Universidad de São Paulo, enseñando la disciplina Ciudades MIL (Alfabetización Mediática e Informacional) stricto sensu en PROLAM (Programa para la Integración Latinoamericana). Coordinador del curso MOOC Cities MIL o MIL Cities y del grupo de investigación CRIACOMC. Representante del Comité Regional de la UNESCO para América Latina y el Caribe MIL ALLIANCE, Co-líder de la iniciativa UNESCO Gown and Town (MIL Cities). Consultor en Alfabetización Mediática e Informacional en la Oficina Regional de la UNESCO para América Latina y el Caribe en Montevideo, Uruguay. Miembro del comité organizador de la Semana Global MIL de 2020 a 2022 y ponente en este evento en las ediciones de 2016 a 2022. Ponente en los eventos mundiales Foro Urbano Mundial 11 de la ONU y Día Mundial de la Libertad de Prensa de la UNESCO (2022). Autor y organizador de 29 libros publicados en varios idiomas y diferentes países, entre los que destaca DE LAS CIUDADES INTELIGENTES A LAS MIL CIUDADES, Métricas inspiradas en la visión de la UNESCO, con autores de capítulos de los 5 continentes. Autor de las metodologías del Ciclo de Marketing Digital, 20 Barreras Culturales a la Comunicación y 5 Dimensiones de la Creatividad. Es uno de los autores de la aplicación MIL City Metrics. Entrevistador en el programa de televisión Web Mulheres MIL.

Guido Marco Brem

guidmarco@gmail.com

CV: <https://lattes.cnpq.br/4384778908208329>

Natural da Suíça. Graduado em Turismo e Literatura (Suíça); Mestre em Teologia; Especialização e Aperfeiçoamento em Psicologia e Webmaster. Atuou durante 2 anos como Diretor Cultural na Casa Alemanha-Brasil (Brasília - DF). Realizou diversos cursos nas áreas de Cultura e Turismo, Creative Leadership Profissional de World Creativity Day. Palestrante e Consultor de boas práticas em Cidades MIL de UNESCO. Palestrante e participante da Disciplina Diversidade e Ética do Cuidado no Paradigma Cidades MIL de UNESCO 2021 e 2022. Há dez anos se destaca atuando como responsável pelas Pastas de Turismo, Cultura e Relações Internacionais na Prefeitura de Aparecida de Goiânia. Idealizador, desenvolvedor e gestor de diversos projetos em Turismo, Cultura e Economia Criativa.

Natural from Switzerland. Graduated in Tourism and Literature (Switzerland); Master in Theology; Specialization and Improvement in Psychology and Webmaster. He worked for 2 years as Cultural Director at Casa Germany-Brasil (Brasilia - DF). He took several courses in the areas of Culture and Tourism, Creative Leadership Professional of World Creativity Day. Speaker and Consultant on good practices in UNESCO MIL Cities. Speaker and participant in the Discipline Diversity and Ethics of Care in the UNESCO MIL Cities Paradigm 2021 and 2022. For ten years, he has been in charge of the Tourism, Culture and International Relations Departments at the City Hall of Aparecida de Goiânia. Creator, developer and manager of several projects in Tourism, Culture and Creative Economy.

Natural de Suíza. Licenciada en Turismo y Literatura (Suíza); Maestría en Teología; Especialización y Perfeccionamiento en Psicología y Webmaster. Trabajó durante 2 años como Director Cultural en Casa Alemania-Brasil (Brasilia - DF). Realizó varios cursos en las áreas de Cultura y Turismo, Profesional de Liderazgo Creativo del Día Mundial de la Creatividad. Ponente y Consultora sobre buenas prácticas en Ciudades UNESCO MIL. Ponente y participante de la Disciplina Diversidad y Ética del Cuidado en el Paradigma de Ciudades MIL de la UNESCO 2021 y 2022. Hace diez años, está a cargo de los Departamentos de Turismo, Cultura y Relaciones Internacionales de la Municipalidad de Aparecida de Goiânia. Creador, desarrollador y gestor de varios proyectos en Turismo, Cultura y Economía Creativa.

Jesús Enrique García Rivero

jegrivero@me.com

Comunicador pela Universidad del Tepeyac, possui ampla experiência em áreas como a produção editorial, radiofônica e o jornalismo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), sua pesquisa versa sobre práticas jornalísticas emancipatórias na América Latina, a partir de temas como o combate às fake news, a infodemia, o discurso de ódio e o contorno de barreiras culturais. Foi Coordenador de Conteúdo no Governo da Cidade do México produzindo campanhas sobre cultura, educação, ciência, saúde, segurança, dentre outras. Integra o Grupo de Estudos sobre Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing, coordenado pelo professor doutor Felipe Chibás Ortiz, livre docente pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo.

Comunicador de la Universidad del Tepeyac, cuenta con amplia experiencia en áreas como editorial, radiofónica y periodística. Estudiante de maestría en el Programa de Posgrado Interunidades en Integración de América Latina - (PROLAM) de la Universidad de São Paulo (USP), su investigación aborda las prácticas periodísticas emancipatorias en América Latina, a partir de temas como la lucha contra las noticias falsas, la infodemia, discurso de odio y el contorno de las barreras culturales. Fue Coordinador de Contenidos en el Gobierno de la Ciudad de México, produciendo campañas sobre cultura, educación, ciencia, salud, seguridad, entre otros. Forma parte del Grupo de Estudios sobre Creatividad, Innovación, Comunicación y Marketing, coordinado por el profesor Felipe Chibás Ortiz, profesor de la Escuela de Comunicaciones y Artes (ECA) de la Universidad de São Paulo.

Communicator from the Universidad del Tepeyac, he has extensive experience in areas such as editorial, radio and journalism. Master's student at the Interunits Postgraduate Program in Integration of Latin America - (PROLAM) at the University of São Paulo (USP), his research deals with emancipatory journalistic practices in Latin America, from topics such as the fight against fake news, the infodemic, hate speech and the contour of cultural barriers. He was Content Coordinator at the Government of Mexico City, producing campaigns on culture, education, science, health, safety, among others. He is part of the Study Group on Creativity, Innovation, Communication and Marketing, coordinated by Professor Felipe Chibás Ortiz, professor at the School of Communications and Arts (ECA) of the University of São Paulo.

Karin Milani Zottis:

karinmzt@yahoo.com.br

Pedagogue, Psychologist, Psychoanalytic Psychotherapist, Postgraduate in Pedagogical Coordination; Vice-President BPW Bento Gonçalves - RS; Coordinator National Education Committee - BPW Brazil; member of the research groups Toth CRIARCOM-ECA-USP and of the IEPP - Institute for Teaching and Research in Psychotherapy; member of the UNESCO MIL Alliance Latin America and Caribbean Committee; Coordinator of the Brazil Chapter of UNESCO MIL Alliance; worked at the Municipal Education Department of Bento Gonçalves, 16th CRE - Regional Education Coordination, in B. Gonçalves; business, trade and volunteer work in Lions, Volunteer Partners, IEPP, UNESCO and local newspapers. Articles published in scientific journals and participation as a speaker in various events. x

Pedagoga, Psicóloga, Psicoterapeuta Psicoanalítica, Postgraduada en Coordinación Pedagógica; Vicepresidente BPW Bento Gonçalves - RS; Coordinadora Comité Nacional de Educación - BPW Brasil; miembro de los grupos de investigación Toth CRIARCOM-ECA-USP y del IEPP - Instituto de Enseñanza e Investigación en Psicoterapia; miembro del Comité de América Latina y el Caribe de la Alianza MIL de la UNESCO; Coordinador del Capítulo Brasil de la Alianza UNESCO MIL; trabajó en la Secretaría Municipal de Educación de Bento Gonçalves, 16ª CRE - Coordinación Regional de Educación, en B. Gonçalves; negocios, comercio y trabajo voluntario en Leones, Socios Voluntarios, IEPP, UNESCO y periódicos locales. Artículos publicados en revistas científicas y participación como ponente en diversos eventos.

Pedagoga, Psicóloga, Psicoterapeuta de Orientação Psicanalítica, Pós-Graduada em Coordenação Pedagógica; Vice-Presidente BPW Bento Gonçalves - RS; Coordenadora Comitê Nacional Educação - BPW Brasil; integrante dos grupos de pesquisa Toth CRIARCOM- ECA-USP e do IEPP - Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia; membro do Comitê UNESCO MIL Alliance América Latina e Caribe; Coordenadora do Capítulo Brasil da UNESCO MIL Alliance; atuou na Secretaria Municipal de Educação de Bento Gonçalves, 16ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação, em B. Gonçalves; empresas, comércio e trabalho voluntário em Lions, Parceiros Voluntários, IEPP, UNESCO e jornais locais. Artigos publicados em revistas científicas e participações como palestrante em vários eventos.

Júlio César Suzuki

jcsuzuki@usp.br

ORCID 0000-0001-7499-3242

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004), graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002) e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2021). Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.

He holds a degree in Geography from the Federal University of Mato Grosso (1992), a degree in Literature from the Federal University of Paraná (2004), a degree in Chemistry from the Federal Institute of São Paulo (2021), a Master's degree in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo (1997), PhD in Geography (Human Geography) from the University of São Paulo (2002) and Free Teaching, in Political, Social and Economic Foundations of Geography from the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo (2021). He is currently an Associate Professor at the University of São Paulo and at the Graduate Program (Master's and Doctorate) in Latin American Integration (PROLAM/USP). Has experience in Geography, with emphasis on Human Geography, working mainly on the following subjects: Agriculture, Urbanization, Geography and Literature and Theory and Method.

Licenciado en Geografía por la Universidad Federal de Mato Grosso (1992), Licenciado en Letras por la Universidad Federal de Paraná (2004), Licenciado en Química por el Instituto Federal de São Paulo (2021), Magíster en Geografía (Geografía Humana) de la Universidad de São Paulo (1997), Doctorado en Geografía (Geografía Humana) de la Universidad de São Paulo (2002) y Docencia Libre, en Fundamentos Políticos, Sociales y Económicos de la Geografía de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (2021). Actualmente es Profesor Asociado de la Universidad de São Paulo y del Programa de Posgrado (Maestría y Doctorado) en Integración Latinoamericana (PROLAM/USP). Tiene experiencia en Geografía, con énfasis en Geografía Humana, trabajando principalmente en las siguientes materias: Agricultura, Urbanización, Geografía y Literatura y Teoría y Método.

Leila Bijos

leilabijos@gmail.com

Doutora em Sociologia do Desenvolvimento e Mestre em Relações Internacionais, com ênfase em Cooperação Técnica Internacional pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente Professora Colaboradora nos Programas de Pós-Graduação: Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da UFPB e Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) da UnB. Estágio Pós-Doutoral em Criminologia e Sociologia na Saint Marys University (2015-2016), e em Economia e Política Internacional (2007-2008). Funcionária civil internacional das Nações Unidas (1985-2009). Professora na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB, 2000-2017). Professora Visitante, Consultora e Analista de Estudos Geoestratégicos, Coordenadora de Pesquisa do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx - 2018-2019).

PhD in Development Sociology and Master in International Relations, with emphasis on International Technical Cooperation from the University of Brasília (UnB). Currently Collaborating Professor in the Postgraduate Programs: Political Science and International Relations (PPGCPRI) at UFPB and Intellectual Property and Technology Transfer for Innovation (PROFNIT) at UnB. Post-Doctoral Internship in Criminology and Sociology at Saint Marys University (2015-2016), and in International Economics and Politics (2007-2008). International civil servant of the United Nations (1985-2009). Professor at the Undergraduate and Graduate Programs at the Catholic University of Brasília (UCB, 2000-2017). Visiting Professor, Consultant and Analyst of Geostrategic Studies, Research Coordinator of the Center for Strategic Studies of the Army (CEEEEx - 2018-2019).

Doctora en Sociología del Desarrollo y Maestría en Relaciones Internacionales, con énfasis en Cooperación Técnica Internacional por la Universidad de Brasilia (UnB). Actualmente Profesor Colaborador en los Programas de Posgrado: Ciencia Política y Relaciones Internacionales (PPGCPRI) de la UFPB y Propiedad Intelectual y Transferencia de Tecnología para la Innovación (PROFNIT) de la UnB. Pasantía Postdoctoral en Criminología y Sociología en Saint Marys University (2015-2016), y en Economía y Política Internacional (2007-2008). Funcionario internacional de las Naciones Unidas (1985-2009). Profesor de los Programas de Graduación y Posgrado de la Universidad Católica de Brasilia (UCB, 2000-2017). Profesor Visitante, Consultor y Analista de Estudios Geoestratégicos, Coordinador de Investigaciones del Centro de Estudios Estratégicos del Ejército (CEEEEx - 2018-2019).

Linda S. Pagani

linda.s.pagani@umontreal.ca

Author biosketch: Linda S. Pagani is both a registered nurse (1984- and registered psychologist (1991-) with ongoing clinical training and experience in both fields. She earned an undergraduate degree at Concordia University (Psychology and Education, 1986-1989) and a Doctoral degree at McGill University (Educational Psychology, 1991-1993). Afterwards, she pursued a postdoctoral fellowship in child development at the Research Unit on Children's Psycho-Social Maladjustment of the Université de Montréal with renowned experts in developmental psychopathology. In 1994, she became a faculty member at the École de Psychoéducation of the Université de Montréal and has also held a Researcher position at the Centre de Recherche du CHU-Mère-Enfant Ste-Justine Research Center, under the auspices of the Faculty of Medicine of the Université de Montréal. Her prospective-longitudinal work aims to examine childhood characteristics (physical activity, family environments, screen and eating habits) that ultimately influence bio-psycho-social development and public health.

Biosketch de la autora: Linda S. Pagani es enfermera registrada (1984- y psicóloga registrada (1991-) con capacitación clínica continua y experiencia en ambos campos. Obtuvo una licenciatura en la Universidad de Concordia (Psicología y Educación, 1986-1989) y obtuvo un doctorado en la Universidad McGill (Psicología Educativa, 1991-1993). Posteriormente, realizó una beca posdoctoral en desarrollo infantil en la Unidad de Investigación sobre Desajuste Psicosocial Infantil de la Université de Montréal con reconocidos expertos en psicopatología del desarrollo. En 1994, se convirtió en miembro de la facultad en la École de Psychoéducation de la Université de Montréal y también ocupó un puesto de investigador en el Centre de Recherche du CHU-Mère-Enfant Ste-Justine Research Center, bajo los auspicios de la Facultad de Medicina de la Université de Montréal. Su trabajo prospectivo-longitudinal tiene como objetivo examinar las características de la infancia (actividad física, entornos familiares, pantalla y hábitos alimentarios) que en última instancia, influir en el desarrollo bio-psico-social y la salud pública.

Biografia da autora: Linda S. Pagani é enfermeira registrada (1984- e psicóloga registrada (1991-) com treinamento clínico contínuo e experiência em ambos os campos. Ela obteve um diploma de graduação na Concordia University (Psicologia e Educação, 1986-1989) e Doutorado pela McGill University (Psicologia Educacional, 1991-1993) e pós-

doutorado em desenvolvimento infantil na Unidade de Pesquisa em Desajustamento Psicossocial Infantil da Université de Montréal com renomados especialistas em psicopatologia do desenvolvimento. Em 1994, tornou-se membro do corpo docente da École de Psychoéducation da Université de Montréal e também ocupou o cargo de pesquisadora no Centre de Recherche du CHU-Mère-Enfant Ste-Justine Research Center, sob os auspícios da Faculdade de Medicina da Université de Montreal. Seu trabalho prospectivo-longitudinal visa examinar as características da infância (atividade física, ambientes familiares, tela e hábitos alimentares) que t em última análise, influenciar o desenvolvimento biopsicossocial e a saúde pública.

Luciane Kadomoto

kadomotoluciane@gmail.com

Luciane Midori Kadomoto Bezerra, bacharel em Psicologia, pós-graduada em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual. Docente, multiplicadora de Diversidade e Inclusão no Senac SP, convidada para reformular curso destinado para processo de inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual, assim como palestrar na feira Reatech. Voluntária do Espaço da Cidadania e de algumas ações do Ministério Público do Trabalho SP. Participou de projetos e eventos para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência para Prefeitura de Jundiaí (2014/2018)."

Luciane Midori Kadomoto Bezerra, BA in Psychology, postgraduate in Inclusive Education and Intellectual Disability. Teacher, Diversity and Inclusion multiplier at Senac SP, invited to reformulate a course aimed at the inclusion process of young people and adults with intellectual disabilities, as well as to speak at the Reatech fair. Volunteer of the Citizenship Space and some actions of the Public Ministry of Labor SP. Participated in projects and events to favor the inclusion of people with disabilities for Jundiaí City Hall (2014/2018)."

Luciane Midori Kadomoto Bezerra, Licenciada en Psicología, posgrado en Educación Inclusiva y Discapacidad Intelectual. Docente, multiplicadora de Diversidad e Inclusión del Senac SP, invitada a reformular un curso dirigido al proceso de inclusión de jóvenes y adultos con discapacidad intelectual, así como a disertar en la feria Reatech. Voluntariado del Espacio Ciudadano y algunas acciones del Ministerio Público del Trabajo SP. Participó en proyectos y eventos para favorecer la inclusión de personas con discapacidad para el Ayuntamiento de Jundiaí (2014/2018)."

Marciel Consani

mconsani@usp.br

Marciel Consani é Doutor em Ciência da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP, com pós-doutorado junto ao Instituto de Artes da UNICAMP. É professor da Licenciatura em Educomunicação do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP, ministrando as disciplinas envolvendo produção midiática e audiovisual. Também leciona no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação (PPGCOM) na mesma universidade.

Marciel Consani holds a PhD in Communication Science from the School of Communications and Arts at USP, with a post-doctorate at the Institute of Arts at UNICAMP. He is a professor of the Degree in Educommunication at the Department of Communication and Arts at ECA/USP, teaching subjects involving media and audiovisual production. He also teaches at the Graduate Program in Communication Science (PPGCOM) at the same university.

Marciel Consani es Doctor en Ciencias de la Comunicación por la Facultad de Comunicación y Artes de la USP, con posdoctorado en el Instituto de Artes de la UNICAMP. Es profesor de la Licenciatura en Educomunicación del Departamento de Comunicación y Artes de la ECA/USP, enseñando materias relacionadas con los medios y la producción audiovisual. También enseña en el Programa de Posgrado en Ciencias de la Comunicación (PPGCOM) de la misma universidad.

Marcio da Costa Pereira

marcio.cp@academico.ufs.br

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (FEBASP, 1987), mestrado em Tecnologia da Edificação e da Urbanização, com o tema Habitação e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2004) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU USP, 2012) desenvolvendo pesquisa sobre Habitação de Interesse Social e Certificação Ambiental. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do PROLAM USP e dos grupos de pesquisa TECNOLOGIAS EM ARQUITETURA e URBANISMO (DAU UFS) e TERRITÓRIOS URBANOS (DAU UFS). Desenvolve estudos e pesquisas sobre temas como habitação de interesse social, habitabilidade, cidades inteligentes e cidades MIL (Media and Information Literacy).

He holds a degree in Architecture and Urbanism from the Faculty of Fine Arts of São Paulo (FEBASP, 1987), a master's degree in Building and Urbanization Technology, with the theme Housing and Environment from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS, 2004) and PhD in Architecture and Urbanism from the University of São Paulo (FAU USP, 2012) developing research on Social Interest Housing and Environmental Certification. He is currently an adjunct professor at the Federal University of Sergipe, researcher at PROLAM USP and at the research groups TECHNOLOGIES IN ARCHITECTURE and URBANISM (DAU UFS) and URBAN TERRITORIES (DAU UFS). It develops studies and research on topics such as social housing, livability, smart cities and MIL cities (Media and Information Literacy).

Es licenciado en Arquitectura y Urbanismo por la Facultad de Bellas Artes de São Paulo (FEBASP, 1987), maestría en Tecnología de la Edificación y Urbanización, con el tema Vivienda y Medio Ambiente por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS, 2004) y Doctora en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad de São Paulo (FAU USP, 2012) desarrollando investigaciones sobre Vivienda de Interés Social y Certificación Ambiental. Actualmente es profesor adjunto de la Universidad Federal de Sergipe, investigador del PROLAM USP y de los grupos de investigación TECNOLOGÍAS EN ARQUITECTURA y URBANISMO (DAU UFS) y TERRITÓRIOS URBANOS (DAU UFS). Desarrolla estudios e investigaciones en temas como vivienda social, habitabilidad, ciudades inteligentes y ciudades MIL (Media and Information Literacy).

Miguel Ángel Pérez Álvarez

maperez323@gmail.com; mapa@unam.mx

Miguel Ángel Pérez Álvarez es maestro en Filosofía por la UNAM, tiene 42 años de experiencia docente. Se desempeña como profesor en la UNAM desde 1990. Ha ocupado diversos cargos académico-administrativos en la UNAM e instituciones privadas de educación superior. Su producción intelectual se enfoca en el uso de nuevas tecnologías en la educación, específicamente en la mediación tecnológica del aprendizaje (desarrollo de habilidades metacognitivas y del criterio ético) Ha publicado seis libros y decenas de artículos y ha presentado más de treinta trabajos en congresos y seminarios nacionales e internacionales como key speaker.

Miguel Ángel Pérez Álvarez is a professor in Philosophy from UNAM, he has 42 years of teaching experience. He has been a professor at UNAM since 1990. He has held various academic-administrative positions at UNAM and private higher education institutions. His intellectual production focuses on the use of new technologies in education, specifically in the technological mediation of learning (development of metacognitive skills and ethical criteria) He has published six books and dozens of articles and has presented more than thirty papers at conferences and national and international seminars as key speaker.

Miguel Ángel Pérez Álvarez é professor de Filosofia da UNAM, tem 42 anos de experiência docente. É professor da UNAM desde 1990. Ocupou diversos cargos acadêmico-administrativos na UNAM e em instituições privadas de ensino superior. Sua produção intelectual se concentra no uso das novas tecnologias na educação, especificamente na mediação tecnológica da aprendizagem (desenvolvimento de habilidades metacognitivas e critérios éticos). seminários internacionais como orador principal.

Nicolás Bernardo

nicolas.bernardo@defensadelpublico.gob.ar

Jefe del Departamento de Promoción de la Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual (Argentina). Magister en Ciencias Sociales y Humanidades y Licenciado en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Doctorando en Comunicación en la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Docente de la asignatura Estudios de la Comunicación en América Latina, de la Licenciatura en periodismo y Comunicación Social de la UNLP, y de la materia Comunicación y Procesos Políticos en América Latina, de la Tecnicatura en Gestión de Medios Comunitarios de la UNQ. Especialista en temáticas vinculadas a medios públicos educativos y políticas de comunicación.

Head of the Promotion Department of the Public Defender of Audiovisual Communication Services (Argentina). Master in Social Sciences and Humanities and Bachelor in Social Communication from the National University of Quilmes (UNQ). Doctorate in Communication at the Faculty of Journalism and Social Communication of the National University of La Plata (UNLP). Professor of the subject Communication Studies in Latin America, of the Bachelor of Journalism and Social Communication of the UNLP, and of the subject of Communication and Political Processes in Latin America, of the Technician in Community Media Management of the UNQ. Specialist in issues related to public educational media and communication policies.

Chefe do Departamento de Promoção da Defensoria Pública dos Serviços de Comunicação Audiovisual (Argentina). Mestre em Ciências Sociais e Humanas e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Nacional de Quilmes (UNQ). Doutor em Comunicação pela Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Professor da disciplina Estudos de Comunicação na América Latina, do Bacharelado em Jornalismo e Comunicação Social da UNLP, e da disciplina de Comunicação e Processos Políticos na América Latina, do Técnico em Gestão de Mídias Comunitárias da UNQ. Especialista em questões relacionadas à mídia educacional pública e políticas de comunicação

Paz Rodríguez del Rincón

luzenlafinestra@gmail.com

Profesora en Universidad de Sao Paulo, Posgrado: diversidades pos-humanas y ética del cuidado en el paradigma de Ciudades MIL de UNESCO. Participante en Toth-Criarcom en el proyecto Ciudades MIL con apoyo de UNESCO. Profesora en UNED, Universidad Nacional de Educación a Distancia, España en la intervención de la diversidad funcional. Creadora de Luz en la Finestra asociación para la transformación e innovación de la diversidad funcional: conferencias e intervención familiar e individual de la diversidad infantil y adulta. Educadora social para distintos servicios públicos entre ellos, residencias de menores y atención primaria de servicios sociales de comunidades como Madrid y Cataluña.

Professor at the University of Sao Paulo, Postgraduate Post-human diversity and ethics of care in the paradigm of UNESCO MIL Cities. Participant in Toth-Criarcom in the MIL Cities project with the support of UNESCO. Professor at UNED, National University of Distance Education, Spain in the intervention of functional diversity. Creator of Light in the Finestra association for the transformation and innovation of functional diversity: conferences and family and individual intervention of child and adult diversity. Social educator for different public services, including residences for minors and primary care of social services in communities such as Madrid and Catalonia.

Professora da Universidade de São Paulo, Pós-graduação Diversidade humana e ética do cuidado no paradigma das Cidades MIL da UNESCO. Participante do Toth-Criarcom no projeto MIL Cities com apoio da UNESCO. Professora da UNED, Universidade Nacional de Educação a Distância, Espanha na intervenção da diversidade funcional. Criadora da Liz na associação Finestra para a transformação e inovação da diversidade funcional: conferências e intervenção familiar e individual da diversidade infantil e adulta. Educadora social para diferentes serviços públicos, incluindo residências para menores e atenção primária de serviços sociais em comunidades como Madri e Catalunha.

Rachel Fischer

rachel@3consulting.org

She is the Co-Founder, Researcher and Ethics Practitioner at 3Consulting with collaborations with entities ranging from academic institutions, civil society organisations as well as intergovernmental entities. She is also a social activist, working for the Organisation Undoing Tax Abuse (OUTA). Here her activities predominantly focus on research in the public governance domain, gender equality, and parliamentary engagement, all to achieve effective oversight and social justice. As an Information Ethicist her roles include being on the Advisory Board of the International Centre for Information Ethics (ICIE). She seeks to represent the Global South by championing inclusivity, media and information literacy, and promoting the UNESCO IFAP objectives.

Cofundadora, investigadora y practicante de ética en 3Consulting con colaboraciones con entidades que van desde instituciones académicas, organizaciones de la sociedad civil y entidades intergubernamentales. También es activista social y trabaja para la Organización para Deshacer el Abuso Fiscal (OUTA). Aquí, sus actividades se centran predominantemente en la investigación en el dominio de la gobernanza pública, la igualdad de género y el compromiso parlamentario, todo para lograr una supervisión efectiva y la justicia social. Como especialista en ética de la información, sus roles incluyen estar en el Consejo Asesora del Centro Internacional para la Ética de la Información (ICIE). Ella busca representar al Sur Global defendiendo la inclusión, la alfabetización mediática e informacional, y promoviendo los objetivos de la FIPA de la UNESCO.

Cofundadora, pesquisadora e praticante de ética na 3Consulting com colaborações com entidades que vão desde instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e entidades intergovernamentais. Ela também é ativista social e trabalha para a Organização para Desfazer o Abuso Fiscal (OUTA). Aqui, suas atividades se concentram predominantemente na pesquisa no domínio da governança pública, igualdade de gênero e engajamento parlamentar, tudo para alcançar uma supervisão efetiva e justiça social. Como especialista em ética da informação, suas funções incluem estar no Conselho Consultivo do Centro Internacional de Ética da Informação (ICIE). Ela busca representar o Sul Global defendendo a inclusão, a alfabetização midiática e informacional e promovendo os objetivos do IFAP da UNESCO.

Ronilda Iyakemi Ribeiro

iyakemi@usp.br

Etnopsicóloga. Doutora em Psicologia (USP) e em Antropologia da África Negra (USP). Docente-pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (USP). Principais temas de interesse: Herança Africana, Cultura e Religião Iorubás, Diálogo Psicologia e Religião, Diálogo Inter-religioso, Cidades MIL (UNESCO). Coordena o GP (CNPq-UNIP) Estudos Transdisciplinares das Heranças Africana e Indígena. Integra os seguintes coletivos: Fórum Inter-religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença (Secretaria da Justiça e Cidadania de São Paulo); Grupo de Trabalho Etnopsicologia, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Ialorixá da Religião Tradicional Iorubá.

Ronilda Iyakemi Ribeiro's Curriculum

Ethnopsychologist. PhD in Psychology and Anthropology of Black Africa (University of Sao Paulo - USP). Professor Senior and Researcher of the Instituto of Psychology and the Post- Graduate Program in Integration of Latin America (USP). Main topics of interest: African Heritage, Yoruba Culture and Religion, Psychology and Religion Dialogue, Interreligious Dialogue, Mil Cities (UNESCO). Coordinator of the Research Group Transdisciplinary Studies of African and Indigenous Heritage. Member of the following collectives: Interreligious Forum for a Culture of Peace and Freedom of Belief (Secretariat of Justice and Citizenship of São Paulo); Ethnopsychology Working Group (National Association of Research and Post-Graduate Studies in Psychology (ANPEPP). Iyalorisha of the Traditional Yoruba Religion.

Ronilda Iyakemi Ribeiro

Etnopsicóloga. Doctor en Psicología y Antropología de África Negra ((Universidad de São Paulo - USP). Profesor Senior y Investigadora del Instituto de Psicología y del Programa de Posgrado en Integración de América Latina (USP). Principales temas de interés: Patrimonio Africano, Cultura y Religión Yoruba, Diálogo de Psicología y Religión, Diálogo Interreligioso, Ciudades MIL (UNESCO). Coordina el Grupo de Estudios Transdisciplinarios de la Herencia Africana e Indígena en Brazil. Integra los siguientes colectivos: Foro Interreligioso para una Cultura de Paz y Libertad de Creencias (Secretaría de Justicia y Ciudadanía de São Paulo); Grupo de Trabajo de Etnopsicología (Asociación Nacional de Investigación y Estudios de Posgrado en Psicología (ANPEPP). Iyalorisha de la Religión Tradicional Yoruba.

Santiago Tejedor

santiago.tejedor@uab.cat

Santiago Tejedor es profesor y director del Departamento de Periodismo y Ciencias de la Comunicación de la Universidad Autónoma de Barcelona (España) donde enseña, aprende e investiga. Coordina el Gabinete de Comunicación y Educación, grupo de investigación reconocido y consolidado. Es co-director del Máster en Periodismo de Viajes UAB y del Máster en Comunicación y Educación de la UAB. Es fundador del portal Tu Aventura y coordina la Expedición Tahina-Can que cada año recorre el mundo con universitarios. Es autor de más de 100 artículos, libros y capítulos de libro sobre comunicación, educación e internet. Doctor en Periodismo por la UAB y Doctor en Ingeniería de Proyectos por la Universidad Politécnica de Cataluña, ha sido galardonado con el Premio Netreporter como "Mejor Periodista Digital" y con el Premio Tiramilles. Posee el título honorífico "Egregius Educator", otorgado por el Consejo Superior de Dirección de la Universidad de Ciencias Comerciales (UCC) de Managua (Nicaragua). Posee el reconocimiento como "Visitante distinguido" de la Universidad Tecnológica de Honduras.

Santiago Tejedor is professor and director of the Department of Journalism and Communication Sciences at the Autonomous University of Barcelona (Spain) where he teaches, learns and researches. Coordinates the Gabinete de Comunicación y Educación, a recognized and consolidated research group. He is co-director of the Master in Periodismo de Viajes UAB and of the Master in Comunicación y Educación de la UAB. He is the founder of the portal Tu Aventura and coordinates the Expedición Tahina-Can that every year travels around the world with university students. He is the author of more than 100 articles, books and book chapters on communication, education and the internet. Doctor in Periodismo by the UAB and Doctor in Engineering of Projects by the Polytechnic University of Catalonia, he has been awarded with the Netreporter Award as "Best Digital Journalist" and with the Tiramilles Award. Posses the honorary title "Egregius Educator", granted by the Superior Council of Direction of the University of Commercial Sciences (UCC) of Managua (Nicaragua). Poses the recognition as "Distinguished Visitor" of the Technological University of Honduras.

Santiago Tejedor es profesor y director del Departamento de Periodismo y Ciencias de la Comunicación de la Universidad Autónoma de Barcelona (España) donde enseña, aprende e investiga. Coordina el Gabinete de Comunicación y Educación, grupo de investigación reconocido y

consolidado. Es codirector del Máster en Periodismo de Viajes UAB y del Máster en Comunicación y Educación de la UAB. Es el fundador del portal Tu Aventura y coordina la Expedición Tahina-Can que todos los años da la vuelta al mundo con universitarios. Es autor de más de 100 artículos, libros y capítulos de libros sobre comunicación, educación e internet. Doctor en Periodismo por la UAB y Doctor en Ingeniería de Proyectos por la Universidad Politécnica de Cataluña, ha sido galardonado con el Premio Netreporter como "Mejor Periodista Digital" y con el Premio Tiramilles. Posee el título honorífico "Egregius Educador", otorgado por el Consejo Superior de Dirección de la Universidad de Ciencias Comerciales (UCC) de Managua (Nicaragua). Posee el reconocimiento como "Visitante Distinguido" de la Universidad Tecnológica de Honduras.

Sebastian Novomisky

sebastian.novomisky@defensadelpublico.gob.ar

Es Doctor en Comunicación, Magíster en Planificación y Gestión de Procesos Comunicacionales y Licenciado en Comunicación Social por la Universidad Nacional de La Plata. Experto en Comunicación, Tecnologías y Educación. Docente de grado y posgrado en Argentina, Uruguay y Brasil. Profesor Titular de la Asignatura Proyecto Curriculares en Comunicación e integrante del Consejo Asesor del Centro de Investigación y Desarrollo en Industrias Culturales y Televisión en la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la UNLP, donde se desempeñó como Director del Profesorado en Comunicación Social y Pro Secretario de Investigaciones Científicas. Fue Coordinador Pedagógico del Programa de Mejoramiento de la Educación Rural de la Provincia Buenos Aires. Fue egresado distinguido de posgrado 2015 y premio a la labor científica 2017 de la universidad nacional de La Plata.

He is a Doctor in Communication, Master in Planning and Management of Communication Processes and Graduate in Social Communication at the National University of La Plata. Expert in Communication, Technologies and Education. Graduate and postgraduate teacher in Argentina, Uruguay and Brazil. Full Professor of the Assigned Curriculum Project in Communication and member of the Advisory Council of the Center for Research and Development in Cultural and Television Industries at the Faculty of Journalism and Social Communication of the UNLP, where he served as Director of the Professor in Social Communication and Pro-Secretary of Scientific Investigations. He was Pedagogical Coordinator of the Rural Education Improvement Program in the Province of Buenos Aires. He was awarded the 2015 postgraduate degree and the 2017 scientific labor award from the national university of La Plata.

É Doutor em Comunicação, Mestre em Planejamento e Gestão de Processos Comunicacionais e Licenciado em Comunicação Social pela Universidade Nacional de La Plata. Experto em Comunicação, Tecnologia e Educação. Docente de grau e posgrado na Argentina, Uruguai e Brasil. Professor Titular da Asignatura Projecto Curriculares em Comunicação e Proprietário do Conselho Consultor do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Industrias Culturais e Televisão na Faculdade de Periodismo e Comunicação Social da UNLP, donde se desempeñó como Diretor do Profesorado em Comunicação Social y Pro Secretario de Investigações Científicas. Fue Coordinador Pedagógico do Programa de Melhoramento da Educação Rural da Província de Buenos Aires. Fue egresado distinguido de posgrado 2015 e prêmio ao trabalho científico 2017 da universidade nacional de La Plata.

Valesca Correa Bender

valescabender@gmail.com

CV: <https://lattes.cnpq.br/2616475840400348>

Brasileira, radicada em Portugal. Graduada em Design de Produto (ULBRA). Especialista em Arquitetura de Interiores (UNIVALI). Mestranda em Design de Comunicação de Moda (UMINHO). Revisora da Revista Lusophone Journal of Cultural Studies. Desenvolve pesquisa sobre o Futuro do Consumo e Ambientes Figitais. Atua como Consultora e Pesquisadora de Criatividade, Inovação, Futures Literacy e Cidades MIL da Unesco. Líder premiada do World Creativity Day em Portugal, membra do Conselho da Rede de Economia Criativa Brasil, e do Comitê Aparecida Criativa. Colaborou com Campina Grande Cidade Criativa da Unesco e com o Festival TRIO na Paraíba. Palestrante de Diversidade e Ética do Cuidado no Paradigma Cidades MIL da UNESCO|USP-2021/2022. Tem experiência em Cultura, Cidades Criativas e Inteligentes.

Brazilian, based in Portugal. Graduated in Product Design (ULBRA). Specialist in Interior Architecture (UNIVALI). Master's student in Fashion Communication Design (UMINHO). Reviewer of the Lusophone Journal of Cultural Studies. Develops research on the Future of Consumption and Physic Environments. She works as a Consultant and Researcher for Creativity, Innovation, Futures Literacy and UNESCO MIL Cities. Award-winning leader of the World Creativity Day in Portugal, member of the Board of the Creative Economy Network Brazil, and of the Aparecida Criativa Committee. He collaborated with Unesco's Campina Grande Cidade Criativa and with the TRIO Festival in Paraíba. Speaker on Diversity and Ethics of Care in the UNESCO MIL Cities Paradigm|USP-2021/2022. He has experience in Culture, Creative and Smart Cities.

Brasileña, radicada en Portugal. Graduada en Diseño de Producto (ULBRA). Especialista en Arquitectura de Interiores (UNIVALI). Estudiante de maestría en Diseño de Comunicación de Moda (UMINHO). Revisora de la Revista Lusófona de Estudios Culturales. Desarrolla investigaciones sobre el Futuro del Consumo y los Ambientes Físicos. Trabaja como Consultora e Investigadora para Creatividad, Innovación, Alfabetización del Futuro y Ciudades UNESCO MIL. Líder premiada del Día Mundial de la Creatividad en Portugal, miembro del Directorio de la Red de Economía Creativa Brasil, y del Comité Aparecida Criativa. Colaboró con la Campina Grande Cidade Criativa de la Unesco y con el Festival TRIO de Paraíba. Ponente sobre Diversidad y Ética del Cuidado en el Paradigma de Ciudades MIL de la UNESCO|USP-2021/2022. Tiene experiencia en Cultura, Ciudades Creativas e Inteligentes.

Veronica Yarnykh,

vyarnykh@gmail.com

Russian State University for Humanities (Moscow)

Ph.D. in the economy (2003), Master of Education (2018). Associate Professor in Media Communication in the Faculty of Journalism and Head of Master's program "International Journalism&Global Communications' ', Head of Department. Co-leader of UNESCO Global Gown&Town Initiative (together with Dr. Felipe Chibas Ortiz , Sao Paulo University). UNESCO Expert in media and information literacy, Host of MIL Talk. ESG expert in Human Capital Management&media education. Professional interests are in media education, L&D corporate system, global corporate communication, transmedia literacy, corporate journalism.

Universidade Estatal Russa de Humanidades (Moscou)

Ph.D. na economia (2003), Mestrado em Educação (2018). Professor Associado em Comunicação Social na Faculdade de Jornalismo e Chefe do Programa de Mestrado "International Journalism&Global Communications' ', Chefe de Departamento. Co-líder da Iniciativa Global Gown&Town da UNESCO (junto com o Dr. Felipe Chibas Ortiz, Universidade de São Paulo). Especialista da UNESCO em alfabetização midiática e informacional, apresentador da MIL Talk. Especialista ESG em Gestão de Capital Humano e educação para a mídia. Interesses profissionais estão em educação para a mídia, sistema corporativo de T&D, comunicação corporativa global, alfabetização transmídia, jornalismo corporativo.

Universidad Estatal Rusa de Humanidades (Moscú)

Doctor. en economía (2003), Maestría en Educación (2018). Profesor Asociado en Medios de Comunicación en la Facultad de Periodismo y Director del programa de Maestría "Periodismo Internacional y Comunicaciones Globales", Jefe de Departamento. Co-líder de la Iniciativa Global Gown&Town de la UNESCO (junto con el Dr. Felipe Chibas Ortiz, Universidad de Sao Paulo). Experto de la UNESCO en alfabetización mediática e informacional, presentador de MIL Talk. Experto ESG en gestión de capital humano y educación en medios. Los intereses profesionales se encuentran en la educación en medios, el sistema corporativo L&D, la comunicación corporativa global, la alfabetización transmedia, el periodismo corporativo.

Violeta Kecman,

violetakecman@gmail.com

Phd, assistant professor, lecturer at the Higher School of Communications in Belgrade (Serbia). Scientific fields: media literacy and critical thinking, methodology of teaching media and information literacy, psychology in education, MIL in educational policies, youth communication. She is the author of several textbooks and manuals for students and teachers, the creator of the Serbian national curriculum for the subject Media literacy for primary school and the subject Language, Media and Culture for high school. As an expert in media pedagogy and implementation of media literacy in educational system, participates in projects of international and national importance. She is the winner of the UNESCO award for innovative use ICT in teaching (Paris 2010) and the Saint Sava Award for overall contribution to education in the Republic of Serbia (Belgrade 2015).

PhD, Profesora asistente, profesora en la Escuela Superior de Comunicaciones de Belgrado (Serbia). Campos científicos: alfabetización mediática y pensamiento crítico, metodología de la enseñanza de la alfabetización mediática e informacional, psicología en la educación, MIL en las políticas educativas, comunicación juvenil. Es autora de varios libros de texto y manuales para estudiantes y profesores, creadora del plan de estudios nacional serbio para la materia Alfabetización mediática para la escuela primaria y la materia Idioma, medios y cultura para la escuela secundaria. Como experto en pedagogía mediática e implementación de la alfabetización mediática en el sistema educativo, participa en proyectos de importancia internacional y nacional. Es ganadora del premio de la UNESCO por el uso innovador de las TIC en la enseñanza (París 2010) y del premio Saint Sava por su contribución general a la educación en la República de Serbia (Belgrado 2015).

Phd, Professora assistente, conferencista na Escola Superior de Comunicações de Belgrado (Sérvia). Áreas científicas: alfabetização midiática e pensamento crítico, metodologia de ensino da alfabetização midiática e informacional, psicologia na educação, AMI nas políticas educacionais, comunicação juvenil. É autora de vários livros e manuais para alunos e professores, criadora do currículo nacional sérvio para a disciplina Literacia mediática para o ensino primário e para a disciplina Língua, Mídia e Cultura para o ensino secundário. Como especialista em pedagogia da mídia e implementação da alfabetização midiática no sistema educacional, participa de projetos de relevância internacional e nacional. Ela é a vencedora do prêmio da UNESCO pelo uso inovador das TIC no ensino (Paris 2010) e do Prêmio Saint Sava pela contribuição geral para a educação na República da Sérvia (Belgrado 2015).

Wagner Giovanni Silva

administradorwagner@gmail.com.

Formação em Administração de Empresas pela CNEC Faculdade Cenecista de Joinville, MBA Executivo Empresarial pelo INPG, Especialização em Gestão da Inovação pela Sociedade Educacional de Santa Catarina SOCIESC, Líder em Criatividade pela Escola de Líderes do World Creativity Organization. Coordenador de Startups no Inovaparq, Embaixador Joinville no World Creativity Day, Presidente no Núcleo de Tecnologia e Inovação da ACIJ Associação Empresarial de Joinville, e Membro no Capítulo Brasil na UNESCO MIL Alliance.

Degree in Business Administration from CNEC Faculdade Cenecista de Joinville, Executive Business MBA from INPG, Specialization in Innovation Management from Sociedade Educacional de Santa Catarina SOCIESC, Leader in Creativity from the School of Leaders of the World Creativity Organization. Startups Coordinator at Inovaparq, Joinville Ambassador at World Creativity Day, President of the Technology and Innovation Center of ACIJ Business Association of Joinville, and Member of the Brazil Chapter at UNESCO MIL Alliance.

Licenciado en Administración de Empresas por la CNEC Faculdade Cenecista de Joinville, Executive Business MBA por el INPG, Especialización en Gestión de la Innovación por la Sociedade Educacional de Santa Catarina SOCIESC, Líder en Creatividad por la Escuela de Líderes de la Organización Mundial de la Creatividad. Coordinadora de Startups en Inovaparq, Embajadora de Joinville en el Día Mundial de la Creatividad, Presidenta del Centro de Tecnología e Innovación de la Asociación Empresarial ACIJ de Joinville y Miembro del Capítulo Brasil de la Alianza UNESCO MIL.

•

Yhasmi M. Oliveira

yhasminmo@gmail.com

Graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2015); pós-graduada em Ordem. Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (2020), mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade de Brasília (UnB)/PROFNIT. É colaboradora na Defensoria Pública do Distrito Federal e pesquisadora bolsista no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), na Agência de Comercialização de Tecnologias (ACT) desempenhando a função de assistente jurídica em propriedade intelectual, transferência de tecnologia e preparação de contratos.

Graduated in Law from the Catholic University of Brasília (2015); Postgraduate in Order. Legal and Public Prosecutor by the Escola Superior Foundation of the Public Ministry of the Federal District and Territories (2020), Master's student in Intellectual Property and Technology Transfer for Innovation at the University of Brasília (UnB)/PROFNIT. She is a collaborator at the Public Defender's Office of the Federal District and a fellow researcher at the Center for Support to Technological Development of the University of Brasília (CDT/UnB), at the Technology Commercialization Agency (ACT) performing the role of legal assistant in intellectual property, technology transfer and contract preparation.

Graduada en Derecho por la Universidad Católica de Brasilia (2015); Postgrada en Orden. Abogado y Fiscal Público por la Fundación Escola Superior del Ministerio Público del Distrito Federal y Territorios (2020), estudiante de Maestría en Propiedad Intelectual y Transferencia de Tecnología para la Innovación en la Universidad de Brasilia (UnB)/PROFNIT. Es colaboradora de la Defensoría Pública del Distrito Federal y becaria investigadora del Centro de Apoyo al Desarrollo Tecnológico de la Universidad de Brasilia (CDT/UnB), en la Agencia de Comercialización de Tecnología (ACT) desempeñando el papel de asistente legal en propiedad intelectual, transferencia de tecnología y preparación de contratos.

No presente texto se reúnem capítulos com autores dos 4 pontos cardeais que mostram o inovador conceito de UNESCO conhecido como Media Information Literacy (MIL) Cities ou Cidades com Alfabetização Mediática e Informacional (AMI), ou ainda como Cidades MIL, que também considera a Agenda 2030 da ONU como um de seus focos principais. O livro possui duas partes. A primeira intitulada Bases das Cidades MIL, que conta com capítulos elaborados pelos professores da disciplina e pelos professores convidados que mostram as bases teóricas da Competência em Mídia e Informação aplicadas à melhoria das cidades, ou seja, a abordagem da Cidades, MIL, bem como algumas de suas estratégias, extensões e experiências práticas. A segunda parte intitulada Pensando na prática das Cidades MIL conta com capítulos elaborados em equipe e que mostram a teoria de forma mais prática, fazendo uma comparação de 3 cidades: uma brasileira, uma latino-americana sem ser de Brasil e uma de outro continente, utilizando para isso os indicadores e métricas das MIL Cities.

This text brings together chapters with authors of the 4 cardinal points that show the innovative initiative of UNESCO known as Media Information Literacy (MIL) Cities or as MIL Cities, which also considers the Agenda 2030 of UN as one of its main focuses. The book has two parts. The first one entitled Bases of the MIL Cities, which has chapters prepared by the professors of the discipline and by the invited professors that show the theoretical bases of the Competence in Media and Information Literacy applied to the improvement of cities, that is, the approach of Cities, MIL, as well as some of its strategies, extensions and practical experiences. The second part, entitled Thinking about the practice of MIL Cities, has chapters prepared as a team and that show the theory in a more practical way, making a comparison of 3 cities: one Brazilian, one Latin American outside Brazil and one from another continent, using for this the indicators and metrics of the MIL Cities created by experts from UNESCO.

